

**Seminário
Sobre Integração
Latino-Americana**



CADERNOS DA

UnB

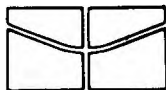
Reúnem-se nesta publicação os textos das Conferências, Comentários e Debates do Seminário sobre Integração Latino-Americana realizado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados de 30 a 31 de outubro de 1980.

O Seminário foi organizado pelo Presidente daquela Comissão Técnica, Deputado Rogério Rego, que para a idéia de sua realização contou com o apoio entusiasta do então Presidente daquela Casa do Congresso Nacional, Deputado Flávio Marçilio.

Participaram dos trabalhos personalidades de renome internacional como o Ministro Sarajiva Guerreiro, titular da pasta das Relações Exteriores do Brasil, Felipe Herrera, Presidente do Fundo de Cultura da UNESCO; Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL; Fernando Berrocal Soto, Secretário do SELA; Eduardo Coneza, Diretor do INTAI; Javier Silva Ruete do Pacto Andino; Eduardo Abertal, Diretor do ECIEL; os Embaixadores Fredy Arocha, Fernando Zegers, Manuel Roca Zela, Francisco Valleuse, Oscar Hector Camilión, respectivamente da Venezuela, do Chile, do Uruguai e da Espanha; o Encarregado dos Negócios da Embaixada do México, Sr. José Borjón; o Sr. Valery Mc Comie, Secretário-Geral Adjunto da OEA, o Sr. Felix Peña, Secretário do Conselho Argentino para Relações Internacionais; o Sr. Homero Icaza Sanchez, representante do jornalista Roberto Marinho; os Professores Luiz Navarro de Brito, da Universidade Federal da Bahia; José Carlos Brandi Aleixo, José Francisco Paes Landim, ambos da Universidade de Brasília. Também prestigiaram os trabalhos do Seminário autoridades como o Secretário de Cultura do MEC, Aloisio Magalhães; empresários como o Sr. Roberto Maluf, do setor privado de São Paulo; David Danna, representando o Sr. Mário Garnero, e Theóphilo de Azeredo Santos, do setor bancário.

Como não podia deixar de ser, o encontro interessou extraordinariamente os parlamentares, dentre os quais cumpre destacar a participação dos Srs. Israel Dias Novaes, Aluizio Rezerra, Raimundo Diniz, João Linhares, João Menezes, Vasco Netto, Pinheiro Machado, Rosa Flores, Hugo Napoleão, Geraldo Guenes, Bonifácio de Andrada, Djalma Marinho e Célio Borja, cujas intervenções e comentários nas Conferências muito contribuíram para o esclarecimento de pontos de relevante interesse para o futuro das relações dos países da América Latina.

Seminário Sobre Integração Latino-Americana



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephim Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

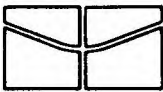
Reitor: José Carlos de Almeida Azevedo
Vice-Reitor: Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Arnaldo Machado Camargo Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castelo Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Helio Jaguaribe
Josaphat Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Luiz Viana Filho
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barreto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

Seminário Sobre Integração Latino Americana



Editora Universidade de Brasília

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campos Universitário — Asa Norte
70.910 — Brasília — Distrito Federal

Copyright © 1982 by Editora Universidade de Brasília

Capa:
Arnaldo Camargo Filho

S471 Seminário sobre integração latino-
americana. Brasília, Editora Universi-
dade de Brasília, c1982.
208 p. (Cadernos da UnB)

S471 339.96 (7/8 = 4) (061.3) 327 (7/-
8 = 4) (061.3)
série

Sumário

| | |
|---|----|
| <i>Introdução</i> | |
| Rogério Rego | 9 |
| <i>A Integração Latino-Americana</i> | |
| Ramiro Saraiva Guerreiro | 13 |
| <i>Aspectos Culturais da Integração Latino-Americana</i> | |
| Felipe Herrera | 19 |
| <i>Comentários</i> | |
| Luiz Navarro de Brito | 57 |
| Israel Dias Novaes | 59 |
| <i>Debates</i> | |
| Felipe Herrera | 63 |
| Fernando Zegers | 66 |
| Pinheiro Machado | 67 |
| José Carlos Brandi ALEXO | 68 |
| Homero Icaza Sanchez | 70 |
| José Francisco Paes Landim | 72 |
| Rosa Flores | 74 |
| Manuel Roca Zela | 74 |
| Felipe Herrera | 75 |
| Aloísio Magalhães | 80 |
| Francisco Valleure | 83 |
| Luiz Navarro de Brito | 86 |
| Manuel Roca Zela | 87 |
| Homero Icaza Sanchez | 87 |
| José Borjon | 88 |
| Felipe Herrera | 89 |
| Hugo Napoleão | 93 |
| Geraldo Guedes | 94 |
| <i>Aspectos Econômicos da Integração Latino-Americana</i> | |
| Enrique Iglésias | 97 |

| | |
|--|-----|
| <i>Comentários</i> | |
| Theóphilo de Azeredo Santos | 113 |
| Mac Dowell Leite de Castro | 115 |
| | |
| <i>Debates</i> | |
| Fernando Berrocal Souto | 117 |
| Eduardo Conesa | 123 |
| Javier Silva Ruete | 125 |
| Eduardo Abertal | 129 |
| Fredy Arocha | 131 |
| Roberto Maluf | 134 |
| João Menezes | 135 |
| Aloízio Bezerra | 136 |
| David Danna | 138 |
| Raimundo Diniz | 139 |
| Sebastião Rodrigues Júnior | 140 |
| Vasco Neto | 141 |
| Rômulo de Almeida | 142 |
| João Linhares | 146 |
| | |
| <i>Aspectos Políticos da Integração Latino-Americana</i> | |
| Félix Peña | 151 |
| | |
| <i>Comentários</i> | |
| Oscar Hector Camillión | 163 |
| Celso Lafer | 165 |
| Célio Borja | 167 |
| Eduardo Fernandez | 169 |
| Bonifácio de Andrada | 185 |
| Djalma Marinho | 186 |
| | |
| <i>Debates</i> | |
| Felipe Herrera | 189 |
| Israel Dias Novaes | 193 |
| Francisco Valleure | 194 |
| Eduardo Fernandez | 196 |
| | |
| <i>Encerramento</i> | |
| Valery Mc Comie | 199 |

Introdução

Em outubro de 1980, resolveu a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados promover um seminário sobre o processo de integração do continente latino-americano. A idéia era proceder-se a uma avaliação dos insucessos, pesquisar-se — discutindo-se com as maiores autoridades na matéria — as razões de tantas dificuldades, a origem dos entraves e a maneira de eliminá-los. Buscava-se, por outro lado, e fundamentalmente, colocar-se o Parlamento à frente do debate, agitar-se o problema, trazendo-o para dentro do Legislativo — expressão maior das inspirações e tendências populares — de tal sorte que a integração fosse se processando pela ação do governo e com o assentimento da nação. Pretendia-se, ainda, inaugurar uma experiência que se deveria estender aos demais parlamentos do continente.

Em julho daquele mesmo ano, na sua visita ao Brasil, o Presidente do México — José Lopes Portillo — dissera, em discurso, palavras que refletiam o sentimento de todos nós, latino-americanos, e que se somaram à inúmeras razões determinantes da realização do simpósio:

“Frente a las sombrías perspectivas de la realidad contemporánea, frente a la lentitud de las grandes potencias para dar respuesta a las demandas de los países en vía de desarrollo, nosotros hemos de agregar um nuevo eslabón a la trama, apenas iniciada, de la que surgirá un día la integración latinoamericana.”

O encontro foi aberto por uma palestra do Ministro Saraiva Guerreiro e encerrado com uma exposição do Secretário-Geral Adjunto da OEA, o Sr. Valery Mc Cormie, desenvolvendo-se em sessões matutinas — quando foram ouvidos os três conferencistas centrais — e em debates, às tardes, em torno do assunto exposto pela manhã.

Enfocado em seus diferentes aspectos: cultural, político e econômico, foi o tema tratado em palestras proferidas por Felipe Herrera, Eduardo Fernandez e En-

rique Iglesias, respectivamente, e o resultado vai agora publicado nesta edição da Universidade de Brasília, que tem primado pela seriedade e pelo sucesso em todos os campos de educação e da cultura em que se envolve.

O assunto, apaixonante, tem marcado claramente as preocupações e a estratégia do governo brasileiro. O Presidente da República, em dois anos de mandato, já visitou a Venezuela, a Argentina, o Paraguai, o Chile, o Uruguai, a Colômbia e apresta-se agora a ir ao Peru.

Esta é uma postura nova, até certo ponto, na política externa brasileira e ainda não provocou conseqüências mais significativas para o processo de integração continental, mas representa, seguramente, passo importantíssimo nessa direção.

Nem sempre tivemos a preocupação de nos voltarmos para dentro do nosso próprio continente. Menos por culpa nossa do que pela circunstância de termos sido impulsionados, ao longo dos anos, pelos fatos históricos gerados na órbita de interesse dos países industrializados. É certo que existem ainda muitos conflitos, preconceitos e desconfianças entre as nações latino-americanas, mas é inquestionável que são muito maiores os interesses comuns e quanto mais sejam eles enfatizados, mais nos aproximaremos e os conflitos tenderão a diminuir.

O Brasil parece compreender a importância dramática do assunto e realça esta prioridade através da presença do seu Presidente nos diversos países do continente.

É preciso lembrar que estamos juntos e que, como diria Ortega y Gasset, “os grupos não convivem só para estarem juntos...”

Já em 1826, a clarividência do estadista levou Bolívar a buscar a criação da República dos Andes. Era a tentativa de rivalizar o poderio da grande nação do que se estava formando ao norte e evitar fôssemos conduzidos à periferia; era a consciência de que cabe a nós mesmos buscar o caminho de nosso desenvolvimento; era a antevisão do estado-continente e um primeiro passo em sua direção; era já a primeira ruga na fisionomia do estado-nação, conceito que no dizer do deputado venezuelano — Eduardo Fernandez — marcha para inexorável envelhecimento.

Somos, preponderantemente, países fornecedores de matéria-prima, com interesses divergentes das nações mais ricas, que desejam e têm conseguido manter nível de vida elevado, muitas vezes, à custa de preços aviltados para os nossos produtos, alguns já exauridos; ocupamos imensa região da Terra, com uma natureza pródiga oferecendo riquezas incontestáveis; dispomos de consideráveis reservas de petróleo, imensas florestas, grandes jazidas de minerais, expressiva população e, certamente, o maior potencial agrícola do mundo; temos interesses comuns; culturas que não se excluem, antes se afinam; economias complementares; temos a inteligência criado-

ra e a vontade caldeadora de que nos fala o geógrafo Vidal de La Blache, temos tudo, enfim, para concretizar o sonho integracionista.

Estes e tantos outros aspectos foram objeto das palestras e dos debates que animaram o seminário. Houve concordância geral de que a unidade latino-americana aumentará a nossa presença no mundo; o reconhecimento de que integração e nação não formam antinomias e devem ser preservadas as peculiaridades e idiosincrasias de cada uma delas, pois integração não significa homogeneização e a identidade nacional deve ser respeitada; houve o convencimento de que a integração do continente só se processará quando desenvolvida em todos os campos e não apenas na área econômica. Disse Felipe Herrera, por exemplo, que em matéria cultural é preciso criar-se um instrumento do tipo multilateral, seguindo-se o que já se fez na área econômica com a ALALC (ALADI), o SELA, etc... houve consenso quanto à necessidade de se promover correspondência cultural ao crescimento do comércio, como lembrou O ILUSTRE EMBAIXADOR ZEGERS SANTA CRUZ, do Chile; houve, também, muitas sugestões para a implementação do processo integracionista, apesar das dúvidas quanto aos mecanismos utilizáveis e convém enfatizar, dentre todas, a que pretende institucionalizar os estudos sobre integração através de organismos que se dediquem, basicamente, a este empreendimento. Seria o caso da criação da Universidade latino-americana, que se poderá constituir no primeiro passo concretamente dado nessa direção e houve, sobretudo, a afirmação clara e precisa de que a integração encerra uma decisão política e, por isso mesmo, deve representar o consenso nacional que determinará a solidariedade pluralista, capaz de nos permitir enfrentar, com sucesso, o poder hegemônico que se localiza nas diferentes partes do mundo.

Daí porque é fundamental a participação do Parlamento e se esta iniciativa da Câmara dos Deputados do Brasil, por sua Comissão de Relações Exteriores, frutificar, ensejando a outros parlamentos do continente repetir a experiência, ter-se-á atingido o objetivo maior da memorável reunião.

Deputado ROGÉRIO REGO
Presidente da Comissão de Relações Exteriores da
Câmara dos Deputados

A Integração Latino-Americana

Ramiro Saraiva Guerreiro

O ano de 1980 está marcado por movimentos importantes no sentido do esforço integracionista: a reformulação da ALALC, com a criação da Associação Latino-Americana de Integração; a entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica; os esforços de cooperação na área energética, através da ALADI, demonstram claramente que o exercício da vocação integracionista vai-se transformando num componente do esforço coletivo de cooperação e desenvolvimento das nações latino-americanas. Em todos esses movimentos, um aspecto é fundamental, aquele que lhes confere unidade de direção e de sentido: trata-se evidentemente, *do aspecto político. O movimento de integração é basicamente uma opção política, um ato de vontade, deliberação e criação política.* Um ato escolhido pelas nações latino-americanas que desejam, dentro da sua independência, construir solidariamente o seu destino e balizar o futuro com os sinais e os símbolos da cooperação, não com as formulações de poder, com as pretensões de hegemonia ou esquemas de dominação.

A formação da vontade política no plano internacional não pode ser tecida sem a base do apoio interno em cada país, sem o respaldo da opinião pública. A realização de seminários como este representa, assim, mais do que um encontro ou um torneio de idéias. Faz parte do trabalho maior, permanente, de aproximar governantes e governados através do quadro parlamentar. E, para um processo de integração, que se quer abrangente, de povos e não somente de governos, o entrosamento entre o Congresso Nacional e o Itamaraty é básico. Básico para o respaldo das fórmulas e medidas que concretizem a integração; básico para compor, real e verdadeiramente, a combinação das vontades nacionais.

Este seminário procura superar uma abordagem estreita do processo de integração, vendo nele não apenas a faceta econômica, senão também os campos cultural e político. Penso que essa orientação é correta. Não se pode reduzir a integra-

ção ao econômico. Mantida a distância cultural e sendo frágil a vontade política, a melhor técnica econômica não aproximará suficientemente os povos. Pode até mesmo cair no vazio dos estereótipos ou alimentar desconfianças.

Em contrapartida, não é realista pensar numa integração que se limite ao domínio cultural e à esfera do político. Se política é a orientação fundamental, a economia terá de prover elementos concretos, produzir desenvolvimento, para que não se esgarce e não se perca o esforço político.

Outra precisão conceitual se refere ao sentido econômico no processo integracionista. Com as conotações abrangentes com que estou usando o termo “*integração*”, que é, essencialmente, a forma de realização da solidariedade latino-americana, o econômico não se deve limitar à aproximação comercial e à complementação industrial clássica. Hoje, devemos explorar instrumentos e modalidades novas de aproximação, mesmo no campo econômico. Refiro-me, por exemplo, ao campo da energia, onde o potencial de cooperação é notável. Temos um notável trabalho binacional realizado no campo da produção de energia hidrelétrica. Temos países exportadores e importadores de petróleo, como teremos de gás. Temos visto resultados estimulantes alcançados na produção e comercialização do gás. Temos acumulado experiências na área de produção de fontes novas de energia. Temos marcos institucionais habilitados a acelerar e a estimular a cooperação. Temos, finalmente, exemplos expressivos de atitudes solidárias, como a recente, da Venezuela e do México, na solução de problemas energéticos de países da América Central e do Caribe.

O Brasil, aliás, é um dos pioneiros no esforço de cooperação energética. O Brasil compartilha experiências, em áreas como a nuclear e a do álcool, bem como na construção de hidrelétricas, de modo amplo, como reflexo das determinantes maiores de nossa política latino-americana, que requer, como forma necessária de convivência continental, a cooperação e a solidariedade.

Antes de tocar em alguns pontos concretos do processo de integração nos dias de hoje, lembrarei ainda dois elementos que completam o desenho conceitual desse processo. Em primeiro lugar, é importante deixar claro que o movimento integracionista não visa a substituir o Estado, a modificar os padrões de soberania. *Integração e nação não formam antinomias*. O esforço de integração reforça a solidariedade entre nações, na medida em que cria laços internacionais que favorecem o desenvolvimento de cada uma. Por esse motivo, somos um país profundamente atento às condições de respeito e de equilíbrio que devem constituir o cerne dos processos concretos de integração. A desigualdade de níveis de desenvolvimento não deve ser motivo para imposição de padrões e de fórmulas. Preocupação constante da política brasileira tem sido, ao contrário, a de buscar fórmulas que reflitam os interesses e assegurem as vantagens de todos. Devemo-nos engajar neste esforço, to-

dos, como países em desenvolvimento sem fantasias ou irrealismo sobre o alcance de nossos meios, mas mantendo a consciência maior de nossa comunhão.

Outra dicotomia a ser evitada é a que opõe o bilateral ao multilateral e regional. Os empreendimentos de tipo bilateral têm lógica própria e campo específico. Como fator de aproximação latino-americana, os esforços bilaterais devem guardar coerência com os marcos maiores da unidade continental. Da mesma forma, já superamos completamente a fase em que os contatos diplomáticos entre latino-americanos eram vistos como parte de um anacrônico jogo de poder ou de rivalidades, que desvirtuaria até os mecanismos de integração. Superamos, creio, esta fase. Hoje, a América Latina, apesar de episódios de controvérsia, vive uma estrutura em que o descontraimento é a regra. A disposição para a solução pacífica torna-se norma enraizada no comportamento político dos Estados; não há espaço para pretensões hegemônicas ou para cruzadas ideológicas. Eixos e blocos não fazem sentido em nossa região; só a unidade é futuro.

Neste ano de 1980, o processo de integração latino-americana entrou em nova fase com o estabelecimento da nossa nova associação, a ALADI, que substituiu a ALALC, quando esta completava 20 anos de fundada.

Não preciso repetir aqui as dificuldades e vicissitudes da história da ALALC. Tivemos de vencer os duros obstáculos de realidades econômicas heterogêneas, isoladas num arquipélago continental. Éramos, em 1960, uma região formada por países que se davam as costas uns aos outros e a seus próprios territórios; nações voltadas para a exportação de matérias-primas para o mundo desenvolvido. Sofríamos os vícios herdados de uma economia dependente e, neste sentido, os primeiros passos de integração com todas as suas limitações foram instrumento importante para construir a consciência de nossas responsabilidades e potencialidades coletivas e a necessidade de nossa autonomia. Criaram também a consciência de nossos limites. Exemplo claro disto está na aplicação de um esquema demasiado rígido de integração, desrespeitando a heterogeneidade e os matizes da realidade continental. Por isto, este esquema não funcionou de forma plena e levou à estagnação da ALALC, a partir de certo momento.

Os resultados concretos do processo não serão ideais, embora sejam expressivos, se lembramos do frágil patamar de que partimos. De fato, diferentemente da experiência européia, que foi basicamente um movimento de reconstrução, a integração latino-americana, centrada na ALALC, se caracterizou basicamente por um esforço de criação, nos planos econômico, institucional e mesmo da aproximação entre os países.

Não tínhamos, como os europeus, a tradição de um ativo comércio regional, uma organização empresarial acostuada à ação externa, uma infra-estrutura de transportes regionais desenvolvida, excedentes de capital etc.

De qualquer forma, o fato é que o comércio intrazonal aumentou, empresas conjuntas se formaram, a agenda da discussão se ampliou, iniciaram-se interessantes e férteis experiências sub-regionais, como o Pacto Andino, e, em boa parte, o que se conseguiu, insatisfatório como nos parece, foi propiciado pela crescente consciência de que o ideal integracionista é potencialmente decisivo para a vida da região.

Se começamos agora nova etapa, é porque o processo e as instituições demonstraram eficácia decrescente na busca de nossos objetivos, e não por havermos perdido interesse nesses objetivos.

De fato, aproveitando lições de duas décadas, as mesmas partes contratantes, animadas de inquebrantável espírito de solidariedade, estabeleceram, através do estatuto da ALADI, um modelo autóctone, não copiado dos manuais acadêmicos, nem imitado acriticamente de padrões técnicos forâneos. É assim que o Tratado da ALADI estende, completa e aprimora a experiência da ALALC.

Não cabe, neste momento, entrar no exame analítico das disposições da nova Associação. Esta Câmara terá, proximamente, oportunidade de examiná-lo, pois que ele estará sendo, muito brevemente, enviado à aprovação do Congresso. Tenho certeza, entretanto, de que esse exame será um dos temas-chave do Seminário. Lembro que o texto é realista e inovador, tem certo aspecto de maior modéstia, se se quiser, mas é, talvez, mais adequado à realidade, introduz elementos de flexibilidade para as partes, tanto no processo quanto nas instituições, e acolhe, em artigos equilibrados, a questão dos diferentes níveis de desenvolvimento dos Estados-membros.

O Tratado será útil para nossos povos, se tivermos, em nosso âmbito latino-americano, a consciência da necessidade de não nos dividirmos, de não deixarmos que controvérsias e quizílias de família perturbem os nossos interesses fundamentais e comuns, se a tolerância e a crescente confiança nos guiarem; se tivermos a consciência de que nossa unidade, jamais imposta, mas pacientemente construída, é necessária, neste fim de século, para a preservação da identidade de cada um e da segurança, progresso e bem-estar de todos.

A integração não será um processo fácil.

Em cada passo da diplomacia brasileira na América Latina, será visível o nosso esforço de contribuir para criar, ao menos, o clima propício à integração. O diálogo que o Sr. Presidente da República já desenvolve com presidentes latino-americanos, os meus encontros com chanceleres, a realização da reunião do Tratado de Cooperação Amazônica demonstram claramente a participação brasileira, ativa, franca, solidária com os problemas de nossos vizinhos — aliás, tão semelhantes aos nossos, em muitos aspectos — neste momento difícil da conjuntura mundial.

A integração não vale somente pelo que traz de benefícios imediatos. Neste momento crítico, em que as dificuldades nos tocam a todos, sabemos que não existem mais fórmulas simples e fáceis para superar os obstáculos internacionais ao desenvolvimento. Devemos conscientemente usar todos os instrumentos, aprofundar modos de diálogo entre o Norte e o Sul, inventar e promover fórmulas de aproximação entre países do Sul, como a própria integração latino-americana exemplifica.

Os instrumentos da integração servem também para que a América Latina busque um momento de introspecção. Como tem acentuado o Presidente Figueiredo, nossa unidade latino-americana aumentará nossa presença no mundo. Facilitará o diálogo com outras regiões, facilitará a implantação de reivindicações históricas dos latino-americanos e dos países em desenvolvimento, como a da Nova Ordem Econômica Internacional.

Sei que deste Seminário sairão idéias e propostas construtivas sobre a problemática da integração que serão cuidadosamente estudadas por nós. Antecipo que tal será o resultado porque o movimento integracionista, em suas mais autênticas expressões, não é — ou não deve ser — uma política exclusivamente governamental. É uma proposta que vale porque tem amplo apoio aos seus objetivos. Falta apenas enraizar esse apoio, dar-lhe conteúdo político, e, para isto, a iniciativa da Comissão de Relações Exteriores representa uma contribuição muito construtiva.

Aspectos Culturais da Integração Latino Americana

Felipe Herrera

É razão de especial estímulo para mim haver sido convidado para este encontro de tão alto nível, o que se percebe desde já pelo próprio tema, e será evidenciado em seguida pela qualidade da participação. A Presidência deste Seminário teve a gentileza de fazer referência a atividades minhas vinculadas ao processo de integração da América Latina, particularmente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais recentemente, à direção e coordenação do Programa Para Estudos Conjuntos — Integração Econômica da América Latina, com sede no Rio de Janeiro, pois, durante seis anos, tive a grande honra de ser cidadão carioca. Creio que devemos render grande homenagem ao Governo do Brasil, à comunidade brasileira, pelo apoio a este projeto, que foi uma grande contribuição acadêmica, onde mais de 40 órgãos latino-americanos de pesquisa estão vinculados por nossos problemas comuns. Hoje, solicitaram-me que exponha a V. Exas., especialmente para uma posterior troca de opiniões, a perspectiva referente ao cenário cultural na integração da América Latina. Como tive oportunidade de dizer ontem, em nossa Embaixada em Brasília, estando presente V. Exa., Sr. Presidente, em minha opinião, na realidade, além de constituir um segundo objetivo depois de três anos, praticamente, de atividade financeira e econômica, é simplesmente uma perspectiva ou um ângulo da mesma finalidade de que cada vez estou mais convencido. Satisfaz-me profundamente que esse interesse seja coletivo, e disse muito bem o Chanceler do Brasil que, hoje em dia, as perspectivas de nossa integração não podem ser enfocadas apenas sob o ângulo de caráter econômico, sendo a visão político-cultural e histórica de caráter fundamental. Creio que há, certamente, razões em favor desta nova ênfase. Há vinte anos, obviamente, a ênfase tinha de ser econômica, social e tecnológica, porque a América Latina havia vivido de privações. Na realidade, estávamos nos integrando economicamente, e é o que temos feito nestes vinte anos. Creio, porém, que, hoje em dia, o que ocorre é que nos estamos reintegrando cultural, intelectual e politicamente. Este outro cenário talvez seja de certas perspectivas, por um lado, mais fáceis, por uma trajetória, por uma compreensão espiritual,

por uma missão histórica comum, embora, por outro lado, mais difícil, porque as fórmulas econômicas — bem o sabemos, hoje em dia — estão nos textos dos estudos; existem os modelos, e tivemos, na América Latina, a grande sorte de introduzir, tanto no setor público como no setor privado dos organismos internacionais, uma tecnocracia que foi o grande instrumento da aceleração desse processo de integração.

Por isso, felicito cordialmente os organizadores deste Seminário pela ênfase nos aspectos políticos, culturais e históricos, que, a meu ver, são decisivos sobretudo para as décadas futuras.

Para esta minha exposição tomei a liberdade de dividir a matéria em três pontos fundamentais. Primeiro, tanto quanto possível — porque se trata de um verdadeiro desafio — queria apresentar uma espécie de sistematização daquilo que podemos considerar, hoje em dia, como o cenário cultural latino-americano — onde está a cultura da América Latina, atualmente — para então chegarmos às perspectivas que nos interessam.

Segundo, como se vincula o processo cultural a esse desafio, a essa tarefa, com essa obra da integração.

Em terceiro lugar: numa Casa em que sempre se usa uma linguagem muito concreta, em que se instrumentalizam as idéias, vou permitir-me apresentar algumas sugestões no sentido de como deveríamos, nos planos nacionais e regionais, orientar a política cultural.

Com relação ao primeiro tema, isto é, sobre o cenário cultural latino-americano, é indispensável definir o que é “identidade cultural latino-americana”. Grande parte dos ensaios históricos, filosóficos e sociológicos sobre a América Latina como um todo questiona a concepção globalizante do hemisfério e chega, inclusive, em alguns casos, a negar a existência de uma América Latina que possua uma realidade própria em vigência permanente. Entretanto, apesar das diferenciações e definições elaboradas que levam a esta controvérsia, o fato é que a América Latina tem no mundo contemporâneo uma presença histórica, político-econômica e cultural cuja tendência progressiva é afirmar-se, e que esta realidade é a expressão de um *ser* latino-americano.

Poder-se-á questionar esta afirmativa, argumentando com a aparente incapacidade de nossas nações para manter de modo estável e progressivo sua marcha rumo a níveis superiores de integração nacional de qualquer espécie.

O Sr. Chanceler referiu-se a isso em termos muito pragmáticos. Pode-se também destacar que nossos vínculos de dependência dos centros hegemônicos, no concerto internacional, tendem a aprofundar-se, em muitos casos. Mais ainda: que a

chamada dicotomia entre o hispânico e o lusitano não só está ainda longe de ser superada, mas principalmente, conforme julgam muitos pessimistas, suas possibilidades de convergência são hoje mais frágeis do que ontem.

Estes conceitos, entretanto, segundo penso, pertencem à origem do que poderíamos denominar nossa lenda negra, sombra permanente com que sempre se tentou envolver nosso continente. Em alguns casos, essa lenda adveio de países política e economicamente mais adiantados. (Eu, particularmente, a vivi, em função da criação do Banco Interamericano. Nós, latino-americanos, éramos considerados incapazes, por setores muito influentes, de criar uma entidade regional financeira). Em outros, entretanto, foram os próprios intelectuais e governantes latino-americanos que, com certo masoquismo, acentuaram de preferência nossas fraquezas intrínsecas. Esta última crítica deformante é, sem dúvida, a mais perigosa. Nos centros industrialmente mais adiantados, em virtude de se haver criado uma sensibilidade maior diante do surgimento do chamado Terceiro Mundo, o papel da América Latina tende a ser mais valorizado. Segundo minha experiência pessoal, com referência à perspectiva do desenvolvimento econômico, nos últimos quinze anos, a importância da América Latina como um todo, e também na individualidade de suas nações, tende a ganhar cada vez mais força.

Este reconhecimento da maior gravitação do nosso continente tende a manifestar-se também da parte de outras regiões do Terceiro Mundo. A circunstância de terem sido tentados processos de afirmação nacional há mais de 150 anos, percorrendo caminhos que outros povos só começaram a seguir nas últimas décadas, constitui, sem dúvida, um elemento que poderíamos adicionar ao nosso "haver", numa conjuntura histórica em que se busca uma nova ordem internacional.

O *ser* latino-americano tem conotação própria, através de sua forma intrínseca, com uma integração cultural permanente, que se manifesta desde o próprio momento em que os navegadores ibéricos desembarcaram no Novo Continente. Do século XVI em diante, produziu-se, em termos maciços e constantes — e, por que não dizer?, generosos — um constante processo de fusão de valores culturais de diferentes origens étnicas, entre grupos humanos provenientes de épocas históricas em graus de evolução muito diferentes.

Ademais — e já o estou talvez repetindo — nosso passado de mestiçagem não é algo próprio de nosso continente, mas provém da Península, de nossa realidade, tanto hispânica como lusitana, que se caracteriza precisamente por se haver introduzido de forma mestiça, porque se existe um povo cujas origens são mestiças, é evidentemente o povo que, hoje em dia, habita a Península Ibérica — Espanha e Portugal.

A verdadeira definição da América Latina é ter sido o ativo crisol da absorção recíproca do ibérico, do indígena e do africano, durante os três últimos séculos.

Embora aparentemente os espanhóis e portugueses pudessem haver determinado ou definido de forma tangível a fisionomia dessa fusão, na verdade uma gravitação autóctone teve força tão decisiva que chegou a influir sobre o modelo europeu, projetando-se na Península uma forma cultural “indígena”.

Faz poucos dias, estive em Roma, no Instituto Ítalo-Latino-Americano, numa exposição sobre o barroco latino-americano, organizada por europeus. E por quê? Porque o barroco, como expressão cultural nossa, foi capaz de influir não só sobre um estilo artístico, mas sobre um estilo de vida, na Europa, em séculos muito determinantes e decisivos.

Esta realidade, prevalente entre os séculos XVI e XVIII, enriquece-se com os novos fluxos imigratórios europeus incorporados ao continente ao longo do século XIX e no século atual. É interessante constatar que estas migrações seguem, em regra geral, a tendência histórica de uma assimilação fluida e indiscriminada. Quer isso dizer que o aparecimento de minorias raciais que se constituem em grupos diferenciados e, assim, em núcleos de poder — e, digo-o com todo o respeito, como foi o caso dos Estados Unidos — não corresponde à experiência latino-americana.

Que eu saiba, não há país algum da América Latina em que um candidato, ao ser eleito por voto popular, recorra a minorias de caráter étnico. No caso dos Estados Unidos, o passado histórico certamente é diverso, é uma consequência de causa diferente da nossa. Porém, se admiramos esta realidade de uma função histórico-cultural norte-americana, devemos admirar com muito mais profundidade nossa própria função, que, como digo, tem sua melhor definição em nosso processo de mestiçagem.

Nas últimas décadas, o *ser* latino-americano tende a projetar-se a outras extensões geográficas. A separação das regiões do Caribe inglês e holandês de suas antigas metrópoles acrescentou um interessante cenário geográfico e cultural a um mundo que, até então, era predominantemente ibero-americano. O “novo” Caribe tem profundas raízes históricas e étnicas comuns a outros países latino-americanos.

A vigência de uma realidade diferente, inglesa, holandesa ou francesa, só se compreende na medida em que é uma superposição à vigência prévia de uma realidade ibérica. Foi precisamente isto que tornou possível a definição, e, creio, uma incorporação relativamente fácil deste novo Caribe aos demais países da América Latina.

Isto ajuda a explicar por que se produziu, em prazo relativamente curto, um trabalho multinacional conjunto, através de um entendimento em torno a objetivos comuns. A recente criação do SELA — Sistema Econômico Latino-Americano — iniciativa para cuja realização as novas nações do Caribe contribuíram de modo importante, é uma experiência tangível do processo a que nos estamos referindo.

Creio que não é uma coincidência o fato de que, recentemente, os próprios países da América Latina, em conjunto com os países do Caribe, tenham determinado, na eleição do novo Secretário Federal da Organização dos Estados Americanos, pela primeira vez, este fosse um homem do novo Caribe, o Embaixador Valery McComie, que irá encerrar nosso Seminário, no meu entender com um grande sentido simbólico deste cenário, que, na realidade, é peculiar aos últimos dez ou quinze anos, em sua efetiva vigência.

Como eu estava dizendo, nas últimas décadas, o *ser* latino-americano tende a projetar-se não só a outras extensões geográficas, mas também a outros âmbitos políticos.

As migrações dos países latino-americanos e caribeanos para os Estados Unidos, por circunstâncias históricas diferentes e subordinadas a realidades que variam, tiveram profundo impacto nesse país, nos últimos anos. Os quinze milhões de mexicanos, cubanos, porto-riquenhos, caribeanos, em geral, e, mais recentemente, a migração de homens e mulheres de países ao sul do Equador levaram à formação, na América saxônica, de uma poderosa minoria racial e linguística cujas projeções e transcendência só agora se estão percebendo.

E basta ver nos jornais, poucos dias antes das eleições, que a ênfase dos dois candidatos não era, como havia ocorrido até oito, doze ou vinte anos, nas minorias negras, ou nas minorias de origem européia, porém, fundamentalmente, nas minorias de origem latino-americana.

Acrescentemos que, desde a “revolução dos cravos vermelhos”, em Portugal, em abril de 1974, até a presente data, o processo de democratização e abertura, tanto em Portugal como na Espanha, está criando um diálogo histórico-cultural de inesperadas projeções entre essas nações e a América Latina.

Hoje já podemos dizer, com mais razão do que nunca, da existência de uma “dimensão ibérica” para relacionar interesses e problemas comuns entre os países natais e as nações que nasceram com sua contribuição.

Por isso, alegra-me profundamente a presença do Sr. Embaixador da Espanha, como parte não só do Corpo Diplomático, mas, eu me atreveria a afirmar, deste diálogo, numa perspectiva histórico-cultural. E creio que não estou dizendo palavras protocolares, se tivermos em mente os discursos do Rei da Espanha, em seu percurso pela América Latina, em que define a comunidade ibero-americana — não só hispano-americana; ibero-americana — porque evidentemente, hoje em dia, esse aspecto que eu chamava pessimista e que acentua a diferença entre o lusitano e o espanhol, os fatos históricos rapidamente o estão superando, particularmente em nosso continente. E creio que, através de nosso continente, está tendo

uma profunda projeção na Europa. Se não, vejamos a posição conjunta de Espanha e Portugal, de ingresso, hoje em dia, nas comunidades econômicas européias.

O termo “latino-americano” é freqüentemente usado para definir uma categoria de desenvolvimento econômico e social mais atrasada que a anglo-saxônica. Eu, pelo menos — por que não dizer? — me formei convencionalmente nessa escola. Todavia, mesmo que essa diferença, sob muitos aspectos pudesse ser válida, do ponto de vista semântico, o latino-americano expressa, de fato, uma grande convergência de povos que apresentam uma problemática comum. O *ser* latino-americano é basicamente um processo histórico-cultural passado, presente e futuro. A permanente absorção e integração de culturas que se realiza nesta parte do mundo projeta uma imagem de características próprias. É do cenário cultural, de grandes potencialidades e de maior “destino” cosmopolita, que emerge a realidade essencial latino-americana. Por isso, para nossas nações, se patenteia de forma cada vez mais definida a necessidade de ações e políticas culturais que possam agir sobre essa realidade.

E volto a fazer referência ao que disse o Sr. Chanceler do Brasil em seus interessantes comentários do início, referindo-se aos fatores extra-econômicos, porque é evidente que, em parte, o sentido de nosso atraso em comparação com o europeu, o anglo-saxônico, durante o século XIX e grande parte do século XX, tem como explicação esse determinismo de caráter econômico. Apesar disso, uma vez mais, fatores culturais, políticos e históricos estão realizando uma perspectiva evidentemente deformada, sendo hoje em dia muito poucas, a meu ver, as pessoas que, com uma interpretação profunda da História e da Filosofia, se atrevem a atribuir exclusivamente a fatores econômicos o curso da História.

Por seu nível de maturidade histórica, a América Latina experimentou, no decurso dos últimos trinta anos, um profundo impacto de modernização. É neste período, que se inicia com a II Guerra Mundial, que se definem com maior clareza a natureza e as características do subdesenvolvimento, o que leva à formação de uma política comum que abrange os países que não alcançaram um grau de desenvolvimento econômico e tecnológico adiantado, conforme o conceito genérico do Terceiro Mundo.

O conferencista que falará depois de mim, Dr. Enrique Iglesias, fará referência a este assunto, porém é evidente que, na fase posterior à II Guerra Mundial, a América Latina tem uma perspectiva diferente de sua História, por se haver incorporado a esse processo de aceleração planetária, através da absorção das técnicas e das realidades econômicas de caráter comum.

E também, se me permitem, em nossa experiência no Banco Interamericano, nos planos financeiro e técnico, se manifestou essa característica. A América Latina, com sua vontade política, criou um órgão próprio. Para isso, teve o importante

apoio dos Estados Unidos e, atualmente, conta com o importante apoio dos outros países do mundo, mas sempre com espírito regional, para poder realizar uma adaptação não só quantitativa, mas, eu me atreveria a dizer, basicamente qualitativa das técnicas financeiras e tecnológicas que atualmente determinam a civilização contemporânea.

Quero aproveitar minha presença em Brasília e nesta Casa para prestar uma homenagem muito especial ao falecido ex-Presidente Juscelino Kubitschek, porque, evidentemente, foi a Operação Pan-Americana, em 1958, durante seu mandato, que permitiu o conceito de regionalização, e muito concretamente, neste caso, a regionalização de caráter financeiro. Lembro-me, faz vinte anos, nesta cidade, que ainda estava em tempo de construção, de ter tido a honra de ser recebido pelo Presidente Kubitschek, ocasião em que ele me disse: “Sr. Herrera, o grande resultado da Operação Pan-Americana foi exatamente que contribuímos politicamente para criar organismos e métodos de ação destinados, no futuro, a ter um papel fundamental no desempenho econômico, social e tecnológico da América Latina.” Creio que o Presidente Kubitschek, neste como em outros assuntos, tinha uma profunda visão do futuro.

A preocupação generalizada da comunidade internacional com a supervisão dessas condições de subdesenvolvimento fez surgir teorias e políticas destinadas a acelerar seu ritmo de crescimento econômico. Uma projeção positiva desse “Zeitgeist” — o espírito dos tempos — se reflete na chamada Primeira Década Para o Desenvolvimento das Nações Unidas, que, em nosso continente, toma o nome de Aliança Para o Progresso, compreendendo o período de 1960, e cuja meta era incrementar o Produto Nacional Bruto dos países em vias de desenvolvimento na ordem de 5% por ano. Na orientação dessa política se enfatiza o componente de caráter social para alcançar um desenvolvimento equilibrado.

Essa ênfase desenvolvimentista é, em parte uma nova versão do conceito filosófico de progresso, em voga a partir do século XVIII, transformado em verdadeira filosofia e religião pelos países ocidentais, no século XIX e em grande parte do século XX. E permitam-me sublinhar este aspecto, sobretudo para as novas gerações, que acreditam que o desenvolvimento é uma invenção nova, quando, se há algo que foi consubstancial à nossa tradição histórico-cultural, modelo cristão incorporado à realidade greco-romana, é precisamente o conceito de progresso. Quer dizer que, para entender, hoje em dia, o conceito de desenvolvimento, é indispensável que nos reportemos a vários séculos antes do nascimento de Cristo.

A América Latina, no momento atual, pode encarar com satisfação este mandato do progresso, no que concerne às metas alcançadas por um desenvolvimento orientado no sentido do crescimento e da acumulação de bens materiais, porque fomos e somos parte do mundo ocidental. No curso de uma geração, operou-se no continente um profundo e extenso processo de mudança nas condições de vida diá-

ria. Por outro lado, verifica-se que a população duplicou, o que acarreta novas pressões sobre o sistema econômico, político e social. Essa população maior conta com uma alta percentagem de menores de vinte anos, o que, por sua vez, cria novas realidades sociológicas e culturais. Paralelamente, verifica-se um extraordinário desenvolvimento urbano, na maioria dos casos, infelizmente, realizado em termos desordenados e ineficazes. Entretanto, desmentindo as cassandras de uma catástrofe que seria o resultado de explosão demográfica, as estatísticas indicam que, em que pese ao crescimento populacional, a média do nível de vida tende a elevar-se. A América Latina quadruplicou seu produto regional, e a renda “per capita” duplicou, o que mostra que, se a população dobrou, em uma geração, fomos capazes não só de responder a esse crescimento, mas de dar ao homem que subsiste um padrão de vida duas vezes mais alto que o de 1945. Uma parte real das alterações materiais registradas corresponde a melhores condições da produtividade no sistema econômico, como consequência de um processo estável de industrialização e de melhorias, em certos períodos. Temos também de levar em conta as relações do intercâmbio exterior. A isso poderíamos acrescentar as mais altas taxas de capitalização, no interior e no exterior, e a modificação de muitas das velhas estruturas, em função destas novas forças econômicas sociais. Este quadro que estamos descrevendo sumariamente não nos pode surpreender se considerarmos os recursos naturais e humanos da América Latina como eu disse, à luz de uma vocação de progresso, no melhor sentido da tradição ocidental, porque mesmo sendo a América Latina essencialmente o resultado de uma permanente mestiçagem, sua reação diante dos desafios do mundo político-econômico tem sempre a conotação da cultura ocidental, e — eu me atreveria a dizer — fundamentalmente a cultura européia, na qual por certo incluo os Estados Unidos, porque, evidentemente, a Europa, não só no século passado, mas no atual, continua sendo um roteiro e um cenário de determinação diante dos desafios humanos de caráter extraordinário.

No período colonial, os modelos e as metrópoles definem a estrutura da organização social de nossos países em seus diversos aspectos. E não se trata, como dizem muitos pessimistas, de modelos do tipo colonialista, do tipo dependente de maneira mecânica; são modelos que participam de uma realidade de caráter peninsular. Creio que, quando se fala de nosso passado colonial, há, evidentemente, uma profunda diferença histórica entre o nosso e o passado colonial que outros países, dependentes de outros grandes centros europeus de poder, podem alegar, hoje em dia. E é por essa circunstância mesma que, na América Latina, diversamente de nossos irmãos do Terceiro Mundo, da África e da Ásia, não há nenhuma reação de caráter antiocidental, porque bem compreendemos o que esse processo de participação produziu.

Conseguida a emancipação, trata-se de adaptar os esquemas que se consideravam mais adiantados nas mencionadas sociedades européias e nos Estados Unidos, que nada mais são que uma projeção da Europa.

Dizemos que se trata de adotar porque é bem conhecida a dicotomia permanente que se produz, no século XIX, entre as aspirações culturais e intelectuais de uma minoria seleta e as forças regressivas que se expressam, em muitos desses povos, num caudilhismo que determina uma História sangrenta e caótica. Felizmente, há exceções muito importantes, e este País é um dos casos talvez mais evidentes.

Esse caudilhismo, entretanto, mesmo quando frustra as aspirações dos grupos intelectuais no sentido de um nível cultural mais elevado, projeta uma concepção progressista nas coisas materiais.

Não representam outra coisa na História latino-americana os processos de modernização realizados por Porfirio Díaz, no México, e por Vicente Gómez, na Venezuela. A abertura indiscriminada ao capital estrangeiro não reflete somente um ato de dependência dos centros econômicos mais adiantados, mas também a crença em que nosso atraso, nossa chamada “barbárie”, poderia ser superada, com a proteção das sociedades industriais da época. Assim, embora pareça paradoxal a muitos de meus amigos banqueiros, o processo em que se incorpora o capital estrangeiro à América Latina é, em grande parte, de caráter cultural, porque os latino-americanos responsáveis viam exatamente que o desenvolvimento financeiro da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos, era a expressão já superada de uma realidade que se queria transportar para nosso próprio continente.

A América Latina tende, assim, a absorver as concepções ocidentais do século XIX, em todas as suas projeções: nos campos econômico, educacional, militar, no da criação artística. Nossos países contam sempre com setores inclinados às idéias políticas e culturais mais adiantadas das sociedades ocidentais. Nas primeiras décadas do século XX, essa característica se acentua. As transformações que se seguiram à I Guerra Mundial e as novas realidades sócio-culturais das sociedades mais adiantadas refletiram-se diretamente sobre nós. Creio que o caso da História contemporânea do Brasil, sobretudo no período de pós-guerra, é uma expressão sumamente interessante de como, tal qual outros países da América Latina, ela sofre impacto, quando não era essa escala de valores que estava predominando nos campos político e econômico — principalmente no político — no mundo europeu e no mundo ocidental.

Pareceria que o processo que estamos lembrando tende a manter-se e repetir-se nos últimos trinta anos, ou seja, na época posterior à II Guerra Mundial. Entretanto, pensamos, o desenvolvimento da última geração, pelo próprio processo de aceleração histórica global, produziu um choque entre as realidades culturais do século XIX que vivemos até agora e os novos desafios de uma sociedade cuja prioridade é o crescimento econômico e os níveis de consumo.

Em outras palavras, creio que o processo de absorção cultural, do século XIX até à II Guerra Mundial, se efetua de forma mais orgânica e mais fácil do que o

processo atual. É evidente, porém, que hoje em dia, de um modo ou de outro, seja qual for o modelo político-econômico do país, as grandes maiorias é que determinam nossa realidade. E essas grandes maiorias questionam esse processo a que fiz referência.

O conflito entre essa realidade histórico-cultural e as novas motivações e forças que emergem da chamada sociedade de consumo é bem conhecido em todo o Terceiro Mundo e constitui uma das mais sérias preocupações internacionais.

V. Exa., Sr. Presidente, teve a gentileza de fazer referência ao grupo de trabalho em que preparamos um relatório para a OEA, em sua próxima Assembléia-Geral Extraordinária, que se realizará em 1981, em Montevideu. Nesse grupo, que V. Exa. chama “dos Nove Sábios” — digamos que são oito; eu me excluo — contamos com a presença de um brasileiro ilustre, o Sr. Osório de Almeida, e com um americano também muito importante, Walt Rostoff, que, como se sabe, foi, no fundo, o grande teórico da sociedade de consumo contemporânea, quando falou em suas etapas de desenvolvimento. Penso em uma declaração feita por Walt — não sei se estou falando sem sua permissão, mas vou escrever-lhe, assim que termine este Seminário, dizendo-lhe que fiz este comentário — nesse Grupo dos Nove, em que trabalhamos, durante um ano, em sistema de etapas, refletindo e debatendo, com profundas divergências. Walt admitiu, afinal, que esse conceito tão mecânico de etapas de desenvolvimento não pode ser aplicado no Terceiro Mundo, muito menos na América Latina, precisamente pela presença desses fatores de caráter sócio-cultural.

É interessante que a próxima Assembléia-Geral Extraordinária da OEA não tratará de desenvolvimento, mas de cooperação hemisférica em função de um desenvolvimento integrado. Quer dizer que nós, pelo menos, propusemos que não só as condicionantes já convencionais de comércio interior, de financiamento e de tecnologia sejam tratadas, no que concerne à cooperação futura, mas também o problema de fixação do homem; o problema da educação, do analfabetismo; o problema da cultura; o problema da falta de capacidade econômica em nossos países menores, sem deixar de abordar, por certo, as grandes crises que a América Latina enfrenta, hoje em dia, por circunstâncias de caráter internacional, sobretudo no que diz respeito à energia. Apontamos, também, a necessidade de uma profunda análise de nosso problema alimentar e nutricional, num continente com o maior número de recursos agrícolas no mundo — a grande fonte de reserva mundial, é aqui, na América Latina, que a temos — e, de modo geral, o problema de nossos recursos naturais, pois a América Latina, por circunstâncias diversas, não os soube utilizar, quantitativa e qualitativamente, de forma adequada, até o momento. E isso constitui um desafio, em nossa opinião, não só de ordem individual, mas também de ordem coletiva, e aqui está a grande tese da integração futura.

Conservar a identidade cultural dos povos novos transformou-se em um “slogan”, quem sabe muitas vezes não muito bem elaborado e definido, mas que expressa o mal-estar e o desajuste próprios de uma alienação cultural. São duas curtas frases usadas todos os dias — basta abrir os jornais: identidade cultural e alienação cultural. Difícil é definir. Entretanto, o fato de não se poder definir não significa que não haja uma realidade profunda atrás disso. Estamos lutando por alguma coisa, estamos reclamando alguma coisa que os homens mais responsáveis dos nossos meios de comunicação têm pleiteado.

Por isso, é interessante constatar que isso feriu mais a sensibilidade do homem latino-americano do que outras situações que se poderiam considerar deformantes, em nossa coexistência diária. Creio que seria muito interessante que, ao começar esta luta, interrogássemos nossa temática, nos diferentes níveis — acadêmico, olímpico, ou dos meios de comunicação — e a comparássemos com a temática dos anos 60. Evidentemente, a gravitação que estamos dando a estes aspectos sócio-culturais e políticos talvez é igual ou superior à que atribuíamos, anos atrás, exclusivamente a fatores de subdesenvolvimento econômico. Aliás, isso não nos pode chamar a atenção. Certamente leram um telegrama internacional, faz três ou quatro dias, em que Arafat, no grande cenário internacional, lastima o sério problema do povo palestino — quem não lastima? Não é o problema das transnacionais, nem é o problema do barco internacional, ou de independência financeira. Evidentemente, não sabem ou não podem lastimá-los, hoje em dia, porque eles estão, em grande parte, entrando nessa realidade, estão controlando as finanças internacionais. O que Arafat lastima como um grande fator de imperialismo ocidental, a seu ver, é o problema dos meios de comunicação, que dizem ser o verdadeiro desafio, hoje em dia, para a cultura árabe, e, neste caso, muito concreto, para ele, o problema palestino.

Isto me lembra — se me permitem — um fato pessoal. Em 1945, coube-me, por um acaso do destino, presidir a Federação de Estudantes do Chile. Tínhamos uma profunda admiração por Victor Raúl Haya de la Torre, porque já estávamos convencidos de que o destino histórico da América Latina era o reencontro com as idéias bolivarianas e víamos como a única força política que movia essas idéias Victor Raúl Haya de la Torre e o APRA, e o convidamos, no Chile — lembro-me — a dar-nos a honra de pronunciar uma conferência, em nossa Universidade, sobre como ele via nosso futuro, como via o processo de afirmação de nossa identidade. Nessa época — abro um parêntesis — Hollywood era o grande centro cultural, porque, pelo menos no meu país, o rádio era pouco usado, e não existia televisão, de modo que era o cinema, na realidade, o meio de comunicação e de projeção. E, para nossa grande surpresa, começa ele seu tema dizendo: “Estimados companheiros da nova geração, seu problema não é o imperialismo econômico, como vocês pensam e como estão estudando. Já escrevi que isso está superado. O problema é Hollywood.” Para nós, isso foi um tremendo choque. Muitos riram, outros vaiaram, outros saíram e disseram: “Victor Raúl Haya de la Torre está ‘virando a casaca’. Não quer se-

guir a linha continuísta, diríamos, de seu famoso livro “O Antiimperialismo e o APRA”, escrito no final da década de 20, e no qual já nos tinham dito que devíamos confiar.” Haya, porém, aprofundou seu pensamento e disse: “Senhores, nas próximas décadas, o problema da América Latina, quanto ao desenvolvimento, é a presença dos meios de comunicação, que se vão aperfeiçoando no mundo desenvolvido, porque a economia, a técnica e a ciência, vamos absorvê-las e vamos torná-las até mais eficientes. Mas o que não vamos poder superar, pelo menos durante muito tempo, é o modo como esses povos utilizaram sua própria cultura e vão utilizar as técnicas modernas para projetá-las por todo o mundo. Esse imperialismo de Hollywood, não vamos superá-lo. A América Latina não terá uma Hollywood.”

Creio que se Víctor Raúl estivesse nesta sala, ele não só nos surpreenderia com suas palavras, mas certamente muitos de nós encontraríamos muita razão no que ele disse, faz 35 anos, tendo presente o que são os meios audiovisuais e a projeção externa que se faz sobre a América Latina.

O conflito tornou-se agudo, portanto, com a revolução, de âmbito universal, nos meios de comunicação, e não só para nós, mas também para o Terceiro Mundo. Em recente diálogo nas Nações Unidas, esse foi um dos problemas, como sabem meus amigos do Itamaraty, que veio à luz com grande força. O emprego maciço do rádio e da televisão produziu um cenário cultural novo, que, embora de características diferentes entre os diversos países e regiões latino-americanas, criou um processo de troca muito semelhante.

Um parlamentar brasileiro — e não mencionarei seu nome, para não lhe causar incômodo, mas, se quiserem consultar o “Jornal do Brasil” de 28 de dezembro de 1976, faz, portanto, quatro anos, verão uma declaração sua — manifestava essa preocupação, propondo uma cruzada nacional brasileira, indispensável, segundo ele, “para salvação da cultura brasileira, que agora sofre ameaça por todos os lados”. E ele se perguntava: “Que país é este, que chegou a esquecer-se de seus heróis, substituindo-os por ridículos ímitos importados, como os “cow-boys” do Oeste norte-americano, cuja lenda, todos sabemos, é fruto da imaginação cinematográfica? Que país é este que não pode transmitir às gerações vindouras exemplos de homens simples do nosso povo? Temos de salvar o que resta da cultura brasileira. Se não o fizermos, correremos o risco de amanhecer sendo outra nação, na qual o sentimento brasileiro será apenas uma referência histórica.”

Fiz uma citação textual. Sei que estes conceitos, obviamente, estão superenfaticados e vão até uma concepção final, mas penso que algo parecido poder-se-ia aplicar a tantas nações na América Latina.

Esta é, portanto, uma preocupação generalizada em nossa América Latina contemporânea. Tememos uma alienação cultural, porque a estamos vivendo. Entretanto, como regra geral, nos encontramos sem outras alternativas ou opções,

diante de realidades de caráter irreversível, como no caso deste tipo de revolução dos meios audiovisuais. A crescente formação de uma opinião e uma consciência de que se há de fazer alguma coisa para evitar a perda de nossa identidade é o melhor juízo para alimentar as perspectivas de políticas culturais que, até agora, foram inexistentes, ou se orientaram em função de uma realidade que terminou com a II Guerra Mundial.

Por isso, alegra-me profundamente a participação de Aloísio Magalhães neste Seminário, por ser ele, sem favor, uma das mais importantes personalidades, como Diretor do Patrimônio Cultural e Artístico deste País, o que significa o ajuste de políticas nacionais. Num país tão grande como este, compreendo que o problema é ainda muito mais complexo do que em outros países, mas isso quer dizer que já fizemos o diagnóstico, e é evidente, como dizia um grande sociólogo do século XIX, que cada vez que o homem é capaz de perceber um problema, seja de forma instintiva, seja do outro lado da moeda, ele tem também as bases para uma solução. A tragédia seria não ter consciência de que existe esse problema.

O processo de alienação cultural latino-americana é, porém, mais profundo que as tangíveis erosões experimentadas pelo impacto através dos meios de comunicação dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Conforme assinalamos, a influência mais determinante neste processo se produz através da apresentação dessas “mass media”, inclusive, por certo, os sistemas de anúncios e propaganda. Há, entretanto, aspectos menos aparentes; porém alguns sociólogos, com toda a razão, os enfatizaram e a eles desejo referir-me, embora saiba que muitos estarão em desacordo com este comentário.

Em primeiro lugar, quero mencionar que as técnicas que determinam a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços constituem um reflexo cada dia mais acentuado do que acontece nas sociedades técnica e industrialmente mais adiantadas. Muito se discutiu sobre a necessidade de contar com técnicas intermediárias, criadas e desenvolvidas em função de nossas próprias necessidades. Entretanto, é verdade que este planejamento, sem dúvida extremamente válido, não é mais que uma expressão de boas intenções, já que, de fato, a evolução econômica e tecnológica latino-americana, como eu disse, se realiza com base na crescente absorção do *know how* estrangeiro. Inclusive utilizamos o conceito de *know how*, e não o conceito espanhol ou português da “sapiência”, ou do conhecimento externo. Dizemos *know how*. Isso implica que as perspectivas de uma melhoria quantitativa ou qualitativa de nossas atividades dependem muito do exterior. E creio que o problema também é claro para grande parte de nossos estudiosos e de nossos técnicos, e por isso o conceito da cooperação horizontal. Utilizar as experiências que temos entre nossos países transformou-se em um dos grandes motivos de nossa integração. E, no caso brasileiro permitam-me referir as alternativas que o Brasil, com base no etanol, na biomassa, está procurando encontrar nas fontes energéticas tradicionais,

e como, para a América Latina, se abrem perspectivas, especialmente para aqueles países dependentes dos produtos convencionais.

Em segundo lugar, o fato de o sistema de produção e consumo estar influenciando grandemente, por uma ciência e tecnologia externas, determina o que, genericamente, poderíamos definir como formação de recursos humanos, particularmente o sistema educacional, em suas diferentes formas, que está também fortemente influenciado por modelos externos. Se as possibilidades de desenvolvimento modernizante, conforme o critério prevalente, estão subordinadas a estilos econômicos e técnicos de sociedades mais desenvolvidas, conseqüentemente, deve-se procurar adotar fatores que são pré-requisitos para esses estilos. Não temos por que estranhar. A educação é vinculada a processos produtivos.

As reformas educacionais estão, assim, na ordem do dia, em quase toda a América Latina. Elas se inspiram cada vez mais nas respostas dadas pelos países industrializados à pergunta de como melhor adaptar o regime educativo às necessidades do mercado de trabalho.

É no campo da educação universitária que esse processo de transferência institucional se torna mais evidente. Desejo sublinhar este assunto, que é a tendência de nossos futuros "experts", de nossos profissionais especializados, em determinados momentos de seu próprio aprofundamento, de se esquecerem da América Latina, dirigindo-se a cenários estrangeiros. E isto, Sr. Presidente, creio constituir um grande desafio, do qual falamos, em muitas oportunidades, inclusive em encontros internacionais, como o de Punta del Este, em 1967, no qual os Chefes de Estado procuraram encontrar soluções para a integração interlatino-americana, para serem criados centros de especialização.

Em vista do adiantado da hora, desejo ser o mais breve possível — pois creio que me prolonguei demais — sobre como se processa a integração cultural da América Latina.

Ao assinalar, nos parágrafos anteriores, estas novas facetas de nossa realidade cultural, não o fizemos em função dos critérios críticos ou de uma escala de valores preestabelecida, mas como testemunho de situações que limitam a capacidade própria e autônoma de expressão. Tampouco pretendemos delinear a opção de um latino-americanismo exclusivista e cooperativista. Isso não seria histórico, num continente, como eu disse, onde estamos vinculados, por excelência, a uma civilização que foi a grande criadora de nosso processo de desenvolvimento econômico e técnico, na época atual.

A projeção de um estilo ocidental, durante mais de quatro séculos, tem, entretanto, uma característica que a diferencia da presente situação. Anteriormente, as correntes culturais se incorporavam à nossa realidade de forma orgânica, como eu

dizia. Criava-se um pensamento próprio. E tivemos essas grandes figuras do século XIX: no Brasil, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, Machado de Assis. Na Argentina, Echeverría, Alberdi e Sarmiento. No Chile, Bilbao e Vicuña Mackenna. No Caribe, Martí, Hostos e Pedro Henríquez Ureña. No México, Justo Sierra, e, embora um pouco depois, Vasconcelos e Alfonso Reyes. José Cecilio del Valle, na América Central; Rodó, no Uruguai; Montalvo, no Equador; González Prada, Mariátegui e Haya de la Torre no Peru. E eu me pergunto, neste momento, em que estamos aqui juntos -- e é uma pergunta ao meio acadêmico: temos pensadores filosóficos-culturais que se possam comparar a essas grandes figuras que carregaram a tocha de nossa própria liberdade, no século passado?

Estou convencido de que, diante dos desafios mencionados, eles se destacariam. Pode-se argumentar que isso só é possível enquanto haja forças econômicas e políticas tangíveis que sustentem essa realidade. É evidente que, se a América Latina pudesse completar a tarefa inacabada de sua unificação, ela seria um centro de poder, em termos convencionais. E creio que seria mais fácil, evidentemente, criar um pensamento cultural próprio, com uma grande definição e com uma intenção de aceitá-lo convencionalmente.

Entretanto, não é esta a realidade. Devemos, então, trabalhar por uma unificação cultural, a meu ver, que leve em conta essa diversidade. A tarefa é talvez mais difícil, porém creio que estamos em condições de enfrentá-la, como fizemos em outros períodos, particularmente no século XIX, época de nossa independência, e em outras décadas mais adiantadas desse século. Há algo que nos deve estimular nisso e que foi a expressão cultural artística própria da América Latina. Talvez — se quiserem — o pensamento histórico-cultural tenha sido um pensamento mais débil que os das gerações anteriores. Entretanto, o pensamento artístico criador é muito mais forte, sobretudo tem profunda projeção. E não quero entrar em maiores detalhes. Quero apenas lembrar, na literatura, nossos grandes Prêmios Nobel: Gabriela Mistral, também tão ligada a este País; Miguel Angel Astúrias, Pablo Neruda. E quero lembrar outros que, sem terem sido Prêmios Nobel, evidentemente tiveram não só uma projeção e uma força dentro da América Latina como coesão cultural do continente, mas que também projetaram o continente no exterior: Jorge Amado, no Brasil; García Marquez, Germana Arsiniegas, na Colômbia; Vargas Llosa, no Peru; Borges e Cortázar, na Argentina; Carlos Fuentes e Octavio Paz no México; Carpentier, em Cuba.

Vou dizer-lhes por que — e o reconhecem os europeus e os homens cultos de outras partes do mundo — esses escritores latino-americanos têm, hoje em dia, mais vigência, talvez, e mais mensagens que escritores de outras partes do mundo, sobretudo do Terceiro Mundo. Creio que a resposta é difícil. Na minha opinião, a maioria deles, com exceções, teve um profundo sentido de História, e grande parte deles tem expressado o que em geral expressa — atrevo-me a afirmar — o meio ar-

tístico latino-americano, que superou o elitismo. E a verdadeira cultura não é apenas uma exposição onde se reproduzem quadros do século XIX, de um pintor muito conhecido, ou apenas ouvir as maravilhosas sinfonias de Beethoven. Isso é necessário, mas a expressão da cultura, hoje em dia, para a América Latina, está, fundamentalmente, em suas raízes, em seus povos, em suas forças folclóricas, em seus problemas, e muitos desses autores, como os de outros do ambiente artístico, vincularam-se a isso e também ao que denominamos, há pouco, profundas distorções, profundas contradições entre nosso desenvolvimento e nossa realidade de caráter vivencial. Por isso, não se pode estranhar que grande parte dos nossos artistas, do ponto de vista convencional, esteja seguindo o que se chama uma linha progressiva ou progressista para ajustar-se à nossa realidade histórica. Entendem eles que a cultura não pode estar sujeita ao elitismo próprio de uma sociedade estagnada, mas tem de dedicar-se e orientar-se para as grandes maiorias.

Finalmente, Sr. Presidente, permita-me, em poucos minutos, fazer alguns comentários — que constituem certamente o preço que vou pagar, um preço muito modesto, pelo convite de V. Exa. — sobre como podemos, concretamente, orientar nossas políticas culturais em função desses desafios, dessas preocupações que tentei esboçar de forma tão global.

De início, poderíamos dizer que há um grande campo reacionário no qual existe uma consciência internacional. O organismo que expressa, por excelência, esse cenário da cultura é a UNESCO. Em seu recente programa, a prazo médio, a UNESCO disse o seguinte:

“As regiões culturais raramente coincidem com as fronteiras políticas. Isso faz com que haja aproximações, intercâmbios e relações cordiais entre países que possuem um patrimônio cultural comum, embora com diferenças entre certos aspectos econômicos, sociais e ideológicos.”

Esse o motivo pelo qual a força cultural é, segundo penso, muito mais dinâmica do que a força da economia e da política, para esses processos imediatos, ou de presença de integração.

O que presenciamos na América Latina se repete em outras partes do mundo — na Europa, por exemplo.

Não é uma coincidência que um homem muito distinto, Joaquín de Martiz, Primeiro-Ministro do México, em várias oportunidades em que lhe solicitaram informações sobre a realidade européia, em seu conjunto, tenha chegado à conclusão de que o grave problema foi a integração cultural européia, desde o Tratado de Roma, e da II Guerra Mundial, dado que não se havia sistematizado de melhor forma uma política cultural. E propunha fórmulas para pôr em execução políticas regio-

nais européias. E por que, a bem da verdade, esta sugestão não foi posta em prática? Porque envolvia problemas institucionais e políticos.

E em nosso continente qual é a realidade? Fizemos progressos, é evidente. Temos uma realidade muito mais forte que o progresso institucional, mas a OEA foi um bom instrumento. A criação do Conselho Interamericano para a Ciência, a Educação e a Cultura foi feita em referência a Punta del Este, em 1967. A reunião que se seguiu foi do tipo “maracal”, e hoje em dia, com todo o respeito à Organização dos Estados Americanos, no balanço que já se pode fazer, o grande saldo, a meu ver, da década de 70 está muito mais, talvez, que em outros, nesse plano em que as atividades político-econômicas foram muito mais complexas e muito mais debatidas.

Esta exposição seria incompleta se eu não mencionasse o Pacto Andino. O Convênio Andrés Bello não é uma coincidência. Eu me atreveria a dizer que é o único grupo regional no mundo que subscreve, paralelamente, certos convênios que ultrapassam o campo econômico. De forma mais simbólica, aí está o Convênio Andrés Bello, que está em fase inicial, com grande apoio dos países andinos, particularmente da Venezuela. Por isso me alegra muito ter visitado tantos desses países.

Creio que o Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — poderia fazer um grande trabalho neste campo. Está em estudos a forma de dar-lhe flexibilidade.

Tivemos a experiência, através do Fundo Internacional de Promoção da Cultura, da UNESCO, de financiar projetos de formação de empreendimentos culturais em alguns países — como na Colômbia, em conjunto com o Instituto de Cultura Colombiana. Está-se formando, na região do Caribe, algo parecido, e o mesmo ocorre na América Central, de modo a ter certos estudos comuns que possam superar diferenças totalmente artificiais entre esses países.

Devemos também destacar não só a criação artística, mas também a defesa e conservação do patrimônio cultural, certamente em escala multinacional. Mencionei o barroco e sua presença na América Latina. Além disso, entretanto, temos culturas pré-colombianas, como a cultura maia, como as culturas incas, cujas expressões ultrapassam nossas fronteiras. Temos também realidades nacionais, como é o caso do Brasil, onde, faz pouco tempo, Ouro Preto foi declarada parte do patrimônio cultural mundial, e creio que todos os latino-americanos disso participamos.

Creio, que necessitamos, em primeiro lugar, incorporar a política cultural como parte dos programas de desenvolvimento nacional. Nisso, devemos imitar os franceses. Não há programa de desenvolvimento, na França, que não tenha um livro especial de cada política cultural. Espero que cheguemos — e vamos chegar certamente — a níveis parecidos.

Em segundo lugar, creio que necessitamos adaptar melhor nossas instituições administrativas e financeiras a nosso desenvolvimento de caráter cultural. Muito se tem feito nesse sentido, e creio que o campo financeiro — e não o digo só por minha experiência como ex-presidente de banco — é de extraordinária importância.

Em terceiro lugar, creio que é vital a formação de recursos humanos em função da política cultural — *experts*, animadores culturais, homens que conheçam a cultura, não só em âmbito regional, mas também em âmbito nacional e mundial.

A esse respeito, desejo expressar especial reconhecimento à Escola Interamericana de Administração Pública e à Fundação Getúlio Vargas, que, ultimamente, têm dado grande importância a cursos especializados nesse campo.

Quero também — e finalmente — sublinhar a importância que tem para a América Latina que não se esqueça da existência de diálogos interculturais. Se é bem verdade que temos um passado cultural que hoje em dia é uma realidade mundial, esse passado cultural pode ser melhor compreendido em diálogos com outros tipos de cultura, e precisamente as revoluções tecnológica, científica e econômica estão tornando cada dia mais fácil esse diálogo. O cenário da UNESCO é magnífico para isso, pois acredito que estão a nosso alcance iniciativas regionais muito importantes.

Este País tem, evidentemente, uma rica experiência, particularmente com a cultura africana. Entretanto, o que aconteceu no Brasil constitui, creio eu, um desafio que devemos tornar extensivo a todos e a cada um de nossos países, onde não estamos alheios a essas realizações de caráter cultural.

Encerrando estes comentários, eu me permito buscar um endosso para minhas palavras, que talvez a alguns possam parecer um tanto generalizadas, um tanto vagas. Era-me mais fácil, como Presidente do Banco Interamericano, dizer quanto aumentou o capital do banco, quantos empréstimos fez o banco, nos campos energético, educacional ou de estradas, porque aí estão os números, mas estamos falando de conceitos. Já que não posso utilizar as estatísticas internacionais e a realidade do mercado financeiro internacional, usei utilizar como endosso uma figura que todos nós respeitamos e de cujo pensamento em grande parte participamos. Refiro-me ao Papa João Paulo II. O Papa, no mês de julho deste ano, visitou a UNESCO e foi convidado a dar sua mensagem sobre como via a realidade cultural. E é interessante: na UNESCO, pede-se a S. Santidade que dê uma mensagem cultural. Não pediram à Igreja, mas a um homem que possui profundos conhecimentos culturais, uma profunda vivência política e social do mundo contemporâneo, que dissesse o que é cultura, a seu ver. E. S. Santidade disse o seguinte:

“Não há a menor dúvida de que as culturas humanas refletem os diversos sistemas de relações de produção. Não é, porém, este ou aquele sistema que dá ori-

gem à cultura, mas o homem — o homem que vive do sistema, que o aceita ou que quer modificá-lo. Não se pode conceber cultura alguma sem subjetividade humana e sem origem humana. No campo cultural, entretanto, o homem é sempre o fato original, constitui o fato primordial e fundamental da cultura.”

E. S. Santidade prossegue, à maneira de conclusão teórica:

“Eis, então, uma base suficiente para entender a cultura através da integralidade do homem, através de toda a realidade de sua subjetividade, e já no campo da atuação, uma base suficiente para buscar sempre na cultura o homem integral, o homem total, em toda a verdade de sua subjetividade espiritual e material, a base suficiente para que não se sobreponham à cultura, sistema autenticamente humano, maravilhosa união do espírito ao corpo, divisões e oposições preconcebidas. Com efeito, já se trata de uma absoluta preponderância da matéria, na estrutura do ser humano, ou, ao contrário, uma preponderância do espírito nessa mesma estrutura. Nenhuma das duas expressa a verdade do homem nem se coloca a serviço da cultura.”

Creio que esta mensagem do equilíbrio entre o cultural e o espiritual é a grande mensagem de hoje em dia para a América Latina, e creio que aqui está um grande desafio para que nossos povos levem em frente um processo de integração cultural para o qual têm todo um passado e sobretudo toda uma vivência comum, desconhecida em outras partes do globo terrestre.

Quadro 1
AMÉRICA LATINA: TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DE
EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS E DE EXPORTAÇÕES TOTAIS
(Percentagens)

| | 1961— 1965 | 1965— 1970 | 1970— 1975 | 1975— 1978 | 1960— 1978 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Exportações de manufaturas | 15.7 | 19.4 | 24.7 | 25.8 | 21.2 |
| Exportações totais | 10.6 | 6.3 | 20.8 | 10.9 | 12.3 |

Fonte: Elaborado com base no Quadro 1

Quadro 2
AMÉRICA LATINA: A CRESCENTE CONTRIBUIÇÃO DAS
MANUFATURAS PARA AS EXPORTAÇÕES TOTAIS
(Milhões de dólares e percentagens)

| | 1961 ^{b/} | 1965 | 1970 | 1975 | 1978 ^{c/} |
|---|--------------------|----------|----------|----------|--------------------|
| Exportações de manufaturas | 526.0 | 943.8 | 2.284.0 | 6.892.2 | 13.734.9 |
| Exportações totais | 7.434.7 | 11.136.3 | 15.145.3 | 38.895.2 | 53.121.7 |
| Participação manufaturas em exportações totais (percentagens) | 7.1 | 8.5 | 15.1 | 17.7 | 25.9 |

Fonte: CEPAL

a/ Manufaturas segundo classificação industrial.

b/ Não inclui o Caribe, nem o MCCA

c/ Cifras parcialmente calculadas

Quadro 3
 AMÉRICA LATINA: COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS *a/* PELAS RUBRICAS PRINCIPAIS
 (Valor em milhões de dólares FOB e distribuição percentual)

| | 1961b/ | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1978 | |
|-----------------------------|--------|-----------------------|-------|-----------------------|---------|-----------------------|---------|-----------------------|----------|-----------------------|
| | Valor | Per- centa- gem | Valor | Per- centa- gem | Valor | Per- centa- gem | Valor | Per- centa- gem | Valor | Per- centa- gem |
| Manufaturas tradicionais | 237.1 | 45.1 | 318.3 | 33.7 | 758.0 | 33.1 | 2.182.7 | 31.5 | 4.903.1 | 35.6 |
| Manufaturas intermediárias | 235.1 | 44.7 | 476.1 | 50.5 | 981.5 | 42.8 | 2.435.4 | 35.2 | 4.188.5 | 30.4 |
| Manufaturas metal-mecânicas | 37.1 | 7.1 | 95.5 | 10.1 | 407.4 | 17.8 | 1.913.2 | 27.7 | 3.746.4 | 27.2 |
| Total <i>c/</i> | 526.0 | 100.0 | 943.8 | 100.0 | 2.293.6 | 100.0 | 6.918.5 | 100.0 | 13.766.9 | 100.0 |

Fonte: CEPAL.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial.

b/ Não inclui Caribe, nem MCCA.

c/ A diferença nos 100% se deve a manufaturas de indústrias diversas.

Quadro 4
ALALC: PARTICIPAÇÃO DAS MANUFATURAS *a/* NAS VENDAS NA
REGIÃO E NO RESTO DO MUNDO
(Percentagens)

| | Exportações na região | | | Exportações no resto do mundo | | |
|----------------|-----------------------|-------------------------|-------|-------------------------------|-------------------------|-------|
| | Manu- faturas | Não Manu- faturas | Total | Manu- faturas | Não Manu- faturas | Total |
| 1961 | 23.0 | 77.0 | 100.0 | 5.9 | 94.1 | 100.0 |
| 1965 | 27.3 | 72.7 | 100.0 | 5.9 | 94.1 | 100.0 |
| 1970 | 42.4 | 57.6 | 100.0 | 10.5 | 89.5 | 100.0 |
| 1975 | 48.7 | 51.3 | 100.0 | 12.7 | 87.3 | 100.0 |
| 1976 <i>b/</i> | 41.4 | 58.6 | 100.0 | 14.6 | 85.4 | 100.0 |
| 1977 <i>b/</i> | 47.5 | 52.5 | 100.0 | 18.0 | 82.0 | 100.0 |
| 1978 <i>b/</i> | 56.4 | 43.6 | 100.0 | 22.2 | 77.8 | 100.0 |

Fonte: ALALC, Estatísticas de Comércio Exterior

a/ Manufaturas segundo a classificação industrial, CIIU Rev. 2; não está incluído o petróleo parcialmente refinado, nem derivados de petróleo, nem metais não-ferrosos.

b/ Cifras parcialmente calculadas.

Quadro 5
 PAÍSES DA ALALC: A IMPORTÂNCIA RELATIVA DO MERCADO REGIONAL NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS DE MANUFATURAS *a/*
 (Milhões de dólares correntes FOB e distribuição percentual)

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1978 | |
|---------------------------------|-------|-------|-------|-------|---------|-------|---------|-------|--------------------|-------------------|
| | \$ | % | \$ | % | \$ | % | \$ | % | \$ | % |
| BRASIL | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 45.2 | 32.4 | 107.4 | 45.4 | 197.7 | 34.1 | 851.6 | 31.3 | 1 268.5 | 22.4 |
| No resto do mundo | 94.1 | 67.6 | 129.1 | 54.6 | 382.3 | 65.9 | 1 873.1 | 68.7 | 4 391.6 | 77.6 |
| Total no mundo | 139.3 | 100.0 | 236.5 | 100.0 | 580.0 | 100.0 | 2 724.7 | 100.0 | 5 660.1 | 100.0 |
| ARGENTINA | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 21.9 | 16.6 | 45.2 | 31.3 | 139.0 | 33.1 | 428.6 | 46.1 | 835.5 | 37.0 |
| No resto do mundo | 110.1 | 83.4 | 99.1 | 68.7 | 281.3 | 66.9 | 500.9 | 53.9 | 1 420.4 | 63.0 |
| Total no mundo | 132.0 | 100.0 | 144.3 | 100.0 | 420.3 | 100.0 | 929.5 | 100.0 | 2 255.9 | 100.0 |
| MÉXICO | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 6.2 | 5.0 | 29.0 | 15.8 | 70.2 | 15.8 | 171.7 | 19.9 | 350.0 ^d | 17.6 ^d |
| No resto do mundo | 118.6 | 95.0 | 154.1 | 84.2 | 373.8 | 84.2 | 692.5 | 80.1 | 1 640.0 | 82.4 |
| Total no mundo | 124.8 | 100.0 | 183.1 | 100.0 | 444.0 | 100.0 | 864.2 | 100.0 | 1 990.0 | 100.0 |
| PAÍSES MÉDIOS <i>b/</i> | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 34.3 | 36.3 | 40.8 | 29.9 | 117.3 | 48.4 | 420.8 | 48.7 | 644.8 | 40.9 |
| No resto do mundo | 60.1 | 63.7 | 95.5 | 70.1 | 125.3 | 51.6 | 442.8 | 51.3 | 932.1 | 59.1 |
| Total no mundo | 94.4 | 100.0 | 136.3 | 100.0 | 242.6 | 100.0 | 863.6 | 100.0 | 1 576.9 | 100.0 |
| PAÍSES MENORES <i>c/</i> | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 4.4 | 20.6 | 6.9 | 20.3 | 16.1 | 37.6 | 93.8 | 58.2 | 157.2 | 39.6 |
| No resto do mundo | 17.0 | 79.4 | 27.1 | 79.7 | 26.7 | 62.4 | 67.4 | 41.8 | 239.9 | 60.4 |
| Total no mundo | 21.4 | 100.0 | 34.0 | 100.0 | 42.8 | 100.0 | 161.2 | 100.0 | 397.1 | 100.0 |
| TOTAL ALALC | | | | | | | | | | |
| No mercado regional | 112.0 | 21.9 | 229.3 | 31.2 | 542.3 | 31.4 | 1 966.5 | 35.5 | 3 256.0 | 27.4 |
| No resto do mundo | 399.9 | 78.1 | 504.9 | 68.8 | 1 187.4 | 68.6 | 3 576.7 | 64.5 | 8 624.0 | 72.6 |
| Total no mundo | 511.9 | 100.0 | 734.2 | 100.0 | 1 729.7 | 100.0 | 5 543.2 | 100.0 | 11 880.0 | 100.0 |

Fonte: CEPAL, com base em estatísticas oficiais dos países.

a/ Manufaturas definidas segundo classificação da UNCTAD.

b/ Inclui Colômbia, Venezuela, Chile, Peru e Uruguai.

c/ Inclui Bolívia, Equador e Paraguai. *d/* Calculado.

Quadro 6
ALALC: PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS DE PAÍSES NAS EXPORTAÇÕES
INTRA-REGIONAIS DE MANUFATURAS
 (Percentagens)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 ^{b/} | 1976 ^{b/} | 1977 ^{b/} | 1978 ^{b/} |
|----------------------------|-------|-------|-------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Argentina, Brasil e México | 65.5 | 79.2 | 75.4 | 73.8 | 68.6 | 72.5 | 75.4 |
| Outros países da ALALC | 34.5 | 20.8 | 24.6 | 26.2 | 31.4 | 27.5 | 24.6 |
| <i>Total</i> | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

Fonte: ALALC, Estatística de Comércio Exterior.

a/ Manufaturas conforme classificação industrial, CIIU Rev. 2; não se incluiu petróleo parcialmente refinado e derivados de petróleo, nem metais não-ferrosos.

b/ Cifras parcialmente estimadas.

Quadro 7
AMÉRICA LATINA: PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO MANUFATURADO
NO PRODUTO INTERNO BRUTO
 (Percentagem do PIB do país correspondente)

| | 1960 | 1965 | 1970 | 1975 | 1978 |
|-----------|------|------|------|------|------|
| ALALC | 21.8 | 23.1 | 24.8 | 25.7 | 25.8 |
| Argentina | 26.3 | 28.9 | 30.2 | 32.2 | 30.1 |
| | 25.8 | 25.6 | 28.4 | 29.7 | 30.0 |
| | 19.2 | 21.3 | 23.4 | 23.7 | 24.7 |
| | 14.9 | 16.5 | 17.1 | 18.0 | 18.0 |
| | | 17.1 | 17.5 | 18.4 | 18.9 |
| | | | 15.0 | 15.3 | 15.3 |
| | | | | 16.1 | 17.1 |
| | | | | 25.2 | 25.3 |

Fonte: ...

a/ Não inclui o Caribe.

Quadro 8
PAÍSES DA ALALC: EXPORTAÇÕES DE MANUFATURAS *a/* COMO
PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO MANUFATUREIRA, ANOS 1970 e 1974

| | 1970 | 1974 |
|--------------------|------|------|
| Argentina | 2.3 | 5.2 |
| Brasil | 2.4 | 3.2 |
| México | 3.0 | 4.4 |
| Colômbia | 2.6 | 8.6 |
| Venezuela | 1.0 | 1.6 |
| Chile | 1.7 | 2.4 |
| Peru | 0.7 | 1.5 |
| Equador | 2.3 | — |
| Bolívia | 7.5 | 3.9 |
| Uruguai | 2.1 | 2.7 |
| <i>TOTAL ALALC</i> | 2.3 | 3.8 |

Fonte: CEPAL

a/ Manufaturas conforme a classificação CIIU antiga.

Quadro 9
 GRUPOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA: EXPORTAÇÕES INTRA-REGIONAIS E TOTAIS, 1960-1978
 (Milhões de dólares correntes FOB e percentagens)

| | 1960 | 1965 | 1970 | 1973 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978a/ |
|-------------------------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| ALAI.C | | | | | | | | |
| Intra-regional | 566.6 | 841.9 | 1 277.7 | 2 355.6 | 4 024.4 | 4 558.2 | 5 709.6 | 6 027.9 |
| Total | 7 344.8 | 9 388.7 | 12 619.4 | 22 201.9 | 31 887.1 | 34 479.1 | 40 239.6 | 44 325.7 |
| Percentagem Intra/Total | 7.7 | 9.0 | 10.1 | 10.6 | 12.6 | 13.2 | 14.2 | 13.6 |
| GRUPO ANDINO b/ | | | | | | | | |
| Intra-regional | | | 107.6 | 211.2 | 419.7 | 586.3 | 805.3 | 940.1 |
| Total | | | 4 846.8 | 7 528.2 | 12 800.7 | 13 972.0 | 15 224.2 | 15 998.0 |
| Percentagem Intra/Total | | | 2.2 | 2.8 | 3.3 | 4.2 | 5.3 | 5.9 |
| M C C A | | | | | | | | |
| Intra-regional | 30.9 | 132.8 | 286.2 | 383.8 | 539.1 | 631.5 | 789.2 | 864.3 |
| Total | 444.2 | 762.5 | 1 098.0 | 1 647.9 | 2 213.3 | 2 999.0 | 4 091.5 | 3 989.5 |
| Percentagem Intra/Total | 6.7 | 17.4 | 26.1 | 23.3 | 24.4 | 21.1 | 19.3 | 21.7 |
| CARICOM c/ | | | | | | | | |
| Intra-regional | | | 41.0d | 100.0d | 223.8 | 215.4 | 199.5 | 205.7 |
| Total | | | 980.0d | 1 279.9 | 3 108.4 | 3 215.3 | 3 100.3 | 2 203.7 |
| Percentagem Intra/Total | | | 4.2 | 7.8 | 7.2 | 6.7 | 6.4 | 6.4 |
| AMÉRICA LATINA e/ | | | | | | | | |
| Intra-regional | 637.5 | 1 071.9 | 1 724.5 | 3 143.0 | 5 383.4 | 6 159.2 | 7 571.2 | 8 130.0 |
| Total | 7 988.8 | 10 374.8 | 13 705.3 | 20 205.0 | 32 885.0 | 38 064.0 | 45 352.5 | 49 233.2 |
| Percentagem Intra/Total | 8.0 | 10.3 | 12.6 | 15.6 | 16.4 | 16.2 | 16.7 | 16.5 |

Fonte: CEPAL, matrizes do comércio exterior, com exceção dos dados da ALAI.C 1965-1976, que foram fornecidos pela Secretaria da ALAI.C.

a/ Cifras preliminares.

b/ Não inclui o Chile.

c/ Considera somente Jamaica, Trinidad e Tobago, Barbados e Guiana.

d/ Estimativas.

e/ Inclui 16 países. Não inclui CARICOM.

Quadro 10
 AMÉRICA LATINA: PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE
 MANUFATURAS: VALOR DE SUAS EXPORTAÇÕES E PESO RELATIVO
 DE CADA PAÍS COM RELAÇÃO À REGIÃO
 (Milhões de dólares e percentagens respectivas)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 | 1978 |
|--|-------|-------|---------|---------|----------|
| BRASIL | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 139.3 | 236.5 | 580.0 | 2 724.7 | 5 660.1 |
| % da América Latina | 26.5 | 25.1 | 25.3 | 39.4 | 41.1 |
| ARGENTINA | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 132.0 | 144.3 | 420.3 | 929.5 | 2 255.9 |
| % da América Latina | 25.1 | 15.3 | 18.3 | 13.4 | 16.4 |
| MÉXICO | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 124.8 | 183.1 | 444.0 | 864.2 | 1 990.0 |
| % da América Latina | 23.7 | 19.4 | 19.4 | 12.4 | 14.5 |
| COLÔMBIA | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 10.3 | 38.3 | 64.7 | 322.7 | 485.9 |
| % da América Latina | 2.0 | 4.1 | 2.8 | 4.7 | 3.5 |
| VENEZUELA | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 17.5 | 42.6 | 32.5 | 101.5 | 174.9 |
| % da América Latina | 3.3 | 4.5 | 1.4 | 1.5 | 1.3 |
| OUTROS PAÍSES LATINO-AMERICANOS | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 102.1 | 299.0 | 752.1 | 1 975.9 | 3 200.1 |
| % da América Latina | 19.4 | 31.2 | 32.8 | 28.6 | 23.2 |
| TOTAL DA AMÉRICA LATINA | | | | | |
| Exportação de manufaturas | 526.0 | 943.8 | 2 293.6 | 6 918.5 | 13 766.9 |
| % | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

Quadro 11
BRASIL: PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA ALAIC COM REFERÊNCIA ÀS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM CADA CATEGORIA DE PRODUTOS

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|-----------------------------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|
| | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo | ALAIC | Resto do Mundo |
| Produtos primários | 4.1 | 95.9 | 6.9 | 93.1 | 4.7 | 95.3 | 4.8 | 95.2 | 7.0 | 93.0 | 5.7 | 94.3 | 4.2 | 95.8 |
| Produtos manufaturados a/ | 32.5 | 67.5 | 45.4 | 54.6 | 34.1 | 65.9 | 31.3 | 68.7 | 22.2 | 77.8 | 23.5 | 76.5 | 22.4 | 77.6 |
| Outros produtos manufatura dos b/ | — | 100.0 | 50.0 | 50.0 | 24.3 | 75.7 | 33.1 | 66.9 | 19.4 | 80.6 | 29.9 | 70.1 | 30.6 | 69.4 |
| Total de exportação de bens | 6.9 | 93.1 | 12.6 | 87.4 | 11.1 | 88.9 | 13.8 | 86.2 | 11.9 | 88.1 | 12.2 | 87.8 | 12.8 | 87.2 |

Fonte: CEPAL, com base em estatísticas da ALAIC e ALAIC.CEP/Repatriados

a/ Manufaturas conforme classificação industrial CIU Rev. 2

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 12
BRASIL: PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DA ALALC COM REFERÊNCIA ÀS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS EM CADA CATEGORIA DE PRODUTOS

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|---------------------------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|
| | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo | ALALC | Resto do Mundo |
| Produtos primários | 28.8 | 71.2 | 50.6 | 49.4 | 28.7 | 71.3 | 8.3 | 91.7 | 10.5 | 89.5 | 11.3 | 88.7 | 10.6 | 89.4 |
| Produtos manufaturados a/ | 0.8 | 99.2 | 3.2 | 96.8 | 3.8 | 96.2 | 3.4 | 96.6 | 5.4 | 94.6 | 7.0 | 93.0 | 7.1 | 92.9 |
| Outros produtos manufaturados b | 15.1 | 84.9 | 40.9 | 59.1 | 19.8 | 80.2 | 19.2 | 80.8 | 42.2 | 57.8 | 50.1 | 49.9 | 43.3 | 56.7 |
| Total de importação de bens | 10.0 | 90.0 | 24.9 | 75.1 | 10.9 | 89.1 | 5.7 | 94.3 | 9.3 | 90.7 | 11.1 | 89.9 | 10.0 | 90.0 |

Fonte: CEPAL, com base em estatísticas da ALALC e ALALC-CEP/Repatriados.

a/ Manufaturas conforme classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 13
 BRASIL: VALOR E PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA ALALC POR CATEGORIA DE PRODUTOS
 (Milhões de dólares correntes FOB e percentagens)

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|---------------------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|
| | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem |
| Produtos primários | 52.0 | 53.5 | 93.9 | 46.6 | 100.2 | 33.0 | 277.4 | 23.2 | 485.6 | 40.4 | 443.0 | 29.9 | 286.8 | 17.7 |
| Produtos manufaturados a/ | 45.2 | 46.5 | 107.4 | 53.2 | 197.7 | 65.3 | 851.6 | 71.1 | 693.1 | 57.6 | 986.8 | 66.7 | 1.268.5 | 78.3 |
| Outros produtos manufatura- dos b/ | — | — | 0.4 | 0.2 | 5.1 | 1.7 | 68.5 | 5.7 | 23.7 | 2.0 | 50.6 | 3.4 | 64.0 | 4.0 |
| Total de exportação de bens | 97.2 | 100.0 | 201.7 | 100.0 | 303.0 | 100.0 | 1.197.5 | 100.0 | 1.202.4 | 100.0 | 1.480.4 | 100.0 | 1.619.3 | 100.0 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC. Série A e ALALC-CEP/Repatriados.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 14
BRASIL: VALOR E PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES PARA O MUNDO POR CATEGORIA DE PRODUTOS
(Milhões de dólares correntes FOB e percentagens)

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|---------------------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|----------|----------------------------|----------|----------------------------|----------|----------------------------|
| | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem |
| Produtos primários | 1.262,1 | 90,0 | 1.358,2 | 85,1 | 2.138,0 | 78,1 | 5.737,5 | 66,2 | 6.889,1 | 68,0 | 7.752,2 | 64,0 | 6.789,3 | 53,6 |
| Produtos manufaturados a/ | 139,3 | 9,9 | 236,5 | 14,8 | 580,0 | 21,2 | 2.724,7 | 31,4 | 3.117,1 | 30,8 | 4.198,7 | 34,6 | 5.660,1 | 44,7 |
| Outros produtos manufatura- dos b/ | 1,0 | 0,1 | 0,8 | 0,1 | 21,0 | 0,7 | 207,1 | 2,4 | 122,1 | 1,2 | 169,3 | 1,4 | 209,5 | 1,7 |
| Total de exportação de bens | 1.402,4 | 100,0 | 1.595,5 | 100,0 | 2.739,0 | 100,0 | 8.669,3 | 100,0 | 10.128,3 | 100,0 | 12.120,2 | 100,0 | 12.658,9 | 100,0 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC, Série A e ALALC-CEP/Repatriados.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 15
BRASIL: VALOR E PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DA ALALC POR CATEGORIA DE PRODUTOS
(Milhões de dólares correntes CIF e percentagens)

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|--|-------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|-------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|
| | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem |
| Produtos primários | 115.1 | 79.1 | 216.5 | 79.3 | 194.6 | 62.9 | 362.3 | 46.8 | 560.6 | 43.7 | 609.2 | 40.6 | 709.1 | 45.2 |
| Produtos manufaturados <i>a/</i> | 7.5 | 5.1 | 18.5 | 6.8 | 73.6 | 23.8 | 285.6 | 38.1 | 413.9 | 32.3 | 515.1 | 34.3 | 591.1 | 37.6 |
| Outros produtos manufatura- dos <i>b/</i> | 23.0 | 15.8 | 38.0 | 13.9 | 41.4 | 13.3 | 117.3 | 15.1 | 308.0 | 24.0 | 376.4 | 25.1 | 270.1 | 17.2 |
| Total de importação de bens | 145.6 | 100.0 | 273.0 | 100.0 | 309.6 | 100.0 | 775.2 | 100.0 | 1.282.5 | 100.0 | 1.500.7 | 100.0 | 1.570.3 | 100.0 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC, Série B e ALALC-CEP/Repartidos.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 16
BRASIL: VALOR E PARTICIPAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS POR CATEGORIA DE PRODUTOS
(Milhões de dólares correntes CIF e percentagens)

| | 1961 | | 1965 | | 1970 | | 1975 | | 1976 | | 1977 | | 1978 | |
|--|---------|----------------------------|---------|----------------------------|---------|----------------------------|----------|----------------------------|----------|----------------------------|----------|----------------------------|----------|----------------------------|
| | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem | Valor | Per- cen- ta- gem |
| Produtos primários | 399.9 | 27.4 | 428.2 | 39.1 | 678.6 | 23.9 | 4.341.6 | 31.9 | 5.339.1 | 38.8 | 5.415.4 | 39.9 | 6.670.3 | 42.6 |
| Produtos manufaturados <i>a/</i> | 907.5 | 62.2 | 575.2 | 52.4 | 1.956.5 | 68.8 | 8.639.9 | 63.6 | 7.691.5 | 55.9 | 7.413.8 | 54.6 | 8.375.7 | 53.5 |
| Outros produtos manufatura- dos <i>b/</i> | 151.9 | 10.4 | 93.0 | 8.5 | 209.5 | 7.3 | 611.0 | 4.5 | 730.1 | 5.3 | 751.4 | 5.5 | 623.8 | 3.9 |
| Total de importação de bens | 1.459.3 | 100.0 | 1.096.4 | 100.0 | 2.844.6 | 100.0 | 13.592.5 | 100.0 | 13.760.7 | 100.0 | 13.580.6 | 100.0 | 15.669.8 | 100.0 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC, Série B e ALALC-CEP Repartidos.

a Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b. Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 17
BRASIL: EXPORTAÇÃO DE MANUFATURAS a/ PARA A ALALC E PARA O MUNDO SEGUNDO SUA ORIGEM INDUSTRIAL
(Milhões de dólares correntes FOB e percentagens)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 |
|---|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|
| I. Exportação total de Manufaturas | | | | | | | |
| ALALC | 45.2 | 107.4 | 197.7 | 851.6 | 693.1 | 986.8 | 1 268.5 |
| Mundo | 139.3 | 236.5 | 580.0 | 2 724.7 | 3 117.1 | 4 198.7 | 5 660.1 |
| ALALC/Mundo (%) | 32.4 | 45.4 | 34.1 | 31.3 | 22.2 | 23.5 | 22.4 |
| 1) Produtos alimentícios, bebidas e tabaco | | | | | | | |
| ALALC | 1.2 | 0.9 | 4.1 | 18.8 | 20.9 | 36.5 | 44.5 |
| Mundo | 36.0 | 43.2 | 120.5 | 399.4 | 654.6 | 1 041.8 | 1 245.4 |
| ALALC/Mundo (%) | 3.3 | 2.1 | 3.4 | 4.7 | 3.2 | 3.5 | 3.6 |
| 2) Bens de Consumo perecíveis | | | | | | | |
| ALALC | 0.9 | 5.8 | 9.6 | 108.6 | 100.1 | 129.4 | 166.4 |
| Mundo | 4.7 | 23.6 | 78.3 | 720.2 | 775.5 | 891.8 | 1 140.7 |
| ALALC/Mundo (%) | 19.2 | 24.6 | 12.3 | 15.1 | 12.9 | 14.5 | 14.6 |
| 3) Bens intermediários | | | | | | | |
| ALALC | 37.0 | 81.2 | 115.9 | 251.2 | 152.4 | 232.3 | 300.2 |
| Mundo | 87.0 | 146.5 | 273.8 | 631.6 | 703.3 | 790.4 | 1 208.9 |
| ALALC/Mundo (%) | 42.5 | 55.4 | 42.3 | 39.8 | 21.7 | 29.4 | 24.8 |
| 4) Indústrias Metal-Mecânicas | | | | | | | |
| ALALC | 6.1 | 19.5 | 68.1 | 473.0 | 419.7 | 588.6 | 757.4 |
| Mundo | 11.6 | 23.2 | 107.4 | 973.5 | 983.7 | 1 474.7 | 2 065.1 |
| ALALC/Mundo (%) | 52.6 | 84.1 | 63.4 | 48.6 | 42.7 | 39.9 | 36.7 |
| II. Outros produtos Manufaturados b/ | | | | | | | |
| ALALC | — | 0.4 | 5.1 | 68.5 | 23.7 | 50.6 | 64.0 |
| Mundo | 1.0 | 0.8 | 21.0 | 207.1 | 122.1 | 169.3 | 209.5 |
| ALALC/Mundo | — | 50.0 | 24.3 | 33.1 | 19.4 | 29.9 | 30.6 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC, Série A, Exportações e ALALC. CEP/Repatriados.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados de petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 18
BRASIL: IMPORTAÇÃO DE MANUFATURAS a/ DA ALALC E DO MUNDO SEGUNDO SUA ORIGEM INDUSTRIAL.
(Milhões de dólares correntes CIF e percentagens)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 |
|---|-------|-------|---------|---------|---------|---------|---------|
| I. Importação total de Manufaturas | | | | | | | |
| ALALC | 7.5 | 18.5 | 73.6 | 295.6 | 413.9 | 515.1 | 591.1 |
| Mundo | 907.5 | 575.2 | 1 956.5 | 8 639.9 | 7 691.5 | 7 413.8 | 8 375.7 |
| ALALC/Mundo (%) | 0.8 | 3.2 | 3.8 | 3.4 | 5.4 | 7.0 | 7.1 |
| 1) Produtos alimentícios, bebidas e tabaco | | | | | | | |
| ALALC | 0.1 | 0.2 | 9.4 | 34.3 | 40.9 | 74.9 | 61.8 |
| Mundo | 15.9 | 14.9 | 32.2 | 114.8 | 110.3 | 125.4 | 136.1 |
| ALALC/Mundo (%) | 0.6 | 1.3 | 29.2 | 29.9 | 37.1 | 59.7 | 45.4 |
| 2) Bens de Consumo perecíveis | | | | | | | |
| ALALC | 0.9 | 1.0 | 6.3 | 28.9 | 48.5 | 53.5 | 64.3 |
| Mundo | 18.5 | 22.8 | 97.2 | 301.4 | 274.1 | 282.0 | 335.1 |
| ALALC/Mundo (%) | 4.9 | 4.4 | 6.5 | 9.6 | 17.7 | 19.0 | 19.2 |
| 3) Bens intermediários | | | | | | | |
| ALALC | 5.3 | 10.6 | 32.8 | 124.3 | 221.4 | 222.3 | 272.3 |
| Mundo | 280.8 | 255.5 | 685.5 | 3 472.3 | 2 961.2 | 2 961.5 | 3 134.2 |
| ALALC/Mundo (%) | 1.9 | 4.2 | 4.8 | 3.6 | 7.5 | 7.5 | 8.7 |
| 4) Indústrias Metal-Mecânicas | | | | | | | |
| ALALC | 1.2 | 6.7 | 25.1 | 108.1 | 108.1 | 164.4 | 192.7 |
| Mundo | 592.3 | 282.0 | 1 141.6 | 4 751.4 | 4 345.9 | 4 044.9 | 4 770.3 |
| ALALC/Mundo (%) | 0.2 | 2.4 | 2.2 | 2.3 | 2.4 | 4.1 | 4.0 |
| II. Outros produtos Manufaturados b/ | | | | | | | |
| ALALC | 23.0 | 38.0 | 41.4 | 117.3 | 308.0 | 376.4 | 270.1 |
| Mundo | 151.9 | 93.0 | 209.5 | 611.0 | 730.1 | 751.4 | 623.8 |
| ALALC/Mundo | 15.1 | 40.9 | 19.8 | 19.2 | 42.2 | 50.1 | 43.3 |

Fonte: CEPAL, com base em cifras da ALALC, Série B, Importações e ALALC. CEP/Repartidos.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados de petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 19
BRASIL: SALDOS DO COMÉRCIO COM A ALALC
(Milhões de dólares correntes FOR)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 |
|---|-------|-------|-------|---------|---------|---------|---------|
| Exportação total de bens | 97.2 | 201.7 | 303.0 | 1 197.5 | 1 201.4 | 1 480.4 | 1 619.3 |
| Importação total de bens | 128.9 | 234.5 | 272.4 | 696.5 | 1 157.0 | 1 361.0 | 1 427.3 |
| Saldo | -31.7 | -32.8 | 30.6 | 501.0 | 45.4 | 119.4 | 192.0 |
| I. Exportação total de manufaturas a/ | 45.2 | 107.4 | 197.7 | 851.6 | 693.1 | 986.8 | 1 268.5 |
| Importação total de manufaturas a/ | 6.6 | 16.0 | 64.8 | 265.6 | 373.4 | 467.1 | 537.3 |
| Saldo | 38.6 | 91.4 | 132.9 | 586.0 | 319.7 | 519.7 | 731.2 |
| Exportação de produtos alimentícios, bebidas e tabaco | 1.2 | 0.9 | 4.1 | 18.8 | 20.9 | 36.5 | 44.5 |
| Importação de produtos alimentícios, bebidas e tabaco | - | 0.2 | 8.3 | 30.8 | 36.9 | 67.9 | 56.2 |
| Saldo | 1.2 | 0.7 | -4.2 | -12.0 | -16.0 | -31.4 | -11.7 |
| Exportação de bens de consumo perecíveis | 0.9 | 5.8 | 9.6 | 108.6 | 100.1 | 129.4 | 166.4 |
| Importação de bens de consumo perecíveis | 0.8 | 0.9 | 5.5 | 26.0 | 43.8 | 48.5 | 58.4 |
| Saldo | 0.1 | 4.9 | 4.1 | 82.6 | 56.3 | 80.9 | 108.6 |
| Exportação de bens intermediários | 3.0 | 81.2 | 115.9 | 251.2 | 152.4 | 232.3 | 300.2 |
| Importação de bens intermediários | 4.7 | 9.1 | 28.9 | 111.7 | 199.7 | 201.6 | 247.5 |
| Saldo | -32.3 | 72.1 | 87.0 | 139.5 | 47.3 | 30.7 | 52.7 |
| Exportação indústria metal-mecânica | 6.1 | 19.5 | 68.1 | 473.0 | 419.7 | 588.6 | 757.4 |
| Importação indústria metal-mecânica | 1.1 | 5.8 | 22.1 | 97.1 | 93.0 | 149.1 | 175.2 |
| Saldo | 5.0 | 13.7 | 46.0 | 375.9 | 326.7 | 439.5 | 582.2 |
| II. Exportação outros produtos manufaturados b/ | | | | | | | |
| Importação outros produtos manufaturados b/ | 20.4 | 32.6 | 36.4 | 105.4 | 277.9 | 341.4 | 245.5 |
| Saldo | -20.4 | -32.2 | -31.3 | -36.9 | -254.2 | -290.8 | -181.5 |
| III. Exportação de produtos primários | 52.0 | 93.9 | 100.2 | 277.4 | 485.6 | 443.0 | 286.8 |
| Importação de produtos primários | 101.9 | 185.9 | 171.2 | 325.5 | 505.7 | 552.5 | 644.5 |
| Saldo | -49.9 | -92.0 | -71.0 | -48.1 | -20.1 | -109.5 | -357.7 |

Fonte CEPAL, com base em cifras da ALALC, Séries A e B, e AIALC-CEP/Repatriados.

Nota: As importações da ALALC foram ajustadas de CIF para FOB, aplicando os coeficientes anuais de custo, seguro e frete das importações mundiais.

a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Quadro 20
BRASIL: SALDOS DO COMÉRCIO COM O MUNDO
(Milhões de dólares correntes FOB)

| | 1961 | 1965 | 1970 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 |
|---|---------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Exportação total de bens | 1 402.4 | 1 595.5 | 2 739.0 | 8 669.3 | 10 128.3 | 12 120.2 | 12 658.9 |
| Importação total de bens | 1 291.5 | 941.3 | 2 503.1 | 12 210.3 | 12 413.8 | 12 316.9 | 14 242.7 |
| Saldo | 110.9 | 654.2 | 235.9 | -3 541.0 | -2 285.5 | -196.7 | -1 583.8 |
| I. Exportação total de manufaturas a/ | 139.3 | 236.5 | 580.0 | 2 724.7 | 3 117.1 | 4 198.7 | 5 660.1 |
| Importação total de manufaturas a/ | 803.2 | 493.9 | 1 721.6 | 7 761.3 | 6 938.7 | 6 723.9 | 7 612.9 |
| Saldo | -663.9 | -257.4 | -1 141.6 | -5 036.6 | -3 821.6 | -2 525.2 | -1 952.8 |
| Exportação de produtos alimentícios: bebidas e tabaco | 36.0 | 43.2 | 120.5 | 399.4 | 654.6 | 1 041.8 | 1 245.4 |
| Importação de produtos alimentícios: bebidas e tabaco | 14.1 | 12.8 | 28.3 | 103.1 | 99.5 | 113.7 | 123.7 |
| Saldo | 21.9 | 30.4 | 92.2 | 296.3 | 555.1 | 928.1 | 1 121.7 |
| Exportação de bens de consumo perecíveis | 4.7 | 23.6 | 78.3 | 720.2 | 775.5 | 891.8 | 1 140.7 |
| Importação de bens de consumo perecíveis | 16.4 | 19.6 | 85.5 | 270.8 | 247.3 | 255.8 | 304.6 |
| Saldo | -11.7 | 4.0 | -7.2 | 449.4 | 528.2 | 636.0 | 836.1 |
| Exportação de bens intermediários | 87.0 | 146.5 | 273.8 | 631.6 | 703.3 | 790.4 | 1 208.9 |
| Importação de bens intermediários | 248.5 | 219.4 | 603.2 | 3 119.2 | 2 671.4 | 2 685.9 | 2 848.8 |
| Saldo | -161.5 | -72.9 | -329.4 | -2 487.6 | -1 968.1 | -1 895.5 | -1 639.9 |
| Exportação indústria metal-mecânica | 11.6 | 23.2 | 107.4 | 973.5 | 983.7 | 1 474.7 | 2 065.1 |
| Importação indústria metal-mecânica | 524.2 | 242.1 | 1 004.6 | 4 268.2 | 3 920.5 | 3 668.5 | 4 335.8 |
| Saldo | -512.6 | -218.9 | -897.2 | -3 294.7 | -2 936.8 | -2 193.8 | -2 270.7 |
| II. Exportação outros produtos manufaturados b/ | 1.0 | 0.8 | 21.0 | 207.1 | 122.1 | 169.3 | 209.5 |
| Importação outros produtos manufaturados b/ | 134.4 | 79.8 | 184.4 | 548.9 | 658.6 | 681.5 | 567.0 |
| Saldo | -133.4 | -79.0 | -163.4 | -431.8 | -536.5 | -512.2 | -357.5 |
| III. Exportação de produtos primários | 1 262.1 | 1 358.2 | 2 138.0 | 5 737.5 | 6 889.1 | 7 752.2 | 6 789.3 |
| Importação de produtos primários | 353.9 | 367.6 | 597.1 | 3 900.1 | 4 816.5 | 4 911.5 | 6 062.8 |
| Saldo | 908.2 | 990.6 | 1 540.9 | 1 837.4 | 2 072.6 | 2 840.7 | 726.5 |

Fonte CEPAL, com base em cifras da AI ALC. Séries A e B. e AI ALC-CFP/Repatriados.

Nota: As importações da AI ALC foram ajustadas de CIF para FOB, aplicando coeficientes anuais para descontar os custos de seguro e frete.
a/ Manufaturas segundo classificação industrial CIU Rev. 2.

b/ Inclui petróleo parcialmente refinado e produtos derivados do petróleo e metais não ferrosos.

Comentários

LUIZ NAVARRO DE BRITO

É com muita honra que participo deste Seminário sobre a Integração Latino-Americana. A esta honra devo aditar o privilégio de ouvir e comentar a conferência do Dr. Felipe Herrera e de ter como companheiro de tarefa o ilustre Deputado Israel Dias Novaes. Acabamos, em verdade, de escutar as lições de uma escola e de um especialista com vasta experiência e convívio internacionais.

Não surpreendem, portanto, nem a posição cautelosa e inteligente com que abordou o assunto, nem tampouco a riqueza de conhecimentos e informações com que ilustrou o tema. A didática com que o Dr. Felipe Herrera desdobrou a matéria foi cartesiana e invejável. Primeiro, uma descrição do cenário cultural latino-americano; em seguida uma discriminação de fatores que induzem a uma afirmação cultural da América Latina; por fim, subsídios para a formulação de novas políticas culturais.

Eu teria de repetir toda a conferência do Dr. Felipe Herrera, se me propusesse a destacar todos os aspectos importantes enfocados nas três grandes partes de sua comunicação. Não posso, entretanto, furtar-me ao regozijo intelectual de relemborar o modo como o conferencista tratou a projeção do ser latino-americano nas últimas décadas, ou a acuidade com que discorreu sobre as formas de alienação cultural, para deter-se no processo educativo e no traslado institucional de que este tem sido vítima.

Também me é irresistível retomar a análise dialética das individualidades das nações latino-americanas, confrontadas com uma dimensão ibérica em permanente absorção e integração de culturas para incorporar-se harmonicamente — cita o autor — em um mundo que física e tecnicamente se faz cada dia mais estreito.

Permita-me, porém, Sr. conferencista, que eu tente desempenhar o segundo papel do comentarista, que é o de provocador. Sei que o auditório quer ainda ouvi-lo e por isso submeto-lhe duas reflexões. A primeira consiste na idéia de que a integração cultural da América Latina é muito menos a busca de uma identidade regional do que a tentativa quase desesperada de repudiar a dependência, de fugir da alienação externa para preservar bens e valores nacionais. Em outros tempos a integração seria uma estratégia de sobrevivência para o objetivo maior de auto afirmação de cada cultura nacionalmente individualizada. Projetos, por exemplo, como o SERLA, Sistema de Educação Regional Latino-Americano, acionado hoje no âmbito do Convênio Andrés Bello, têm sido criticados ou apoiados, sobretudo ante o temor do eventual uso de satélites de difusão direta ou, ao contrário, como um meio de prevenir contra mais esse instrumento latente de dominação cultural.

A segunda reflexão diz respeito ao estado presente de integração cultural latino-americana. Creio que ainda vivemos em um estágio muito precário. Permita-me que eu ilustre esse meu convencimento através de dois exemplos. Em 1973, fiz para a UNESCO um levantamento *in loco* dos acordos educacionais e culturais celebrados entre os países de origem hispânica da América do Sul. De 1886 a 1972, apurei a existência de 102 acordos. As informações que consegui recolher sobre a operacionalização desses acordos foram as mais vagas, além do fato de que 66 deles não teriam sido ratificados. Sobre esta não-ratificação de acordos culturais, encontrei a seguinte explicação, em um livro publicado pela Casa de la Cultura Equatoriana:

“Os problemas da política e da economia têm devorado integralmente o tempo e o trabalho dos Anais legislativos, de tal forma que não têm podido ocupar-se dos convênios culturais pendentes de aprovação, malgrado os requerimentos que o Poder Executivo tem feito, por meio dos Ministérios de Educação Pública e de Relações Exteriores”.

O segundo exemplo é mais recente. Preparei neste ano, um pequeno trabalho sobre a comunicação intra-regional da pesquisa em educação na América Latina para um seminário que se realizou em Isla Negra, sob o patrocínio do CIDE. Partindo do pressuposto de que o conhecimento do que se está fazendo em outros países gera referências bibliográficas aos seus autores e aos seus experimentos, procurei verificar, em duas revistas especializadas brasileiras sobre educação e em 8 livros recentes de especialistas também brasileiros, a incidência de citações da literatura latino-americana. Nas duas revistas, das 593 citações encontradas, apenas 26 reportavam-se a fontes latino-americanas, isto é, 4,5%. Observe-se que 284 referiam-se a autores estrangeiros extra-regionais e a 12 instituições internacionais. Quanto aos 8 livros, das 928 referências, somente 20 citavam autores da América Latina, vale dizer 2,1%. Reconheço que essas amostras possam ser consideradas pouco representativas e que os instrumentos de análise, sendo brasileiros, defor-

mem ainda mais a representatividade em termos latino-americanos. Mas estes dados podem ser aferidos como indícios de uma realidade a ser melhor pesquisada.

Estão aí minhas duas pequenas provocações. Estou, entretanto, convencido, como V. Exa., Dr. Felipe Herrera, de que, nos próximos anos, os conceitos de integração e de identidade culturais terão cada vez mais vigência e serão cada vez mais objeto das preocupações regionais, sub-regionais e nacionais. Esta opção política não poderá ser retardada.

ISRAEL DIAS NOVAES:

Devo, em primeiro lugar, celebrar a presença entre nós do eminente latino-americano que é o Dr. Felipe Herrera. Esta façanha de trazê-lo aqui deve ser creditada ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Casa, que em boa hora programou este Simpósio, este Seminário sobre Integração Latino-Americana. O Dr. Felipe Herrera, como não ficou explicitado necessariamente, é chileno e acaba de revelar que, já em 1945, tinha grandes preocupações quanto à integração continental, a ponto de, como Presidente da Federação dos Estudantes do Chile, convocar para uma conferência o eminente intelectual continental Víctor Raúl Haya de la Torre. Quero dizer a S. Exa. que, por mera coincidência — já que se permitem traços biográficos desimportantes — que, nesse ano de 1945, eu andava pelo Chile e via a expectativa com que o povo chileno acompanhava a nascente trajetória do jovem Felipe Herrera. Presidia o Chile Juan Antonio Rios Morales, e o país tinha como principal figura política Arturo Alessandre Palma, “el león de Tarapacá”, que se revelou para mim um deslumbramento como orador. Então, saindo eu do Brasil, e, posso dizer, da província brasileira, diretamente para Santiago, minha sensação foi, como diria o poeta pernambucano, de alumbamento. Era um novo país, interessantíssimo, aberto com uma juventude flamante e, ao mesmo tempo, curiosamente, um povo voltado para o mundo. Não é à toa que o grande poeta chileno Pablo Neruda descrevia o seu país como “pátria toda rodeada de água combatente y nieve combatida”. Constituía o Chile uma lição de americanidade, um País com pequena incidência indígena e de muita influência européia, e não apenas espanhola, mas também inglesa e alemã, e uma cultura superior, em vários pontos, à quase totalidade de seus vizinhos. Assim, o Chile era um campo de experiências interessantíssimo, sobretudo pela ambição ecumênica de seus intelectuais. O Chile já ostentava um Prêmio Nobel e encaminhava-se para outro, conseguindo dois dos três obtidos pela latinidade americana. Felipe Herrera era, por isso, uma figura que eu desejava rever. E temo-lo aqui, hoje, cumprindo seu destino e atendendo àquela expectativa de quantos viam nele um jovem tão promissor. Sua conferência pareceu-me algo de construtivo, mas sobretudo de otimista, quem sabe se até mesmo com certo excesso. É um homem objetivo, vindo da grande finança internacional, um homem nascido no Terceiro Mundo, mas projetado no primeiro, com grande relevo.

A mim me parece a América Latina, se é que existe a América Latina, um continente convulso, atormentado e precisamente hoje, num instante de transição dramática. Há várias Américas Latinas. Ao meu ver, existe uma América Latina, em primeiro lugar, que se chama Brasil, distanciada e separada do restante da América Latina, mesmo por fenômenos físicos, que são os Andes. Com o tempo, percebi que, mais do que os Andes, o que separa o Brasil do restante da América Latina é o idioma. Esta curiosa diferença, que parece mínima, entre os dois idiomas, no entanto, obriga seus autores a se traduzirem reciprocamente. Quando cheguei a Santiago, a primeira vez — e depois voltei lá para conferir — a mim me recomendavam sempre os interlocutores: “Para que usted se haga entender hay que hablar despacio.” “Entonces, yo me quedé hablando despacio”, no Chile, até em exagero, a ponto de fazer às vezes os interlocutores se enervarem. Outra coisa: percebi que eu não me fazia entender pelos chilenos, quando falava um português corrente, e, no entanto, eu entendia tudo o que os chilenos me diziam quando me falavam em sua língua. Mais tarde, muito mais tarde, li, acho que em Unamuno — e cito este filósofo com o maior respeito possível — que “el portugués es el castellano sin huesos”. De tal maneira, é um espanhol adocicado. Temos o diminutivo galego em “inho”; o espanhol tem o “ito”, muito mais varonil. Os outros diziam, mais popularmente, que “el espanhol es el portugués mal hablado”. Temos, portanto, esta primeira distinção idiomática, estes Andes lingüísticos que separaram a América Latina em duas partes e por muitos anos.

Nesse 1944, quando o jovem Felipe Herrera se preparava para o seu grande lance universitário, no Brasil, eu lhes posso assegurar: não havia praticamente nenhum livro hispano-americano traduzido para o português. Ou melhor, havia um de que me lembro, de um equatoriano, chamado “Huasipungo”, de Jorge Icaza. No ano seguinte traduziu-se “A Dona Bárbara”, de Rômulo Gallegos. Do outro lado, embora eu percorresse todas as livrarias de Santiago com grande interesse, não encontrei livro nenhum de brasileiro ali traduzido. Com o tempo, ocorreu, digamos, Jorge Amado, que teve tradução internacional. Mas depois da última guerra, a que se referiu com muita ênfase o conferencista, tivemos, na verdade, um *boom* editorial latino-americano. Passamos a traduzir escritores que só então descobrimos. Descobrimos o uruguaio Oneti; descobrimos o peruano Vargas Llosa; o peruano Cyro Alegria; descobrimos Gabriel Garcia Marquez, autor sobre quem eu ouvi de Neruda que era o mais importante novelista, depois de Cervantes, em espanhol! Depois descobrimos, após o Prêmio Nobel, Miguel Angel Asturias, no seu “El Señor Presidente”. O Chile tinha a Gabriela Mistral, tinha Vicente Huidobro — pareceu-me sempre um país voltado mais para a poesia, talvez pela sua natureza esplêndida, do que para a prosa. Mas ouvi também de Neruda que considerava Gabriela Mistral mais prosadora do que poetisa, talvez para se defender... (Risos). Mas quero dizer que, quanto a esse programa de integração, que constitui muito mais uma aspiração do que uma realidade, temos tropeçado em dificuldades numerosas para consegui-la. Há a experiência da SELA; há a experiência mais recente do Pancafé, isso no plano econômico. O plano econômico parece-me o mais subs-

tancioso. Dele decorre o plano social, e, finalmente, o plano cultural, como é da citação do próprio conferencista. Assim o plano cultural, o terceiro, depende dos anteriores, e nós não temos conseguido a integração econômica, acredito, em passo nenhum. No entanto, se adotássemos medidas práticas, realistas, humildes, um em face do outro, quem sabe essa integração resultaria numa economia solidária, que poderia resultar, verdadeiramente, na instituição de uma grande nação latino-americana? Já não considero a América Central, principalmente o México, como passível de integração conosco no primeiro estágio. O México sofre inelutáveis influências anglo-saxônicas, e, por força disso e de um vizinho demasiadamente poderoso, cuidou ele de promover-se mais rapidamente, numa atitude de defesa quase que instintiva. Lembramo-nos do famoso grito de guerra do Pancho Villa, que dizia: “Desgraciado del México, tan lejos de Dios e tan cerca del Estados Unidos!” (Risos). De sorte que o México teve sua cultura própria, curiosa, com invasões, com ocupações européias, muito posteriores ao período de colônia. Deu-se ao luxo de ter um rei austríaco, ou qualquer coisa semelhante, que, em sinal de represália, acabou fuzilado, para que outro europeu não tentasse repetir a proeza. Mas o México tem uma civilização diferente da nossa. No Brasil, hoje, assistimos a um reflexo — notem bem os Senhores — do fenômeno europeu a respeito da cultura latino-americana. Primeiro, vai para a Europa e, depois, volta para cá. Os escritores latino-americanos só se tornaram conhecidos no Brasil depois que se fizeram notórios na Europa. Esses escritores argentinos, peruanos, colombianos, foram primeiro traduzidos lá e depois, de torna-viagem, voltaram para cá, e hoje Gabriel Garcia Marquez tem seu “Cien años de soledad” com nada menos de vinte edições brasileiras; Vargas Llosa está editado todos os dias, enquanto Neruda tem sua obra quase toda traduzida aqui. Mas sempre de torna-viagem. Isso me faz lembrar, sobretudo em face da vertigem tecnológica que o mundo experimenta hoje, um conceito também recente, segundo o qual a luta de classes, tida por Marx como fundamento da sua teoria, transportou-se da sociedade para as nações. A luta de classe, hoje, se manifesta entre as nações ricas e as nações pobres. As nações ricas, interessadas em que as pobres não enriqueçam, para não lhes fazer concorrência, mantêm-nas como fornecedoras de matéria-prima mineral e vegetal. De sorte que eu considero esta lição do mestre Felipe Herrera proveitosa, em primeiro lugar, neste ensinamento: precisamos formar uma grande nação, sem perda das identidades nacionais, nem que seja para sermos, num primeiro estágio, uma grande nação pobre; mas uma grande nação pobre tem maior possibilidade de conquista e de progresso do que pequenas nações pobres freqüentemente em litígio entre si. Este Primeiro Seminário de Integração Latino-Americana tem de ser uma semente que nos dispomos a adubar e a fazer crescer, porque cada dia que passa mais nos atrasa. Nós já temos até um apelido: em lugar de subdesenvolvidos, nós somos chamados risonhamente “em vias-de-desenvolvimento”. Quando esperamos um progresso efetivo recebemos uma *alcuña*, um apelido. Precisamos sair do nome para a realidade.

São algumas das considerações, Sr. Felipe Herrera, que me ocorrem em face do brilho e da profundidade de sua explanação. Vamos reter seu trabalho, lê-lo nas

noites brasileiras, para conferi-lo com a realidade. Tenho certeza de que, com esta leitura noturna, os brasileiros angustiados com as suas perspectivás muito pobres hão de descobrir no seu pensamento um caminho para a saída que urge; ou se sai ou se explode na América Latina.

Debates

FELIPE HERRERA:

Antes de mais nada, quero manifestar minha profunda satisfação pela grande paciência com que o auditório acompanhou minha exposição, que procurei fazer a mais resumida possível. Entretanto, apesar disso, em virtude do assunto, creio que tomei cerca de uma hora do tempo de V. Exas. Quero agradecer muito aos comentaristas, que destacaram alguns aspectos a meu ver muito importantes do tema apresentado.

Acredito que o Professor Navarro deu grande importância a aspectos pragmáticos das políticas culturais, em função de nosso processo de integração. Seus comentários foram, portanto, de grande utilidade. V. Exas. não de recordar, estimados colegas, que, na parte final de minha exposição, procurei abordar o que chamei medidas concretas sobre o que poderiam ser nossas políticas culturais nos níveis regionais e nacionais. Creio que o Professor Navarro fez uma referência bastante interessante a esse respeito. Muito me agradou o fato de haver ele trazido à colação o Convênio Andrés Bello, porque, como também tive oportunidade de mencionar, é evidente que esse convênio é uma iniciativa única em nosso quadro regional.

Se não estou enganado — e talvez alguém tenha conhecimentos mais atuais — não há, que eu saiba, outros acordos multilaterais desta natureza, que têm coordenado a existência de uma iniciativa de caráter fundamentalmente econômico, social e técnico.

Não nos esqueçamos de que o Convênio Andrés Bello é uma iniciativa paralela ao Acordo de Cartagena, ou seja, ao acordo que cria o Grupo Andino. Não esqueçamos tampouco que, evidentemente, a filosofia do Pacto Andino, vai muito além de uma filosofia mecanicista, diríamos, de redução de tarifas, ou de considerar, a longo e médio prazos, a formação de um mercado comum, porém tende efetivamente à formação de um cenário econômico com a presença de diversos fatores que não podem alienar-se de um processo sadio de desenvolvimento econômico.

Deste ponto de vista, creio que o Convênio Andrés Bello constituiu uma iniciativa muito oportuna. Falta muitíssimo a fazer, porém, dentro do contexto. Seus termos de referência, entretanto — sabem-no aqueles que os conhecem — são sumamente amplos, e o mais interessante de tudo é que o Convênio Andrés Bello não está fechado aos países andinos. Quer dizer que países não-andinos podem subscrevê-lo. Bem, em assuntos econômicos, por pior que estejamos, temos uma ALALC, temos uma ALADI, tivemos uma SELA etc. Em matéria cultural, não nos faria falta um cenário de tipo especial, um instrumento de tipo multilateral? Eu dizia que a meu ver, este é um ponto que tomara possamos discutir aqui. Creio que, quanto a ser necessário, é necessário. Quanto a como fazê-lo, não tenho a fórmula. Penso que, como fizemos em meu país, é preciso arar com os bois de que se dispõe. Com todo o respeito pelo Convênio Andrés Bello, evidentemente já existe este “boi”, que não tem nada a ver com a versatilidade de D. Andrés, por certo; e se existe este instrumento, por que não o utilizar? Ele poderia constituir um esquema para o futuro, ou se poderia tentar este tipo de experiência.

É este um ponto que eu gostaria de deixar enfatizado, para, talvez, um intercâmbio de opiniões.

O Professor Navarro, também com muita inteligência e profundidade, disse algo que estava de certo modo implícito em minha exposição, porém que ele esclareceu muito bem. Falando do aspecto da alienação cultural, assinalava ele que, em verdade, na América Latina, o processo desta transcendência do cultural está ocorrendo mais como uma reação ante a alienação, ante o que nos parece estranho, e isso mesmo eu mencionava na manhã de hoje: talvez essa revolução dos meios audiovisuais seja uma reação. Existe, pois, uma união, se quiserem, de tipo negativo, algo encarado como um inimigo comum, um tipo de processo que todos os nossos países têm de enfrentar. Eu não diria um inimigo, mas um efeito da causa, porém que teremos de enfrentar, de algum modo.

Dizia eu que o Professor Navarro, com muita inteligência, assinalou que esta coesão não se prenuncia de forma positiva de algo concreto no que concerne à integração. Naturalmente, o Professor Navarro falou de modo geral. O que entendi das entrelinhas, porém, é o seguinte: talvez, no futuro — e aí estão nossos colegas discutindo Economia. E vimos que Enrique Iglesias mostrou, em sua exposição desta manhã, que concorda comigo no otimismo sobre o desenvolvimento cultural — se a América Latina conseguir unir-se economicamente, industrialmente, financeiramente, empresarialmente, por que não pensar em empresas de meios de comunicação para a América Latina? Sei que este é um assunto difícil, por motivos políticos e inclusive por motivos do próprio setor privado. Tenho amigos que tentaram fazer isso e se saíram pessimamente.

Acredito, porém — e não é que tenha uma bola de cristal — que, na medida em que nos vamos integrando economicamente, e que exista maior união humana

de que estivemos falando, por que não poderá essa união produzir uma unidade, uma integração instrumental dos modernos meios de integração? Ou seja, não nos ocupemos só da integração cultural, para reunir-nos uma vez por ano, num congresso muito interessante, com bonitos discursos, com belos documentos, ou com um filme anual sobre a arte barroca ou sobre alguma descoberta arqueológica que tenhamos feito. Por que não pensar em um instrumento empresarial vinculado à nossa vida econômica pragmática, que possa transformar-se num cliente das cadeias de televisão da América Latina, se é um negócio que se pode realizar?

Quero ainda lembrar que, conforme eu dizia, estamos procurando fazer algo neste sentido, no plano mundial, através do Fundo Internacional de Promoção da Cultura, da UNESCO, estimulando este tipo de iniciativas, quer dizer, acabar com certos pontos — se se puder chamá-los assim — de congelamento e dar pelo menos um endosso internacional, através da UNESCO e de outros recursos que possuímos, a iniciativas desta natureza. Certamente, tais iniciativas têm de estar, a meu entender, em mãos particulares, ou melhor, em mãos mistas. Não creio que iniciativas deste tipo possam ser multigovernamentais. Com todo o respeito que tenho à posição da UNESCO, neste assunto de meios de comunicação — e V. Exas. o acompanham pelos jornais — talvez, sobretudo no que diz respeito à realidade latino-americana, creio que os meios de difusão e de comunicação estão 90% em mãos de particulares. É uma realidade que temos de reconhecer. Tratando-se de um processo cultural, há necessidade de mobilizar esse tipo de esforço em um contexto de tipo regional, como eu dizia.

Agora, é evidente que nossos governos, nossos setores públicos podem ajudar, de forma indireta, com mecanismos de estímulos, por exemplo, de caráter tributário, de caráter creditício, enfim, poderíamos citar muitas maneiras.

São estes os dois comentários que eu queria apresentar ao pronunciamento do Professor Navarro. Suas outras observações foram muito interessantes, sobretudo a título ilustrativo.

Com referência ao Deputado Dias Novaes, quero agradecer muito seus comentários de caráter pessoal, com referência a mim. Acredito que o que ele dizia tem grande profundidade, quando declarou que, no processo de integração da América Latina, na parte econômica, há um desajuste, um desequilíbrio entre os grandes centros de poder e os países médios e pequenos. Mas ele também argumentava — e está implícito — no sentido de que a parte cultural representa um grande fator de compensação desse tipo de desequilíbrio, ou seja, que o tipo de iniciativas regionais que podemos tomar teriam a grande vantagem de poder superar, em função dos valores da cultura, as diferenças quantitativas causadas pelo processo da economia.

Com estas duas observações, respondo aos comentadores desta manhã.

FERNANDO ZEGERS:

Tenho um pequeno comentário, que procurarei fazer em “portunhol”, a língua franca da América Latina. Temos a grande vantagem de ter uma origem comum, ibérica, e uma língua quase comum entre o espanhol e o português. O problema, como dizia Felipe Herrera, nesta manhã, é provavelmente a falta de conhecimento que existe entre nossos países. E isso não só ocorre entre o grande país ibérico e os países hispânicos, senão também entre os países hispânicos. Felipe Herrera agora comenta duas iniciativas que considero muito importantes. Uma delas é a idéia de que os acordos culturais não sejam apenas bilaterais, porém multilaterais. Ele mencionou o Acordo Andrés Bello. O Chile, que já não é parte do Pacto Andino, é parte do Acordo Andrés Bello. Vale dizer, o Acordo Andrés Bello hoje compreende os países andinos, o Chile e o Panamá. É uma base muito importante para uma integração cultural. Não conhecemos — não se ensina bem em nossas escolas — a História dos outros países latino-americanos. Nós a conhecemos muito mal. Os acordos culturais bilaterais têm uma vida também bilateral variável. Um acordo multilateral com base no Andrés Bello é algo extremamente interessante. Herrera falou também sobre agências de notícias. Eu queria tocar neste ponto. Também fui jornalista, e a verdade é que, para um editor de jornal, na América Latina, é difícil, às vezes, achar, nas agências de notícias, informações verdadeiras sobre o que ocorre nos outros países da região. Uma agência verdadeiramente latino-americana é um sonho muito velho. Estou completamente de acordo com Felipe Herrera: uma agência assim não pode ser estatal, teria de ser uma agência privada. Houve algumas tentativas, a Agência Latin, por exemplo. A Agência Latin agrupa vários jornais da América Latina, mas está incorporada a uma agência maior, que não é latino-americana. Então, ela é útil, mas não é propriamente latino-americana. Acho que a idéia de promover uma agência latino-americana é muito importante para conhecimento mútuo na América Latina.

Há uma terceira idéia que, segundo penso, vai ser interessante para o Magnífico Reitor e para Felipe Herrera, que participou na Universidade das Nações Unidas. Talvez pudéssemos planejar uma universidade latino-americana, não necessariamente uma universidade estatal; poderia ser uma universidade que nascesse da colaboração entre as grandes universidades que temos no hemisfério. Não sei quantas universidades tem o Brasil, mas deve ter 10 em cada um dos Estados grandes, por exemplo, para falar no País onde estou. Agora, entre as universidades da América Latina, não seria impossível que tivéssemos uma universidade que atuasse como centro cultural de irradiação e de contacto, para que nossa gente não seja forçada a procurar outros horizontes e outros conhecimentos nos Estados Unidos, na Europa, às vezes, com cursos de pós-graduação. Se o comércio, como dizia Enrique Iglesias, aumentou não sei se de 6 ou 8%, a 18%, esta nova realidade econômica tem de ter uma correspondência cultural. Acho que valeria a pena pelo menos discutir preliminarmente a idéia de uma universidade latino-americana.

PINHEIRO MACHADO:

Creio que um dos pontos mais interessantes abordados pelo Professor Herrera, na sua palestra e agora, nos comentários que fez, foi o referente à importância dos meios de comunicação na integração latino-americana. Já trabalhei em rádio e reconheço essa importância, para a integração, quer nacional, quer multinacional. Há muitos anos, tínhamos neste País um linguajar diferente no Nordeste e no Rio Grande do Sul, no Centro ou no Rio de Janeiro. O rádio, em poucos anos mudou isso. Hoje, no interior do meu Estado, não digo que se use uma linguagem igual à dos locutores, mas já não temos as mesmas maneiras regionais de falar.

Estamos aqui a discutir a integração latino-americana, evidentemente, em vários níveis, no nível econômico, sobretudo. No momento, discutimos o nível cultural. Há o nível político, enfim, há vários níveis de integração. Nos últimos vinte anos, desde que “se planteó” — para usar o termo espanhol — a idéia da integração latino-americana, as inteligências de todos os latino-americanos se estão integrando. Pergunto: e os povos? E as periferias? Os organismos regionais, mal ou bem, têm funcionado, têm sido substituídos a níveis econômicos, a níveis culturais, e até os clubes de serviço estão se reunindo anualmente — o Rotary, o Lions — fazendo uma integração social latino-americana. Temos presente aqui o representante da Rede Globo de Televisão, a qual merece os aplausos de um simpósio como este, por ter tido a idéia de levar a televisão brasileira a vários países da América Latina. Nossos costumes, nossos hábitos, os regionalismos baianos e os hábitos cariocas, enfim, a cultura brasileira está chegando aos vídeos de outros países, através da TV Globo. O Professor Herrera “planteó” a idéia da rede latino-americana, da televisão latino-americana. Talvez S. Sa. tenha exagerado. Seria muito melhor que as atuais redes nacionais de cada país se unissem e criassem um programa de integração que atingisse as periferias desses países, levando cultura a cada um deles. Temos recebido aqui, em doses maciças, uma cultura enlatada dos nossos irmãos do Norte. Que criança, hoje, neste País, não sabe quem é o Presidente Carter, não sabe o que é *far-west* americano, ou não sabe como se faz um assalto a banco, no estilo dos *gangsters* dos Estados Unidos? É uma cultura mais forte, mais rica — e não quero usar termos que possam ferir alguém — mais prepotente, mais agressiva e, evidentemente, com maior poder econômico. Mas estamos aqui defendendo uma integração que é muito mais uma defesa de sobrevivência do que outra coisa qualquer. Concorde comigo o Professor Herrera. Temos essa identidade. Temos barreiras entre nós mesmos. No tocante à língua, não tanto, mas há aqui culturas diferentes, que nasceram *motu proprio* e que, para se integrarem, pouco exigem. Parece-me, então, que deveria haver uma integração não apenas das inteligências, das culturas, dos homens de elite cultural de cada país, porém, muito mais do que isto, uma amizade mais profunda que se irradiasse às periferias de cada uma de nossas sociedades, de nossas nações. Fica “planteada” a idéia dessa troca, desse intercâmbio de programas culturais, ou até mesmo de novelas, porque o teatro nada mais é que a vida de cada uma de nossas sociedades. Então, assistiríamos aqui, no

Brasil, a uma novela sobre um problema social argentino, como já tivemos a PEL-MEX a distribuir pelo Brasil filmes mexicanos. Foi uma integração, naquela época. Sugeriria, pois, que as redes de televisão se integrassem em programas culturais, programas econômicos ou de entretenimento. Estes, sim, chegariam até as periferias das nossas sociedades, das nossas culturas. E aí teríamos, Sr. Presidente, uma integração mais profunda, vertical e horizontal, de nações irmãs e amigas, que estão, realmente a necessitar desta integração, na qual todos nós, brasileiros, e os outros, de *habla* espanhola, precisamos acreditar profundamente.

JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO:

Eu gostaria de fazer algumas observações e considerações a propósito da magnífica conferência do Professor Felipe Herrera e de outros trabalhos seus em prol da integração e da cooperação na América Latina. Queria recordar aqui um conceito que ele vem expondo e defendendo, o do nacionalismo regional. E me permitiria citar brevemente uma reflexão sua, publicada no *Boletín de la Integración*.

“Há dois nacionalismos: um, a conotação convencional da palavra e que eu definiria basicamente como a afirmação de cada nação para manter sua própria identidade e propósitos. O outro significado prende-se a sua conotação regional mais ampla, Nacionalismo, com maiúscula, que representa o renascimento do movimento no sentido da união, que emergiu, sem chegar a consolidar-se, nos primeiros anos do século XIX, ao mesmo tempo que as províncias espanholas do Novo Mundo iniciavam a busca de sua independência política com relação ao Império.”

Eu lembraria que é um falso dilema contrapor o nacionalismo de cada Pátria ao nacionalismo regional. Eles são perfeitamente compatíveis, como é compatível a lealdade à cidade em que nascemos, ao estado em que nascemos e ao país em que nascemos.

Com referência à projeção que vai adquirindo a América Latina, acho que ela deveria incluir aqueles territórios latinos no Novo Mundo, mesmo quando não sejam países independentes, como os outros. Cabe aos povos dos diversos territórios definir seu futuro, mas a América Latina teria de interessar-se mais pelo presente de territórios como a Guiana Francesa, a Martinica, Guadalupe, Porto Rico, Quebec. Independentemente do destino que esses povos queiram dar a seu futuro, creio que a América Latina deve entrosar-se com eles. E tenho certeza de que este será o desejo deles, também. Eu ilustraria apenas com um pequeno exemplo o fato dessa proximidade de algumas regiões com a América Latina. Até há alguns anos, a Conferência Episcopal de Porto Rico se reunia dentro da Conferência Episcopal dos Estados Unidos. Faz alguns anos que ela passou a pertencer à Conferência Episcopal da América Latina, comparecendo, como as demais, por exemplo, à reunião de Puebla, no México.

Creio que eles têm interesse em se aproximar de nós, independentemente do futuro que escolham para si mesmos.

Gostaria também de colocar em relevo a importância do conhecimento mútuo maior entre nossos países. Quando o Presidente De Gaulle visitou o Chile, o Presidente Frei perguntou-lhe o que mais o havia impressionado nos vários países que visitara na América Latina. E ele respondeu: "Quão pouco se consultam os chefes de Estado nesta região! Nós, na Europa, nos reunimos com freqüência para debater nossos problemas comuns". Creio que hoje ele não faria, com a mesma tônica, essa afirmação. Um exemplo bem significativo é o próprio Brasil, porque o atual Presidente escolheu visitar primeiro a Venezuela, depois outros países da América do Sul, e continuará a visitar outros. O contrário acontecia anteriormente, quando o Presidente do Brasil iniciava suas visitas ao exterior pelos Estados Unidos ou pela Europa. Considero isso bem significativo. Nós nos estamos voltando mais para os países nossos vizinhos e irmãos da região. O que se passa no âmbito presidencial está ocorrendo também, cada vez mais, no âmbito acadêmico. Nossas reuniões, nossos simpósios são uma prova do que estamos dizendo. Quero lembrar aqui a importância que o Parlamento latino-americano tem dado à idéia da integração, e, de modo particular, à integração cultural. A primeira reunião do Parlamento latino-americano foi na cidade de Lima, 140 anos depois da famosa Batalha de Ayacucho e da famosa circular de Simón Bolívar convidando vários países para a reunião do Congresso de Panamá, realizado em 1826. E nessa Declaração de Lima, de 1964, nós lemos:

"O Parlamento Latino-Americano está convencido da afinidade essencial de nossos países, à qual unem a geografia, a história, a cultura, uma comum vocação democrática e uma semelhança de problemas atuais, e da necessidade de unir esforços."

E entre as diversas recomendações do Parlamento Latino-Americano, em suas diversas reuniões, nós encontramos várias de caráter cultural. Eu lembraria, entre outras, as seguintes: a criação, nas universidades, de cátedras e institutos encarregados de estudar o processo de integração em seus aspectos econômico, social, político, cultural e histórico; o estabelecimento da nacionalidade latino-americana, a fim de facilitar a unidade política entre os povos; a criação da biblioteca latino-americana de grandes autores e de organismos de informações latino-americanas. E a respeito da idéia de criação de uma biblioteca de grandes autores latino-americanos, eu me permitiria citar o exemplo da Universidade Autônoma do México, a qual vem publicando uma série de trabalhos importantes sobre a América Latina. Cerca de 100 obras foram publicadas pela Universidade Autônoma e pelo Centro de Estudos Latino-Americanos dirigido pelo Prof. Leopoldo Oséas.

Recomenda, ainda, o Parlamento Latino-Americano a luta contra o analfabetismo, em termos latino-americanos; preferencial atenção dos órgãos de imprensa

latino-americana às informações de caráter integracionista; o intercâmbio de estudantes, de estudiosos, de mestres e profissionais em todos os ramos; a preparação de mestres capazes de compreender os problemas latino-americanos e de realizar, com emoção social, uma nova concepção educativa, tanto em suas pátrias, como nos demais países da América Latina.

Relativamente ao problema do conhecimento mútuo e de uma cultura própria, permitam-me citar um exemplo, que é da África, mas que pode dizer respeito a nós. Alguns autores observam ser muito estranho que o Tarzã, herói das selvas dos filmes de Hollywood, seja um branco. É muito estranho se tenha imaginado, como herói, um homem branco para a África, onde os brancos são absolutamente minoria. Temos de encontrar heróis que se identifiquem com os nossos problemas, nossas aspirações, e não com as aspirações de outras áreas do mundo, com todo o respeito aos valores que lá existem.

Finalmente, eu gostaria de lembrar que esse processo de integração é absolutamente concomitante, e me permitiria terminar esta minha intervenção com uma citação do Professor Mariano Gondrona, da Argentina:

“O processo de integração é, em princípio, global. Cada aspecto necessita dos demais e se inclui neles. Não pode haver aproximação econômica, além de certo ponto, se há discórdia política. Não pode haver convergência política se há desconhecimento mútuo, inexistência de um contexto histórico e cultural. E é verdade também que a aproximação política e cultural é necessária. São três vertentes de um único processo; não são degraus de um itinerário dividido em etapas.”

HOMERO ICAZA SANCHEZ:

Inicialmente, eu gostaria de deixar registrada a satisfação dos meios de comunicação de massa pelo fato de comparecerem ao I Seminário de Integração Latino-Americana Cultural no Brasil. Gostaria de lembrar aos presentes o trabalho feito neste sentido pelo Embaixador Oswaldo Aranha, pelo Sr. João Neves da Fontoura e pelo saudoso Augusto Frederico Schmidt, autor da OPA no Governo de Juscelino Kubitschek.

A exposição do brilhante Dr. Felipe Herrera, bem como a intervenção do Deputado Dias-Novaes, colocaram o problema relativamente ao Brasil de uma forma muito interessante. Dizia o Deputado Dias-Novaes que havia uma espécie de Andes lingüístico que isolava o Brasil do resto da América Latina. Acho que este fenômeno é da maior importância nos dias de hoje. A integração cultural Brasil-América Latina sofreu pela diferença de línguas. Era uma integração gutenberguiana, desde que feita através de meios impressos; ela se fazia de cima para baixo, isto é, havia necessidade de uma integração entre as elites culturais dos diferentes países, pa-

ra que esta integração descesse à massa, ao público em geral, por intermédio de seus líderes intelectuais.

Considerando o problema do analfabetismo na América Latina, logicamente a integração cultural com base na palavra escrita, com base no método gutenberguiano, demorou muito. A partir da invenção da televisão e da eficácia do rádio — e a isso se referiu o Deputado Pinheiro Machado — o processo se acelerou na mesma proporção que constata Tofler, no seu livro “O Choque do Futuro”. Então, estamos verificando um fenômeno que acho importante considerar, não no processo de integração cultural, senão nos meios da integração cultural. A integração cultural era feita, inicialmente, até o ano de 50, através da escrita. Nós nos conhecíamos pelas obras dos nossos intelectuais. A partir de 1930, e depois de 1950, a integração se processou através do meio radiofônico e da televisão.

Acontece que o público do meio impresso é diferente do do meio audiovisual, isto é, não é necessário a pessoa saber ler e escrever, para tomar conhecimento de uma telenovela da TV Globo, na Bolívia ou no México. E acontece que a comunicação moderna, audiovisual, da televisão penetrou com muito maior eficácia e rapidez no setor de consumo do que o meio escrito. Neste momento, a telenovela da Globo, na minha opinião, é o melhor produto de integração cultural latino-americana. E acredito que este movimento não é só no sentido de Brasil-outros países, mas também é recíproco. Nós assistimos, no Brasil, a um belíssimo programa, feito pela Televisão do México, sobre Rubistein. Portanto, há um intercâmbio de programas culturais.

O que eu acho importante constatar é que a televisão, digamos, venceu um “gap”, uma defasagem que existia, em termos de população, de povo, de conhecimento e cultura. Cito, como exemplo, o seguinte fato: no ano passado, eu assistia ao II Encontro Mundial da Comunicação, em Acapulco; na cidade do México, saí com minha mulher a fazer compras. Olhávamos uma vitrine, conversando em português, quando uma mexicana chegou perto e perguntou de onde éramos. Respondemos que éramos do Brasil, e ela disse: “Por que não falam espanhol, como D. Xepa?” D. Xepa era a novela que, àquela época, ia ao ar no México. Essa senhora aceitava D. Xepa, mas supunha que a língua que se falava no Brasil era o espanhol. A tradução na televisão é muito mais rápida, muito mais eficaz e muito mais factível que a tradução da obra literária.

Constatamos, hoje, que aquela impressão caricaturesca do Brasil como o país de Carmen Miranda, de carnaval, se modificou depois da televisão; verificamos que o produto cultural brasileiro se firmou ainda que não tenha sido reconhecido pelas elites culturais, o que é um fenômeno natural.

Somos todos da geração gutenberguiana, que tem medo do audiovisual. Aconteceu que o povo tomou conhecimento da cultura brasileira através da televisão.

Portanto, não se pode estudar uma integração cultural latino-americana sem ter em conta a eficácia da imagem e a possibilidade que existe de realizá-la através da televisão. O mundo ficou pequeno, tornou-se uma aldeia, como disse MacLuhan. Anteontem, assistimos pela televisão, no Rio de Janeiro, ao debate entre Carter e Reagan, travado nos Estados Unidos. E pensar que a morte de Lincoln demorou 12 dias para chegar a Londres!

Então, o fenômeno que Tofler apresenta como choque no futuro é uma realidade hoje. E, se estamos estudando uma teoria sobre integração cultural, eu gostaria que também estudássemos os meios e a linguagem desta integração cultural, em que, acredito, a televisão tem um papel preponderante. É mais importante “Gabriela” do que Jorge Amado, no México; é mais importante o Prefeito Odorico, de Sucupira, do que Dias Gomes. Aliás, eu gostaria de contar que, em algumas cidades de certos países da América Latina, os prefeitos ladrões são chamados bem-amados, como referência ao papel de Odorico.

De qualquer forma, entendo que o importante, neste Seminário que não terminará aqui, não se encerrará com um simples relatório, é estudarmos os novos meios de comunicação, a nova linguagem da comunicação, visando a que a integração se faça mais rápida e constatando que a mesma, hoje em dia, é mais efetiva no meio do público do que no meio das elites. Esta a minha primeira intervenção.

JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM:

Com muita satisfação, ouvimos a belíssima conferência desta figura continental e mundial que é o Professor Felipe Herrera, que partiu de várias experiências enriquecedoras que o tornaram, realmente, autoridade incontestada em assuntos da América Latina, desde a sua experiência no BID, nas universidades chilenas, na UNESCO, nos programas culturais ligados à realidade da nossa América Latina.

A conferência do Sr. Herrera foi rica, em todos os aspectos. Senti que o brilhante professor enfatizou a riqueza cultural da América Latina, no que diz respeito à sua realidade literária — seus pensadores, prosadores e, sobretudo, poetas e artistas que encantam o mundo inteiro. O Sr. Felipe Herrera fez-me lembrar de uma frase do grande pensador mexicano e também literato, Octávio Paz quando diz que a “História das nossas letras nos consolará um pouco do desalento que atravessa a nossa história real”. Realmente, a América Latina se engrandece e se impõe através da sua realidade artístico-intelectual, mas tem uma realidade político-social que não se compadece muito com a beleza deste setor que o Professor Herrera magnificamente retratou em sua conferência.

Acho que um dos problemas graves da América Latina que perturbam, digamos assim, o processo de difusão é constituído, de certa maneira, pelas castas de na-

tureza política, e talvez também pelo exagerado formalismo das relações jurídicas que dão o cunho, a forma, às várias relações econômicas, políticas e culturais da América Latina.

É de se recordar que, embora o Pacto Andino tenha sido assinado em Cartagena, uma cidade da Colômbia, a Suprema Corte daquele país demorou muito a considerá-lo constitucionalmente válido, porque, antes da assinatura do mesmo, já tinham sido feitas determinadas consultas àquela Corte. O que se vê aí é que o formalismo jurídico não ajudou a dinamização de um acordo que acabou por se impor, de certa maneira, pela realidade, pelas necessidades econômicas daquela região.

Outro aspecto me parece ser muito importante, no caso. O Professor Felipe Herrera lembrou, hoje, muito bem, a figura de Juscelino Kubitschek, como criador da Operação Pan-Americana. Isto me fez lembrar de um seminário que a Universidade de Brasília realizou, há poucos dias, com um grupo de professores italianos sobre experiências européias e latino-americanas de integração em que se chegou a uma conclusão, a um raciocínio interessante, que partiu, aliás, de um Ministro do Itamaraty; coincidentemente, o auge do otimismo da integração latino-americana nasceu no momento da explosão dos sistemas democráticos da América Latina. E exatamente, a partir do final da década de 1950, metade da década de 1960, é que os grandes entusiastas da integração latino-americana foram presidentes constitucionalmente eleitos, representativos da vontade de seus povos. Foi o caso de Kubitschek, no Brasil, de Eduardo Frei, no Chile, Leilas Camargo, na Colômbia, de Rómulo Bittencourt, na Venezuela, e de Frondizi na Argentina.

Há poucos instantes, o Professor Aleixo se reportou às dificuldades de comunicação entre chefes de Estado; talvez essa carência de comunicação entre eles tenha sido um dos processos que tolheram também a integração latino-americana. Mas há que se recordar do célebre encontro telefônico, de Kubitschek e Frondizi. No momento em que foi feita a primeira ligação telefônica entre Brasil e Argentina, Kubitschek e Frondizi estabeleceram entre si um sistema de comunicação direta, o que mostra como sociedades abertas facilitam o processo de integração. E a abertura que esses sistemas democráticos permitiram a certos países da América Latina, sobretudo a abertura no campo econômico — Kubitschek, iniciando a indústria automobilística; Frondizi querendo instalar a indústria petrolífera na Argentina — teve também seu contraponto, quer dizer, tendências nacionalistas exacerbadas levaram ao autoritarismo da esquerda, ou da direita. E estes regimes, de certa maneira fechados, não ajudaram o processo de integração da América Latina.

O Professor Felipe Herrera citou, hoje, a grande figura de Haya de la Torre, cuja projeção também coincidiu, na América Latina, com a época em que o regime autoritário de Aldria caía no Peru. Mostram exatamente essas coincidências históricas como o processo de sociedades abertas favorece muito as políticas integracio-

nistas da América Latina. Por isso é que o Chanceler Saraiva Guerreiro foi muito feliz, hoje, ao dizer que não se pode pensar em integração latino-americana pensando-se em criar blocos econômicos ou cruzadas ideológicas. Tanto da esquerda como da direita, as cruzadas desta natureza não ajudam ao processo integracionista.

Finalmente, um dos papéis importantes, parece-me, neste processo de integração, quanto ao aspecto cultural, é o das universidades. No Brasil, alguns trabalhos esparsos foram realizados na Universidade de São Paulo, enquanto somente agora a Universidade de Brasília se tem envolvido, efetivamente, embora de maneira lenta, mas bem interessante. Já o próprio Prof. Padre José Carlos Brandi Aleixo se encontra à frente da coordenação de um curso de especialização a nível de estudos sobre a América Latina. Realizamos, há um mês, um seminário com um grupo de professores italianos, fazendo uma análise sobre as experiências, como disse anteriormente, européias e da América Latina. Mas, de certa maneira, esses passos são tímidos, sem se esquecer, evidentemente, o trabalho gigantesco assinalado pelo Professor Herrera, hoje de manhã, executado pela Fundação Getúlio Vargas, que desempenhou um grande papel não só de integração da América Latina, mas sobretudo de projeção do nosso País em contato com os povos irmãos da América. O trabalho universitário tem de ser mais sistemático. O ilustre representante da Rede Globo realmente tem toda a razão quando diz que esses processos, de certo modo, são muito informais. Os meios de comunicação têm desenvolvido um trabalho imenso, a nível popular, sobre o conhecimento das realidades deste País. Acredito mesmo que os meios de comunicação vão, de certa forma, estabelecer um novo dado na problemática da integração latino-americana, a exemplo, como o Professor Herrera lembrou hoje, exatamente da Conferência que, em 1945, tinha feito Haya de la Torre no Chile, quando dizia que o futuro da América Latina estaria exatamente no futuro dos meios de comunicação.

ROSA FLORES:

Eu recolheria esta oportunidade tão-somente para, com base no que ouvi, dar ênfase toda especial à televisão como elemento de integração dos nossos povos. Acho que o desenvolvimento dos meios de comunicação, através da imagem transmitida pela televisão, é o grande instrumento capaz de implementar e de viabilizar essa integração que é o tema de nossa reunião. A integração, como foi destacada por um dos oradores que me antecederam, se faria de maneira global, isto é, no campo econômico e no campo cultural, mas o grande instrumento que proporcionaria esta integração seria, sem dúvida alguma, a televisão.

MANUEL ROCA ZELA:

Eu desejaria expressar algumas idéias que me vieram à mente diante dos brilhantes conceitos emitidos pelo Prof. Herrera, na manhã de hoje, com relação à im-

portância dos meios de comunicação em massa — em especial a televisão — no processo de integração cultural de nossa América. É um meio muito positivo e muito fácil de incentivar a integração cultural, para afirmar a identidade latino-americana, e que pode aproximar-nos mais da finalidade da procura do ser latino-americano.

Permito-me enfatizar não só a importância de se chegar a um bom resultado com esta política, através da televisão, como também a necessidade de maiores estudos de manutenção da importância da televisão, porque, paralelamente à difusão de identidades latino-americanas e do ser latino-americano, a televisão corre o perigo de ir obtendo a integração em detrimento da identidade latino-americana, porque haverá integração, sim, porém, como assinalava o Prof. Herrera, com a cultura do *cowboy*, e, eu acrescentaria, agora de Travolta, também.

Era isto que eu queria deixar à inquietação de V. Exas.

FELIPE HERRERA:

Sem prejuízo deste diálogo tão interessante, no qual foram ditas coisas tão substantivas e tão importantes, eu quisera ter a oportunidade de fazer alguns comentários a respeito, antes de ouvir outros participantes.

Com referência às duas iniciativas do Embaixador Zegers, estou totalmente de acordo com S. Exa. Quanto à Agência Latino-Americana de Notícias, na verdade uma experiência da Agência Latin, que se incorporou à Reuters, acredito que se trata de um aspecto aberto, no qual, obviamente, não existe monopólio. Lembrome — perdoem-me a referência pessoal — quando era Presidente do Banco Interamericano, de que chegou a visitar-me um grupo de proprietários de periódicos, precisamente para a formação desta Agência Latin, e eventualmente, creio, porque estava sem representação um dos órgãos da imprensa — deve ter sido pelo ano de 1963, ou 1962 — e eles queriam saber da possibilidade do Banco Interamericano colaborar. Pessoalmente, eu estava muito impressionado, mas fui muito franco e disse-lhes que a lei de nossa criação não o permitiria. Porém, pensando em voz alta, cremos ser uma interrogação que se abre para o futuro a colaboração financeira de tipo regional que se poderia receber para iniciativas culturais. Lastimo muito que não esteja aqui meu bom amigo e sucessor D. Antônio Ortiz Peña, do Banco Interamericano. Creio que ele concordaria com muitos de meus pontos de vista. O mesmo aconteceria com o Presidente do Banco Regional. Realmente, com uma interpretação um pouco mais flexível e mais adaptada historicamente às circunstâncias, deveria este tipo de entidade prestar esse tipo de cooperação, naturalmente dentro de normas financeiras totalmente protegidas e dentro da correção que o caso requer. Acredito que, nesse sentido, há algumas experiências interessantes no campo dos organismos financeiros internacionais, como já se disse, ajustando-se a aspectos culturais.

Falou-se aqđi no turismo cultural. Bem, esse tipo de turismo esteve bastante em moda, eu diria, no final da década de 60 e início dos anos 70, e o Banco Mundial e o Banco Interamericano abriram suas portas a projetos de turismo cultural. É claro que se usou — se assim podemos chamar — uma espécie não de subterfúgio, mas de ênfase que defendia, creio, certo problema. De que se tratava? De estimular o turismo nos países, para produzir divisas que equilibrassem seus balanços de pagamentos, e de usar seu patrimônio cultural como um instrumento, como um meio de atra o desse turismo. Porém a experiência, sobretudo do Banco Mundial — o Banco Interamericano foi, talvez, mais cauteloso — não foi muito feliz, e muitos dos países que solicitaram coopera o desse turismo cultural depois a descontinuaram. Porém que sucede com o turismo cultural?  s vezes, prejudica as próprias fontes de cultura, pois o turista, em vez de ir ver a cultura existente, quer uma cultura adaptada às suas necessidades, a seu gosto, na comida, nas festas, no contato humano e no tipo de vida. Assim, certamente V. Exas. ter o a mesma impressão que eu a respeito deste conceito de turismo cultural. Não é hoje em dia, um conceito de motiva o da coopera o internacional, por estas circunstâncias.

Penso que isso não impede que outros projetos de conteúdo cultural, sobretudo de caráter regional, possam dar lugar a iniciativas do tipo a que se referiu o Embaixador Zegers.

Quero também mencionar uma experiência pessoal, através do Fundo Internacional de Promo o da Cultura: estimulamos o Banco Centro-Americano de Integra o Econômica a assumir a responsabilidade de alguns projetos e ajudamos a financiar seus estudos sobre a pr -inversão em indústrias cinematográficas da América Central. Pela primeira vez, o Banco Centro-Americano de Integra o Econômica financiou indústrias cinematográficas centro-americanas, antes de tudo porque houve estudos de factibilidade que apontaram o acerto do projeto, e depois porque era da filosofia do Banco que os serviços cinematográficos a realizar seriam sobre aquela região.

Quanto   idéia da Universidade Latino-Americana, por certo haverá entre os presentes alguém que se lembre de que esta é uma idéia antiga. Se não me falha a memória, pelos idos de 1941 ou 42, chegou-se a firmar um convênio de tipo interamericano, na cidade de Panamá, criando uma Universidade Pan-Americana. Mais tarde, a Universidade de Panamá foi transformada em órgão executivo dessa iniciativa. Infelizmente, foi no tempo da guerra. Não houve ratifica o por parte dos Congressos. Lembro-me de haver conversado com o então Reitor da Universidade, numa visita que fiz ao Panamá, no ano de 1945, já quase no fim da guerra, e ele se mostrou muito entusiasmado com a possibilidade de uma mobiliza o latino-americana em torno desse projeto, o que não chegou a ocorrer. E o que aconteceu, em termos muito realistas? Evidentemente, houve uma explosão universitária na América Latina, da década de 60 em diante, de modo que pensar em uma universidade de um ponto de vista convencional ou central seria utópico. Entretanto, algo

mais se evidenciou na reunião de Punta del Este, no ano de 1967: o mercado comum. Em Punta del Este, falou-se de ciência, de educação e de tecnologia, o que obviamente deveria também incluir a cultura, assim como, ao falar-se em educação, estaria incluída a educação universitária. E o que se entende por mercado comum? Utilizar centros prioritários, em diversos países. Eu não veria inconveniente em que houvesse uma Universidade Latino-Americana, tal como existe uma Universidade das Nações Unidas, com sede em Tóquio, e não se dá o fato de haver grandes escolas ou grandes faculdades instaladas em Tóquio, como muito bem sabem V. Exas.; o que existe em Tóquio é um centro de coordenação de uma periferia instalada em todo o mundo, em torno de três ou quatro projetos. E não se trata de uma universidade muito rica, mas não deixa de ter recursos. V. Exas. sabem que o Governo japonês fez um "endowment" — uma dotação de capital — de cem milhões de dólares, que pouco representam em termos de interesses internacionais, mas que proporciona a essa universidade, pelo menos, um rendimento de cerca de 10 ou 12 milhões de dólares por ano. Vários outros governos fizeram também contribuições. Creio que o capital atuarial dessa universidade deve andar em torno de 150 a 200 milhões. Isso significa uma rentabilidade assegurada de 30 milhões, com a qual, evidentemente, muitos projetos podem ser executados, como na verdade estão sendo. Sugiro, então, como preocupação para o futuro, através dos órgãos pertinentes: por que nós, da América Latina, sem necessidade de nos sobrepormos à Universidade das Nações Unidas, não nos mobilizamos para utilizá-la a fim de estimular certo tipo de projetos de alcance regional? Não estou falando em teorias. Conversei com Enrique Iglésias a respeito da possibilidade da criação, com base na CEPAL — e penso em Santiago do Chile — de um centro acadêmico que não tivesse bases meramente do tipo tecnológico ou de treinamento de funcionários, diríamos, mas que se encarregasse, num período de dois anos, da formação de pessoal. Pensamos em um primeiro ano de estudos básicos e em um segundo ano em uma universidade de qualquer país da América Latina, associada a este tipo de projeto. Há muitas espécies de iniciativas desta natureza. Certamente o Sr. Embaixador da Espanha estará informado de que o Instituto de Cooperação Ibero-Americana tem profundo interesse num esquema desta natureza e estaria, inclusive, interessado em mobilizar a infra-estrutura universitária espanhola para este fim. Penso, portanto, Sr. Fernando Zegers, que a iniciativa tem plena possibilidade de vigência, embora, naturalmente seja necessário saber a que portas bater.

Com relação ao que foi dito aqui sobre televisão, eu quisera manifestar minha concordância com que evidentemente se trata do grande meio de difusão. É preciso que haja profundo conhecimento da realidade latino-americana e de como poderá servir este tipo de intercâmbio para os efeitos de uma integração cultural da América Latina. Acho que passo menos tempo diante da televisão que a média que se calcula passe o homem contemporâneo: 3 horas por dia. Creio que não passo mais de 15 ou 20 minutos; assim, não conheço muito, mas, naturalmente, ouço muito, intuo alguma coisa, e o assunto me interessa. Penso, porém, que, para que a televisão latino-americana atue em caráter integracionista, é evidente que deve ter uma pro-

funda qualidade de impacto. Preferimos trazer para nossa televisão um filme moderno magnífico, europeu ou norte-americano, porque se trouxermos um filme de um país qualquer da América Latina, é possível que esse filme tenha baixíssimo nível técnico e cultural, como já vi acontecer. Creio que isso constitui uma grande responsabilidade dos próprios canais de televisão que sem a presença dos governos, porém num trabalho de intercâmbio, podem chegar a esquemas ou a fórmulas adequadas, inclusive, aos interesses que tiverem em relação a esta matéria.

Ouvi com muita atenção os comentários do Prof. Brandi Aleixo com referência aos nacionalismos. Estou totalmente de acordo. Mencionou ele o Presidente De Gaulle e as visitas presidenciais. Eu acrescentaria, entretanto, que efetivamente temos, hoje em dia, na América Latina, maior contacto entre nossos Chefes de Estado. Sejamos, porém, realistas: falta-nos o encontro do tipo multilateral. O primeiro encontro oficial dos Chefes de Estado de todos os sistemas interamericanos ocorreu em 1967, em Punta del Este. E, sendo bem realistas, perguntemo-nos: por que aconteceu isso? Porque o Presidente Johnson, dos Estados Unidos, tinha interesse em reunir-se a seus colegas latino-americanos. E por que tinha esse interesse? Porque eventualmente aspirava a uma reeleição e, naquela época, não sabia se deixaria o Governo no ano de 1968. Então, não fora o Presidente dos Estados Unidos e não haveria uma iniciativa de encontro. Agora, isso não quer dizer que não tenha havido um encontro multilateral. Houve; porém não da forma coletiva como deveria ter sido realizado. Como eu disse, desde Punta del Este até agora não houve encontros. Quando se observa a realidade européia, vê-se como os Chefes de Estado e Primeiros-Ministros se encontram periodicamente cada dois ou três meses. Alguém poderia dizer que o território é menor. Claro que é, mas isso não significa nada. Hoje em dia, com os jatos, evidentemente a geografia não importa. E porque não nos perguntarmos: como se estão reunindo periodicamente os Chefes de Estado e Primeiros-Ministros dos países industrializados? Claro que, nos países industrializados, o problema do petróleo vem em primeiro lugar, isto é, o problema financeiro vem em primeiro lugar. Eles se reúnem e ficam muito gratos, em Londres, em Hamburgo, onde for. Combinam por telefone, com uma semana de antecedência. Na América Latina — e estão aqui presentes funcionários de carreira do Corpo Diplomático — uma coisa assim levaria anos de preparação, com protocolo, com isto e aquilo etc. Creio que precisamos acabar com este tipo de preconceito e ir-nos acostumando a tratar desses problemas a nível de Chefes de Estado, já que se mencionou este tipo de encontro.

Os comentários do Prof. Paes Landim também coincidem profundamente com algumas de minhas afirmativas neste momento e com as observações que apresentei pela manhã.

Finalmente, com referência às observações de caráter geral aqui feitas, inclusive pelo Prof. Brandi Aleixo, sobre a importância do Parlamento latino-americano. Creio que foi uma grande iniciativa a realização daquele encontro em Lima, em

1964, pois se constituiu num ponto de partida. Infelizmente, por motivos de nossa realidade institucional regional, um sistema parlamentar dessa natureza — regional — não teve a força do sistema parlamentar europeu. Sou, entretanto, um otimista, por profissão, e estou certo de que, conforme comentava, na hora do almoço, com alguns dos parlamentares presentes, daqui a mais alguns anos, não será difícil que, tal como a Europa, possamos eleger parlamentares diretamente para um Parlamento central da América Latina. Por certo isso exige, como pré-requisito, mecanismos de funcionamento dos regimes democráticos e das democracias representativas, em todos os nossos países, como acontece na Europa Ocidental. Situação, porém, entre aqueles que estão convencidos de que a América Latina, de um modo ou de outro, está caminhando nesse sentido. E dou a isso grande importância, porque, caso contrário, um Parlamento latino-americano será meramente uma espécie de clube, de associação de parlamentares que se encontram periodicamente, porém sem força de opinião pública de caráter profundo.

Vejo que o Prof. Brandi Aleixo está muito em dia no que concerne à integração, porque fez referência ao Prof. Leopoldo Oséas e a seu Centro de Estudos Latino-Americanos, na Universidade do México, e as suas publicações. Creio que seria interessante fazer uma “enquêta” entre as pessoas que participam deste Seminário, para verificar quantas conhecem essas publicações que estão sendo feitas pela Universidade do México. Em geral, que sabemos nós das publicações feitas na América Latina a respeito de nossa realidade? Considero este um dos mais sérios problemas que limitam nosso processo de integração cultural. É por isso que a UNESCO está falando de um mercado comum de livros na América Latina, e sendo receptiva à posição de muitos governos a esse respeito; inclusive, formalmente, creio que vêm sendo firmados acordos ou declarações sobre o assunto. Na minha opinião, é uma matéria com relação à qual deveríamos pensar nos instrumentos úteis à divulgação deste tipo de pensamentos e de esquemas. Pela manhã, fiz referência ao fato de que acredito haver um sério vazio de filósofos das ciências políticas, na América Latina, com projeção de caráter regional. Fiz comparações com pessoas do século passado e disse que, curiosamente, talvez aquele século fosse mais conhecido porque tinha pequenas elites intelectuais que, de um modo ou de outro, estavam a par do que ocorria em outros lugares, através de contacto pessoal. Hoje em dia, porém — sejamos realistas! — que tipo de literatura conhecemos, de maneira fácil, na América Latina? Apenas “best sellers”, isto é, obras de grande circulação em um país desenvolvido, que foram traduzidas e representam um bom negócio para uma firma editora. Por isso, acredito que tenha sido grande sorte nossa o fato de que, nesse esquema, haja um grupo de escritores latino-americanos cujas obras se transformam em “best sellers”. Minha preocupação, porém, é no sentido de que, no campo da ciência política, da ciência econômica, das ciências sociais em geral, este não seja um quadro geral. Teríamos de buscar instrumentos de divulgação.

No mesmo contexto — e para completar este comentário — que me seja permitido dizer o seguinte: em nosso continente, progredimos muito, economicamen-

te, em matéria de integração — na manhã de hoje Enrique Iglésias nos falou nisso — e seguramente nossos colegas estão bastante eufóricos, talvez reconhecendo nosso progresso. No entanto, que revista latino-americana existe hoje com ampla difusão, ou que tipo de pensamento autóctone, periodístico? Além da revista *Visión* — e coube-me, durante certo período ser membro de seu Conselho Editorial — não conheço outro tipo de iniciativas de divulgação de caráter sistemático de publicação em nosso continente, o que vem em abono do que o Professor Aleixo dizia, pela manhã, no sentido de que, em nossas publicações, dos livros que se comentam, latino-americanos são minoria; comentamos muito mais livros publicados em outros lugares.

Estamos diante de uma série de desafios que, acredito, é possível enfrentar, porque seria absurdo que tenhamos feito aquilo a que nos propusemos 20 ou 30 anos atrás, ou seja, aumentar nossos empréstimos e nossas inversões, transformar o rio Paraná numa grande fonte de energia hidroelétrica, fazer trabalhos de grande escala na indústria, em todos os meios de transporte etc., no campo físico, e não sejamos capazes de fazê-lo no campo da criação humana — esta, a grande interrogação — exceto que estamos requerendo grandes instrumentos, os quais, se existem, são muito limitados, infelizmente, muito desintegrados, necessitando de uma profunda revisão, sob todos os pontos de vista.

ALOÍSIO MAGALHÃES:

Todos nós ficamos não digo surpreendidos, porque já conhecemos muito o pensamento de Felipe Herrera, mas verdadeiramente debaixo de um impacto, tal a clareza, precisão e coragem de Felipe Herrera em sua reflexão, seu pensamento, sua idade continental, em nome da integração latino-americana. E acho que Felipe Herrera colocou alguns pontos que, de certo modo, deveríamos, se possível, detalhar um pouco melhor. Eu, particularmente, refiro-me às observações feitas em termos dos meios de comunicação de massa. Trata-se, meus senhores, de uma arma de dois gumes, como, de resto, todo avanço tecnológico. Gutemberg, quando inventou a imprensa, tentava desesperadamente imitar a caligrafia, porque não se apercebeu de que poderia perfeitamente ter recriado a natureza da letra. Mas essa tentativa de sempre nos apegarmos a um elemento, sem ver em profundidade aquilo com que lidamos no momento, faz com que a nossa civilização, sobretudo o mundo novo, corra riscos muito grandes. Estamos perplexos, também, diante de uma série de fenômenos diante dos quais não temos sabido conduzir-nos. Parece-me, por exemplo, que é preciso um grande cuidado para não confundir integração com homogeneização, e esse é um perigo iminente. Homogeneizar é o que tem sido feito pela civilização tecnológica do Ocidente. Tudo é igual. Desapareceram os componentes de heterogeneidade, que é onde reside justamente toda a criação do homem: nas diferenças do homem, nas peculiaridades do homem; nos seus matizes, suas peculiaridades pessoais ao lidar com matéria-prima, ao controlar a matéria-prima. Tudo isso está sendo absolutamente homogeneizado, achatado, num mundo onde

tudo é igual e todos devem ser iguais. A isso querem chamar universal. O universal não é o igual. O universal é o diferente que se conhece, é o diferente que convive com outro diferente. É a possibilidade de integração dessas particularidades que constituem verdadeiramente o universal. O achatamento do mundo é a morte do mundo. Em Física, está provado que, no momento em que a heterogeneidade vira homogeneidade, a vida desaparece. Não existe vida a não ser com um atrito, com a interligação de diferenças. Então, o Mundo Ocidental, tecnologicamente avançado, levou a um ponto quase de exaustão esse risco de homogeneização, e a América Latina está às portas de sofrer o mesmo tipo de impasse, se é que já não estamos dentro desse processo, de maneira bastante violenta. Na verdade nossas diferenças, ou seja, nossas riquezas são justamente os pontos que mais deveríamos preservar.

O mundo, hoje, com o grande avanço tecnológico, tem impasses evidentes. A crise energética está mostrando a monumental falha de uma civilização baseada num único sistema, praticamente só em energia. Nós, que não temos esse compromisso, meus senhores, por que razão iríamos adotar modelos comprovadamente insatisfatórios? Não devemos negá-los, na medida em que nesses modelos que falharam há uma imensidão de lições para nosso aprendizado, há uma imensidão de pontos a serem observados. Mas a crítica tem de ser exercida. A capacidade crítica da América Latina, do homem latino-americano deve ser estimulada ao máximo. Somos um continente viável, justamente porque não estamos num processo de decadência. Vivemos um momento histórico em que o conhecimento do homem da América Latina pode colocá-lo na excepcional posição de poder rever os pontos negativos dos grandes países desenvolvidos no Ocidente. Temos a capacidade de rever essas formas, já e insatisfatórias. Ninguém no mundo contemporâneo, pelo menos no Ocidente, que se saiba, está satisfeito. Não há nação no Ocidente de que se possa dizer que resolveu seus problemas. Ora, justamente nas nossas nações pobres, onde a miséria ainda é abundante, a heterogeneidade, os contrastes indicam a presença de elementos desconhecidos que não podem ser abafados, mas, ao contrário, devem ser estimulados, vivificados, para que se verifique a probabilidade de virem resolver alguns problemas da Civilização Ocidental. E está provado, meu caro Presidente, que isso é possível. O Prof. Felipe Herrera o sabe — e é muito longo, já, o nosso diálogo, porque ele foi o primeiro líder no Ocidente que compreendeu que o fenômeno do desenvolvimento não podia ser feito apenas com base no econômico, e sim compreendendo-se o fenômeno na sua totalidade, portanto com base também no cultural. E o cultural, nesse sentido, inclui o econômico.

Desculpem minha ênfase, mas o que me parece é que esse perigo da homogeneização, nós o estamos correndo violentamente e esse risco poderá pôr em perda a probabilidade de uma revisão da Civilização Ocidental. Creio, também, que não será através da massificação que se poderá atingir a prevalência do heterogêneo. A massificação é perigosa; a massificação pode, de roldão, levar e estragar coisas dificilmente recuperáveis. Entretanto, acho absolutamente necessário reconhecermos os avanços tecnológicos e dele sabermos fazer uso adequado. Qual o uso adequado?

É isso que nós precisamos pesquisar, estudar, descobrir, e não usar o sistema aleatoriamente, porque o risco do desgaste é muito grande. Mas o estudo efetivo é necessário, porque da doença se descobre o remédio. O princípio da vacina é que no sistema em que se criou a situação que põe em risco a vida do ser humano pode-se encontrar o remédio. Então, pode-se encontrar na televisão um grande remédio, um difusor de informações que não seja homogeneizador. Não se trata de desconhecer e negar, mas de conscientemente saber usar. Finalmente, eu queria dizer que só vejo um caminho: o da prática saudável entre as nações latino-americanas. Por prática entenda-se projetos em comum, vida em comum, edições em comum, bibliotecas em comum, enfim, é nessa prática, é nessa descoberta do fazer que a América Latina pode encontrar sua verdadeira e legítima integração. Nesse sentido, há muito sendo feito. No momento, no Brasil, está sendo levado a efeito um curso latino-americano, programado pela OEA e pela Secretaria do Patrimônio Histórico, cujo sistema e metodologia experimental inclui vinte e cinco membros dos países latino-americanos, sendo oito brasileiros e os outros dos demais países. Esse curso começou em Brasília, com uma semana de tentativa de compreensão de metodologia; em seguida, o curso se desenvolve na cidade de Alcântara, no Maranhão, na cidade de Tracunhaém, em Pernambuco; na cidade de Cachoeira, na Bahia, na cidade de Parati, no Rio de Janeiro, e terminará em Ouro Preto — quinze dias em cada comunidade. Esse grupo latino-americano é, assim, exposto diretamente a uma problemática cultural diversificada, carente. Os jovens brasileiros — fui a Tracunhaém vê-los — se mobilizam diante de fatos reais, concretos, convivendo com esses fatos e os dos outros países encontram as semelhanças e os contrastes entre as situações, no caso brasileiras, e as situações de seus respectivos países. Por que não ampliar tudo isso? Por que não fazer com que esses itinerários se misturem mais? Quanto à idéia da universidade interamericana, que Felipe Herrera, a meu ver, colocou perfeitamente, por que a Universidade de Brasília, que hoje se destaca como um notável instituto de ensino, não poderia, ela mesma, ter vários tipos, além de graduação, de estímulos diretamente feitos?

Quanto ao problema da distribuição de livros, mencionada por Felipe Herrera — e é grave na América Latina, pois ninguém sabe o que se publica — eu gostaria de assinalar o entusiasmo com que vi, nos jornais brasileiros, pela primeira vez, uma universidade brasileira anunciando seus livros, a Universidade de Brasília. É preciso que se usem os meios de comunicação, inclusive pagos, para que se saiba quais são os livros publicados. Em relação à América Latina, não existe possibilidade. Em relação às universidades brasileiras, não existe; é a primeira vez que isso ocorre.

Enfim, meus senhores, parece-me que a prática é o nosso caminho, uma prática lúcida, consciente, fraterna, nas diversas dimensões dos nossos problemas, e que poderá, a meu ver, ser mais efetiva, do que a aceleração de certos procedimentos aparentemente integradores, mas que, a médio prazo, poderiam destruir nossas identidades.

FRANCISCO VALLEURE:

Das três partes em que está dividida esta exposição, talvez a que mais me chamou a atenção tenha sido a primeira, isto é, a descrição do cenário cultural latino-americano. Naturalmente, esta primeira parte tem de ser seguida por alguns fatores de afirmação cultural, como disse Felipe Herrera, e pela formulação de novas políticas culturais.

Quando fui convidado pelo Deputado Rogério Rego para participar deste Seminário sobre Integração Latino-Americana, a primeira coisa que fiz foi verificar como seria realizado o seminário, e apurei que, acertadamente, ele incluía três pautas, por assim dizer, importantes: o fenômeno sócio-cultural, o fenômeno econômico, e por último, o fenômeno político. Com efeito, creio que os três devem ser parte de qualquer política que pretenda atuar, a longo prazo, sobre o grande tema da integração latino-americana. Os três temas estão intimamente ligados. Talvez o da integração política seja o que apresenta um horizonte mais distante; o da integração econômica é um processo já em marcha, e o da integração sócio-cultural é um fenômeno evidente, hoje, talvez estimulado pelas circunstâncias do mundo em que vivemos e pela dimensão cada vez menor da vida moderna, em virtude da integração, obrigar as nações, os povos, ao relacionamento entre governos.

Comentava o Dr. Herrera — e eu estou de pleno acordo com ele — que o mundo latino-americano, que nós espanhóis, preferimos chamar comumente mundo ibero-americano, parecia submergir, de vez em quando, numa espécie de masoquismo, que difere nas diferentes comunidades, em torno de uma “lenda negra” que já os espanhóis vêm sofrendo desde meados do século XVII, aproximadamente, quando a História se originava em Madri ou em outros centros de poder, a começar por exemplo, no que diz respeito à Espanha, de 1648.

Estou totalmente de acordo, meu caro Dr. Herrera, com a tese exposta por V. Sa. O ibérico é um elemento essencial em qualquer movimento deste continente no sentido da integração. Não posso deixar de recordar aqui as palavras de pensadores tão profundos como são, hoje, em nosso mundo, um brasileiro universal, Gilberto Freyre, e um espanhol também universal, Julián Marias, o grande discípulo de Ortega y Gasset. Ambos apresentam o fenômeno do pan-ibérico, que alguns chamam pan-hispanismo, e há um livro de Gilberto Freyre sobre o brasileiro na comunidade hispânica, o que merece muita meditação, a meu ver.

Trata-se, finalmente, não só de buscar e manter viva a raiz de nossa comunidade, senão de pensar que este mundo latino-americano ou ibero-americano de hoje, que caminha de maneira visível para uma integração, impulsionado por diversos fatores, de ordem social, de ordem cultural, de ordem econômica, este mundo, penso eu — já que sou também, como o Dr. Herrera, um otimista permanente — é uma das coletividades de maior futuro, provavelmente, no horizonte histórico que se nos apresenta.

O Dr. Herrera falava de uma dicotomia hispano-lusitana, que, na verdade, foi transplantada para este continente em fins do século XV e que resultou nesta imensidão, nesta realidade ibero-americana ou latino-americana que hoje vemos. E devo agradecer aqui, de modo muito especial, a referência elogiosa e muito oportuna — e não deveria ser eu a dizê-lo — aos esforços que vem fazendo o próprio Rei da Espanha nesse sentido.

Agradou-me enormemente observar as dificuldades pelas quais passou o nosso caro Dr. Herrera e que refletem toda uma vida dedicada a promover a integração. O Dr. Herrera deu um grande salto em suas atividades internacionais, passando de longos anos de experiência econômica a uma nova atuação no campo cultural.

Pensei muitas vezes que, sendo a economia um elemento indispensável, naturalmente, para promover qualquer movimento deste tipo, não podemos prescindir dela, de modo algum — nem vamos fazê-lo — em sua essência anterior, de tipo histórico, de tipo social e cultural, que está na base de todo este fenômeno.

Julián Marias fala do mundo hispânico, ou do mundo ibérico, como de um poliedro, isto é, de um mundo que se apresenta em uma só forma, porém com facetas muito diferentes. E aqui cito algo que acaba de ser dito pelo Dr. Aloísio Magalhães: que a homogeneização não é exatamente o melhor caminho para impulsionar a integração; ao contrário, teremos de conservar nossas diversas identidades culturais, de modo a chegar a formar e a incentivar constantemente nossa cooperação, a fim de chegar precisamente a essa realização última, que viria a consistir na grande comunidade ibérica de nações.

Reportando-me à História, penso no fenômeno que foi, à época, uma culturação do tipo transversal, procedente da Península Ibérica, chegando até o Caribe e até as grandes costas do Continente Sul-Americano, penetrando tanto pelo Atlântico como pelo Pacífico, e creio que os movimentos, tão visíveis e tão dignos de encômios, que se estão realizando atualmente neste continente, podem chegar a um resultado final muito curioso: é que precisamente da América se pode também impulsionar maior união na Península Ibérica. Não posso evitar o fato de ter nascido naquela península e de pensar que são os latino-americanos que, hoje, favorecem mais, se possível, a possibilidade de que aquela pequena península do subcontinente asiático, ou euro-asiático, chegue um dia a servir a esta causa comum que é concretizar esta grande comunidade.

Nosso idioma — e a isso se referiu, na manhã de hoje, o Deputado Dias Novaes, não me parece, em absoluto, um obstáculo. Nós, espanhóis, falamos no Brasil, grande país lusófilo, como falamos em nossa região, e somos perfeitamente compreendidos, do mesmo modo que os brasileiros e portugueses, quando falam em nossa região, são perfeitamente compreendidos, como também nos países do grande arco que rodeia o Brasil, desde a Venezuela até a Argentina e o Chile.

Indagava eu de Felipe Herrera e Julián Marias, não faz muitos dias, por ocasião da homenagem que a Universidade de Brasília e o Ministério da Educação e Cultura prestaram a Gilberto Freyre, de qual seria, em sua opinião, a diferença filológica que separaria os dois idiomas, e eles me diziam que não acreditavam fosse superior a 10 ou 15%. Eu mesmo pensava, às vezes, que tanto nós, os de fala espanhola, como os de fala portuguesa poderíamos ler em ambos os idiomas, ajudados, talvez, nas últimas páginas de qualquer livro, por um pequeno dicionário, por assim dizer, no qual estarão registradas aquelas palavras que realmente não são compreendidas em um ou outro idioma. Quanto ao mais, qualquer um de nós pode não só expressar-se, mas também ler perfeitamente nas duas línguas. Esta seria, definitivamente, a culturação por via escrita, que tem hoje grande reflexo e foi objeto de numerosas referências no decurso desta mesa-redonda e que pode ser levada ao campo da comunicação de massas, através de meios tão importantes como, sem dúvida, a televisão. A mim me parece que o impacto da televisão é hoje — e sê-lo-á mais, num futuro relativamente próximo, com os satélites de comunicação — um dos grandes elementos de integração que podemos e devemos utilizar.

No dia em que as telenovelas brasileiras forem postas para todos os povos de língua espanhola, teremos dado um grande passo, não só no sentido do conhecimento de nossas respectivas identidades sócio-culturais como também no processo da própria integração. Como eu disse, por ocasião da homenagem que tive a honra de oferecer a Gilberto Freyre e a Julián Marias, não conto o tempo de minha permanência em Brasília por meses, mas por telenovelas, a que assisto constantemente, com atenção, sempre que meus afazeres o permitem. Assim, meu tempo em Brasília é de exatamente dois anos medido por quatro telenovelas, desde que cada uma dura seis meses.

É precisamente através desta receptividade que venho tendo com relação ao português, a esse meio de expressão falada, que não só cheguei a começar a falar o “portunhol” como compreendi o quanto a língua castelhana e a língua portuguesa estão próximas.

O estímulo, portanto, que pode ser dado ao processo de integração latino-americana, no campo sócio-cultural, a que se referia o Dr. Herrera, na manhã de hoje, me parece um dos elementos essenciais deste movimento. Refiro-me ao tema da grande integração econômica e ao tema posterior da integração política. Penso que o fenômeno sócio-cultural é da maior importância e que estímulos como o que foi realizado, nesta manhã, pelo Dr. Herrera, são dignos da maior atenção. Penso também que nesta tarefa, que é comum, e não apenas uma tarefa de líderes intelectuais ou dos meios universitários, os parlamentos de nossos países devem desempenhar um papel muito importante. Por isso mesmo, ao felicitar o Deputado Rogério Re go por sua iniciativa, creio que devemos incorporar a este trabalho, com maior intensidade, se possível, os representantes parlamentares dos países-membros desta comunidade, porque não há dúvida de que são os representantes do povo, e é atra-

vés deles que poderemos conseguir maior capacidade de osmose entre as ações do Poder Executivo e a própria integração que se realiza a nível popular.

Não vou prolongar este comentário, porque já usei da palavra por bastante tempo e certamente haverá outras pessoas que desejam fazer intervenções. Quero apenas deixar aqui, como uma última palavra, uma fé imensa no futuro da comunidade hispano-americana ou ibero-americana. Creio que esses 300 ou 400 milhões de homens — e, no final do século, serão provavelmente 500 milhões, ou 10% da Humanidade — constituirão um mundo ocidentalizado no sentido menos pejorativo e mais cultural da palavra, mundo esse que terá de desempenhar papel de importância cada vez maior no concerto das nações, e neste sentido — e aqui termino — não posso senão louvar os esforços que vêm sendo feitos nas capitais ibero-americanas, tanto no Sul como ao Norte próximo ao mundo anglo-saxão, que constitui uma barreira cultural. Creio que esses movimentos devem ser vistos com a maior simpatia, sejam eles realizados em torno da Bacia Amazônica, ou da Bacia do Prata, ou dos Andes. E meu único pedido — um pedido modesto — como espanhol, é que nos seja permitido participar desse processo.

LUIZ NAVARRO DE BRITO:

Farei apenas duas observações muito breves em relação ao uso dos grandes meios de comunicação de massa como instrumento de integração cultural. Como primeira observação, eu queria lembrar que já existe na América do Sul um embrião de projeto com essa natureza. Esse projeto é sediado em Caracas, na Venezuela, abarca nove países da América do Sul e tem a ajuda da UNESCO e do PLUDO. Devo, aliás, salientar que, desde o início desse projeto, o Brasil recusou-se sistematicamente a dele participar.

A segunda observação é quanto à faca de dois gumes que representam esses grandes meios de comunicação de massa a que se reportou o Dr. Aloísio Magalhães. De fato, parece que ninguém ousaria negar a grande importância que poderá ter a utilização massiva, intensiva, de programas de televisão, como meios, repito, de integração cultural. Mas é preciso ver também o outro lado, o outro gume da faca. E, nesse particular, eu queria lembrar apenas o temor, latente em todos os países do Terceiro Mundo, quanto exatamente à possibilidade de que, utilizando os satélites de comunicação, isso venha a ocorrer num futuro muito próximo, sobretudo quando se pensa na possibilidade de utilização industrial dos satélites de difusão direta, isto é, aqueles que podem transmitir mensagens diretamente para os televisores, nas residências, somente com o uso de um pequeno conversor.

Se as nações industriais resolverem de fato utilizar esses satélites e industrializarem a baixo preço esses conversores, será que isso não se tornará também numa forma de estimulação de maior dependência cultural, numa forma de homogeneização cultural a que se reportou o Dr. Aloísio Magalhães, enfim, num grande perigo

para a segurança nacional dos países do Terceiro Mundo? Eram somente essas duas observações.

MANUEL ROCA ZELA:

Já vimos que a identidade latino-americana, o ser latino-americano, a cultura latino-americana se compõem de dois elementos principais, para só nos referirmos aos elementos básicos: o ibérico-hispânico e o aborígine.

Em termos gerais, não temos problemas algum para assumir os valores da cultura ocidental e cristã. Muitas vezes, vamos além de nossas raízes européias, ou seja, superamos o ibérico e nos identificamos com valores franceses e ingleses, o que constitui um empecilho a que assumamos nosso próprio ser latino-americano.

Permito-me propor à consideração desta mesa-redonda que talvez fosse interessante realizar-se uma reunião de ministros de educação, nesta busca de integração cultural latino-americana, talvez sob o patrocínio do Convênio Andrés Bello. Que se reúnam os ministros da educação, e a primeira tarefa que incumbe aos países, através dos setores especializados, é a identificação dos valores latino-americanos. Será um trabalho fácil, porque cada país já tem seus valores identificados. Uma vez feita essa identificação, assumamos como próprios esses valores, sem que eles percam sua nacionalidade. Assim como estudamos Rousseau, Spinoza etc., por que não estudar, por exemplo, Miguel Asturias e Neruda, este último não tanto como chileno, mas em sua projeção latino-americana, desde que todos somos produto dessas duas correntes e dessas características?

HOMERO ICAZA SANCHES:

Uma pequena intervenção, a fim de tornar talvez mais clara minha primeira intervenção, sobre a importância do meio de comunicação massiva no fenômeno da integração latino-americana. Acredito que, até o aparecimento do rádio e da televisão, existiam três canais de integração latino-americana. O primeiro eu chamaria de integração oficial, no qual funcionariam as chancelarias dos países latino-americanos, os tratados e os convênios culturais; o segundo, que eu chamaria de integração educativa, se realizaria a nível das universidades, dos professores e do intercâmbio de experiências educativas; e o terceiro eu chamaria o canal da integração intelectual, que seria feita através das elites culturais. Entretanto, considero que esses três canais são gutemberguianos, como disse anteriormente, e que a televisão e o rádio, como meios de comunicação massiva e sem fronteiras, estão constituindo um quarto canal de integração latino-americana, o canal da integração dos povos, que criaria o lastro necessário para que essa integração cultural tivesse uma aceitação maior.

Com referência aos receios de uma homogeneização levantados pelo Prof. Aloísio Magalhães, gostaria de citar — e perdoem-me tratar de fato pessoal — o seguinte: no ano de 1978, o redator cultural do “Washington Post” pediu-me por telefone uma entrevista — e veio ao Rio de Janeiro para realizá-la — sobre a importância da telenovela na América Latina. Logicamente, achei um pouco absurdo o assunto da entrevista. E, depois de uma conversa, em que se estabeleceu um clima de intimidade, perguntei: “Mas que importância tem para o “Washington Post” a telenovela brasileira?” E o redator do “Washington Post” me respondeu: “Para nós, não tem; a telenovela brasileira tem importância para o produtor de enlatados americanos, porque, cada vez que o Brasil vende uma telenovela, em 150 capítulos, a um país da América Latina, está tirando da programação desse país 150 episódios da Série Kojak, 150 da Baretta, enfim, 150 enlatados americanos.”

De modo que essa homogeneização americana já não é uma realidade no Brasil, considerando-se que nossa programação é 75 a 80% nacional. Então, o fato não deveria assustar tanto o Professor Aloísio Magalhães. Por outro lado, deve-se reconhecer que foi através da televisão que o povo, a massa, tomou conhecimento de que Ouro Preto é um monumento cultural mundial, e o telespectador anônimo sentiu orgulho, quando ouviu sobre a compra de documentos importantes para a História pátria. Quer dizer, a televisão não nos deve provocar medo. Devemos aceitá-la, porque é um fato. Não podemos assumir a atitude do *cowboy* que defendia a diligência contra a locomotiva. A televisão, o satélite, o vídeo-cassete, o vídeo-disco estão aí. O vídeo-disco, por exemplo, consegue reproduzir 54 mil imagens em cada face e 15 minutos de som em cada lado. Então, acho que se pretendemos realmente trabalhar no sentido da integração cultural da América Latina, devemos montar nos cavalos selados que passam à nossa porta, que se chamam televisão e rádio, porque eles serão os meios de comunicação que prepararão as massas e os povos para as mensagens que as elites culturais transmitirão futuramente. Era essa minha intervenção.

JOSÉ BORJON:

Minha intervenção reduz-se a fazer uma pergunta ao Prof. Herrera, a respeito de uma das recomendações que fez no final de sua brilhante palestra — a de número 2 — sobre as políticas culturais da América Latina, que necessitam de uma melhor institucionalização administrativa e legal, sendo, para isso, de grande importância a comparação de experiências a nível nacional. Eu gostaria de saber o que se está fazendo, concretamente, para levar adiante esses programas, sobretudo a nível educativo. De fato, acho que há muitos problemas para a revalidação dos diplomas de pessoas que estudam no estrangeiro, quando voltam para seu país. Mesmo havendo um convênio, recentemente firmado de revalidação de estudos e diplomas para os países latino-americanos e os países do Caribe, mesmo assim os entraves burocráticos são muito fortes. Acho que muito tem de ser feito no sentido de uma revisão nos métodos de estudo de cada país, para uma integração, mesmo em matérias

como História, por exemplo, para que não se insista tanto naquilo que possa ferir a fraternidade e a amizade entre os povos latino-americanos. O segundo, devemos pensar em termos de uma dimensão maior: não só nos povos latino-americanos, mas em todos aqueles povos que têm uma mesma cultura e certa semelhança, como os povos ibero-americanos, inclusive a Península Ibérica e aqueles povos que foram já segregados, por motivos da História, digamos, a cultura “chicana”, que está nascendo no sul dos Estados Unidos, fazendo programas educativos pela televisão etc. Que se está fazendo, realmente, nesse campo?

FELIPE HERRERA:

Vou responder, na medida do meu conhecimento, a esta pergunta, que me parece muito importante. Além disso, em algum momento eu teria de dizer alguma coisa a respeito deste assunto. Se meu colega possui o documento completo, verá que faço referência a outras iniciativas. Embora eu apenas as enumere, elas estão aí mencionadas. Esquemáticamente, podemos dizer o seguinte: no plano internacional, temos de levar em conta a UNESCO, que vem atuando como um grande cenário de encontros educativos, culturais, científicos, tecnológicos e de meios de comunicação. Certamente o caráter cosmopolita da UNESCO é o mesmo que existe em sua sede, em Paris, e esse fato, segundo creio, faz com que se dê grande prioridade, politicamente, a problemas de comunicações, como V. Exas. terão visto nos jornais, e fez com que se perdesse, em minha opinião, de forma um tanto artificial, uma presença maior na América Latina, porque, na verdade, o que a UNESCO fez para a América Latina é extremamente importante e, às vezes, bastante desconhecido, aqui.

Eu quisera — e vou referir-me apenas ao aspecto cultural e educativo — destacar o seguinte: a UNESCO patrocina conferências periódicas de Ministros de Educação latino-americanos, creio que de dois em dois anos, e patrocinou uma conferência cultural, faz dois anos, em janeiro de 1978, em Bogotá. Tive oportunidade de comparecer, e posso afirmar-lhes que, pelo que conheço em matéria de encontros dessa natureza, isto é, encontros culturais, foi o mais importante, dentre os já realizados. Por que motivo? Porque os governos, em sua maioria, mandaram seus ministros ou subsecretários encarregados dos assuntos culturais de suas pastas, de modo que houve uma oportunidade para comparar experiências, de diferentes perspectivas, com referência ao que a UNESCO vinha realizando, quanto ao problema global da identidade cultural, quanto à preservação do patrimônio cultural e outros aspectos sumamente importantes.

Os países que participaram dessa reunião da UNESCO tomaram a resolução conjunta de fazer um “follow up”, isto é, de dar prosseguimento à algumas decisões ali adotadas. Que eu saiba, esse prosseguimento foi relativamente débil, mas houve reuniões posteriores. Compareci às de Buenos Aires e São José de Costa Rica.

V. Exas. não de perguntar a que se deveu essa debilidade, depois de se ter realizado um encontro de tão alto nível, inaugurado pelo próprio Presidente da Colômbia, estando o diretor-geral da UNESCO presente a toda a reunião, com vários ministros, muitos subsecretários, pessoas que representavam órgãos de cultura etc. A que se deveu a debilidade no prosseguimento das atividades? Creio — é uma opinião muito pessoal, e nisso concordamos um pouco com o Dr. Aloísio Magalhães, conforme se lê em nosso trabalho — que, em geral, na América Latina, nos falta criar órgãos institucionais adequados, que representam a posição dos países em matéria de política cultural. Hoje em dia, é um campo muito diverso. É lógico, aí estão os ministérios de Relações, que têm seus departamentos culturais; aí estão, naturalmente, os ministérios de Educação, que também se ocupam da matéria; aí estão organismos autônomos, institutos especializados em preservação de patrimônios culturais e artísticos etc. Depende, diríamos, do tipo de organização de cada país. Entretanto, conforme minha experiência internacional, o melhor para a América Latina seria fazer, progressivamente, o que fez a Europa. Lembro a experiência francesa, na época de De Gaulle, aqui mencionada várias vezes. Alguém poderia dizer: que tem a ver De Gaulle com a cultura? MUITÍSSIMO, pela sua inspiração histórica. Ademais, pessoalmente, creio que, hoje em dia, quem estude o Idioma francês, a História francesa, há de considerar De Gaulle uma grande figura, não só como pessoa, mas também como escritor. Tanto ele como Churchill foram extraordinárias personagens históricas, diríamos, e expressionistas de uma experiência do tipo histórico. Pois bem, quando De Gaulle assumiu o Governo da França, no fim do ano de 1958, criou o Ministério da Cultura. Pela primeira vez, que seja do meu conhecimento, criou-se, com todas as exigências legais, um Ministério de Cultura, que ficou a cargo de um personagem que não era desconhecido: nada menos que André Malraux. E André Malraux esteve nesse ministério por mais de dez anos, o que não o impediu de escrever, como sabem V. Exas., porque uma parte importante de sua obra data dos anos 60. Além do talento de Malraux, houve algo extraordinário, que foi a institucionalização francesa e a burocracia francesa, no bom sentido da palavra; foi a criação através desse ministério, que tive oportunidade de conhecer de perto, de mecanismos para fazer funcionar uma política cultural. Não se trata de algo monumental; é um ministério muito pequeno, muito modesto, do tipo que se encontra na Europa, com pequenos escritórios, em prédios antigos, para onde é hábito telefonar a fim de pedir informações. Entretanto, são pontos de convergência e de orientação, de iniciativas particulares de organizações e associações, e também e sobretudo, de iniciativas que estão surgindo nos departamentos franceses, casas de cultura, em todos e em cada um dos departamentos da França. Digo-o a título informativo, para mostrar que essa experiência francesa foi imitada por grande parte dos países da Europa Ocidental.

Devemos ainda ressaltar o seguinte: que os países da Europa socialista talvez tenham tido antes ministérios de Cultura, o que não é de estranhar, porque não devemos esquecer que, obviamente, na maioria dos países de economia centralmente planificada, países que estão dentro da chamada órbita soviética, o campo cultural

foi muito determinado por uma filosofia e por uma concepção, mesmo que em muitos deles tenha havido um processo de abertura, ou haja tendência para esse processo de abertura, como V. Exas. sabem. Porém o fato concreto — e isto também vi, através da UNESCO — é que não existe país socialista que não possua seu Ministério da Cultura sumamente importante, o que é de nos chamar a atenção.

Volto, porém, à experiência francesa e à experiência da Europa Ocidental, porque a aplico um pouco à América Latina. Nós, na América, ainda temos tendência a criar ministérios ou secretarias de Cultura que às vezes funcionam de forma um pouco precária, sendo organizações novas, que não têm pressupostos, e às vezes funcionam sem caráter definido, mas penso que são necessárias, sobretudo, para usar o conceito inglês, *to have the opposite number*; é preciso haver uma contraparte com a qual os países possam negociar entre eles. Que se pode concluir, inclusive, de uma reunião deste tipo? Embora eu esteja certo de que os parlamentares aqui presentes poderiam, amanhã, tirar as conclusões mais importantes para o Parlamento Brasileiro, as quais seriam transmitidas, talvez, através do Itamaraty, do Governo Brasileiro etc. E quais seriam as contrapartes na América Latina? Creio que este é um dos problemas mais importantes: encontrar uma espécie de canal de alto nível, porque, se fizermos isso a nível nacional, evidentemente, creio, se simplificará o encontro de caráter regional. Não preciso dizer — e nisto interpreto o Dr. Aloísio Magalhães, que é inimigo da criação do Ministério da Cultura; declarou isso, conversando a respeito deste assunto, embora, se me permitir, eu afirme que ele seria um candidato mais que ministerial, seria um superministro, como já é, na prática — que não desejo interferir nas decisões políticas internas dos países, mas, evidentemente, é preciso encontrar personalidades que possam ser pontos de encontro e tenham influência direta sobre os chefes de Estado neste tipo de assunto. À luz destes argumentos e também dos argumentos anteriores, cada vez me convenço mais — sobretudo depois destas oito horas que passei com V. Exas. — da importância deste tema, que deveria ser objeto, no futuro, de algum encontro de chefes de Estado, do tipo multilateral, tal como aquele em que, no ano de 1967, os chefes de Estado disseram: “Vamos acelerar a criação do Mercado Comum Latino-Americano”, ou “Vamos acelerar a criação de um Mercado Comum da Ciência e da Tecnologia”. Creio que talvez, a nível de chefes de Estado, se poderiam tomar decisões deste tipo ultrapassando as do tipo bilateral, tão tradicionais, e que, definitivamente, não chegam a parte alguma. Concedem-se todas as espécies de facilidades para o intercâmbio, concedem-se bolsas de estudo, exoneram-se de imposto os livros, mas isso não basta, é apenas, como também o consideram outros, uma política de promoção.

Creio que temos instrumentos para realizar isso, e menciono a UNESCO, no plano mundial, a Organização dos Estados Americanos, e esse caso único que já mencionei várias vezes, o Pacto Andino, através do Convênio Andrés Bello.

Finalmente, acredito que, sendo necessário, se poderia criar um mecanismo especializado nesta matéria. Sei que a muitos não agrada este tipo de sugestão, porque há preconceito com relação a tudo quanto diz respeito a iniciativas de criação de novos órgãos de tipo internacional. Creio, entretanto, que é uma necessidade, um efeito da causa, que reconheçamos ou não, tal como gostem ou não as burocracias nacionais, mesmo que se fale em reduzir o aparato do Estado, o aparato do Estado continua crescendo, no mundo todo, porque as necessidades públicas serão cada vez maiores, e os ministérios vão continuar crescendo, e as burocracias vão continuar crescendo, gostemos ou não, como digo, porque é a maneira como se está processando a civilização do mundo.

Creio que, internacionalmente, para a América Latina se justificaria pensar-se em algum ponto de encontro, em algum tipo de associação, de secretaria permanente, como acredito ter mencionado. Se criamos um SELA, para o sistema econômico da integração, por que não pensamos num mecanismo parecido para a integração de caráter cultural?

Minha observação final é que V. Exa. vincula muito esta matéria com o educativo, e tem toda a razão, porque são dois aspectos que não se podem diferenciar, sobretudo num conceito moderno de educação permanente, uma vez que a educação não é a preparação do homem moderno apenas para habilitá-lo a um título, na luta pela vida, ou para tirá-lo do analfabetismo, mas para integrá-lo na sociedade e tornar-lhe possível a plenitude pessoal, o amadurecimento integral, para que ele possa estar em melhores condições de vida neste tremendo mundo de desafios.

Creio que estes aspectos todos são estreitamente vinculados à cultura, como o são os aspectos de caráter científico. Hoje em dia, em um continente como o nosso, que se desenvolve como nenhum continente do mundo, não se pode compreender a ciência sem uma perspectiva de caráter cultural. Uma ciência aplicada de forma estritadamente mecânica obviamente seria utilizada pelas empresas, para melhorar sua eficiência. Há, porém, algo mais nisso, que é o trabalho de uma comunidade, porque é necessário criar pré-requisitos para essa mobilização.

Em resumo, creio — e deixei-o claro em minha resposta, aproveitando-me da oportunidade que V. Exa. me concedeu, fazendo-me a pergunta — que há todo um nível institucional que deveria levar-nos a meditar, nos âmbitos nacionais e regionais.

Como observação final, desejo dizer que acompanhei com grande interesse a experiência de países federais grandes, como o Brasil, e pude ver algo que é óbvio num país destas dimensões: os Estados naturalmente tendem a encarregar suas secretarias de Estado dos assuntos culturais. É o lógico, porque esses assuntos não poderiam ser todos concentrados em Brasília. Estamos vendo também como os municípios tendem a assumir a responsabilidade desses assuntos, e como as comunida-

des, à medida que vão adquirindo vida própria, vão ter de assumi-los, igualmente. Assim, acredito que, quanto a esses processos institucionais da cultura, devemos, mais que fazê-los paralelos, fazê-los convergir para uma realidade de tipo institucional, de aperfeiçoamento de nossos regimes coletivos.

Foi a isso que fiz referência em meus documentos, sem entrar em detalhes, pois muitas idéias poderiam ser apresentadas, desde que existem experiências variadas, não só na América Latina, mas em outros lugares.

HUGO NAPOLEÃO:

Não queria deixar de tecer, ainda que sinteticamente, algumas observações. Recordo bem que quando estava no primeiro ano da Faculdade de Direito, o professor da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, que era também o diretor da escola, o saudoso Professor Celestino de Sá Freire Basili, a mim me indagou, um determinado dia, quais as relações entre a Ciência do Direito e a Matemática. A pergunta — e, inicialmente, o impacto — me deixou surpreso. Mas pude, depois, verificar que ela me era feita exatamente num momento em que se procura substituir o qualitativo pelo quantitativo. E, para citar um exemplo prático, o Estado, na impossibilidade de fixar a maioria de cada um, determina uma só idade média para efeito de maioria.

Estamos, hoje, tratando aqui a respeito dos problemas da integração latino-americana, que devem merecer — como efetivamente merecido têm — toda a nossa atenção e preocupação. E se é que a essa matéria se pode chamar ciência, ela seria inexata, no caso, mas com fins exatos, porque a integração tem um objetivo certo e definido. Todos sabemos aquilo que queremos. E eu fico, às vezes, a pensar, num mundo de perplexidades, como o nosso: Irã e Iraque não apenas se digladiam, atualmente, mas entram em combate feroz, em luta armada; há extremas divergências, não apenas com relação ao diálogo Norte-Sul, mas também ao Leste-Oeste; entre as sociedades capitalistas e socialistas; entre o mundo desenvolvido e o chamado Terceiro Mundo, em desenvolvimento. Fico pensando, também, no quanto perdemos tempo, todos nós, da América Latina, com relação ao passado, talvez, exatamente, em razão da deficiência de comunicações. Mas vivemos, de 30 anos para trás, quase que de costas uns para os outros. Fico, portanto, feliz, comigo mesmo, de ver este empreendimento, de ver um professor, da sapiência do Professor Felipe Herrera, que aqui veio abrilhantar este conclave e ensinar-nos a todos, porque sua presença é aquela marca de garantia de que esta reunião é da mais alta qualidade.

Tecendo estas rápidas considerações, gostaria de aludir, como outros já o fizeram, à Operação Pan-Americana, idealizada, no Governo do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, pelo Prof. Augusto Frederico Schmidt, com quem aliás tive o privilégio de ter alguns encontros, para tratar de problemas estudantis no País. E aquela

inteligência de escol realmente formulou essa operação, cujo primeiro passo foi consubstanciado na Reunião de Presidentes Latino-Americanos, no Panamá, no ano, salvo engano meu, de 1956. Este teria sido um passo importante, realmente, dentro da conceituação de integração latino-americana.

Falou-se do problema sob o ponto de vista continental, incluindo os países da América do Norte; ocorre que não havia por parte deles maior receptividade inicial. Houve posteriormente, sim, sensibilidade, que se veio a firmar na conhecida Alliance for Progress — a Aliança para o Progresso — que, infelizmente, terminou inteiramente desvirtuada dos seus rumos iniciais.

Com estas considerações, gostaria de dizer que apreciei imensamente o posicionamento do Professor Herrera, com relação ao questionamento da capacidade das nações. Seremos nós, nações latino-americanas, capazes de chegar a um entendimento comum, determinado, que, por sua vez, também determine um movimento destinado a esta integração? A maturação — e a ela aludiu o professor — porque passamos, nesses últimos 30 anos; a explosão habitacional e populacional, de que foi vítima, digamos assim, toda a América Latina, inclusive o nosso Brasil; a questão da sociedade de consumo haver determinado conflito de natureza e de proporções culturais; enfim, são dados que realmente me deixam perplexo.

Para encerrar, eu gostaria apenas de tecer algumas considerações acerca daquelas outras a que há pouco aludiu S. Exa., o Embaixador da Espanha. Trata-se de idioma. Se temos uma origem ibérica ou uma origem comum, a meu ver, *data venia* do ilustre Deputado Israel Dias Novaes, a língua portuguesa e a língua espanhola, sendo, como efetivamente são, profundamente semelhantes são elementos de integração, e nisso concordo com o Sr. Embaixador. Eu diria que qualquer um que fale Português lê e entende Espanhol; qualquer um que fale Espanhol lê o Português, e talvez só não entenda tão bem quanto nós porque o Português, na verdade é uma língua profundamente difícil. Mas não há dúvida nenhuma de que nós temos um elo muito grande na comunicação. Acho que os Governos — e esta não é uma proposta, mas uma sugestão — deveriam incentivar as universidades de todos os países a estabelecerem um intercâmbio cultural comum realizando idas e vindas de pesquisas, de consultas e de reuniões, para que esta nossa América Latina e Latino-América seja efetivamente, cada vez mais, íntegra e unida.

GERALDO GUEDES:

Eu desejaria apenas para que constasse do nosso trabalho, que anotássemos aqui 12 ítems que me parecem devem ser bem considerados, relativamente a este objetivo da integração cultural. Primeiro, que os parlamentares da América Latina procurem levar a seus respectivos Governos todas as conclusões aqui aprovadas, mas sobretudo que fique bem determinado que é preciso que cada um dos países da América Latina incentive, apóie mais todos os incentivos que forem prestados à

educação. Segundo, que se proceda a uma revisão dos textos didáticos da América Latina, para que fases e datas históricas e personagens, aplaudidos como heróis em determinados países, não tenham suas imagens distorcidas, ou não sejam fixadas ilegitimamente. Terceiro, incentivar a cultura para evitar a evasão de cérebros. É muito natural que os intelectuais da América Latina estejam hoje espalhados pelo mundo inteiro. Se o Estado não lhes dá proteção, não os apóia, não lhes propicia meios de se fixarem aqui, eles se evadem, chamados por outras culturas, a que passam a dedicar sua inteligência e seu esforço. Quarto, que estabeleçamos um prêmio à cultura, à ciência e à tecnologia visando a estimular ensaios, trabalhos, livros sobre a integração da América Latina. Quinto, que se crie realmente a Universidade Latino-Americana, para cursos de pós-graduação. À semelhança das bases a que se referiu o próprio Professor Herrera, poderemos construir uma universidade, como foi construída a Universidade do Panamá, de cujo êxito nós todos duvidávamos. Que se crie o Museu da Cultura Latino-Americana; que se edite o Dicionário Toponímico da América Latina — e aí nós voltamos à questão da linguagem, porque não é possível que a linguagem se vá perdendo, e, com o correr do tempo, se fundindo a outras línguas, que não conservemos a linguagem própria da América Latina. É importante preservarmos, através do Dicionário Toponímico, os dados fundamentais de nossa língua. Que se crie o Centro Internacional de Estudos Superiores. Talvez neste centro esteja o início da formação da própria Universidade Latino-Americana. Que se faça um intercâmbio de professores e de estudantes, através de cursos. Que editemos também uma Revista Interamericana de Cultura. A meu ver, a única publicação desse tipo encontrada na América Latina são os *Cadernos de Cultura*, os chamados *Cadernos da América Latina*. E que se faça a defesa efetiva, através dos mecanismos criados, do patrimônio cultural, histórico e artístico. Agora mesmo, na Câmara, por sugestão de elementos ligados ao Poder Legislativo, estamos a constituir a Comissão Parlamentar de Inquérito que vai exatamente cuidar desse ponto, e a que não faltará, sem dúvida, o brilho, a capacidade, a ajuda e a eficiência do nosso querido companheiro Dr. Aloísio Magalhães.

Eram estas as considerações que eu desejava apresentar como cooperação que, independentemente da minha condição de relator, quero prestar a este seminário.

Aspectos Econômicos da Integração Latino-Americana

HENRIQUE IGLÉSIAS:

Para nós, latino-americanos, e para V. Exas. esse tema é de enorme importância e se torna ainda mais significativo no momento em que a política externa deste País vem reafirmando o grande interesse do Governo pela cooperação latino-americana.

Muito recentemente — faz poucos dias na visita do Presidente Figueiredo à CEPAL, S. Exa. reiterou enfaticamente que uma constante da maior importância para a política exterior do Brasil é dar marcado relevo à cooperação regional. Para nós, portanto, é extremamente significativo e positivo incorporar-nos a este debate.

Quero felicitá-los ainda pelo fato de haver sido o tema econômico — e creio não constituir isso um acaso — localizado entre o cultural — depois da brilhante exposição de Felipe Herrera — e o político.

A meu ver, tem muito sentido que o assunto econômico seja contornado pelos horizontes muito mais amplos do cultural e pelo que significa, afinal, a abordagem política deste tema.

A cooperação regional é, antes de tudo, um ato político, um fato político, alimentado por elementos econômicos, porém basicamente político.

Não deixou de me impressionar também que V. Exas. tenham convidado para debater os temas culturais e políticos a duas pessoas que eu chamaria gladiadores de temas econômicos: Felipe Herrera e Felix Peña, que há anos se ocupam desses assuntos, com afinco e convicção, e que seguramente poderão enfatizar — e Felipe Herrera já o fez — a importância que têm o cultural e o político num debate sobre cooperação.

Dito isto, e considerando que o tempo é curto, procurarei sintetizar ao máximo os conceitos que pretendo deixar nesta mesa-redonda e que correspondem, aliás, ao pensamento atual da CEPAL, nesta matéria. A instituição que dirijo se tem ocupado, desde o início de sua existência, da cooperação regional, e, de algum modo, coube-nos iniciar algumas das experiências relativas à integração, como ocorreu com o Centro Americano e a própria ALALC, de modo que nada mais perto de nosso interesse e de nosso coração do que reafirmar, em qualquer momento, a realidade da cooperação regional.

Uma realidade, porém, deve ser incluída no contexto das realidades. Toca-me, portanto, agora, descer um pouco ao campo econômico, mas comum, porém mais difícil, em alguns sentidos, e muito sujeito, eu diria, a um conjunto de mitos, de crenças, muitas vezes de falsos dilemas que têm acompanhado a discussão do tema regional e que é importante esclarecer, se nos propomos a um trabalho de fortalecimento dos esquemas de cooperação.

Creio que a cooperação regional — a integração regional — necessita, como muitas outras coisas, de um período de reflexão e de revisão, pois o mundo atual está em fase crítica, em todos os campos, na qual a revisão das idéias, dos pensamentos e das políticas é, talvez, a necessidade maior. Se tivéssemos de caracterizar o futuro imediato da Humanidade, diríamos que será um período de grande confusão política, ideológica e econômica, generalizada em todo o universo. Temos de preparar-nos para um período de transição, não só difícil como, de algum modo, traumático, no qual será preciso repensar o mundo, sob facetas muito diferentes.

A integração e a cooperação regionais necessitam aterrissar na realidade e também de uma projeção no contexto de três grandes modificações havidas no mundo e que são importantes para este tema: a que ocorreu no cenário internacional, a que ocorreu na América Latina e as que ocorreram na própria cooperação ou integração regional, nos últimos 20 ou 30 anos.

Apesar dessas três dimensões, como se pode situar, então, o fenômeno econômico da cooperação regional? De modo muito breve, referir-me-ei a essas mudanças e, em primeiro lugar às mudanças mundiais que dizem respeito a este tema.

Ninguém ignora as mudanças políticas nos novos cenários surgidos no mundo industrializado, com o aparecimento dos novos grupos de poder na Europa, no Japão, com um pujante mundo socialista e um não menos pujante mundo em pleno desenvolvimento, que recentemente se chamava mundo subdesenvolvido — para que se pudesse compreendê-lo, de algum modo — e onde se estão produzindo mais modificações significativas, com o aparecimento de novos centros dinâmicos de poder, conforme eu dizia, e que são esses grupos de países chamados de economia intermediária, dos quais o Brasil é um destacado participante. Eles compõem uma nova realidade, que vai marcando, na unidade e nos problemas do Terceiro Mun-

do, a presença de um grupo com características peculiares que devem ser destacadas.

No campo econômico, talvez o que houve de mais significativo, nos últimos 20 ou 30 anos, foi o fato de que a interdependência como tal começou a adquirir maior sentido. Creio que nenhum país escapa, hoje, seja no Norte ou no Sul, no Leste ou no Oeste, a um fenômeno de crescente interdependência que vai formando uma rede muito completa de relações à qual os países se sentem, de uma forma ou de outra, vinculados. ligados, tudo isto juntamente com um fenômeno de abertura muito forte nas relações econômicas internacionais e o surgimento de novos centros de poder chamados agentes econômicos, como as empresas transnacionais, que têm uma presença nova, ambivalente, porém de inevitável implicação em tudo o que possamos fazer, dizer ou pensar a respeito.

A conseqüência deste mundo complexo, aberto e interdependente foi, entre outras coisas, o fato de que a Humanidade conseguiu, nos últimos trinta anos, o mais brilhante processo de crescimento econômico jamais conhecido na História do homem, e a acumulação de bens, de riqueza material, a serviço de grupos minoritários, tendo as maiorias também recebido benefícios. Entretanto, as distâncias se foram tornando cada vez mais violentamente implícitas, e a heterogeneidade foi adquirindo contornos cada vez maiores. Tudo isso provocou e está provocando hoje um período de reacomodação: a aceleração da História, devida fundamentalmente a fatos políticos, tecnológicos e econômicos, e a qual submete atualmente o mundo — e continuará a submetê-lo por vários quinquênios — a um período violento e difícil de reacomodação de reações internacionais, sendo muito importante repensar o papel que corresponde a esta América Latina, à América Latina dos anos 80.

Esta tarefa não foi realizada. Constitui um grande desafio. Entender qual deve ser nossa posição neste mundo é talvez uma das responsabilidades mais importantes, especialmente para localizar essa região chamada intermediária, muitas vezes com sentido mais negativo do que positivo, porém que necessita tornar a situar-se no contexto deste mundo em modificação e em novos círculos de poder que vão submergindo a Humanidade, como o círculo alimentício, o círculo energético, todos eles se constituindo em desafios de grande envergadura. É nesse mundo que está inserida a América Latina.

A segunda modificação ocorre dentro da América Latina, onde eu destacaria três ou quatro fatos notáveis que dão a dimensão do quanto é diferente a América Latina de hoje da dos anos 50 ou 60, quando a CEPAL se ocupava de idéias de integração regional e quando o mestre Rômulo de Almeida iniciava a grande aventura da ALALC.

Em tudo isso houve modificações de enorme significado. A primeira e mais importante, que assinalamos, reiteradamente na CEPAL, é a composição de uma

massa crítica de produção, na América Latina, tal como nunca havíamos imaginado. Quer dizer que houve um violento transbordamento — e brilhante, em muitos sentidos — das forças produtivas regionais, que fazem com que a América Latina apresente um produto de 500 bilhões de dólares, cifra essa sob aspecto algum desprezível.

A América Latina é capaz de produzir muito mais, é capaz de diversificar a produção até níveis altamente sofisticados, e ultrapassou cinco ou seis vezes sua produção dos anos 50. É outra América Latina.

A massa crítica importa muito, para fazer coisas diferentes. A quantidade modifica a qualidade. Essa é a América Latina que temos hoje, e isso é bem conhecido aqui, neste país que tanto se tem desenvolvido.

Esse fenômeno ocorre aqui e na América Latina, como parte de um primeiro fenômeno de grande significado. É indubitável que, em tudo isso, a industrialização foi, queiramos ou não, um dos grandes fatores — ou o grande fator — dinâmico desse processo transformador.

O segundo fato notável, na América Latina, foi a grande internacionalização. Também a interdependência chegou até nós, e vinculamo-nos ao mundo; não havia outra alternativa. Essa vinculação foi parte indiscutível da responsabilidade no progresso da região, nos últimos anos.

Entretanto, esta América Latina de hoje é muito diferente daquela de há 30 anos. Nosso comércio já não é basicamente de matérias-primas, mas compõe-se, em 25%, de manufaturas. Somos grandes sócios das correntes financeiras internacionais. No ano passado, 25 milhões de dólares foram aplicados na América Latina, dos quais 80% de origem particular. E houve momentos, no ano de 1961 — eu o tenho repetido em mais de uma oportunidade — em que se pensou salvar o destino da América com a Aliança para o Progresso, com bilhões por ano. São cifras espetaculares. As tecnologias chegam a níveis mais sofisticados. Já não se trata simplesmente das indústrias arcaicas, mas de indústrias com altos componentes tecnológicos. As empresas internacionais chegam à região, onde investiram mais 50 bilhões de dólares, a partir dos países da O.C.D.E. Forma-se, portanto, uma América Latina não só grande, mas também diversificada e internacionalizada com um novo tipo de vinculação externa, nos campos comercial, financeiro, tecnológico e no campo das aplicações de capital.

O terceiro fato notável na América Latina é que ela se transformou com igual violência no campo social: é mais culta, mais educada, mais sadia, com maior esperança de vida. Entretanto, a América Latina apresenta grandes contrastes. Ao mesmo tempo em que temos esta sociedade pujante e vigorosa, de 350 milhões de latino-americanos, 130 vivem em estado de pobreza crítica. Destes, poderíamos lo-

calizar metade no nível da indigência. Quer dizer, há ambivalência chocante entre o que já realizamos e que beneficia, obviamente, as minorias, e o que ainda temos por fazer. Isso constitui um enorme desafio.

Não vamos ocupar-nos desse assunto, que não é o tema desta conferência, porém quero dizer que se trata de uma região mais culta, mais educada, que desenvolveu muitos campos sociais, mas deixou sem solução elementos chocantes que hoje são os que mais exigem atenção. V. Exas., representantes da área política da América Latina, sabem até que ponto a sociedade latino-americana está criando, hoje, demandas sociais, mais que as elites ou os grupos organizados, e isso contrasta basicamente com essa ambivalência, que se torna mais chocante à medida que se chega à conclusão de que a América Latina pode resolver o problema talvez como nenhum outro continente interiorizador.

O quarto fato notável na América Latina de hoje eu diria que é uma nova situação internacional da região. A América Latina começa a contar, a importar — importar no sentido de ser relevante — a dinâmica do mundo capitalista e do mundo socialista. Sendo importante como produtora de matérias-primas, na geopolítica da energia, que se coloca violentamente, no mundo atual, quando se fala de poder, a América Latina tem uma região de enorme peso. As descobertas energéticas dos últimos anos, no México e o que existe potencialmente em outras regiões da América Latina são de evidente importância.

Pertencemos ativamente ao círculo do poder alimentício no mundo e pertencemos, com igual força, ao círculo dos minerais. A América Latina, portanto, é hoje considerada com interesse, como parte indiscutível da dinâmica econômica do mundo.

Temos peso, como eu dizia, no comércio internacional, apesar de o comércio da América Latina, como um todo, ter diminuído, nos últimos anos, a meu ver desnecessariamente. Em certos setores dinâmicos, a América Latina é muito importante: no setor de produtos químicos, dos bens intermediários, dos bens de capital, a América Latina é mais importante que a Comunidade Européia nos Estados Unidos, e quase igual aos Estados Unidos na Comunidade Européia. É mais importante do que o Japão nesses campos específicos. Não podemos esquecer que a América Latina tem um legítimo poder para enfrentar seu relacionamento internacional.

E não é só. Trata-se de uma região muito mais vinculada ao panorama internacional e, portanto, muito mais vulnerável, também. Se, para sermos dinamicamente mais poderosos, tivermos de vincular-nos ao mundo internacional, também é certo que, com isso, abrimos as portas a novas vulnerabilidades. É por isso que nossos governos se preocupam com o protecionismo internacional, com a fluidez da corrente financeira — que pode não continuar — com a temática do que acontece no mundo. Hoje em dia, importa-nos o ciclo internacional, importa-nos se os Esta-

dos Unidos crescem muito ou crescem pouco, importa-nos se a Europa cresce muito ou cresce pouco, porque somos parte indiscutível e inevitável de uma dinâmica interdependente.

Que diríamos, como conclusão, a respeito deste último capítulo da realidade dos últimos anos? Primeiro, que temos uma América Latina mais vigorosa, mais pujante e ambivalente, mais heterogênea, mais variada.

Faz anos, quando íamos à Venezuela, dizíamos aos venezuelanos que lhes era incômodo o fato de que, em todas as estatísticas da CEPAL, se anotava: “Excluída a Venezuela”, por ser país produtor de petróleo e não poder ser comodamente acrescentado às estatísticas. Quero crer que se excluam muitos países, para que as estatísticas tivessem sentido. A América Latina tem problemas em comum, porém se tornou mais heterogênea. A verdade transparece em um dado: no ano de 1960, a Argentina, o Brasil e o México representavam 66% do produto; os países intermediários, como a Colômbia, Chile, Peru e Venezuela, 23,5%; e o resto, 19,10%. Hoje em dia, os três grandes países representam 70% do produto regional. Os países intermediários perdem posição relativa e baixam a 21%, e o resto dos países perde posição e baixa para 9%. Este é um indicador fácil, talvez, mas marca um pouco de que modo a heterogeneidade é um fato, na região.

Outro fato notável da América Latina dos anos 70 é a capacidade de defesa. Hoje, podemos defender-nos melhor. Nos anos 30, quando os Estados Unidos e a Europa entraram numa violenta recessão, a América Latina abalou-se até as raízes. Hoje em dia, nos anos de 1973/1974, quando os países da OCDE tiveram seus produtos abaixo de zero, a América Latina comodamente cresceu 3,5%. Quer isso dizer que há maior capacidade articulada de defesa na região, e há capacidade, portanto, para uma revisão das relações internacionais. Este é o segundo grande capítulo da realidade.

Há um terceiro grande capítulo na cooperação regional — e nesse sentido quisemos começar a ir desmistificando certas coisas. Falou-se muito — e, a meu ver, com grande injustiça — da crise de integração, da crise da cooperação regional, e se invoca tudo isso para comparar as grandes metas dos anos 60, que correspondiam àquela realidade, aos resultados dos anos 80, sem ver que, nesse meio tempo, ocorreram coisas de enorme transcendência.

Primeiro, o comércio regional — e sobre isso eu trouxe algumas tabelas para serem distribuídas pelos presentes, mas, em virtude do tempo, procuraremos abreviar. No ano 60, do comércio total da América Latina, só 8% foram exercidos na região. Hoje, estamos atingindo 18%, com uma massa muito maior. Não há dúvida de que houve um progresso impressionante nas correntes regionais, pelo menos no que concerne às cifras. Além disso, é muito importante a composição qualitativa desse crescimento. No ano de 1960, 23% das importações intra-regionais corres-

pondiam a manufaturas, e 77%, a produtos primários. Hoje, 44% são manufaturas e 56% são produtos primários. Se alguém vai ao Brasil — ou à Argentina, ou ao México — começa a descobrir, por exemplo, que, neste país, o mercado regional se converteu em fator fundamental para as importações de manufaturas, fato que se repete na Argentina e no México, sem que se ignore a importância do mercado mundial. As estatísticas indicam, no entanto, com enorme clareza, como o mercado regional se foi convertendo no âmbito natural do mercado regional de manufaturas, setor dinâmico de nosso espectro exportador, que apelou para o potencial da região para lançar sua capacidade exportadora.

A par desse elemento das cifras está o outro adiantamento. O INTAL fez, nesse sentido, um trabalho muito meritório, destacando o que significou o que eles chamaram “a integração informal” na América Latina, quer dizer, tudo o mais que acompanhou o processo de aumento do comércio: a infra-estrutura física, as pontes, as estradas, as vias férreas, a infra-estrutura energética, as grandes represas — e a Região do Prata é talvez o lugar ideal para exemplificar isso — a cooperação financeira, que, embora modesta, existe, através de acordos de todos os tipos; a cooperação econômica — o SELA acaba de inaugurar a MULTIFER, a multinacional dos fertilizantes, e anteriormente, havia estimulado a multinacional do Caribe — e sobretudo, outra coisa importante, nós nos conhecemos muito mais. Esse foi, até certo ponto, o impacto desses esforços de integração.

A ALALC, que é tão criticada — e eu me reservo para considerar válida essa crítica quando ela for baseada na perspectiva histórica — nos serviu de ponto de encontro, nada mais, nada menos que para conhecimento dos empresários latino-americanos, que fizeram uma experiência de enorme significação. Hoje, eu diria que a América Latina se conhece muito melhor reciprocamente. Hoje, viaja-se; os empresários da força dinâmica da região se projetam na América Latina. Portanto, não é justo falar da crise como tal sem fazer referência aos elementos que acabo de mencionar.

A integração formal — a integração dos esquemas de integração — não deu resultados de acordo com as expectativas. Então, que se fale da crise das expectativas, antes de falar na crise das realidades. Creio que seria mais eficaz e mais justo colocar o assunto nesse nível, e não no de uma crítica como a que se vem fazendo.

Creio que se algo demonstra, pois, a experiência dos últimos anos, é a crescente interdependência dentro da região e a importância que vai adquirindo, para todos os nossos países, o mercado regional.

Eu me referi à importância que tem para os países grandes, por exemplo, a América Latina como “locus” para a importação de manufaturados. Mas que poderíamos dizer sobre a importância dos recursos da América Latina? O petróleo venezuelano e o petróleo mexicano têm hoje importância vital para a América Cen-

tral e para o Caribe, como também para o Brasil. Da mesma maneira, o cobre do Chile é importante para este país. Portanto, na geopolítica dos recursos, a qual se converteu em um novo elemento dos anos 80, e que vai adquirir cada vez maior importância — voltarei ao assunto, daqui a pouco — a América Latina é importante para o mundo, mas também é importante para nossos países, na região. A atração que exercem esses elementos coercivos torna-se cada vez mais importante. Este é um ponto que não poderíamos esquecer. A cooperação regional foi, portanto, um grande ponto da diversificação produtiva da América Latina, ponto tão dinâmico como o mercado mundial. É sob esse aspecto que deve ser encarado o futuro.

Tomando, pois, Sr. Presidente, os três elementos — o que nos diz o mundo, o que nos diz a evolução interna da América Latina e o que nos diz a experiência dos últimos anos — é que se deveria pensar, creio eu, no “aggiornamento” das idéias sobre a integração e a cooperação regionais. Penso que só se pode fazer isso sob uma visão ampla: colocar o conceito de integração dentro do que deveriam ser as grandes linhas estratégicas da América Latina, nos anos 80.

Já temos dito, na CEPAL, reiteradas vezes, que consideramos a América Latina dos anos 80 desafiada por grandes e difíceis opções, como, por exemplo, a opção de continuar crescendo violentamente. A região não se pode dar ao luxo de reduzir suas taxas de crescimento; deve, isto sim, aumentá-las mais ainda. Há o grande desafio de todo o campo social, da pobreza, que mencionei anteriormente, do emprego, por exemplo. É a única região do mundo que terá de enfrentar taxas de emprego de 3% ao ano. Nem o socialismo nem o capitalismo tiveram, em sua História, tamanho desafio. Temos 170 milhões de empregados e precisaremos ter 340, no fim do século. Trata-se de um desafio desconhecido na literatura econômica e na *praxis* econômica, desafio único para uma região em vias de desenvolvimento.

Temos ainda o desafio de administrar a interdependência, que é nosso problema principal. As vulnerabilidades ao exterior persistirão. Cabe-nos administrar nossa interdependência com o resto do mundo, procurando preservar, nas relações internacionais, certo grau de autonomia, certo grau de identidade nacional — e disso já se falou aqui, hoje — e procurar diminuir ou compensar os riscos que constituirão para a América Latina sua permanente e crescente vinculação internacional.

Tudo isto, é preciso também dizê-lo, com um grande cuidado, quando se fala de determinados países. As situações são muito diferentes.

E, para usarmos termos de dinâmica econômica, quais deveriam ser os grandes estímulos desse processo de crescimento? A América Latina conhece, a esse respeito, velhas polêmicas, das quais, como V. Exas. sabem, não esteve ausente a instituição que dirijo. Por exemplo, prevaleceu e continua prevalecendo um setor de opinião que favorece, com grande força e decisão, o mercado interno. Nós mesmos,

nos anos 50, favorecemos as instituições de importações como elementos de vital importância, que deviam ter particular valor.

Somos conscientes, hoje — aliás, já o éramos antes — das limitações que isso constitui para alguns países. O mercado interno do Brasil não é o mercado interno do meu país, o Uruguai. Portanto, o que estimula o mercado interno brasileiro não pode ser a mesma coisa que estimula o mercado interno uruguaio. Creio, porém, que é importante reivindicar, apesar de todas as críticas feitas, o que significou para nossos países descobrir o mercado interno. A geração de empresários que hoje existe aqui, como existe no México, na Colômbia, ou na Argentina, ou nos demais países, forma-se, em boa parte, aprendendo no mercado interno. Seria um grave erro, creio, desconhecer a importância vital que tem para a América Latina o aproveitamento de seus mercados internos, como constituiria também um grave erro cair numa ineficiente autarquia que nos exporia à obsolescência e à menopausa tecnológica, conforme já se disse. É importante revitalizar este conceito como um dos estímulos.

Creio que, na América Latina, a outra teoria é o outro extremo: talvez perturbar a região com a abertura internacional indiscriminada. Que o mercado mundial nos dinamize.

A esse respeito, devem ser mencionados exemplos mais ou menos brilhantes: o Sudeste asiático, Hong-Kong, Cingapura, Coreia etc.

Creio que o mercado externo é muito importante. Neste país, ele desempenhou, desempenha e desempenhará papel fundamental. É preciso ter cuidado, porém, com os riscos que ele implica. Temos de ser muito conscientes do fato de que, se no caso de um mercado interno fechado, a ineficiência é um dos riscos, no mercado aberto e dependente, logicamente, da dinâmica externa, os riscos são as vulnerabilidades diante de tudo o que pode ocorrer no mundo: as crises dos grandes centros, o protecionismo internacional, o fato de não se poder pensar que a liberação continue crescente; já somos competidores que incomodam. Os grandes centros industriais já nos encaram como incômodos, quando vamos competir com nossos produtos, e há sombras nos horizontes do campo financeiro. Não se poderia imaginar, portanto, a possibilidade de repousar exclusivamente no exterior. Seu papel é central, é fundamental, mas acredito que seja importante não perder de vista a importância do mercado interno e o terceiro fator de impulso, que é um fator regional.

A América Latina tem uma potencialidade que a situa, hoje, indubitavelmente, entre as regiões com maior capacidade de dinamização interna.

Para mencionar algumas cifras, que são apenas “flasches”, mas que permitem ter alguma idéia, na América Latina há 575 milhões de áreas produtivas, e produ-

zimos somente em 170. Temos a quarta parte da bauxita do mundo, um terço do cobre, um quinto do ferro; temos recursos de petróleo que produzem cinco milhões e meio de barris, hoje — e essa produção vai aumentar violentamente nos próximos anos, quando a ela se juntarem os recursos já conhecidos, sem falarmos dos que poderão surgir. Sobretudo — o que é importante — a América Latina é um mercado de 570 milhões de pessoas. Esse é um fato importante e que lhe dá, no âmbito regional, uma vitalidade potencial de enorme significado. Há, ainda, os recursos humanos e os recursos de inversões. Estamos chegando aos 30 milhões de toneladas de aço e produzimos, a 10% ao ano, o incremento, ou financiamento.

Há, portanto, uma dinâmica regional própria. Se tivéssemos de declarar, hoje nossa posição, diríamos que, a pensar em termos de estímulos, se trataria de uma combinação inteligente dos três grandes estímulos ao crescimento: o mercado interno, o mercado mundial e o mercado regional, sendo que o mercado regional adquiere importância própria, como elemento estabilizador e compensador do que for produzido em outro lugar, como a seguir veremos.

Creio que o caso do Brasil é muito significativo, e as tabelas que serão distribuídas a V. Exas. lhes darão uma idéia. Entretanto, no fundo, pensamos que, se devemos encarar dinamicamente a década de 80, isso se fará colocando esses três estímulos em uma perspectiva dinâmica e pragmática, e essa combinação deve ser adaptada a cada realidade, levando-se em conta as perspectivas da conjuntura internacional.

Isto nos leva ao ponto central deste debate: aquilo que chamamos a revalorização da cooperação regional. Creio que a década de 80 deveria ser uma década de revalorização, de reavaliação das perspectivas da cooperação regional. E cito aqui o excelente trabalho de Rômulo de Almeida, com sua experiência tão respeitada nesta matéria, sobre o que podemos chamar a presença de mitos, ou de falsos dilemas, que existem, e seria bom que, pelo menos, neste debate, ficassem como um chamado de atenção. Primeiro, algo que, na feliz expressão brasileira, se chama pontos pacíficos da discussão. As cifras indicam que a cooperação prossegue, que há uma capacidade real. A realidade nos mostra que ela não é alcançada simplesmente com declarações heróicas, mas que é preciso descobrir e identificar os interesses mútuos. É muito importante saber onde estão os interesses recíprocos. É importante, também, transcender as imitações simplistas que, na verdade, praticamos, nos anos 50, de pretender importar modelos europeus, quando temos de nos adaptar a uma realidade diferente, que é a América Latina de hoje.

Eu gostaria de citar quatro ou cinco dos falsos dilemas que têm circulado na América Latina e dos quais é muito importante nos livrarmos, para sabermos realmente em que terreno estamos pisando.

O primeiro dilema, que muitas vezes esteve presente em discussões, é o conflito entre integração interna “versus” integração regional. Algumas vezes se pretendeu condicionar a cooperação regional, ou a integração regional, a um prévio desenvolvimento do mercado interno. Não há oposição. Não é um dilema: é um falso dilema. Creio que as duas coisas são perfeitamente compatíveis, e não somente compatíveis, mas complementares. Em muitos casos, o comércio regional, a vinculação regional, serve para sustentar, com eficiência, a integração interna. Pensem V. Exas. na produção de bens de capital. O mercado regional dá viabilidade, opções e eficiência a muitos setores de bens de capital. Este não é, para nós, um dos dilemas convencionais.

O segundo falso dilema é o dilema entre abertura global e abertura regional. Já se pensou que a abertura regional poderia conservar ligações comerciais inconvenientes e ineficientes. Diante disso, eu diria que, se assim fosse, o que levou os países europeus a se associarem no Mercado Comum? Que fizeram os países socialistas? Que fazem todos os países que, de qualquer modo, têm um âmbito geográfico, histórico e político coerente, para se unirem? E eu diria mais: se assim fosse, em quantas regiões isso serviu de trampolim para chegar ao resto do mundo, enquanto o mercado regional era um elemento de compensação, ou de vínculo entre a economia regional e a economia mundial.

Não acredito, portanto, que haja oposição entre explorar ao máximo o mercado mundial e explorar ao máximo as possibilidades do mercado regional.

Um terceiro falso dilema, a nosso ver, é que não devemos avançar pelo bilateral, mas pelo multilateral. Tampouco vejo nisto contradições básicas. Creio que a América Latina já demonstrou que há uma quantidade infinita de caminhos bilaterais indicados pela geografia, pela tradição, pela História, e que é preciso explorar a nível de países de grupos de países. Aí está o grupo do Prata, aí está o grupo Amazônico, que acaba de ser formado, o grupo Andino, o da América Central, e creio que tudo isso abre o campo para que se explorem todos os caminhos. Por que haveria isso de ser incompatível com o multilateral? Os esforços bilaterais podem ajudar-nos, na medida em que se possa dar-lhes outra perspectiva, dimensão maior e, portanto, capacidade de ação conjunta, que poderá potencializar-se através dos multilaterais.

Outro falso dilema, a meu ver, é contrapor os mecanismos de liberação “versus” programação setorial. Em nenhum dos casos tivemos êxito espetacular. Nem as desonerações, que foram produto da ALADI, deram os resultados esperados. Tampouco o grupo Andino conseguiu consolidar, com uma “virada” dinâmica, as formações setoriais. Creio que ambos poderiam compatibilizar-se, como agora se pretende. E o Tratado da ALADI, que, em boa parte, permite uma ampla abertura a uma visão de conjunto, marca duas capacidades de ação. Podemos prosseguir com a ALADI, na medida em que, através dela, é possível fazer muitíssimo,

ou nada, fazer-se ora uma coisa, ora outra. E o grupo Andino tem toda a capacidade de ir em frente com seus esforços de uma integração programada, disciplinada, de acordo com suas próprias definições e interesses.

Creio que não deveríamos pôr nisso, portanto, senão convergências, e aí é que se torna importante privilegiar a idéia de que esses esforços bilaterais devem convergir ou confluir para uma visão de conjunto. As idéias no sentido de uma preferência regional têm um sentido, e não devemos cair em um ou em outro extremo, mas procurar encontrar uma conciliação inteligente, realista e pragmática entre esforços bilaterais e multilaterais.

E, por último, eu diria que outro dos falsos dilemas é o Estado *versus* mercado. Já se disse que a integração favorece as transnacionais, mas, por outro lado, já se disse que o Estado é incapaz de fazer a integração, porque é ineficiente. Essas definições absolutas não são corretas. Creio que a experiência demonstrou, com grande força, que as empresas privadas foram grandes fatores dinamizadores da integração, e vão continuar a sé-lo. A empresa privada comprovou ter extraordinária dinâmica, inclusive as transnacionais. Não poderíamos ignorar, por exemplo, o papel aditivo que poderia ser desempenhado pelo Estado, ao qual eu atribuiria o papel principal de pavimentar os caminhos da cooperação, a todos os níveis — essa seria a definição central — na infra-estrutura, na formação de transportes e comunicações, no que Rômulo de Almeida chamava a criação dos conjuntos produtivos — e imagino que, na tarde de hoje, nos falará a respeito disso — na cooperação financeira etc.

Creio que deveria haver pontos de contacto. Seria, segundo penso, muito perigoso deixar às empresas essa tarefa e talvez inconveniente para o processo conjunto, como seria também perigoso pensar que só o Estado vai levar adiante este desafio.

Terminando, eu tiraria de tudo isso quatro conclusões finais, sem ultrapassar o tempo que V. Exa. me concedeu.

Primeira conclusão: somos filosoficamente, economicamente e politicamente convencidos do grande potencial que existe na América Latina, para explorar ao máximo sua capacidade de ação conjunta, em todos os níveis.

Nos anos 60, quando foi lançada a idéia da integração e da cooperação regional, ela foi colocada com o objetivo de ampliar os mercados para adquirir eficiência. Eu diria que, nos anos 80, três novas responsabilidades deveriam ser atribuídas à cooperação regional, além dessa. A primeira, considerar a cooperação, na América Latina, um instrumento de defesa diante da turbulência internacional nos campos econômico, social e político, um elemento de compensação em uma América Latina cada vez mais voltada para o exterior e mais interligada com o resto do mundo.

A segunda, considerar a cooperação na América Latina como um ponto de apoio fundamental para acentuar a identidade regional na nova geopolítica dos recursos naturais no mundo, abrindo possibilidades de enorme significação, e apesar disso inexploradas. Nesse novo circuito de poder, firmada a região como uma unidade, teremos muito mais força para manejar a geopolítica do poder contemporâneo que enfrentaremos nos próximos anos.

A terceira responsabilidade é viabilizar, através da cooperação regional — ou ajudar a viabilizar — os países pequenos da região, tema que abordarei mais adiante.

Quero dizer que, na minha opinião, esse potencial latino-americano está diante de nós como fator fundamental de importância renovada.

Minha segunda conclusão é que considero que a experiência dos últimos anos nos demonstrou que é preciso prosseguir com nossos esquemas, de formas pluralistas e flexíveis. Creio que os agrupamentos de integração formal que já existem devem continuar funcionando. Criamos um instrumento flexível, tremendamente útil, potencialmente de grande significado, como o SELA, por exemplo, que abre caminho a uma capacidade de ação plural e flexível que teremos de considerar ao máximo.

É preciso prosseguir por todos os outros caminhos de cooperação informal. Trata-se, pois, de levar em frente tudo isso, porém mantendo uma visão de conjunto, se não quisermos renunciar, deste modo, ao pragmatismo do bilateral, sem abandonar certos elementos que nos permitam ações conjuntas.

A terceira conclusão é que, se nos fosse perguntado a respeito de prioridades de atuação, nessa cooperação regional, não seria fácil dizer, mas eu mencionaria alguns setores nos quais me parece que seria importante concentrar a atenção regional. Primeiro, o energético. Esta América Latina, ao mesmo tempo tão rica e tão pobre de energia, enfrenta um grande desafio. Por exemplo, o que está acontecendo na América Latina — o convênio entre México e Venezuela para assegurar abastecimento aos países da América Central e do Caribe, bem como ao Brasil — é pioneiro no mundo. O que se poderia fazer em matéria de abastecimento regional tem interconexões elétricas, como já se está fazendo, de aproveitamento conjunto de recursos. São fatos da maior significação. Isso é importante, sem mencionar, por exemplo, o que vai significar para o mundo a inversão energética. O Presidente do Banco Mundial dizia, há poucos dias, que o mundo em desenvolvimento vai necessitar de 500 bilhões de dólares de inversões energéticas. A América Latina deve constituir uma quarta parte desse conjunto. Neste país sabe-se muito bem o que significa a inversão energética. Por que não fazer dessa inversão energética um grande fator de mobilização e de dinamização das indústrias de bens de capital na América Latina, por exemplo? Isso, no que concerne à energia. Outra frente é a

frente alimentícia. A América Latina é um gigante adormecido em matéria de alimentos. A capacidade de ação lhe permite enfrentar o futuro com grande tranquilidade e com uma projeção para a América Latina e para o interesse mundial.

Presentemente, tem-se feito disto uma das campanhas principais. O México, rico em recursos petrolíferos fez dos alimentos ponto central. A América Latina é um campo difícil, mas de enorme significação, para atuar conjuntamente.

As indústrias de bens de capital constituem outro setor no qual os países grandes mostraram uma dinâmica especial e podem ser países de enorme importância neste assunto, quando se voltam para o contexto regional.

O campo tecnológico é o grande fator dinâmico de poder no mundo moderno, o que significa a possibilidade de agir conjuntamente para a adaptação tecnológica, para a criação tecnológica e para a aquisição tecnológica, e entretanto a América Latina tem tido problemas com essa matéria.

Uma área da qual falo com enorme reserva é a da cooperação financeira. A SELA foi pioneira nesse campo e sabe do que se trata. Mas por que não abordar o assunto? Em algum momento, temos de falar disso. Nesta região, que é capaz de ter milhares de milhões de dólares de reserva, de recursos financeiros, por que não poderia ser a cooperação financeira um objetivo verdadeiramente realista, sensato? Não é fácil, mas não se pode renunciar a isso, para fazer frente às grandes inversões, para fazer frente ao financiamento de exportações etc.

Eu diria que, como elementos importantes, há algumas áreas cujo potencial acredito ser de enorme significação.

Ainda não ouvi referência ao setor de serviços; falou-se de elementos como o turismo, os serviços de engenharia, das "trading companies", mas tudo isso se refere a áreas que cobrem, todas elas, uma grande lista de prioridades, das quais só me permito mencionar essas cinco, como algumas das que mais nos impressionam, hoje, na CEPAL.

A outra conclusão, Sr. Presidente, me parece muito importante, em termos de países de menor desenvolvimento relativo. As cifras que li há pouco, referentes à heterogeneidade da América Latina, nos mostram até que ponto esta região, em seu potencial, se vem tornando cada vez mais diversa. Creio que, se a América Latina reclama uma ética mundial, deve começar a desenvolver a ética regional e a insistir nela. A cooperação regional precisa encarar com enorme prioridade a posição dos países de economia menor, de desenvolvimento econômico relativo, e os "mini-países". Se algum tipo de desafio existe para a América Latina dos anos 80 — e eu o digo profundamente convencido — é desenvolver, com imaginação e coragem, políticas de cooperação com a América Central e com o Caribe, onde se situam alguns

dos problemas mais delicados da viabilidade econômica de nossa América Latina. Esta é a responsabilidade ética à qual deve corresponder um esquema ampliado de cooperação.

Isto não significa que tenhamos de levar em frente aquele conceito um pouco primário do chamado equilíbrio dos benefícios, que nos causou tantos problemas. O que importa, aqui, é talvez não tanto uma distribuição aritmética de benefícios, mas saber se, no fim, estaremos todos um pouco melhor, sem levar em conta que há países com menos possibilidade que outros para acompanhar a dinâmica do mundo, e que a América Latina, por motivos políticos e econômicos — não é vergonha dizê-lo — tem o maior interesse em fortalecer essa cooperação nos campos que acaba de mencionar.

Por último, eu me referiria ao ato político que significa tudo isto, considerado em conjunto, e que vai ser objeto de discussão também neste foro. Creio, Sr. Presidente, que é preciso renovar o ideal de cooperação à luz destas novas realidades, ampliando os setores de opinião, os setores que participam disto. Parece-me muito importante este esforço de levar os foros mais além do Executivo ou do Legislativo latino-americanos. Creio que as lições da História são claras, no sentido de que o desenvolvimento realizado apenas em termos internos pode fazer-nos cair na autarquia ineficiente, mas um desenvolvimento baseado somente na expansão externa pode levar-nos — como eu dizia — a vulnerabilidades e dependências politicamente desaconselháveis. O mercado regional tem condições de ser um elemento de equilíbrio.

Acredito que se deva reconstruir todo este ideal sobre a base de um elemento econômico que possa colaborar, transcendendo as diferenças econômicas, as diferenças ideológicas e, eu diria, os conflitos que estão e continuarão presentes.

Talvez essa cooperação, ampliada, possa tornar-se um elemento de grande significado para pavimentar caminhos de compreensão na América Latina. E aí a importância política do esforço. Creio que não devemos nos deixar intimidar pelas diferenças de todo tipo que existem entre nossos países. Tampouco devemos deixar-nos cativar por nenhuma tentação de solidão e menos ainda enganar pela idéia de que tudo isso é uma união de defesa. A América Latina, historicamente, parecia guardar mais identidade quando se defendia. A cooperação regional é uma cooperação para defesa da região, e isso é coerente com a construção da América Latina. É uma união não somente contra algo, mas a favor de algo: a favor do autêntico espírito de cooperação regional à luz das realidades dos anos 80.

Comentários

THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS:

O Dr. Enrique Iglésias fez uma radiografia muito simples, direta, concreta, objetiva e clara, sobre o panorama econômico da América Latina. Eu gostaria de fazer alguns comentários, inicialmente, estabelecendo três princípios. O primeiro é que me parece que a decisão, o desejo, a vontade de integração implica o reconhecimento e a efetiva aplicação do princípio da solidariedade, isto é, é importante que os países, conservando sua independência, reconheçam que as soluções para integração têm que ser soluções comuns, mas com benefícios recíprocos. Nós temos acompanhado, na vida empresarial, uma série de providências tomadas no sentido de unidade entre países, mas com negócios conjunturais. Há necessidade de permanência, e só grandes projetos poderão motivar essa integração. O segundo é que os compromissos assumidos com a ALADI sejam realmente executados. Não bastam as assinaturas dos compromissos. Sua implementação é indispensável. O terceiro é que a economia de mercado, na minha opinião, é o melhor caminho para alcançar-se, de forma mais eficiente e com menor custo social para a comunidade, o desenvolvimento do processo político, econômico e social.

Quando o Dr. Iglésias se referiu ao papel do Estado, o que depreendi é que seria uma ação complementar. A ação preferencial deve ser da empresa privada, mesmo porque não acredito que possa haver economia de mercado sem democracia. Na base deste processo econômico e social tem de estar, também, a democracia, que é a única forma que pode compatibilizar o interesse coletivo e o interesse particular.

Por outro lado, desejo também destacar que, hoje, o crescimento econômico é condição para preservar a paz social. No campo de oportunidades comerciais, industriais e agrícolas, creio que há ainda muitos serviços e oportunidades inexplorados, e eu gostaria de referir alguns. Primeiro, as amplas perspectivas de complementação industrial; segundo, o intercâmbio tecnológico. Cabe realçar, neste as-

pecto, o PROÁLCOOL e também a nossa experiência na indústria de bens de capital; terceiro, o estabelecimento de *joint ventures* e de empresas, bi ou multinacionais latino-americanas, privadas e públicas — públicas quando a iniciativa privada for arredia, insuficiente, incompetente, ou não tiver condições de bom funcionamento; quarto, a venda de serviços, que reclama a divulgação de licitações públicas e de concorrências internacionais, e aí, também, parece-me que podem ter uma grande atuação as empresas de *leasing* e também as *trade companies*. além de um intercâmbio turístico, que é uma forma não apenas de acréscimo no relacionamento econômico, mas também de melhor conhecimento entre os países; quinto. a implementação de fluxos de informações econômicas e de oportunidades existentes nesses países. Isto é muito importante. Nas visitas que temos feito, acompanhando delegações do Governo a diferentes países, ficamos surpresos com novidades, ou com fatos econômicos dos países vizinhos. Há carência de informações, de dados econômicos e de oportunidades; sexto: a organização de missões comerciais de empresários, que é tipicamente pragmática; sétimo: a realização de feiras e exposições, que, além de divulgar a produção local, são poderosos instrumentos de efetivação de negócios; oitavo: a melhoria dos diferentes sistemas de transporte, com a finalidade de reduzir o custo do frete — é um aspecto importantíssimo. Para que haja realmente uma boa integração, teremos de ter fretes compatíveis com a nossa realidade econômica e também de facilitar o fluxo de mercadorias; nono: melhor relacionamento no campo bancário e de seguros. No campo bancário, respeitado o princípio da reciprocidade, isto é, a abertura de agências bancárias, de empresas brasileiras e latinas, nos respectivos países, mas dentro do princípio da reciprocidade. Nós abriremos agências onde nos for facultado abrir, mas reservada essa abertura a bancos comerciais privados realmente nacionais, isto é, que os capitais estejam na região, que isso não seja um expediente ou uma capa para penetração de capitais, de que, nesse setor, não carecemos. Pelo contrário, já temos um sistema bancário privado compatível com o nosso crescimento.

Também na área de seguro muita coisa se pode fazer.

Finalmente, um melhor relacionamento entre as diferentes entidades de classe, com vista à agilização de reuniões setoriais. É importante a participação, a presença, a atuação dos empresários latino-americanos nas entidades que tratam de assuntos comerciais, industriais, agrícolas e de serviço. As oportunidades na produção de alimentos em outros setores vão surgir exatamente dessa integração setorial. Parece-me, Sr. Presidente, que estas são as observações que gostaria de fazer à magnífica palestra do Dr. Iglésias, realçando sempre que, como se trata do tema econômico, para que haja sucesso e para que a economia de mercado possa ser preservada, é fundamental o estabelecimento de um regime democrático, completo, sem limitações.

MAC DOWELL LEITE DE CASTRO:

Serei breve, pela premência do tempo, mas gostaria de, preliminarmente, acentuar um aspecto. A oportunidade deste Seminário não é só uma contribuição cultural, não é só uma contribuição de intercâmbio, mas é uma contribuição política, a meu ver, numa hora extremamente oportuna. Os conferencistas que abriram com chave de ouro os nossos trabalhos enfatizaram a realidade em que vivemos, isto é, a realidade de uma transição. Vivemos, com certa perplexidade, uma transição. Vencemos uma etapa e procuramos desvendar o desafio da outra etapa. Neste particular, parece-me extremamente importante o papel do político. Esta é uma Casa política, e, no exercício da sua responsabilidade, tomou esta iniciativa, que deve ter um cunho político, a colaboração do político no processo. Infelizmente, a compreensão de certos Estados em relação à participação do político é sujeita à correção, e o Estado, nesses casos, foi entregue aos tecnocratas. Os tecnocratas são tendentes a considerar o indivíduo, o ser humano, a pessoa, um *DX* da produção e do consumo, apenas uma letra fria da estatística, e não sua vocação, vocação esta tão bem lembrada – numa oportunidade em que se fala em questões latino-americanas, isto é, em problemas comuns nossos – em Puebla, por João Paulo II, e ratificada no Brasil, em tantos pronunciamentos feitos por Sua Santidade.

Esta particularidade me parece extremamente importante. Estamos inteiramente de acordo – e invoco as conclusões do Dr. Enrique Iglésias, que nos agradeceu com esta conferência -- com o fato de que o momento que vivemos é caracterizado pelo convencimento de uma potencialidade latino-americana. Parece-me óbvio esse convencimento. Mas a lembrança do político é que esta potencialidade se transforme em realidade com a participação do político, isto é, com a convocação da classe política dos países latino-americanos. A nova região latino-americana enfrenta esse novo processo, neste estágio de desafio, como uma unidade -- unidade que só pode ser realizada através de atos políticos, e atos políticos pragmáticos, como, por exemplo, a tentativa de se tirar um pouco do nível acadêmico para o nível prático um esforço na construção e na montagem de um mecanismo comum de defesa latino-americana em relação não só à turbulência internacional, mas também à espoliação internacional e à viabilização dos países pequenos, não só como obrigação do economista, que precisa incentivar, consolidar e fazer crescer mercados, mas também como obrigação ética do cristão, que é promover a justiça.

Falava-se aqui na realidade do mercado de 570 milhões de pessoas a serem abastecidas; convém que se lembre que esse mercado tem uma renda *per capita* diminuta e é atingido por um mecanismo tecnocrático e econômico injusto, porque a riqueza é extremamente mal distribuída.

Deste modo, Sr. Presidente, ao encerrar e mais uma vez enaltecer o brilho dos conferencistas e a contribuição que esta Casa está dando ao nosso problema, ao nosso desafio, quero dizer que a presença do político e da sua responsabilidade no processo deve ser realçada.

Debates

FERNANDO BERROCAL SOUTO:

Começarei dizendo, à maneira de comentário à brilhante exposição do Dr. Enrique Iglesias, que me parece que o Secretário Executivo da CEPAL caracterizou bem a situação que atravessam os processos de integração na América Latina.

Em primeiro lugar, desejo destacar que, ao se falar em cooperação regional, em processo de integração econômica, fala-se, fundamentalmente e antes de tudo, em fatos políticos. Este deve ser, parece-me, um primeiro ponto de aproximação da temática que nos reuniu aqui e que julgo de capital importância.

A temática de integração e cooperação na América Latina, em muitas instâncias, diz respeito a gestões políticas. Além dos aspectos tecnocráticos propriamente econômicos, sem dúvida fundamentais, estamos diante de um fenômeno de natureza política. Deve ele ser vinculado à circunstância de nos encontrarmos em Brasília, na sede do Congresso brasileiro. Tem isso o sentido de que estamos precisamente tratando dessa temática numa casa chamada, por sua natureza, a desempenhar papel político, a tomar decisões políticas.

Em segundo lugar parece-me que agiu bem o Sr. Secretário Executivo da CEPAL ao localizar o tema da cooperação e da integração latino-americana no contexto da situação econômica internacional. Há aí uma segunda área de análise que me parece correta e fundamental.

A verdade é que, na década de 60, os processos de integração surgiram e se desenvolveram na América Latina em situação econômica estável, sem grandes distorções nos valores das moedas fortes, sem grandes acontecimentos no cenário econômico internacional que deformassem a realidade econômica internacional. Fundamentalmente, na década de 60, vimos a integração como um processo que articulava duas variáveis: de um lado, a variável regional e, de outro, a variável nacional.

Deu-se relativamente pouca importância à variável econômica internacional-situação econômica mundial. Enrique Iglesias nos chama a atenção para este fato, que me parece fundamental. Qualquer análise que façamos sobre os processos de integração e de cooperação na América Latina, na década de 80, estará intimamente vinculada à temática da presente situação econômica internacional, não só porque, como assinalava o Sr. Secretário Executivo da CEPAL, se havia criado uma relação de grande interdependência, senão porque tudo o que tem ocorrido na economia internacional, de uma forma ou de outra, afeta de modo decisivo as economias nacionais, e não só as economias dos países pequenos, na América Latina, ou as economias dos países de desenvolvimento médio, mas também as economias dos países grandes. Quer dizer que nenhum dos 28 países da América Latina escapa a essa relação de interdependência com a situação econômica internacional.

Nesse contexto, parece-me fundamental que situemos a análise a ser feita na tarde de hoje sobre o futuro da cooperação e da integração econômica na América Latina.

Esta vinculação dos processos econômicos internos à situação econômica internacional aprofunda-se especialmente a partir dos anos de 1974 e 1975, com o salto inflacionário que representa, nesses anos, nos países industrializados, o brusco e significativo aumento nos preços do petróleo, ocorrido em 1973. A decisão posterior, nos centros do poder econômico mundial, e a lenta recuperação, até esta data, das economias centrais impactaram e continuam impactando de forma decisiva os processos de integração e as economias dos países da América Latina.

Neste contexto, caberia perguntar-se — e creio que deveria ser a pergunta sobre a qual centralizaremos a conversação desta tarde — que tipo de futuro devemos à cooperação na América Latina na década de 80.

Em primeiro lugar, conforme assinalou o Secretário Executivo da CEPAL, é necessário eliminar uma série de falsos dilemas que se apresentam no cenário latino-americano, nos últimos anos, e que não correspondem a uma realidade objetiva, refletindo mais análises do tipo acadêmico e confrontos do tipo doutrinário. Espero que, em última instância, reflitam falsos conflitos, falsas oposições ao interior, na discussão sobre o tema da cooperação e a integração na América Latina.

O que me parece importante é que surgiu um novo conceito, uma nova idéia, vinculada a um propósito de integração flexível, daquilo a que, na manhã de hoje, o Sr. Secretário da CEPAL, Dr. Iglesias, chamava “integração ou cooperação informal”. Quer dizer, os processos de integração surgiram, nos anos 60, vinculados a uma concepção totalizante que, pelo menos em minha região de origem, a América Central, causa crises e abre nova perspectiva a um tipo de integração muito menos formal, mais no âmbito da cooperação que no âmbito propriamente dos processos

de integração. Parece-me haver aí uma área a desenvolver, conjuntamente com os países da América Latina.

Como foi assinalado na manhã de hoje, a criação do Sistema Económico Latino-Americano, em 1975, oferece aos países da América Latina, sob a sigla SELA, a perspectiva e a possibilidade de articular e desenvolver um conceito mais na linha da cooperação do que na linha da integração.

As recentes negociações do Tratado de Montevidéu, a transformação da ALALC em um novo instrumento, a ALALI, indicam também essa escolha de um tipo de vinculação menos totalizante, menos ligado a uma estratégia global, mais no sentido de avanços parciais, de ações parciais que criem e vão consolidando e ampliando uma rede de relações económicas irreversíveis entre os países, no âmbito económico.

Estou firmemente convencido de que esse tipo de trabalho bilateral e multilateral entre os países terá grande incremento, na década de 80.

De alguma forma, embora não exista, conforme assinalava, pela manhã, o Dr. Iglesias, oposição entre o conceito de bilateralidade e multilateralidade dos esquemas sub-regionais, ou do conceito de maior flexibilidade "vis-à-vis" um conceito de integração muito mais formal, muito mais estrito, mais vinculado, como eu dizia, a uma estratégia globalizante, tenho a impressão de que, na década de 80, enquanto não se esclareça a situação económica internacional, enquanto o sistema económico internacional não encontre seu ponto de equilíbrio, creio que o caminho do desenvolvimento para esse tipo de relações entre os países da América Latina está mais na linha da cooperação, dessa espécie de vinculação, de estreitamento flexível das relações, na busca de projetos de desenvolvimento. Na medida em que dois ou três países estejam interessados em determinada área de trabalho conjunto, devem determinar livremente certa estratégia de trabalho e certo tipo de iniciativa no campo económico.

Supõe-se que isto, pelo menos, está em oposição aos sistemas formais de integração, se é que estamos falando do Mercado Comum da América Central, do Pacto Andino, do CARICOM, para os países do Caribe, ou da recém-estruturada ALALC. Parece-nos, no entanto, ser esta a linha de trabalho no campo da cooperação entre os países da América Latina.

Parece-me também importante destacar, Sr. Presidente, que não deveríamos considerar a cooperação e a integração no interior da América Latina como um facto à parte. No fundo, a integração e a cooperação são componentes de uma estratégia regional mais ampla, mais importante, que deveria levar ao fortalecimento da capacidade de negociação internacional da América Latina. Quer dizer, deve-se trabalhar, por um lado, para o fortalecimento desses laços no interior da América

Latina, e, por outro, criar um marco que permita à América Latina, de forma unida, solidária, enfrentar a negociação com o Norte industrializado, seja o Norte de economia capitalista, seja o Norte de economia socialista.

Creio que, a esta altura, está clara para todos os países a necessidade de fortalecer a capacidade de negociação da América Latina. Inclusive os países grandes precisam combinar com os outros 28 países uma forma unitária, uma posição conjunta latino-americana para enfrentar a negociação com os Estados Unidos, a negociação com a Comunidade Européia, a negociação com o Japão ou a negociação com a área socialista.

Eu diria que uma estratégia viável para a América Latina seria trabalhar nestas duas direções: de um lado, a do fortalecimento da integração, do desenvolvimento de uma cooperação ativa, muito flexível, muito dinâmica, muito articulada, com base em entendimentos sobre iniciativas de dois ou três países, para levar adiante projetos de interesse mútuo, como linha de ação; e, de outro lado, o planejamento de uma estratégia conjunta de negociação da América Latina diante do mundo em desenvolvimento.

Neste sentido, talvez se possa argumentar que a experiência, no campo de negociações internacionais, tem sido frustrante, nos últimos anos: o fracasso da Conferência de Paris, o fracasso da IV Junta de Manilha, o fracasso mais recente da III UNUDUI, em Nova Delhi, inclusive a interrupção em que aparentemente se encontra a convocação para um novo ciclo de negociações globais entre o Norte e o Sul, que, em princípio, deveria iniciar-se em janeiro de 1981 e desenvolver-se durante o ano de 81, e que, como é do conhecimento de todos, se encontra bastante bloqueado em Nova Iorque, sem que se tenha chegado a soluções que permitam fixar as bases de uma agenda, de um procedimento de negociação, resolvendo o impasse criado fundamentalmente pela violenta oposição dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha Federal a que se inicie esse novo ciclo de negociações.

Isto é verdade, como é verdade que tem havido constante fracasso nas negociações internacionais. Entretanto, todos reconhecemos que existe uma consciência amplamente desenvolvida, tanto no Norte como no Sul, de que a reestruturação da economia internacional deve realizar-se através de um processo de negociação entre Norte e Sul. As condições dessa negociação ainda não foram estabelecidas. Existe, porém, a consciência de que ela deve realizar-se. Eu me atreveria, inclusive, a dizer que há consciência de que a reestruturação das relações econômicas internacionais tem importância não só para o Sul, senão também e fundamentalmente para o Norte. No Sul, há anos se estabeleceu uma polémica bastante importante sobre se a crise econômica internacional é uma crise de conjuntura, uma crise que eventualmente se solucionaria por meio de medidas corretivas a serem tomadas com relação às instituições que controlam o comércio internacional, as relações financeiras e

monetárias internacionais, ou se estamos diante de uma crise de natureza estrutural.

Acredito que existe, hoje em dia, plena consciência, nos países do Sul, de que estamos diante de uma crise de natureza estrutural, como acredito que a mesma consciência está presente nos setores mais sérios e mais responsáveis dos países do Norte. Sem dúvida, sérias modificações são necessárias, modificações fundamentais, nas relações econômicas internacionais.

Atrevo-me a fazer esta declaração porque a recente subscrição e publicação do Relatório da Comissão Brandt, composta tanto por ilustres personalidades do Sul como do Norte, faz precisamente um diagnóstico nesse sentido. Quer dizer que não somente o Sr. Willy Brandt, uma das figuras-chave da política da Alemanha Federal, senão também o Sr. Heath, Chefe de Estado da Grã-Bretanha, concordam — e o declaram — em que há uma crise de natureza estrutural, sendo necessárias substanciais modificações, as quais devem ser levadas a efeito através de um processo de negociação.

Colocado o assunto nesta perspectiva, e reconhecendo-se o fracasso de tentativas como a Junta, como a UNUBI e como a Conferência de Paris, creio que a América Latina tem de deliberar sobre uma estratégia de negociação, diante das negociações globais, e uma estratégia de tipo realista. Não se iria fazer uma reestruturação global da estrutura econômica mundial; seria uma negociação por etapas, enfatizando-se alguns de seus aspectos específicos. Na minha opinião, o que se planeja é uma reestruturação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Creio que teremos de lançar-nos a uma profunda reestruturação do sistema monetário e financeiro internacional, como um dos aspectos-chave, fundamentais, do diálogo entre o Norte e o Sul e um dos problemas centrais do confronto entre os países desenvolvidos e os países em processo de desenvolvimento.

Alterada, se possível, a situação de desvantagem em que se encontram os países em processo de desenvolvimento no Banco Mundial e no Fundo Monetário, planejada uma reestruturação do sistema monetário e financeiro, creio que os outros assuntos, como o da liberação industrial e o da reestruturação do comércio internacional, de algum modo virão por acréscimo. Há um ponto fundamental que passa necessariamente por uma negociação no centro de poder monetário e financeiro internacional.

Paralelamente, creio que a América Latina, ao estabelecer uma estratégia de negociação, deveria ultrapassar o tradicional, iniciando negociações com os Estados Unidos, com a Europa, com uma chamada de atenção, e passando a uma estratégia de negociação mutuamente benéfica.

Da análise aqui feita hoje, pela manhã, com a qual concordo em sua quase-totalidade, depreende-se que a América Latina muito tem a oferecer ao mundo desenvolvido. Há na América Latina mercado, capacidade de produção, capacidade de demanda, uma série de fatores que significam a grande transformação operada no interior da América Latina nestas duas décadas de integração, e creio que isso estabelece uma base de negociações com o Norte desenvolvido, sejam os Estados Unidos, seja a Comunidade Econômica Européia, negociações mutuamente vantajosas, para a América Latina e para o Norte, e um dos temas prioritários na atual agenda regional latino-americana.

Penso o mesmo no que se refere aos países da área socialista.

Deste modo, sem aprofundar o diagnóstico das modificações ocorridas na América Latina, eu quisera apresentar, como tema de análise, precisamente esta estratégia dupla, por assim dizer: o fortalecimento dos processos de integração, ampliados por um conceito de cooperação mais flexível, mais dinâmico, um tipo de cooperação informal entre os países da América Latina, para ampliar a base regional, e não só por motivos de ideal, mas também, porque essa é uma forma de defesa ante a crise econômica internacional, pois o mercado lógico da América Latina é precisamente a América Latina, onde temos experiência, onde os empresários desenvolveram sua capacidade e competência, onde podemos competir com maior possibilidade de êxito e, paralelamente, desenvolver uma estratégia global. Estamos, creio eu, numa época de estratégias globais. Acabou-se, de um modo ou de outro, a época dos grandes protagonistas. O futuro nos pertence na medida em que tivermos capacidade de articular uma estratégia latino-americana de negociações, uma estratégia aplicada ao Norte, e muito realista, que estabeleça uma linha latino-americana na negociação global e, por sua vez, uma estratégia realista, de benefícios mútuos, com os países europeus, com os Estados Unidos e com os países socialistas.

Nesse contexto, há um tema que, ao que me parece, também se articula fundamentalmente com esse planejamento. Trata-se da estratégia ante o Sul. Há uma política vigente na América Latina, e uma dúvida sobre se será ou não destino da América Latina incorporar-se ao Terceiro-Mundo. A América Latina tem, é certo, singularidades próprias, que a diferenciam da África e da Ásia, por seu estado de desenvolvimento econômico, por sua maturidade institucional, por seu processo histórico.

Creio, no entanto, que os fatos objetivos nos impõem uma estratégia de consenso com as outras regiões em desenvolvimento.

Se considerarmos as violentas mudanças estruturais havidas nas próprias Nações Unidas, se pensarmos que, ao final da guerra, no momento em que foi assinada a Carta de São Francisco, as Nações Unidas se integraram, como um conjunto

de 50 países, entre os quais a América Latina, que, desde então, constituiu um bloco de 22 ou 23 países, veremos que a América Latina é uma grande protagonista da criação de uma nova ordem política a nível internacional. Trinta anos depois, com a incorporação do Caribe, a América Latina representa uma força de poder de 28 países, e, nesse período, as Nações Unidas passaram, por um processo de descolonização, de 50 membros a cerca de 150 países, que agora integram essa organização mundial.

Quer dizer que passamos do papel de grandes protagonistas, com capacidade de decisão, com grande influência e grande presença no foro mundial, ao papel de região com um poder substancialmente diminuído e integrada à África e à Ásia, no chamado Grupo dos Setenta e Sete, no consenso da negociação internacional.

A análise deste fato deve levar-nos a refletir sobre o realismo com que a América Latina tem de conduzir sua política econômica e sua estratégia de negociação econômica, a nível internacional.

Há um vasto campo de cooperação com a África e a Ásia; há uma estratégia de cooperação Sul-Sul que também é preciso desenvolver; há possibilidades abertas para delinear processos de aproximação, de vinculação, de cooperação com a África e com a Ásia. Eu repito, muito consciente das singularidades peculiares à América Latina: creio que devemos reconhecer que a opção de negociação da América Latina no cenário internacional passa necessariamente por uma conciliação de posições com a África e com a Ásia. Só a unidade do mundo em desenvolvimento nos dará essa capacidade de negociação com os grandes centros de poder mundial.

Estas são, Sr. Presidente, as idéias que me ocorreram diante da brilhante exposição de Enrique Iglesias. Acredito que o ponto de partida é, como eu dizia no início, que toda a análise dos processos de cooperação e de integração, neste momento, deve irremediavelmente situar-se num contexto maior de análise da situação econômica internacional. É diante desta realidade que a América Latina poderá definir e projetar uma estratégia que, para mim, estaria delineada nessas três direções: na dimensão regional, na dimensão da negociação com o Norte e na dimensão da cooperação Sul-Sul.

EDUARDO CONESA:

Concordo com o Sr. Berrocal em que é necessário relacionar a integração com a situação econômica internacional. Não penso que a integração, na realidade, tenha sido uma política estritamente necessária aos nossos países, nos anos 60, quando foi lançada. Naquela época, a economia internacional, os países industriais cresciam à taxa de 6 a 17% ao ano. Enquanto isso, as exportações mundiais cresciam a uma taxa de 8% ao ano. A economia mundial estava em plena expansão, sendo, talvez, mais simples para nossos países experimentar uma estratégia de crescimento

com base nas importações nacionais do resto do mundo, sem grande interesse no fato de ser esse mercado a América Latina ou o resto do mundo.

Creio que a situação mudou fundamentalmente, do ano de 1973 em diante. A partir desse momento, a taxa de crescimento das exportações mundiais está em 3 ou 4% ao ano.

Nestas condições de semi-recessão em que vive a economia internacional, com os países industriais crescendo a 3%, é muito difícil que as importações desses países cresçam a uma taxa superior a 3 ou 4%. Por conseguinte, será muito difícil que nossas exportações consigam manter o ritmo que tinham no decênio 60.

Acontece, porém, que o comércio está indissolúvelmente ligado ao desenvolvimento. O que afirmo está comprovado pela econometria, pela teoria econômica, e é bem conhecido de todos que o comércio internacional permite a utilização das economias de escala, a utilização das vantagens comparativas e um maior desenvolvimento tecnológico, e nesses três caminhos está um dos impulsos fundamentais do crescimento econômico. Se a América Latina quiser continuar crescendo, deverá manter suas exportações crescendo a 6%, taxa compatível com uma taxa de crescimento de nossas economias a 6%. Entretanto, se nossas exportações aos países industrializados não podem crescer a mais de 3%, se quisermos manter a média de 6% para nossas exportações, se considerarmos ainda, que, no momento atual, nossas exportações para os países industrializados constituem 80% do total de nossas exportações e que nossas exportações para os países em desenvolvimento são apenas 20% do total de nossas exportações, senhores, se queremos alcançar a média ponderada que mencionei, de 6% de crescimento de nossas exportações, e, de outro lado, se contamos com nossas exportações aos países industrializados crescendo a 3%, não há outra forma de solucionar a equação senão fazendo com que nossas exportações para os países em desenvolvimento, isto é, nossas exportações recíprocas, principalmente no âmbito latino-americano, cresçam a uma taxa real de 18% ao ano. Se isso não ocorrer, senhores, o desenvolvimento nos fugirá das mãos.

É verdade que, durante os últimos seis ou sete anos, fomos capazes de manter uma taxa de crescimento bastante considerável, na América Latina, mas isso aconteceu porque existe hoje um mercado internacional de capitais ao qual tomamos consideráveis empréstimos, tendo nossa dívida externa crescido a uma taxa de 25% ao ano. Sendo essa taxa de crescimento da dívida externa de 25% exponencialmente explosiva, é evidente que teremos de buscar outra alternativa para manter um ritmo adequado de crescimento, alternativa essa que inexoravelmente terá de ser a integração.

Nesse sentido, devemos felicitar-nos pelo fato de que os países assim tenham entendido, estabelecendo em Montevidéu, no mês de agosto, a chamada Associação Latino-Americana de Integração. Como bem sabem V. Exas., essa associação

produziu, ou está para produzir, um destravamento do processo de integração, por meio da menor restrição e menor rigor com que se aplicará a cláusula de maior favor, o que permitirá a realização de acordos de integração entre grupos, com alguns países. Isso permitirá a criação dos interesses comerciais necessários para, em uma segunda fase, com o apoio do empresariado latino-americano, se proceder a um decênio de grande união aduaneira latino-americana, no futuro.

Creio que desde já, em 1980, devemos começar a falar de uma união aduaneira para 1990. Isso me parece imprescindível, porque, no fundo, a principal limitação com que se defronta o processo latino-americano de integração é a situação dos países com menor nível de desenvolvimento, e também os inconvenientes da falta de uma infra-estrutura de transporte adequada.

A união aduaneira, repito, tem a grande vantagem de produzir renda. V. Exas. certamente recordam que a Comunidade Econômica Européia tem rendas provenientes de suas tarifas externas e que são superiores a 90 bilhões de dólares. Lamentavelmente, essas rendas são utilizadas em subsídios agrícolas, o que prejudica não só à Europa, mas também a nós. Ao contrário, se fizéssemos uma união aduaneira, poderíamos dedicar os incrementos da arrecadação à causa da integração. Se considerarmos que as importações da América Latina, do total de nossos países, chegam a cerca de 50 bilhões de dólares, sendo a tarifa de 10%, a arrecadação seria de 5 bilhões de dólares. Se cobrássemos uma tarifa média — e é essa, aproximadamente, a arrecadação atual — de 10%, chegaríamos aos 5 bilhões de dólares. Se a tarifa média fosse de 20%, o que significaria subir a tarifa naqueles itens que têm uma proteção de 2 ou 3%, ou zero, e se se baixasse a proteção daqueles produtos que têm 100 ou 200% — e, por conseguinte, tampouco se arrecada, porque a tarifa é proibitiva — poder-se-ia produzir uma duplicação na renda aduaneira. Com essa duplicação com 5 bilhões de dólares por ano, a América Latina poderia remover seu principal obstáculo, que é a situação dos países de menor grau de desenvolvimento, por um lado, e a limitação que importa a falta de uma infra-estrutura adequada de transportes, por outro.

Acredito que, se desejarmos considerar a integração, teremos de começar imediatamente a pôr em prática essa união aduaneira, o que não é tão irreal como poderia parecer de início, uma vez que os países que firmaram o tratado da ALADI o estipularam, no artigo 1.º desse tratado. Não se trata, conforme o texto do tratado, de uma união aduaneira, porém de algo mais: de um mercado comum. Creio, porém, que devemos atingir, antes de mais nada, o objetivo relativamente mais simples da união aduaneira.

JAVIER SILVA RUETE:

Creio que é um excelente precedente na América Latina, para que os corpos políticos de nossos países comecem a interessar-se de forma muito direta pelo pro-

blema da integração. A integração é, afinal, uma decisão política. Não se realiza com base em estudos de factibilidade, mas com base no conhecimento da realidade e da decisão política dos organismos decisórios de nossos países. Nesse sentido, creio que é um excelente precedente para o resto dos países latino-americanos.

Cabe-nos agora comentar o tema relativo aos aspectos econômicos da integração latino-americana, com base na magnífica exposição do Dr. Enrique Iglesias, que, num esforço de síntese notável, diria eu, em poucos minutos, na manhã de hoje, nos apresentou claramente a problemática da integração latino-americana, indicando conclusões sumamente precisas para o que se poderia chamar a tarefa da década de 80 no que diz respeito a essa integração.

Concordo com o Dr. Enrique Iglesias, tanto nos aspectos de ordem analítica como em suas conclusões. Referir-me-ei apenas a dois aspectos, dos muitos mencionados em sua exposição. Em primeiro lugar, falarei do que ele chamou potencialidade latino-americana, vinculando o assunto à exposição do Dr. Felipe Herrera, que mencionou o masoquismo dos latino-americanos, talvez o pior inimigo da integração. A verdade é que, realmente, às vezes não queremos reconhecer o potencial que a América Latina possui.

Enrique Iglesias nos forneceu duas ou três cifras, na manhã de hoje; falou-nos do Produto Bruto Latino-Americano, que alcança 500 bilhões de dólares. Quanto ao volume populacional, já atingimos 570 milhões de habitantes. Mencionou S. Sa. também uma comparação do que se disse em Punta del Leste, quando se previu que o que nos faltava era o ingresso de capitais externos na ordem de 2 bilhões por ano, sendo que, no ano passado, havíamos recebido 25 bilhões de dólares. A potencialidade efetivamente se multiplicou, desde a época em que foram feitas as análises, na Conferência de Punta del Leste, até hoje. E multiplicou-se não somente no que diz respeito ao Produto Interno Bruto, ao volume das exportações latino-americanas e à capacidade de importação, mas também quanto a outra série de fatores. E aí localizo um dos pontos-chave da capacidade da América Latina e da linha de cooperação que devemos levar adiante, isto é, identificar os pontos de alta potencialidade para estabelecer, eu diria, a força negociadora de que a América Latina pode dispor. Para iniciar um diálogo com as grandes potências, não basta ter um temário; é preciso ter capacidade de negociar, fundamentalmente.

Eu me pergunto, por exemplo: se a OPEP tivesse sido organizada com a participação dos países desenvolvidos, qual teria sido seu destino? Estou certo de que ainda estariam discutindo qual iria ser a participação dos países compradores de petróleo e qual seria a participação dos países vendedores de petróleo. Ao contrário, como a OPEP se organizou com base nos países em desenvolvimento, vendedores de petróleo, sem pedirem permissão a ninguém, converteu-se no que é hoje e fez uma revolução mundial. Baseou-se em sua própria potencialidade, quer dizer, encontrou o ponto-chave, que lhe deu a capacidade negociadora para poder realmen-

te impor uma posição. A solidariedade internacional, como disse um grande político alemão, não funciona em uma única via. Isso só acontece na Bíblia. A solidariedade deve ser em duas vias, porém em bases de potencialidade de cada um dos lados que demonstram essa solidariedade, ou não haverá maneira de chegar a um acordo. Não nos entenderemos com os países desenvolvidos senão quando pudermos indicar-lhes qual o grau de potencialidade concreta que temos em cada um dos temas. Creio que o exemplo da OPEP é bastante válido para os países em desenvolvimento, muito especialmente para a América Latina.

Efetivamente, Enrique Iglesias falava dos círculos de poder na América Latina. Falava do círculo de poder alimentício, do círculo de poder energético, e creio que aí se situa pelo menos um dos pontos da linha de cooperação da América Latina. Devemos começar a precisar quais os pontos da real potencialidade latino-americana, trabalhar, traçar os esquemas institucionais correspondentes e, então, sim, ter a arma negociadora indispensável para conversar com as grandes potências, porém conversar com as grandes potências com base nessa capacidade concreta.

Enrique Iglesias tratou também, por exemplo, do problema alimentar. Se pudessemos estabelecer, entre os latino-americanos, um esquema específico para o desenvolvimento na área de alimentos, na América Latina, e com essa capacidade, com esse potencial desenvolvido, então, começar a negociar com as grandes potências, ao mesmo tempo iríamos resolvendo um grave problema, o problema da fome e da marginalização de mais de 200 milhões de latino-americanos.

Da mesma forma, no que se refere ao problema da energia — e hoje mais do que nunca — tal como se apresenta no âmbito mundial. A atual guerra do Irã e do Iraque, os problemas do Oriente Médio fazem com que as potências ocidentais, pelo menos, comecem a procurar outra zona para abastecer-se de hidrocarbonetos, e essa zona não é senão a América Latina. É nesse sentido que os países produtores de petróleo, na América Latina, ao mesmo tempo em que poderiam ter possibilidade de resolver os déficits de petróleo dos próprios latino-americanos, poderiam ter também maior capacidade negociadora diante das potências desenvolvidas e começar a articular uma política de defesa e uma política de negociação com base na capacidade energética dos hidrocarbonetos de que dispomos, na América Latina.

Igualmente no campo financeiro, tema que abordei em várias reuniões internacionais, a América Latina já dispõe de uma potencialidade realmente extraordinária. Basta reler os boletins do Fundo Monetário Internacional e ver as estatísticas das reservas internacionais da América Latina, para nos darmos conta de que não estamos participando da reforma monetária mundial nos termos de nossa própria potencialidade. A América Latina tem mais de 10% das reservas líquidas internacionais e não reflete nos mecanismos do Fundo Monetário nem mesmo esses 10%. Em seu conjunto, a América Latina tem, em reservas internacionais líquidas,

cerca de 10% mais que os Estados Unidos; tem um nível superior, também, ao do Japão, ao da Suíça, ao da Grã-Bretanha, ao da França e ao do Irã sendo apenas 20% inferior ao da Alemanha Federal e 10% inferior ao da Arábia Saudita. A capacidade importadora da América Latina é 50% superior à do Canadá, 40% superior à da Suíça, 50% superior à do Irã e à da Arábia Saudita e apenas 50% inferior à dos Estados Unidos. Temos, portanto, uma capacidade realmente extraordinária no campo financeiro.

Além disso, temos mecanismos criados no campo financeiro. Cada um dos países latino-americanos — pelo menos os maiores e médios — têm mecanismos próprios de financiamento de suas exportações. Se articulássemos esses mecanismos existentes, mesmo que não se queira ampliá-los, teríamos já um instrumento financeiro de enorme potencialidade e que seria, por si, um instrumento de integração absolutamente dinâmico na América Latina, com maior utilização do mercado interno regional e, portanto, como um instrumento de defesa ante a penetração dos países ricos do mundo ocidental, ou do mundo socialista.

Se medirmos, pois, a potencialidade latino-americana, verificaremos que ela é realmente muito superior. Nós, latino-americanos, podemos percebê-la a olho nu. O importante, como assinalava Enrique Iglesias, é que, na década de 80, alcancemos uma articulação dessa potencialidade, e não em termos gerais, em termos globais, que podem ser muito complexos, senão em termos de procurar quais os campos específicos: o campo financeiro, o campo da exportação ou da produção de minérios, dos quais o mundo atual necessita e de que possuímos uma extraordinária capacidade, ou o campo dos alimentos.

Outro ponto igualmente fundamental é o que podemos chamar o futuro da integração ou da cooperação latino-americana desta década, e que se vem denominando “integração formal”, isto é, trata-se de localizar também determinados aspectos do desenvolvimento dos quais a América Latina possui uma capacidade extraordinária, de ordem tecnológica, financeira, de provisão de meios de capital, para poder resolver problemas crônicos de seu desenvolvimento.

No campo da energia, primeira prioridade assinalada por Iglesias, possuímos, neste momento, por exemplo, toda a tecnologia necessária para eletrificar a América Latina. Um programa global de eletrificação pode ser realizado na América Latina sem necessidade de importarmos tecnologias ou de financiamentos externos. Bastaria articular os mecanismos financeiros, os mecanismos tecnológicos, a provisão de bens de capital hoje produzidos na América Latina. Já há exemplos disso: estão sendo executados projetos de hidroeletrificação em vários países latino-americanos, com provisão de tipos de tecnologia e de financiamento latino-americanos. Existe, portanto, aqui, simplesmente um problema de falta de entrosamento, para que se vão resolvendo problemas dessa natureza.

O mesmo ocorre relativamente ao problema dos alimentos. A América Latina possui não só recursos naturais como recursos tecnológicos, no campo agrícola e no campo das indústrias agropecuárias, que lhe permitirão realmente desenvolver a produção necessária para satisfazer as necessidades de sua crescente população. Essa constitui outra área interessante, no quadro de conclusões assinalado por Enrique Iglesias.

Terminando, desejo dizer que duas das linhas fundamentais da década de 80, com referência à integração latino-americana, além de se irem potenciando os esquemas de integração existentes, e do novo esquema da ALADI, que deverá ser utilizado do modo mais conveniente possível, são localizar os pontos de potencialidade latino-americana, criar os mecanismos institucionais para ter e exercer a capacidade negociadora suficiente diante do mundo desenvolvido. Por outro lado, buscar, também, aquelas áreas como a da energia, dos alimentos, das indústrias de bens de capital, com referência às quais a América Latina já atingiu um ponto capaz de resolver os problemas de demanda, articular esses mecanismos de demanda e ir resolvendo, ainda que setorialmente ou especificamente os problemas crônicos, como a falta de eletricidade, a falta de alimentos, a falta de transportes ou de vias de comunicação na América Latina.

Parece-me que, em termos pragmáticos, são essas as linhas de desenvolvimento e de integração mais claras na década dos 80 e que respondem também à filosofia do mais recente instrumento em matéria de integração — o novo Tratado de Montevideu, que cria as regiões latino-americanas de integração, onde se dá a necessária flexibilidade e onde se tem uma concepção ao mesmo tempo multilateral e bilateral das negociações e onde se permite uma convergência com base justamente nessas capacidades específicas da América Latina para resolver seus problemas de desenvolvimento, para a potencialidade conjunta da América Latina, para acelerar, de modo geral, o desenvolvimento do comércio e ir eliminando a grave marginalização dos latino-americanos, até agora.

EDUARDO ABERTAL:

Creio de importância capital o fato de se poder dialogar sobre problemas de integração econômica da América Latina entre autoridades encarregadas da execução de programas de integração de estudos e políticos encarregados da orientação de políticas nos países de nossa região. Creio que essa é uma iniciativa sumamente feliz e espero que esse exemplo seja seguido no resto do continente.

Ouvi com enorme atenção as intervenções desta manhã e desta tarde. Há uma riqueza extraordinária no que foi dito hoje sobre integração da América Latina, porém a realidade é que estamos num período de intervalo, de interregno entre os primeiros esforços, talvez um pouco inocentes, mas muito entusiastas, no sentido da integração e os próximos esforços que sem dúvida vamos ter de realizar, com um co-

nhecimento mais profundo sobre a realidade das economias, das estruturas e, ainda, dos problemas políticos e culturais de nossos países.

Passamos o primeiro período, o primeiro grau de experiência, e recolhemos valiosíssimas informações. Teremos de preparar-nos para o próximo período. Sem embargo, existe, como disseram os oradores desta manhã, uma espécie de decepção com a integração da América Latina — a integração econômica, em particular — decepção que surge, em parte, de uma série de falsos dilemas, e em parte de expectativas não-realistas, motivadas, às vezes, por planos formulados com deficiência de informação e por análises inadequadas.

À medida que o panorama mundial examina como funcionam, por exemplo, os países industrializados e acompanha os trabalhos que se realizam, por exemplo, na OECD, que é a secretaria dos países industrializados, a maneira como se trabalha para preparar os passos adicionais necessários para compatibilizar posições e encontrar os verdadeiros “trade-offs” que a maioria acredita necessários para a posterior ação política, creio que devemos, nós da América Latina, tomar cuidado e, por nossa vez, imitar esse método de trabalho.

Penso que estamos com deficiências substanciais e sérias no conhecimento detalhado dos interesses econômicos de cada um de nossos países, e que essa deficiência de informação e de análises dos interesses presentes e futuros dos nossos países faz com que os próximos esforços de integração tenham necessariamente de enfrentar sérias dificuldades. Acredito que este é o momento de os corpos políticos da América Latina encomendarem, através das diversas instituições que existem, a nível regional e a nível nacional, as análises reais da realidade econômica e dos interesses comuns e conflitantes que existem na América Latina entre si e com relação à sua integração na economia mundial. Não faltam institutos, não faltam organismos regionais, não falta capacidade à América Latina; muito pelo contrário, somos, no fundo, supridores de cérebros aos organismos internacionais, e até mesmo aos organismos privados comerciais, de capacidade e talento para análises desse tipo, que faltam, na América Latina; porém, não temos apoio, porque não há consciência. Por isso, felicito a Câmara dos Deputados do Brasil pela iniciativa de pensar neste problema agora.

Esses esforços requerem uma inversão prévia, isto é, requerem o conhecimento analítico e detalhado da realidade e a avaliação do impacto desta integração econômica em cada um dos setores de nossos países, levando em conta o princípio da igualdade dos Estados e o interesse da América Latina em dar o máximo de apoio àqueles países cuja capacidade econômica lhes crie dificuldades adicionais, num processo de integração.

Chegamos, pois, eu creio, ao momento em que, em diversos foros, aqui e em outros países, devemos proceder ao desenvolvimento de estudos analíticos orienta-

dos claramente para a próxima etapa. Meu colega do INTAL acaba de anunciar um objetivo verdadeiramente alcançável e real para a América Latina. Mas se até 1990 não procedermos à preparação detalhada dos estudos necessários, não poderemos chegar a esse objetivo. Creio que em vários setores e campos há oportunidades esplêndidas para análises de vantagens relativas a integração. Devemos, porém, ser unidos nessas análises. A integração energética, por exemplo, criará, sem dúvida, vantagens para certos setores e desvantagens para outros. Devemos pensar em maneiras de compensar os setores que vão sofrer desvantagens, em benefício das vantagens da maioria e do interesse comum. Igualmente em matéria de produção de alimentos e da complementação industrial.

Creio que devemos pensar, como dizia o nosso Presidente, em termos da problemática de emprego na América Latina. É certo que teremos um desafio total de colocar na América Latina, como disse Enrique Iglesias, nesta manhã, um enorme número de pessoas na massa salarial e ocupada. Temos tido bastante problemas nesta matéria em geral, e em termos de integração, em particular. O emprego produtivo é a chave de todo esforço de integração, e devemos pensar na maneira de compensá-lo, quando se criem situações que causem desvantagens a setores ou a regiões da América Latina. Por isso, volto ao tema de que acho lamentável a falta de um estímulo, a falta de subsídios para a realização desses estudos, que um Estado-Maior das Forças Armadas mandaria fazer imediatamente e, em preparação para a discussão que se avizinha. Necessitamos estar bem preparados e isso requer uma análise sistemática e uma detalhada investigação sobre a problemática da integração.

Volto ao assunto da capacidade da América Latina para esta tarefa. Existem na América Latina — digo-o embora não deseje ocupar-me de cifras — mais de 60 ou 70 instituições públicas e privadas extremamente capacitadas para realizar esses estudos. A maioria dessas instituições está voltada para a análise de problemas nacionais. Não existe modo algum de financiar, mesmo de forma setorial, a utilização dessa capacidade, em caráter prioritário, para preparação da próxima etapa de negociações de integração. Proponho, então, que uma das recomendações deste seminário seja que se dê estímulo aos governos da região e às instituições econômicas e financeiras que participam do desenvolvimento econômico da América Latina, na etapa essencialmente preparatória e analítica que devemos atravessar, para a próxima etapa que se avizinha.

FREDY AROCHA:

A Embaixada da Venezuela teve muito prazer quando a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Congresso Brasileiro lhe comunicou a idéia deste seminário. Meu país considera que, sendo tão integracionista como todos os países latino-americanos, o foro dos representantes do povo do Brasil é um dos melhores nos quais se poderia apresentar este rápido estudo sobre a integração

latino-americana, porque é em benefício dos povos que este seminário está sendo realizado.

Como representante da Venezuela, e não sendo especialista neste tema, vou referir-me principalmente às contribuições de meu país, não só às associações de integração latino-americana em geral, que são conhecidas de todos os presentes e, ao mesmo tempo, porque muitos de seus representantes aqui se encontram, mas à parte que, no momento, consideramos de maior importância para a quase-totalidade de nossos países, ou seja, a situação energética.

A Venezuela, como país produtor de petróleo, não só foi, no âmbito internacional, no ano de 1960, um dos promotores da fundação da OPEP, mas também, no marco da integração latino-americana, no ano de 1961, foi um dos promotores da fundação da ARPELA — Associação de Assistência Recíproca Latino-Americana, que continua funcionando, em base de associação de empresas estatais latino-americanas, e cujo início foi idêntico ao da OPEP.

Nos anos de 1960/61, pouco se pensava dessas associações, não somente de países em via de desenvolvimento mas de empresas nacionais de produtos como o petróleo. Entretanto, o fortalecimento da ARPELA, ao longo dos anos, demonstrou que estávamos no caminho certo.

Quando se passa do âmbito do petróleo ao âmbito da energia em geral, cabe dizer que a Venezuela foi um dos promotores, no ano de 1972, da ALADE — Associação Latino-Americana de Energia. A reestruturação da ALADE, realizada nos últimos anos, diante dos diferentes eventos energéticos mundiais, garantiu à América Latina um completo estudo sobre as preocupações que todos nós temos com referência a este assunto.

Em agosto deste ano, a Venezuela teve a satisfação de firmar com o México um acordo de cooperação e integração latino-americana, para garantir o fornecimento de petróleo a nove países da América Central e do Caribe, acordo esse que pode tornar-se extensivo a outros países, à medida que outros países se integrem ao sistema.

Algo mais ocorre no momento presente. De acordo com o propósito de cooperação global necessária, a Venezuela acredita na necessidade de cooperação adicional no continente americano, com especial ênfase na energia. Esta concepção baseia-se em dois fatos que poderiam parecer contraditórios. Um deles é que a situação atual do continente é particularmente grave, e provavelmente se tornará crítica, durante as duas próximas décadas. Segundo, o continente é rico em recursos energéticos, uma riqueza que não foi totalmente aproveitada, em virtude da falta de reforço bem coordenado, de proporções continentais, a nível financeiro, tecnológico e humano.

Este foi o motivo de haver a Venezuela proposto um programa interamericano de cooperação e coordenação energética. Esse programa teve início com uma reunião de ministros de energia, que passaram um mês em Caracas.

Entre os conceitos, que poderíamos esposar, desse projeto de cooperação interamericana em energética, temos de dizer o seguinte: ele é conceitualmente diferente de outros programas existentes, porque seu objetivo principal é promover o desenvolvimento de recursos energéticos do nosso Hemisfério e, ao mesmo tempo, fomentar maior eficiência energética neste continente.

O programa visa a reduzir as restrições impostas pela situação energética ao crescimento econômico e ao desenvolvimento em geral de muitas nações deste Hemisfério; liberar parte dos recursos de petróleo convencional, cujo uso não é facilmente substituído; contribuir para a auto-suficiência energética dos países da região e assim reduzir a pressão sobre a demanda mundial dos fornecimentos convencionais de petróleo; e promover o comércio, o desenvolvimento econômico e a estabilidade política na região.

Sendo evidente que o problema energético do Hemisfério é essencialmente relativo ao petróleo, qualquer passo no sentido de solucioná-lo deve incluir o mais amplo espectro de opções energéticas. Assim sendo, o programa proposto, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade que tem o continente de recursos convencionais de energia, baseados em tecnologia conhecida e acessível, leva em conta também a nova forma de energia, atualmente em desenvolvimento.

O programa pressupõe ainda o compromisso dos países exportadores de energia, no Hemisfério, de dividir a responsabilidade de fornecimento contínuo à região, e enfoca o problema energético do Hemisfério sob dois pontos específicos e únicos: primeiro, proporcionar financiamento e apoio tecnológico para exploração e atividades de avaliação não cobertas ou insuficientemente cobertas por programas existentes; segundo, avaliar de maneira contínua a situação energética do hemisfério, mediante contacto com outras instituições, coordenando os programas de cooperação energética existentes, para orientá-los, nas áreas mais necessitadas.

Está o programa, portanto, orientado no sentido de gerar importantes oportunidades nas outras regiões empreendedoras, em particular inversões nas etapas de investigação e avaliação preliminar de recursos energéticos, assim como na de coordenação entre agentes e instituições incorporadas aos projetos energéticos.

A incorporação e a implantação do programa devem ser, em primeiro lugar, de responsabilidade dos principais produtores e dos principais consumidores de energia no Hemisfério. Os primeiros garantiriam o fornecimento contínuo, pelo menos a nível histórico, enquanto que os segundos minimizariam o desperdício de energia e o que ocorreria na diversificação de sua fonte. Ambos os grupos contri-

buirão com os recursos financeiros, tecnológicos e humanos necessários ao setor energético.

Por último, o programa se propõe a depender de um órgão relativamente pequeno, de burocracia mínima, e utilizar, na medida do possível, a experiência de instituições interamericanas já existentes.

Era minha intenção apenas esboçar alguns pontos deste programa de cooperação, que já se começou a discutir, a nível dos ministros de energia dos países latino-americanos, tendo sido designadas várias comissões técnicas, econômicas e financeiras, que estão trabalhando com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar este plano a que nos referimos.

ROBERTO MALUF:

Tenho uma experiência pragmática de comércio exterior, pois comecei, com produtos manufaturados, em 1955, e depois na ALALC, a fazer as minhas primeiras exportações. Naquela ocasião, ao redor de 1960, sabia-se que, através da ALALC, gostaríamos de enriquecer nossos povos, proporcionando-lhes novas oportunidades de trabalho, e de trazer para nossa zona boa parte dos recursos que utilizávamos para comprar manufaturados no exterior, muitos dos quais se podiam produzir em nossa região. A mim me parece que esse objetivo até agora não foi cumprido a nível da ambição daquela época, porque se diz que hoje, possivelmente, o comércio extrazonal dos nossos países vai a 50 bilhões de dólares. Acredito que o comércio zonal não chega nem a 5 bilhões de dólares, incluindo o bom comércio que existe entre Brasil e Argentina. Se o objetivo é enriquecer a nossa zona, a experiência da minha empresa me diz que, à medida que fui sendo capaz de vender dentro da região, fui criando condições de preço para vender fora da região. E o que mais me surpreende de maneira agradável é que meu maior crescimento foi dentro do mercado interno, através de diminuição de preços — portanto, economia de escala — que me permitiu exportar para 65 países, sem prejudicar absolutamente meu suprimento de mercado interno. Isto significa que, dentro do mercado interno, estou criando mais trabalho e estou dando acesso, vamos dizer, a bons preços.

Não vim aqui para fazer propaganda do assunto, mas o que eu gostaria de deixar afiançado é o seguinte: nenhum de nossos países, na realidade, vende sem comprar. E à medida que compramos mais, somos forçosamente maiores vendedores.

Não há dúvida de que alguns estudos devem sempre ser feitos. Mas, se eles puderem ser direcionais, ganha-se muito tempo. É totalmente impossível, no meu modo de entender, postergar problemas através de estudos, porque, quando estes ficam prontos, possivelmente a conjuntura internacional já não será a mesma. Portanto, muitos fracassos podem decorrer do paternalismo com que os governos gostariam de bafejar o empresário. Nesse caso, é melhor deixar que o empresário corra

risco por conta própria; assim, ele tem mais agilidade para errar e acertar, sem pedir, naturalmente, ou se debater com estatísticas, que muitas vezes, mesmo no caso do nosso país, demonstram, em alguns setores, incompreensivelmente, índices de consumo muito abaixo da média internacional, média essa feita entre países ricos e pobres.

Partindo, pois, do princípio de que quem compra vende, porque quem compra dialoga com alguém, e, naturalmente, para pagar, tem alguma coisa a oferecer, acho que, com tudo o que pudéssemos fazer, para trazer esse comércio para dentro da zona, enriqueceríamos rapidamente nossa população e teríamos recursos, com o excedente que deveria resultar, para comprar instalações, ou equipamentos, ou estruturas, sem prazo de entrega ou condições de financiar, enfim, poderíamos melhor servir nossos países, a fim de, vamos dizer, não perder de vista que o que objetivamos é a melhoria do padrão de vida do povo. Qualquer outro tipo de enfoque não tem justificativa alguma, e acredito que a melhoria do padrão de vida vem com o trabalho. Também acho que não deveríamos, de modo algum, ter ambições a serem satisfeitas pelo paternalismo, e não pelo trabalho.

De todos os discursos que ouvi, muita coisa me foi bastante útil, porque a política e a economia de todos os países estão estruturadas no sentido de determinado objetivo, e sei que não é fácil, muitas vezes, mudar certos rumos. Mas gostei de poder dar minha experiência de vida de acordo com a qual, nesse aspecto, toda vez que arranjamos um parceiro a mais, a chance de arranjarmos um terceiro e um quarto cresce geometricamente.

JOÃO MENEZES:

Ouvi a exposição do Dr. Enrique Iglesias, Subsecretário da ONU e Secretário Executivo da CEPAL. Realmente, foi uma ducha nos meus pensamentos a respeito da situação econômica do Brasil e dos demais países latino-americanos.

Em face disso, de toda a sua técnica, de todos os seus conhecimentos, de toda a facilidade com que S. Exa. explicou a situação, teoricamente, às vezes, procurando aplicar na prática a situação dos países latino-americanos, queria colocar um assunto para que S. Exa. também o olhasse com carinho, se fosse possível, oportunamente. É um assunto que venho debatendo no Parlamento Latino-Americano, no Parlamento Europeu e até em reuniões interparlamentares.

O mundo, hoje, está dividido ideologicamente, queiramos ou não. E, com a divisão ideológica, automaticamente os países se vão enquadrando nas normas daqueles que ideologicamente comandam os grupos. Então, a divisão ideológica do mundo se está fazendo “pari passu” com a divisão econômica, os países cada vez mais ricos se tornando cada vez mais fortes em relação àqueles países em desenvolvimento, ou aos países subdesenvolvidos.

Em linhas gerais, para dar uma prova do que ocorre, basta verificarmos, todos os anos, o “Budget”, ou o balanço de contas dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos, porque, apesar de aqueles fabricarem aviões, entrarem na indústria pesada — trens etc. — enfim, tomarem parte em todas as coisas de que o mundo está atualmente necessitando, o que se verifica é que todos os anos há um déficit crescente entre as importações e as exportações, sempre negativo para os países em desenvolvimento e para os países subdesenvolvidos. Então, desejamos que V. Exa. leve em seu caderno nossas considerações, para que se estabeleça uma nova regulamentação na ordem internacional, porque, do contrário, a miséria vai continuar, a riqueza vai continuar, e a ideologia vai, cada vez mais, tomando conta do mundo.

Em linhas gerais, era isso que eu desejava tomar a liberdade de colocar diante de V. Exa., para um estudo oportuno, ou para nos dar esclarecimentos, quando assim entender.

ALUÍZIO BEZERRA:

Ouvimos exposições bastante interessantes com relação à integração latino-americana, com uma riqueza de dados impressionantes. Quero dizer que falo como Deputado do partido do Movimento Democrático Brasileiro, portanto, da Oposição, sobre o enfoque que nós temos da integração latino-americana.

Quando, entre 1975 e 1978, eu fazia um curso de doutorado, na França, de Direito Internacional, ligado ao Direito Internacional de Desenvolvimento, com estágio no Mercado Comum Europeu, já nos agitava, a mim e a outros colegas latino-americanos, a idéia sobre a integração que se poderia dar na América Latina. Mas hoje vemos que este seminário, promovido pela Comissão de Relações Exteriores, tem, nesta etapa dos acontecimentos conturbados na América Latina, um papel importante, sobretudo como ponto de referência, ponto de reflexão. E as questões, do ponto de vista técnico, foram trazidas a debate, de maneira expositiva e com grande riqueza de dados, por representantes de vários países, vindos dos quadros diplomáticos, ou de órgãos técnicos.

Parece-me, no entanto, que alguns aspectos nós devemos encarar com bastante realismo. E isso é o que vemos. Acredito que uma medida de ordem econômica necessita de certa base social impulsionadora e sustentadora, para que possa ter êxito. E eu me pergunto: qual a base social, em nível latino-americano, que poderia sustentar uma integração? De que forma se daria essa integração? Parece-me que, em princípio, deveria haver um interesse dos povos latino-americanos. Acredito que, quanto à integração dos países latino-americanos, ao interesse dos povos latino-americanos, muita coisa há que se fazer. Por que? Se examinarmos cada país, verificaremos que, em muitos deles, a grande massa popular não confia nas elites dirigentes. Há muitos em que as elites conduzem o país com muita corrupção,

são muito vulneráveis à intervenção das multinacionais, fazendo, com que os recursos naturais se tornem totalmente alienados a essas empresas. E eu pergunto se essas elites, que controlam alguns setores básicos, que dirigem a economia e a política desses países, terão autoridade suficiente, junto às respectivas bases populacionais, para conduzi-las a uma integração, no interesse dos povos latino-americanos. Ou serão essas bases fáceis de associar-se a regimes ditatoriais, contrariando os interesses dos povos latino-americanos?

Eu gostaria de levantar alguns problemas dessa ordem, porque, sem dúvida, vivemos esses problemas. Então, a questão é que, segundo entendo, não se faz aquilo que é lógico, que é preciso fazer. Mas há necessidade de uma base social, a fim de que haja uma ação realmente eficaz para serem atingidos aqueles objetivos, para impulsionar o progresso da economia de cada país e da América Latina no seu conjunto, visando aos interesses dos respectivos povos latino-americanos. Essa questão me parece importante.

Outro problema a observar: o crescimento da população latino-americana está por volta da ordem de 3%; haveria ou não necessidade de se criarem empregos nessa direção? Como dizia o Prof. Iglesias, nem os países socialistas, os países ocidentais, tiveram essa experiência — a de poder suportar um crescimento de empregos ou de poder responder a esse crescimento de empregos com uma economia que atendesse a essa demanda.

Nós nos defrontamos com essa realidade na América Latina. Será, então, que poderíamos conseguir isso, através de duas opções? Como foi colocada ênfase essencialmente no setor privado, poderia a integração econômica ser conduzida pelo setor privado? Ou deveria haver uma atuação integracionista na criação de organismos institucionais, para dar maior velocidade ao processo? Como se poderia fazer isso sem planificação, ou, pelo menos, a nível de cada país, discutindo, no conjunto, esses critérios?

De qualquer maneira, acho que a integração é uma necessidade, porque reflete uma forma harmoniosa de coordenar os recursos naturais e humanos, para fazer progredir a sociedade no seu conjunto. É uma necessidade histórica, portanto. Mas ponho ainda em dúvida, já que esse objetivo se coloca como uma necessidade histórica, se poderemos atingi-lo com as bases econômicas e estruturais que possuímos atualmente.

Esta é a interrogação que apresentamos como elemento para reflexão. Dentro dessa perspectiva temos apreciado questões da maior importância, como o problema do mercado interno na América Latina. Mas vemos hoje que ainda temos um parceiro latino-americano que deixa de integrar as reuniões menores do continente por questões políticas, como é o caso de Cuba. Cuba é um país latino-americano, mas, por questões políticas, está afastado da discussão da maioria dos problemas.

No entanto, poderia trazer muita colaboração. Estamos vendo a frieza com que é tratada a Nicarágua por muitos países, num instante em que, segundo os dados oficiais, em alguns meses já alfabetizou 90% de sua população, que era analfabeta, através de um trabalho extraordinário.

Essas questões políticas, esses problemas, eu gostaria de trazê-los para reflexão, pois, retomando o critério inicial, acho que a integração se coloca como uma necessidade para todos os países latino-americanos, tendo em vista que é uma forma superior de instrumentar seus povos, visando à superação dos seus problemas, à harmonização da sua capacidade de força, dos seus recursos, para progredir no seu todo.

Acredito que muita coisa deve ser apreciada e superada para que possamos atingir esses objetivos. Não nos podemos, acredito, desviar de questões como estas que acabo de apresentar, ou contorná-las. Estas as observações que gostaria de fazer — na oportunidade em que temos a presença de representantes de diferentes países latino-americanos — na qualidade de Parlamentar da Oposição do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, presente neste seminário.

DAVID DANNA:

Em nome de Mário Garnero, Presidente do Forum das Américas, quero agradecer ao Deputado Rogério Rego a oportunidade que nos deu de fazer uma modesta intervenção num seminário de tal importância, presidido pelo conhecido economista e professor Rômulo de Almeida, que merece o respeito de todos nós.

Sr. Presidente, ouvi, com grande atenção, os oradores que me precederam. Infelizmente, não pude participar da reunião desta manhã, mas vi com grande encanto o trabalho apresentado pelo Dr. Enrique Iglesias, membro-efetivo do Comitê de Desenvolvimento Social do Forum das Américas. É com prazer, também, que registro a presença do Dr. Eduardo Conesa, membro do Conselho Permanente de Integração.

Nosso depoimento, Sr. Presidente, será bastante modesto, mesmo porque o organismo que represento só tem dois anos de existência. Além do mais, o âmbito de nossa atividade se restringe ao contato, quase que de pessoa a pessoa, com os empresários das três Américas. Achamos impossível partir para vãos mais altos se não tivermos um conhecimento em base de maior intimidade com nossos interlocutores, para uma construção mais sólida.

Quando o Forum das Américas foi fundado, isso há dois anos, como já disse, tínhamos chegado à conclusão de que as linhas tradicionais, tanto culturais como econômicas, iam diretamente de cada país da América Latina ou para os Estados Unidos, ou para a Europa, ou para a Ásia. Não existia, realmente, um conheci-

mento íntimo e uma aproximação maior entre as instituições e os empresários dos países deste Continente.

Daí por que o Forum das Américas foi fundado na base, apenas, de intercâmbio empresarial, no sentido de conhecimento de uns e de outros e de um aprofundamento da intimidade quanto às instituições disponíveis em cada país.

Assim, os institutos de pesquisa, quer sociais, quer econômicos existentes nos países da América Latina, pelos levantamentos que fizemos representam um manancial muito grande de possibilidades de aporte aos grandes planos, muito consentâneos, de que ouvimos falar aqui e que devem ser levados a cabo.

Dentro da modéstia dos nossos objetivos, mas acreditando que nossa ação pode vir a implementar tudo aquilo que os oradores que me precederam disseram, organizamos, já em 1978, um congresso de integração, absolutamente genérico, porque a idéia era discutir-se livremente, entre empresários e dirigentes governamentais das três Américas, aspectos econômicos e sociais.

Em 1980 realizamos, em São Paulo, um simpósio sobre fontes alternativas de energia e um congresso sobre o mesmo tema, porém empresarial. Pudemos observar que o desconhecimento continua muito grande, e nestes encontros, precisamente como nosso colega Roberto Maluf acabou de dizer, a aproximação entre empresários gera, em proporção geométrica, uma boa vontade e um relacionamento que, fatalmente, redundará em ações políticas que haverão de propiciar os planos que temos ouvido aqui.

Sr. Presidente, agradecendo mais uma vez a oportunidade, era o que tinha a dizer.

RAIMUNDO DINIZ:

Minha intervenção será muito curta, mesmo porque não tenho grande contribuição a dar, já que não sou homem ligado estritamente a problemas econômicos; dedico-me mais a problemas de Direito. Acho, porém, que esta reunião teve um aspecto fundamental, que não foi levantado por nenhum dos oradores que me precederam. Trata-se de um encontro entre técnicos e políticos, e da maior importância, de acordo com aquela dicotomia que Milton Campos, no seu saber, assinalava: o técnico tem o saber; o político, a sabedoria.

Queria apenas levantar um problema, observado na intervenção do Deputado Mac Dowell Leite de Castro, quando comentava, muito ligeiramente, pela premência do tempo, a magnífica conferência do Dr. Iglesias. Deu ele um enfoque muito especial ao processo político, ao tema "Democracia como Fundamental para o Processo de Integração Econômica". Eu me coloco em outra posição. Acho que o pro-

cesso de integração econômica da América Latina há que independer sempre da posição política local, de cada país, mesmo por que estaremos seguindo o princípio que adotamos, da não-intervenção e da autodeterminação de cada povo. A integração econômica é um conjunto, é um todo: a posição política é problema local, de cada país, e a cada país cabe a solução.

Era esta a colocação que desejava fazer, ao mesmo tempo em que me congratulo com todos e espero que levem a seus países esta idéia aqui nascida, de que encontros como este se repitam, e mais ainda, que não sejam somente entre técnicos e políticos, mas que se traga também a eles o aspecto cultural. De nada adianta a imposição, de cima para baixo, em âmbito de cúpula e de Governo, se não houver o sentimento de cada povo nesse processo de integração. Esta é a mensagem que deixo e que peço levem com V. Exas.

SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR:

É louvável a realização deste encontro, sob todos os aspectos. Disse bem o Prof. Enrique Iglesias, hoje, pela manhã, que, se a ALALC não tivesse servido para outra coisa, pelo menos possibilitou um conhecimento maior entre os empresários latino-americanos. E disso haveria, por certo, de resultar algum efeito benéfico.

Diria eu que este Simpósio, que tratou da integração, de fato, integrou-nos, pelo menos no que diz respeito ao pudor, pois houve um cuidado, quase que diplomático, em não se abordar certos aspectos, que a mim me parecem fundamentais na análise do problema de integração continental. De fato, seria muito fácil deduzir-se alguma conclusão das observações referentes à política interna de determinados ou de determinados países.

Disse-o muito bem, também, o Sr. Eduardo Abertal, quando manifestou sua impressão de que neste Simpósio foram feitos vários esforços inocentes, porém entusiastas. Concordo perfeitamente com isso, porque vi que se discutiram as potencialidades, os recursos, a capacidade, ou os elementos que possui a América Latina, e que podem favorecê-la em negociações.

Falou o Prof. Enrique Iglesias da opção por um mercado interno, com os seus riscos; da autarquização, da menopausa tecnológica; do mercado externo, com sua vulnerabilidade. Ouvimos uma série de colocações sobre esses aspectos.

Todavia, Sr. Presidente, acho que o assunto de integração deveria ser aprofundado. Hoje, todos temos consciência da necessidade da liberação dessas potencialidades, dos recursos que possui a América Latina. Todavia, houve uma questão que deixou de ser abordada e que me parece da maior importância: um continente totalmente dependente, altamente endividado externamente, no seu relacionamento com o Norte desenvolvido — expressão do ilustre Embaixador, se não me engano,

da Guatemala — tem possibilidade de liberação de suas potencialidades, numa negociação de igual para igual, no relacionamento com os países desenvolvidos e mesmo com os subdesenvolvidos, ou, como se convencionou chamá-los, eufemisticamente, os países em via de desenvolvimento? Esta colocação me parece fundamental.

Temos potencialidades, mas podemos desenvolvê-las, no atual nível de relacionamento do continente com os países desenvolvidos? Temos recursos, mas a exploração desses recursos pode ser feita no interesse da libertação do nosso continente, ou a sua exploração está condicionada por regras que emanam da dependência externa, pelo alto grau de endividamento da nossa economia continental? Essas colocações me parecem fundamentais.

É evidente que elas implicam a busca — dependendo da conclusão a que se chegar, em nossos estudos — de um novo modelo econômico e político para a América Latina. Parece-me, pois, que, no desenvolvimento de encontros como este, talvez, percamos um pouco dessa facilidade de integração pelo pudor; talvez, tenhamos maiores divergências nos debates; mas, talvez, também possamos enfocar aspectos que digam mais de perto aos verdadeiros interesses de libertação deste continente, já integrado pelas suas dificuldades.

Precisamos substituir a integração do pudor e das dificuldades pela integração na busca de um caminho de libertação continental. Tenho uma profunda convicção na libertação do nosso continente. Acredito que, se as cúpulas não forem capazes de promover a integração política do continente, o povo da América Latina o fará. Será a confissão da falência dessas elites dirigentes na representação dos interesses populares. Portanto, espero que, nos próximos encontros, que desejo se façam o mais depressa possível, possamos descer a enfoque de ordem prática, sem a preocupação de que certas considerações possam ferir o pudor de quem quer que esteja participando, em nome de qualquer Governo, num encontro dessa natureza.

VASCO NETO:

Como sou um velho integracionista e venho lutando por isso, com trabalhos, nesta Casa e fora dela, acho por bem, se me permite V. Exa., pelo menos entregar à Mesa um trabalho que venho desenvolvendo, como engenheiro, através da União Paramericana dos Engenheiros. Acredito que a integração sul-americana se dará, inclusive através das vias naturais de circulação. Estou chegando das fronteiras do Brasil. Eu as percorri todas. Venho do BV-8. Venho da região de Cucuí, venho da região de Tabatinga, e todas as teses que venho defendendo, como V. Exa. sabe, velhos amigos que somos, são nesse intuito.

Acredito que a confraternização sul-americana se dará com a integração pelos transportes. Devemos, principalmente, ter um ideário sul-americano, cristão, fraterno, sem ódio e sem a interferência de quem quer que seja em nossa vida.

Os países sul-americanos terão de congregar-se em torno dos sonhos de Simón Bolívar, isto sim. É nesse sentido, Sr. Presidente, que trago um trabalho, que V. Exa. conhece, sobre a integração sul-americana pelos transportes, e que vi de perto, agora, no terreno, nas divisas de países co-irmãos.

Quero mostrar aqui um mapa, ligeiramente, porque sonho com a integração sul-americana. Já que a América Latina está dividida pelos Andes — o ecúmeno andino e o ecúmeno atlântico — acho que devemos forçar seu rompimento, seja nos sentidos de África, de Callas, dos portos do Peru, através da linha de menor resistência do Amazonas, e através de uma linha trans-sul-americana, que vai do nosso Porto de Maraú, na Bahia, a Arica, no Chile. Acredito que essas linhas, inclusive, vão dirimir questões políticas, para maior entendimento e confraternização sul-americana. De fato, nascemos sob a cruz, e sob a cruz vamos realizar uma democracia social sem ódios. Haveremos de repartir as riquezas dessa região virgem, sem ódio, mas com amor. Esta é a mensagem cristã que levo. Vou mostrar-lhes um mapa, para verem o sonho geopolítico que tenho de integração sul-americana. Estamos falando muito em Atlântico; mas temos um bilhão de pessoas carentes de proteínas, no Extremo Oriente, longe da América Latina, das Amazônias peruana, boliviana, colombiana, venezuelana e paraguaia, dos confins da Bacia do Prata até a Amazônica. Só assim podemos dinamizar o âmago da América Latina, fonte imensa de proteínas, num mundo faminto e tão carente delas. Vou deixar com a Presidência esta idéia, no momento em que se fala de integração latino-americana, que — diria mais — transmudar-se-á em integração americana, quando, então, transmitiremos à América do Norte o nosso calor humano e o levaremos para o mundo todo.

Termino minha curta intervenção apenas lembrando que, no passado, sonhamos com a América Latina unida e irmanada que, no presente, trabalhamos para conseguir. Não é outro o sentido da minha intervenção.

RÔMULO DE ALMEIDA:

Gostaria de aproveitar os dez minutos restantes para colocar alguns pontos que me parecem não foram suficientemente abordados e quiçá representem uma contribuição à Comissão de Relações Exteriores da Câmara, para que o mundo acadêmico brasileiro, que aqui está, possa trabalhar com essas idéias.

Em primeiro lugar, parece-me que há um problema político fundamental, um problema de informação, uma falta de sintonização com os problemas de integração latino-americana, que talvez resulte do fato de que, no mundo de hoje, particu-

larmente na realidade do nosso continente, dos nossos países, estamos perplexos com problemas de emergência, com problemas conjunturais. Daí que estamos todos voltados, com toda a nossa capacidade, para resolver as questões da quinzena.

Ora, os problemas de integração não são problemas de quinzena. Por outro lado, também resolvem-se os problemas emergentes, no local, e os problemas da integração tornam-se muito mais amplos. Desta maneira, poderíamos dizer que nossos sistemas de decisão são carentes da capacidade de manejar modelos mais complexos. Este, fundamentalmente, é o problema. Em toda a parte, sente-se uma grande simpatia, um grande desejo de caminhar para a integração. Mas, em toda parte também se sente uma grande inaptidão para decidir problemas sobre os quais não estamos informados. E essa informação depende de tempo.

Disse, aqui, o ilustre empresário, Sr. Maluf, que podemos e devemos estimular o comércio e o risco dos empresários. Mas isto conduz muito pouco ao processo de integração; conduz à ampliação do comércio, o que se faria com essa integração.

Os problemas de integração são muito maiores: são problemas de decisão política, que precipitarão aqueles condicionamentos que reduzem os fluxos comerciais possíveis. Estes são os problemas, e as decisões são assaz complexas. E dependem de quem? Dependem dos países, e sempre ouvi na ALALC que ela está aberta para tudo, à disposição do desejo político dos Estados. É como a ALADI, que não é nada, não pretende nada, é simplesmente a institucionalização do ponto de encontro. Nós precisamos exatamente pensar, propor e caminhar para soluções. Sabemos que essas soluções dependem de diversos grupos sociais, das lutas políticas internas, do confronto entre os sistemas de poder de cada um dos países. Tudo isso se caracteriza internacionalmente no debate, no confronto entre os Estados. Quais são esses Estados, na América Latina? São de três ou quatro categorias: aqueles Estados que conseguiram, pela sua dimensão — nada mais do que isso: pela sua dimensão — condições superiores de diversificação econômica e de integração interna no sistema produtivo; aqueles que são intermediários e os pequenos, também chamados de menor desenvolvimento econômico relativo. E já agora, com a emergência do Caribe no universo latino-americano, temos a figura das micronações.

Inclusive eu estava conversando com o Dr. Abertal — e creio que é um desafio, inclusive um desafio teórico — sobre qual o modelo econômico e político que viabiliza uma grande constelação de ilhas dispersas no Caribe, com uma população total — se não estou enganado — de 4 milhões de habitantes, no processo de integração, quando o custo de transporte em pequenos volumes entre essas ilhas está muito maior do que o custo transatlântico dos portos distantes. São problemas técnicos de extrema importância, carentes de estudos e falta-nos tempo. Quem pode fazer isso? Os países que estão mais habilitados em matéria de recursos. Mas eles têm mil problemas, de imediato, e daí a responsabilidade dos países do chamado ABRAMEX, quer dizer, Argentina, Brasil e México, a que hoje se deve acrescentar, como potên-

cia emergente do petróleo, a Venezuela. Se esses países não assumirem uma decisão de liderança no processo, estarão traindo não apenas sua responsabilidade perante a América Latina, mas também o próprio futuro, que depende da solidariedade latino-americana.

Como mostrou Iglesias, com grande brilhantismo, não podemos deixar que a América Latina, enquanto aumenta seu poder, se distancie no que concerne à diferença entre os níveis econômicos dos Estados, tal como internamente está ocorrendo em nossos países, em termos sociais e em termos regionais. Realmente, temos aí, diante de nós, um problema de grande magnitude a considerar: a responsabilidade dos grandes perante os pequenos.

Outro ponto abordado por Iglesias e que me parece de extrema importância, sobretudo para ser focalizado no Brasil, é o daquele suposto conflito entre integração interna e integração multinacional externa.

Sempre ouvimos o argumento de que não podíamos realizar a integração latino-americana, porque nós, os países relativamente maiores, ainda temos 2 tipos de problemas de integração interna. Um deles é a integração funcional no sistema produtivo, porque cada país, com a política de substituição de importações, quer-se conduzir o mais próximo possível da autarquia — o que é realmente um absurdo; e não vou aqui comentar os aspectos econômicos do assunto. O outro é o da integração regional interna. Há o argumento de que será preciso, primeiro, resolver o problema do Nordeste — problema fundamental, hoje — antes de resolver o problema da integração latino-americana.

Ora, me parece esse um dos equívocos mais maléficos que há, porque inibidor de um processo de informação e de negociação externa, e absolutamente equivocada, pois, ao contrário do que supõem os que defendem tais idéias, a integração das regiões periféricas, que se deve fazer por participação e não por dependência, depende de que essas regiões periféricas, dentro das Unidades nacionais, tenham o máximo de oportunidades econômicas, e elas terão o máximo de oportunidades econômicas, na medida em que lhes for proporcionada maior abertura, não só no sentido de exportarem, mas, também, no sentido de importarem. Tanto assim que, para resolver problemas críticos, tivemos de socorrer-nos do artifício da Zona Franca de Manaus; do contrário, esvaziaria-se a Amazônia. Além disso, tradicionalmente nos socorremos do contrabando fronteiriço, que estende o comércio fronteiriço legal. Quer dizer, essa é a prova de que a região periférica, para se integrar internamente, precisa de oportunidades.

A integração interna não é, portanto, conflitante com a integração externa; pelo contrário, é complementar. A integração interna se favorece da integração externa. Mas é claro que o tema é muito complexo, e não vou massacrar os presentes

com um debate de ordem teórica, mesmo tendo este, a meu juízo, um conteúdo muito prático, que se pode ilustrar com uma série de observações concretas.

Quero acentuar que uma política aberta de colaboração está caminhando na América Latina, e, como mostraram os expositores da manhã de hoje, o grande êxito da ALALC foi realizar o ponto de encontro dessa colaboração que está marchando, conforme se evidencia, por exemplo, na superação de impasses como aqueles que estavam conduzindo a um divórcio entre Brasil e Argentina, ocasião em que tal colaboração foi extremamente frutuosa, extremamente importante. Ela pode, entretanto, conduzir, através dos acordos bilaterais, a uma magnificação de esforços em torno de objetivos concretos de comércio imediato entre os grandes países e, nesse caso, então, pode resultar algo como o extraordinário eixo Brasil-Argentina, de importância mundial, porém com o efeito político negativo, na América Latina, de distanciar Brasil-Argentina, ou ABRAMEX, do resto da América Latina, criando, portanto, problemas de ordem política extremamente sérios para o futuro do Continente como um todo e para o futuro dos países relativamente maiores.

Quero ainda acentuar a importância de um aspecto do enfoque social da integração, quer dizer, a integração não como objetivo para atender aos anseios das elites, mas como objetivo econômico maior dos nossos países, para atender à principal preocupação de todos os países latino-americanos, que é a preocupação de elevar os níveis de vida das nossas populações. Isso é extremamente importante.

Para finalizar, quero acentuar que alguns aspectos de ordem muito objetiva e muito imediata constituem entraves ao processo de dinamização dos fluxos do comércio entre os nossos países e que precisam, a curto prazo, de tratamento o mais intenso possível. Um deles é o problema do desajuste nas políticas cambiais. Sabemos o que é o “pingue-pongue” da balança comercial Brasil-Argentina. Ora a Argentina vem comprar tudo no Brasil, ora os brasileiros vão comprar tudo na Argentina, simplesmente por um problema de câmbio. Isso é fator de desordem para os planos dos empresários.

Outro aspecto importante é o problema do financiamento das exportações. Hoje, temos capacidade ociosa na indústria mecânica, na indústria de bens de consumo duráveis e na indústria de consumo do Brasil, da Argentina e de vários outros países. Entretanto, não estamos em condições de financiar a utilização dessa capacidade ociosa. Poderíamos ter mais empregos, no momento, aliviando a extrema crise de emprego que está havendo atualmente em nosso País e transferindo financiamentos para os países latino-americanos, se tivéssemos possibilidade de competir com os grandes países industriais, cuja indústria mecânica também tem capacidade ociosa, e que têm uma grande fonte de financiamento, com os petrodólares.

Então não posso entender como estamos elevando de maneira preocupante o financiamento externo, sem aproveitar esse financiamento externo para financiar o comércio entre nossos países, o que poderia criar oportunidades extraordinárias de desenvolvimento para cada país e de integração entre todos. Nós nos endividamos mais para depender de fora do que para nos libertarmos de fora. Não tenho preconceitos contra o endividamento. Apenas me oponho à má utilização dos recursos gerados com o endividamento, porque foi e é a má utilização o motivo dos problemas de endividamento dos nossos países. Esse assunto é realmente fascinante.

JOÃO LINHARES:

Só depois de ouvir de outros colegas a confissão que me acanhava de fazer, de que, como eu, não são *experts* no assunto deste Seminário, é que me entusiasmei a fazer uma rápida análise sobre esse apaixonante tema, que, acima de tudo, angustia e oprime os países latino-americanos: a falta de uma verdadeira integração econômica entre países que têm tudo para se unirem e se identificarem, porque povos irmãos pela cultura, pela proximidade e pelos mesmos anseios de libertação econômica e política.

O Deputado Raimundo Diniz, Presidente da Comissão Interparlamentar, disse que falava como advogado. Eu embora sendo advogado, quero falar mais como homem do interior de Santa Catarina, que é a minha região, denominada celeiro agropecuário daquele progressista Estado.

Sou um curioso de assuntos econômicos e procuro me inteirar de problemas da economia internacional, buscando caminhos que possam melhorar a difícil e aguda crise econômica que abala o nosso País, quase que ferindo sua própria soberania.

Tenho lido — e o mundo inteiro sente — que a economia mundial tem um marco divisório: antes de 73, quando começou a crise do petróleo, pelo aumento exacerbado dos seus preços, e depois daquela data. Os países industrializados imediatamente se armaram de instrumentos e de meios legais para vencer aquele fato excepcional, extraordinário.

Criou-se um protecionismo, uma série de medidas que minimizaram e amenizaram bastante a crise do petróleo, e nós, da América Latina, continuamos desarmados, não sei se por preconceitos que se tornam mais absurdos quando existentes entre povos irmãos, ou se por despreparo nosso, ou por uma histórica dependência dos países industrializados.

Não copiamos dos países desenvolvidos as medidas, os expedientes de que se valem, e continuamos quase que ilhados, afastados uns dos outros, voltados sempre

para o mercado do Norte e esquecendo nosso mercado, falando em cooperação e solidariedade e nunca nos integrando.

Li, recentemente, um estudo rápido, mas interessante e profundo, do Professor Eduardo Conesa, que hoje nos brindou com a sua intervenção, bem como escutei atentamente a posição do Professor Enrique Iglesias, e preocupei-me mais com nossa postura, no meu entendimento, passiva, porque o continente latino-americano vive falando em tratados, realizando convenções e acordos, criando organismos e, hoje, eu soube de um fato que desconhecia: desconhecemos as mínimas regras econômicas uns dos outros. Empresários brasileiros são surpreendidos por coisas corriqueiras dos países vizinhos.

Então, Professor Iglesias — e anotei a sua afirmação, porque me lembrou Ruy Barbosa — temos de passar das meras declarações heróicas para começarmos, como disse o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para a luta da integração econômica. O Ruy Barbosa da Terra do nosso Professor diz que “não bastam as palavras que nos empolgam, que nos entusiasмам e, às vezes, nos emocionam; é necessário que sejam acompanhadas de atos. Não bastam palavras escritas no papel, porque elas enchem prateleiras da diplomacia, e os países e os povos continuam vazios nos seus anseios de se integrarem, de alcançarem sua independência”.

Como homem do meio rural, fico a me perguntar por que a América Latina, como V. Sa. disse hoje, o maior potencial agrícola do mundo, continua desassistida, pisoteada, sacrificada. Quando queremos comercializar nossa produção agrícola e quando temos de importar produtos agrícolas, precisamos fazê-lo de cabeça baixa. Não é admitido, no mundo industrial e desenvolvido, nenhum incentivo aos nossos produtos primários. Chegamos ao cúmulo de vê-los transferidos para lá, para, depois, termos de comprá-los com o sacrifício das nossas poucas divisas, aumentando, então — vali-me da estatística constante de seu trabalho — nossa dívida para com os países exportadores, em pouco mais de 10 anos, em 600%. E quem se endivida torna-se cada vez mais dependente. Segundo a regra do mundo de hoje, o capital nunca procura filantropia; sempre procura lucro, e dívida nunca ajuda a redemocratização de um país, a sua verdadeira independência política e econômica, e também não socorre os povos desassistidos.

Os latinos-americanos fazem convenções regionais, procurando salvar pedaços da nação com que todos sonhamos e que não sei quando alcançaremos. Se os governos latino-americanos atenderem à proposição do Professor Abertal, talvez nos aproximemos mais da integração econômica e da nossa verdadeira independência. Mas temos de buscar a verdadeira integração econômica dos povos da América Latina para, assim, podermos negociar, ainda que em situação de inferioridade, mas pelo menos com maior dignidade.

Temos de promover negociações entre nossos povos, eliminar as barreiras que não há por que existirem entre povos irmãos. Aí está o seu trabalho, Professor Conesa, e aí estão vários trabalhos do Professor Enrique Iglesias, acusando exatamente estas fronteiras e barreiras que continuam a existir entre nós e que dificultam nossa integração, o que não ocorre na Europa: o Mercado Comum Europeu é uma casa única.

Aqui, somos compartimentos hermeticamente fechados. E dou um exemplo: nós queremos, Professor Conesa, regularizar o porto seco de exportação entre Bernardo de Irigoyen e Dionísio Cerqueira. É um local simples, que não tem grandes economias. Há dez anos enfrentamos uma barreira, que é mais de incompreensão e de predisposição, e que se opõe ao interesse dos dois povos irmãos, desejosos de se comunicarem livremente, como acontece na Europa, mas nós não podemos fazê-lo.

Permito-me, com todo o respeito, divergir da afirmação do Presidente Rômulo de Almeida — e como poderia eu, numa planície coberta de sombras, alcançar os píncaros iluminados em que S. Exa. se encontra? — para dizer que este Simpósio não é fruto da abertura: a Comissão de Relações Exteriores já realizou outros painéis entre povos estrangeiros, e esta Casa, mesmo com as restrições que até ontem lhe eram impostas, na legislação excepcional, e que ainda lhe são impostas pela prática, que não foi abandonada, do regime autoritário, é uma Casa aberta ao povo brasileiro e aos povos das nações amigas que queiram conosco buscar soluções, para fazer valer, acima de tudo, o bem-estar de suas comunidades.

Não gosto de basear-me em estatísticas de crescimento, porque muitas delas recomendam a economia latino-americana, mas são derrubadas por terra quando o Professor Iglesias faz referência aos milhões e milhões de irmãos nossos que permanecem na mais absoluta miséria, sem alimentos, sem educação ou assistência. Crescimento e desenvolvimento, para mim, são duas coisas diferentes.

Muitos países apresentam índices de crescimento econômico que não são oriundos de seu trabalho nem de suas riquezas, mas do capital importado, e muitas rendas “per capita” obtidas na divisão do produto nacional mostram um índice, mas escondem os milhões de que não têm acesso nem a 10% desta renda. Concordo com o Deputado Aluízio Bezerra, quando quer que, junto com a integração econômica e paralelamente a ela também seja colocada a valorização social de cada país.

Sr. Presidente, minha exposição se alongou além do tempo que o Deputado Rogério Rego me pediu que usasse; é que, homem do povo, falando sobre um assunto que não conheço, eu me absorvi revelando os sentimentos de minha gente, e que talvez pareçam ingênuos — e só peço que sejam recolhidos como um depoimento — mas ingênuo também foi a descoberta da lei da gravidade, através da queda de uma maçã. Então, nem sempre a ingenuidade, a simplicidade do argumento deve ser tida como erro, ou considerada divorciada da realidade.

Quero encerrar as minhas palavras buscando no pensamento e na mensagem de Eduardo Conesa, o que espero que nenhum diplomata nem tecnocrata esqueça: “É imperioso, pois não frustrar as expectativas de maior bem-estar de nossos povos. O caminho para eles é a verdadeira integração”.

Aspectos Políticos da Integração Latino-Americana

FELIX PEÑA:

Vou referir-me a aspectos políticos da integração, tema que, segundo creio, pode e deve ser tratado neste momento, aproveitando-se a experiência de Madeleine quanto à integração ou a tentativas de integração econômica na América Latina e a mais de 30 anos de integração econômica na Europa.

De algum modo, essa experiência nos permite agora discorrer sobre os aspectos políticos da integração e, de algum modo, purificar o tratamento do tema integração, retirando-lhe o véu dos falsos dilemas a que se referiu Enrique Iglesias e também de falsas expectativas.

Este esforço no sentido da análise dos aspectos políticos da integração pode ser considerado algo intimamente associado a um saudável esforço no sentido da política em geral, ou seja, no sentido de desmistificar certos temas, para permitir que se chegue ao seu real valor.

Falar de aspectos políticos é falar de poder, e é sob essa ótica que iremos fazer nossa análise. O tema do poder, com relação à integração, se situa pelo menos em dois níveis. Vou começar pelo primeiro nível. Estou certo de que, com muito mais autoridade, Eduardo Fernandez poderá falar do segundo.

O primeiro nível diz respeito à integração e às relações de poder entre Estados. É a ótica internacional. O segundo nível, de grande importância, é o das relações de poder dentro do Estado, do impacto político interno causado pelo compromisso de um país de participar de um processo de integração.

Ao falar do primeiro nível, reputo muito importante inserir esta reflexão nos atuais quadros internacional e regional, já que, no caso contrário, seria muito difícil, senão impossível, entender o chamado processo de integração da América Lati-

na e toda a revolução conceitual e instrumental ocorrida nos últimos anos em torno do próprio conceito de integração e dos meios através dos quais atingir a integração.

Esta revolução conceitual e instrumental, até certo ponto, responde às mudanças operadas no quadro regional e internacional onde se insere nossa força de integração latino-americana.

Muitas das reflexões que farei são válidas para o concerto e o tema da metodologia de integração econômica de toda a América Latina, porém não são totalmente válidas para as experiências sub-regionais. Precisamente pelas características das sub-regiões, por suas dimensões, muitas destas considerações não são totalmente válidas.

Quanto ao quadro regional e internacional no qual inserimos nossa análise, vamos apresentar um painel dos grandes fatos, destacando aqueles que apresentem mais incidência nessa mudança conceitual e instrumental.

Eu indicaria, fundamentalmente, três grandes fatos que considero importantes. Em primeiro lugar, é que estamos vivendo, desde há alguns anos, uma profunda crise de redistribuição do poder mundial, crise esta que existe na essência da atual situação política e econômica internacional, e que produz pelo menos três efeitos talvez interessantes para nossa análise.

Em primeiro lugar — consta de um trabalho recente de Celso Lafer — há vários anos se observa, e de forma crescente, uma separação entre a ordem internacional, isto é, os princípios, os mecanismos, os valores, as normas que, de algum modo, resultaram das relações internacionais do período pós-guerra, e o poder, isto é, o modelo de distribuição do poder internacional. Está em crise de legitimidade determinado órgão internacional; está em processo de busca daquilo que se pode definir como uma nova ordem política e econômica internacional, que não será, por certo, o resultado de decisões que se possam adotar no plano formal, porém da nova distribuição do poder internacional. A crise de legitimidade, não só de princípios, de valores, mas de idéias advindas do período posterior à II Guerra Mundial, também causa impacto nas idéias que penetraram na América Latina nesse período e que precederam, de algum modo, o desenvolvimento das relações de cooperação e integração da região durante a década de 60 e boa parte dos anos 70.

O segundo efeito que acredito importante no que concerne à crise de distribuição do poder é que ela cria mais espaços políticos para os países — em particular os países em desenvolvimento — se movimentarem no sistema internacional, aproveitando, em parte, contradições internas muito agudas ocorridas no segmento norte do sistema internacional e que não são produto de um confronto industrial e tecnológico entre os grandes centros de poder econômico mundial. Esse espaço se obser-

va, por exemplo, no que diz respeito à capacidade de adquirir processos tecnológicos, inclusive em avançados setores do desenvolvimento econômico e científico de nossos países.

Esse maior espaço produz, por sua vez, um efeito: o de acentuar a multiplicidade de alternativas no âmbito do sistema internacional — multiplicidade de opções. Portanto, a multiplicidade de afinidades pode ser adquirida nos diferentes clubes do sistema internacional. O sistema tolera-o, porque não pode evitá-lo. Talvez as grandes potências desejem evitá-lo e voltar ao mundo bipolar, em que a definição de idéia de adversário se apresentava de forma muito evidente.

Ora, a possibilidade de multiplicidade de afinidades internacionais causa impacto também no desenvolvimento das relações de integração e cooperação na América Latina, já que esta nova situação internacional cria para nossos países a possibilidade e, em certos momentos, a necessidade de ampliar ao máximo suas aquisições no sistema internacional, sem afiliar-se a clube algum. Assim, há países de nossa região que jogam simultaneamente, e de forma legítima, em diversos tabuleiros do xadrez internacional, porque, desse modo, podem, por um lado, tirar mais proveito dos efeitos da crise, ou, por outro, defender-se melhor, caso a crise lhes cause problemas de sobrevivência política ou econômica.

O terceiro efeito é — e está ligado ao que acabo de dizer — que toda esta crise aumentou, para nossos países, o desafio do exterior, e, em geral, questionou, em alguns casos, não tanto a sobrevivência como unidade autônoma do sistema internacional, porém a viabilidade de projetos nacionais, em termos políticos e econômicos. Na verdade, a crise de energia é visível em muitos de nossos países. Isso cria um instinto de sobrevivência e obriga-nos a privilegiar, acima de tudo, as medidas a tomar para nos defendermos dos efeitos da crise, o que motiva o comportamento dos países, a curto prazo. Num momento de crise, os países se preocupam mais — e devem e precisam preocupar-se mais — com os problemas de sobrevivência a curto prazo. Isto influi, portanto, sobre as relações de integração e cooperação, pois os governos têm muito mais dificuldades em apor suas assinaturas a convênios que estabeleçam programas relativamente rígidos — ou considerados rígidos, seja por esse contexto internacional, seja pelas conseqüências do contexto internacional — que predeterminem, em prazos e metas, o comportamento das relações recíprocas entre grupos ou países durante um prolongado número de anos. Compromissos desse tipo eram assumidos, nos anos 50 ou 60, entre os países das comunidades européias. Não estou fazendo juízo de valor. Talvez as coisas não sejam exatamente assim. Estou simplesmente dizendo que, neste momento, é muito difícil que um governo assuma juridicamente um compromisso que o obrigue, por exemplo, a certas responsabilidades daqui a 5 ou 10 anos.

O segundo grande fato do quadro internacional que desejo referir — neste caso, do quadro regional — e que é relevante para a análise política da integração, é

o que eu chamaria a perda de marginalidade da região para cada um de nossos países, ou, dizendo de outra maneira, a revalorização da região para cada um de nossos países, em função de seu desenvolvimento, em função de sua participação internacional, em função de sua melhor defesa diante da crise internacional. Essa revalorização se mede em termos de mercados, quer dizer, da escassez dos mercados. Sendo os mercados mundiais fator escasso, isso fará valorizar os mercados regionais de recursos naturais — o petróleo, por certo, mas não exclusivamente — e a região como fonte de modelos. Temo-nos acostumado, nos últimos anos, a modelos oriundos de outros países. Agora, volvemos os olhos a outros modelos econômicos e políticos. Somos muito mais permeáveis aos modelos regionais. Não podemos, portanto, ser indiferentes à sorte dos modelos regionais. Do ponto de vista da vida econômica, precisamente como consequência da crise econômica internacional, a região, de algum modo, é considerada um espaço de segurança econômica que permitirá a sobrevivência, a longo prazo, de comunidades importantes do sistema internacional de nossos países.

Todas essas são razões de integração latino-americana, porém uma integração que não se explica apenas como resposta à situação internacional e não se mede pelo aumento ocorrido no comércio, uma integração que responde a forças profundas que, em minha opinião, vão continuar apelando, nos próximos anos. Mesmo que não façamos absolutamente nada para que haja mais integração na América Latina, vai haver. Haverá mais comércio, mais gente na tecnologia, mais gente nas divisas de capital, mais troca de idéias, mais circulação de pessoas, em parte por ter surgido um mercado latino-americano, mas em parte surgiu um mercado latino-americano porque surgiu ou se acentuou o desenvolvimento dos países médios da região, os quais se transformaram em demandantes de bens e serviços que podem ser fornecidos entre outros, pelos países maiores, mais industrializados da região, e também por outros que não são da região, mas que têm profundo interesse na região, por motivos culturais, políticos e por certo econômicos.

Esse fator que creio se vai inserindo — o aparecimento de um poder de compra regional nos países médios, fundamentalmente os andinos — é um fator geral básico que quero detectar deste quadro internacional e regional, por seu efeito na integração latino-americana, que é o da mudança da distribuição do poder relativo dentro da região.

Se tomarmos o que significaram a Argentina, o Brasil, o Chile e o Uruguai, em termos de comércio inter-regional, na década de 50, ou do Produto Internacional Bruto, e compararmos com o que significam em 1980, observaremos que realmente houve uma mudança no peso relativo dos diferentes países que compõem a região. Houve quase uma acomodação das cargas regionais e das possibilidades regionais.

Creio que dois fatores incidiram e vão continuar incidindo na mudança na distribuição do poder regional. Esses dois fatores são, em minha opinião, o fator petróleo e o fator andino, e estão, em parte, vinculados. Seria, porém, erro grosseiro supor que o Grupo Andino se explica apenas pela capacidade de produção e exportação de petróleo da Venezuela, do Equador, inclusive do Peru, e por certo, da Colômbia, da Bolívia. Em geral, todos os países andinos estão em boa situação no que concerne à energia.

O fator petróleo e o fato de pelo menos três países da região permanecerem em torno do petróleo, produziu e vai continuar produzindo seu efeito, não só na distribuição do poder relativo da região, como também na forma utilizada pelos países da região. Esses três países que giram em torno do petróleo, em suas decisões nacionais, e que não podem prescindir do fator petróleo, por motivos diferentes, são México, Venezuela e Brasil, dois deles porque lhes sobra, um deles porque lhe falta.

O fator andino inseriu-se na distribuição do poder relativo da região não tanto pela existência do andino. Talvez o andino se explique precisamente porque se produziu mais desenvolvimento e tomada de consciência do poder relativo em vários países andinos. Quer dizer que o andino tem mais peso porque os países que o compõem têm mais peso. Isso, por um lado; por outro lado, é certo que desde o próprio início da profunda adesão política ocorrida, em certo momento, Eduardo Frei e Carlos Veras Restrepo compreenderam que o andino era uma forma de aumentar seu poder de negociação na região, e o reconheceram no dia em que, em 1969, em junho, na ALALC, conseguiram “forçar a mão” de vários de nossos países para obter uma declaração de compatibilidade. Eles aprenderam que tinham poder de negociação e desde então passaram a exercê-lo.

Isso não implica, por sua vez, juízo de valor sobre se o andino está agindo mal. Por outro lado, este não é um assunto que diga respeito à política. Esse é outro problema, qual seja, a análise política. O andino é um fato. O importante é que o andino reconheça e seja reconhecido como interlocutor válido pela Comunidade Econômica Européia, pelos Estados Unidos, pelos países maiores da América Latina. A Argentina desde o início deu seu apoio ao Grupo Andino, por considerar que realmente o Grupo Andino representava uma nova realidade de poder na região.

Na Nicarágua, por ocasião da queda de Somoza, o Grupo Andino teve oportunidade de mostrar que se havia transformado em fato político.

Um tema que seria preciso debater é o fato de se pensar que o andino não era antes um projeto político, mas agora o é. O andino sempre foi um projeto político, porque seria inimaginável um processo de integração que não fosse concebido como projeto político, mesmo que a ênfase esteja colocada, no primeiro momento, no econômico, como método de acrescentar poder político dentro da região, em rela-

ção aos países do mundo industrializado, e num segundo momento, especialmente no período da Resolução 24.

Este quadro internacional e regional, apresentado sem grandes acontecimentos, é completamente diferente do que existia nos anos 60. Apesar disso, explica as mudanças conceituais e instrumentais que se estão verificando em torno do tema da integração.

Quero referir-me muito rapidamente à mudança do próprio conceito de integração definido quanto ao objetivo a alcançar — o objetivo político — e, em seguida, à mudança quanto à metodologia.

Com referência ao próprio conceito de integração, nos anos 60 estava muito ligado à idéia de união econômica, de união política, e refletia o estado de conhecimento e de evolução das relações de integração na América Latina e no resto do mundo, em particular na Europa. É lógico que se apresentasse dessa maneira. Hoje em dia — é talvez uma interpretação pessoal que me vem quando vejo que todo o mundo fala de integração — a integração é algo que, no fundo pareceria igual para todo o mundo, porém cabe observar que quem fala em integração está imaginando coisas diferentes. É muito difícil haver quem fale contra a integração: os governos se declaram a favor da integração. Encontra-se quem fale mal da integração, mas não sabe se se está dando à palavra a mesma acepção. E qual seria o denominador comum de todas as acepções da palavra integração, sobretudo quando é utilizada por pessoas responsáveis, pelos estadistas, pelos políticos, pelos governos, pelos técnicos? Imagino até que ponto não se está pensando da mesma maneira como se pensava e que de algum modo gerava o primeiro processo de integração consensual da História Contemporânea, que é a integração européia. Creio que muitas vezes os integradores europeus pensaram fundamentalmente numa nova federação européia, nos Estados Unidos da Europa. Isto foi, indubitavelmente, parte da luta política e da apresentação, ante a opinião pública, da legitimação política da idéia de integração. Observando de modo mais profundo, nós nos damos conta de que o que estava presente era a idéia de que há outra América Latina, a atual. Havia-se chegado, na Europa, a um nível muito alto de interdependência. Acredito, inclusive, que o atual nível de interdependência na América Latina é inferior ao existente na Europa antes dos anos 50. Esquece-se — é elementar, mas esquece-se — que interdependência não é sinônimo de integração. A interdependência pode ser e é ambivalente, de hábito, já que, com todas as relações sociais, tem elementos de conflito e de cooperação. O que aconteceu na Europa foi que a interdependência havia sido essencialmente conflitante, e creio que o gesto político genial de Mollet, dos anos 50, foi encontrar uma metodologia que se adaptasse ao destino político negativo da interdependência européia. Se V. Exas. forem à essência do pensamento de Mollet, no Plano Schuman e no memorando que precede o Plano Schuman, encontrarão a famosa frase “reverter à tendência secular para o conflito”, e ela se encontra no memorando, num tema que Mollet apresenta de um modo, apresenta-a de outro mo-

do outro gênio, que foi De Gaulle, que é o do papel histórico da Europa diante das duas grandes hegemonias. Era necessário reverter à tendência secular para o conflito, construindo com uma metodologia que gera — era o pensamento de Mollet — um só acordo de interesses, a fim de assegurar um papel histórico à Europa ante a emergência das duas grandes hegemonias.

De algum modo, penso que o político latino-americano percebe os perigos pelo faro, capta que o nível de interdependência a que já chegou a América Latina tanto pode ser fonte de cooperação como fonte de conflito. Nada mais perigoso para a saúde de determinado sistema internacional, como o latino-americano, por exemplo, que um excesso de interesse pelo mercado, pelos recursos naturais, pelo que a região possua de valor. Isso pode levar tanto ao conflito como, se inserido em outro espírito, em outra visão de conjunto, a um sistema de interdependência essencialmente cooperativo.

Em última instância, o denominador comum dos diferentes usos da palavra integração, sobretudo nos meios políticos, é o repúdio à idéia de desintegração da região, é a decisão de que, de algum modo, através da metodologia mais acertada, é necessário dar um cunho predominantemente cooperativo à interdependência latino-americana e repudiar historicamente a possibilidade de fragmentação da região.

Esta idéia de integração do mínimo, associada à de independência cooperativa, torna compreensível todo o debate político em torno da integração atualmente vigente na região. E, conforme esta idéia, cabem, em particular para suas regiões, os conceitos e as instrumentalizações das integrações do máximo, associadas ao conceito mais clássico de integração econômica e inclusive de integração política.

Quanto às mudanças na metodologia, pensa-se que, durante os primeiros 20 anos de integração, a metodologia estava muito centrada nos processos formais de integração. Isto em parte é certo, em parte, não. Em parte é certo porque, na instrumentação jurídica da integração, havia dois ou três processos que supunham que, de algum modo linear, chegaríamos, algum dia, à integração econômica, associados às fórmulas clássicas de integração econômica — zonas livres de comércio, união aduaneira etc. Em parte isto não é certo, porque a realidade logo começou a mostrar que os países não se limitavam a essa proteção jurídica que foi preciso adotar nos anos 60, em grande parte pelo fator prejudicial em que se constituía o artigo 24 do GATT, segundo o qual, a fim de ajustar-se às imposições do GATT, um convênio de integração, de tratamento preferencial entre países em desenvolvimento, teria de adotar a fórmula de zonas de livre comércio e de união aduaneira. Esse processo, na realidade ilegal, culmina com a renovação jurídica que significa, por um lado, a criação do SELA, no multilateral, e, por outro lado, a reestruturação da ALALC em ALADI. Essa reestruturação, por sua vez, significa legalizar o que estava sendo feito sob forma de contrabando; significa transformar em oficial o que

se estava fazendo em paralelo; significa, utilizando uma expressão comum em nosso país, pelo menos, “blanquear” — limpar — a integração paralela, oficializá-la.

Se retrocedêssemos aos anos 60, entretanto, verificaríamos que, naquela época, os que pensavam na integração da América Latina já sabiam que, no que concerne à metodologia, o caminho que estamos seguindo agora era o caminho certo.

Quero citar dois grandes estadistas do meu país que, embora muitas vezes com pontos de vista opostos, muito influíram na integração econômica da América Latina. Um deles é Prebisch. Se analisarmos o pensamento de Prebisch sobre a preferência latino-americana, exposto num excelente artigo publicado por Germánico Savión, na revista CEPAL, faz dois anos, verificaremos que o pensamento da CEPAL, com relação ao sistema de preferência latino-americano, tem muito mais que ver com o que hoje em dia é a ALADI do que com o que foi a ALALC, que, definitivamente, sofreu, entre sua criação e sua realização final, o prejuízo que isso significou, como eu disse antes, e terão de adaptá-la às necessidades do GATT.

Outro estadista é Frondizi, que, como Presidente eleito da Argentina, pronunciou três discursos simbólicos, em lugares também simbólicos: no Rio, em Montevideu e em Santiago. Creio que este tema está presente nos três discursos, mas sobretudo o de Santiago apresenta toda uma filosofia sobre o porquê e o como da idéia de integração latino-americana, uma visão política da realização dessa integração e de sua metodologia. Se analisarmos a metodologia que hoje em dia se aplica, seja com o SELA, seja com a ALADI, com os acordos bilaterais, com a integração por projetos, veremos, nessas quatro ou cinco páginas dedicadas ao tema da integração, que o pensamento de Frondizi corresponde ao que neste momento está ocorrendo na realidade da integração latino-americana.

Estou querendo dizer, com estes dois exemplos, que os que pensaram, nos anos 60, na integração da América Latina não estavam muito longe — ao contrário! — da forma que hoje em dia se vem desenvolvendo ou se pensa em desenvolver nesse sentido. O que acontece é que, nesse ínterim, aprendemos e estamos de volta a caminhos que muitas vezes seguimos, como no caso do Tratado de Montevideu, porque fatores externos de algum modo nos obrigam a segui-los, mas, além disso, porque o quadro internacional que antes mencionei de alguma maneira está possibilitando algo que, naquele momento, não era tão viável quanto o é agora.

O tempo começa a faltar-me, mas desejo ainda assinalar que, nesta mudança de tecnologia e nesta aceitação da multiplicidade de meios para levar adiante a integração, é necessário ter em conta dois aspectos que não podem deixar de ser considerados. O primeiro aspecto é aprofundar a idéia da preferência latino-americana — é o tema da ALADI, que, eu diria, está potencialmente exposto — é aprofundar a idéia de preferência latino-americana, não somente no sentido de preferência comercial, senão no da racionalidade econômica e a política, de um

tratamento diferencial no econômico e no político, entre os latino-americanos, o porquê, até aonde, com que limites, já que não esqueçamos o que ficou assinalado antes, a multiplicidade de acepções, de abertura de nossas raízes de relações internacionais.

Aprofundar a idéia de preferência latino-americana é um tema que me parece fundamental. Todo o mundo se organizou em áreas preferenciais. A comunidade amplia, através de seus mecanismos, a idéia de uma preferência comunitária vertical. Este é um tema pendente na América Latina. Está incipiente em compromissos multilaterais. É preciso aprofundá-lo.

O segundo tema, que, de certo modo, foi mencionado na brilhante exposição do Ministro Saraiva Guerreiro, na sessão inaugural deste Seminário, é o tema da visão de conjunto, de conseguir e manter uma visão de conjunto. Pela multiplicidade de meios, isso pode ser, em determinado momento, contraditório à idéia de uma interdependência administrável, e pode levar, sem que se queira, a uma fragmentação, a uma dispersão, a uma luta para ver quem faz o melhor e mais rápido convênio bilateral.

Se tudo isso não se insere numa visão de conjunto, é uma visão que deve ser política, que deve ser histórica, que deve ser global, que deve aprofundar as raízes culturais da visão de conjunto latino-americana.

Apesar de termos mais flexibilidade, mais multiplicidade de meios, mais realismo etc., corremos o risco de os resultados serem negativos como se não tivéssemos todo este instrumental operativo em nossa região.

Eu queria falar muito rapidamente da relação entre o Estado nacional e integração. Trata-se simplesmente de apontar duas ou três idéias que são parte do debate político da integração em nossos países e também do debate político da integração nos últimos dez anos. São idéias que surgem da experiência, e não só da experiência da América Latina, mas da experiência histórica de outras regiões.

Em primeiro lugar, não devemos esquecer uma lei de ferro em assuntos políticos e de política internacional. Podemos chamá-la o princípio da função supletiva dos mecanismos internacionais. Na prática, um país combina fazer algo com outro, ou combina fazer algo recorrendo a mecanismos internacionais, quando for absolutamente indispensável. Muitas vezes trabalhamos com a idéia oposta, de que o racional ou normal é o multilateral e de que só os organismos internacionais permitem aos nacionais resolver problemas globais, inclusive da humanidade, não só das regiões. Isso talvez esteja certo no campo teórico. No comportamento político concreto, a experiência nos mostra que os países aplicam o princípio da função supletiva, e se não o fazem quanto aos textos políticos, fazem-no na prática, transforman-

do os textos políticos numa expressão de cinismo legislativo ou de utopia legislativa. Sem dúvida, a realidade se encarrega de colocar as coisas em seus lugares.

O segundo ponto a levar em conta é que nenhum país, nenhum político, nenhum estadista concordará em ceder, em matéria de poder e em matéria de controle de interesses nacionais. Não quer isso dizer que não seja viável a integração formal no estilo Comunidade Econômica Européia ou do Grupo Andino, ou que não sejam viáveis os pactos internacionais. Isso significa que um país procurará fazer com que, na letra ou no espírito dos fatos, o que se decide e o que se aplica responda ao seu interesse nacional, o que faz com que a idéia vinda da relação Estado ou nação-integração ou pacto de integração possa resolver-se, na prática, na medida em que se aplique a fórmula que tão bem aplicou Mollet, desde o começo, na integração européia, e que é a fórmula de concertar os interesses nacionais e a mecânica, razão de ser dos mecanismos institucionais de integração, de concertar, em todo momento, as decisões, de maneira que respondam realmente aos interesses nacionais, isto é, de maneira tal que a reciprocidade de interesses que justificou o pacto inicial se mantenha através do tempo. No momento em que se fere a reciprocidade de interesses — demonstrou-o De Gaulle na crise de 65, e também nós tivemos experiência na América Latina — o país, com o desequilíbrio produziu na reciprocidade de interesses, termina bloqueando o processo de integração ou retirando-se dele. Estes são comportamentos concretos, seja qual for o juízo de valor que se possa fazer deles.

Daí por que — e é o último ponto a abordar, com referência a este aspecto — jamais acreditei na supranacionalidade. Para mim, a supranacionalidade não existe, é um conceito equívoco, errôneo, do ponto de vista jurídico, pelo menos na acepção que lhe foi dada, e não existe nem existiu nenhum mecanismo institucional e político, no processo de integração contemporâneo, que responda ao que se pensa que possa ser uma fórmula de supranacionalidade. E por supranacionalidade se entende ceder competência, ceder poder ao órgão que esteja acima dos Estados para dar um passo muito além da federalização política. Digo que isto não existe nem existiu no processo contemporâneo de integração, porque os Estados mantiveram dois fatores que são a negação da supranacionalidade entendida desta forma, isto é, o direito de secessão e o monopólio da coerção. Esta, a essência, em última instância, da política que os Estados mantêm: “Nada se faz se não estou de acordo.” Esta a fórmula que, na prática, os Estados aplicam. Por isso, a supranacionalidade é um processo equívoco que criou uma imagem equivocada e gerou um debate que foi profundo, mas que, hoje em dia, é necessário rever, partindo de uma definição correta do que são as relações políticas e institucionais entre os órgãos de integração e os Estados nacionais. Imagino que sejam relações — para usar uma analogia do Direito Comercial — como a criação, por parte dos Estados, de uma filial conjunta para executar tarefas específicas. O problema é que, muitas vezes, os gerentes da filial conjunta se esquecem de que se trata de uma filial conjunta e acreditam que os

Estados criaram uma sociedade de sociedades, um *holding* que determina o que fazem as sociedades filiais.

Creio que esta figura permite ilustrar a realidade da relação correta entre Estado nacional e organismo de integração e permite — demonstrou-o Halsten, a Comissão Halsten, em sua crise de 1965 — ilustrar algumas tentações que possam ter os tecnocratas apátridas, irresponsáveis, que estavam em contradição, porque jamais foram totalmente tecnocratas, nem apátridas, nem irresponsáveis, com a tentação de criar uma sociedade *holding*, um organismo supranacional.

Ao terminar, Sr. Presidente, deixo aqui um tema que será talvez retomado por Eduardo Fernandes, o tema da integração e da política interna. Imagino temas como o da transferência da estabilidade nacional para os processos de integração; a integração como forma de limitar as radicalizações políticas internas, casos europeus interessantes, como o da Espanha, por exemplo, o modo como a política espanhola foi influenciada pela necessidade de adaptar-se ao tempo político e econômico das comunidades. Isso também ocorreu na América Latina. É mau gosto político da integração, sobretudo quando medida pela criação de empregos ou em cessão de empregos.

Duas conclusões, também políticas: primeiro, creio que estamos ante uma nova forma de conceber as relações econômicas dos países latino-americanos, que apresentam um desafio intelectual e político interessante, capaz de influir muito em outro tema da política interna de integração — a motivação, a política básica de integração. Muitas vezes, surgem convênios interessantes que não se revestem de aparências políticas que os tornem atraentes. Falta-lhes mística. As pessoas da década de 60 sabiam dar mais mística às idéias, que ora se apresentam sem a roupagem política. Sua retórica não penetra na opinião pública. Uma forma de dar entidade política aos esforços de associação para o desenvolvimento dos países latino-americanos — e efetivamente é disso que falamos quando falamos em integração — é apresentar o tema de que a América Latina, pelo menos no campo de que estamos tratando, que é o da ótica internacional, tem uma grande oportunidade de demonstrar que algo que não foi possível em outras regiões é possível na América Latina, isto é, relações entre Estados desiguais sob modelos distintos daqueles que caracterizam as relações Norte-Sul. Este é um tema apaixonante, porque, às vezes, as contradições são demasiadamente evidentes entre nossa atitude diante do mundo do Norte e nossa atitude diante do mundo do Sul, uma vez que estamos dentro do mundo do Sul. Não se trata de problema nem de filantropia nem de justiça internacional que seja importante considerar por se estar fazendo uma análise do poder; trata-se da coerência ideológica e estratégica da região ante os países industrializados e de demonstrar na prática a possibilidade de encontrar modelos de relações entre Estados desiguais que sejam viáveis e que tendam, a médio e longo prazo, a alterar, dentro do factível, as desigualdades. É um tema.

A segunda conclusão é que creio que a experiência dos anos de integração latino-americana nos leva a pensar que é necessário resistir, rechaçar, defender-se, entre outras, de três tentações que não são funcionais a esta idéia de interdependência administrável latino-americana, não são funcionais ao quadro internacional atual, nem são funcionais, inclusive, a nossas realidades políticas internas, eu diria.

A primeira tentação é a tentação da solidão, em muitas manifestações. Pode ser uma solidão defensiva, pode ser uma solidão de gueto — encerro-me para defender-me — pode ser uma solidão pretenciosa — não necessito do resto. O mundo atual não tolera solidões. Houve uma escolha política importante para a integração européia, e 30 anos depois, surgiram duas coisas que demonstram o gênio político de Mollet e de Schuman, e logo que foi recusada, para se adotar a linha francesa: a tendência secular ao conflito sofreu reversão, e seria inimaginável, inclusive neste momento, um conflito na Europa Ocidental, e isso se transformou numa espécie de elemento de garantia de estabilidade, pelo menos do mundo industrializado.

A segunda coisa que se conseguiu foi dar à Europa um lugar importante na política internacional, como conseqüência da crise internacional, entre as duas grandes potências, e importante pelo crescimento das lideranças políticas legítimas, fortes e imaginativas na França e na Alemanha. O paradoxo histórico da integração européia é realmente apaixonante.

A segunda tentação a que é preciso resistir é a das Santas Alianças, de bons ou de maus, de democratas ou de autoritários, de menos democratas ou de mais democratas, de menos autoritários, seja qual for a mistura para justificar ou legitimar as Santas Alianças.

Creio que os convênios multilaterais firmados recentemente — de um lado o SELA, de outro, a ALADI — não só reconhecem como simbolizam a factibilidade de uma visão de conjunto dentro de uma heterogeneidade política e ideológica latino-americana.

A terceira tentação — e com esta termino, Sr. Presidente — é a tentação das mistificações. Termino com o assunto com o qual comecei, quer dizer, com o fato de se atribuir à integração mais do que a integração pode dar, seja de positivo, seja de negativo. É a ambição westerniana, a ambição do Western americano, que uma integração econômica da América Latina deve, hoje em dia, ser superada politicamente, para que se chegue à hora da verdade em matéria de integração.

Comentários

OSCAR HECTOR CAMILLIÓN:

Desejo fazer menção a dois ou três dos pontos assinalados por Felix Peña. Um deles refere-se especificamente à necessidade de distinguir entre interdependência e integração. O outro é a resistência natural dos Estados diante de determinados aspectos do processo de integração, na medida em que reservam o monopólio da coação e evitam qualquer possibilidade de decisão de assuntos que lhes interessem, em virtude de fatores que, em última instância, se vinculam a aspectos práticos ou a conseqüências práticas da idéia de supranacionalidade.

Feliz Peña fez referência, aliás ligeiramente, ao conceito de soberania. Evidentemente, a dialética da integração é a dialética de como se coadunam com determinadas realidades do nosso tempo as realidades das soberanias, as realidades dos Estados nacionais e territoriais.

Toda política, em última análise, é um processo de integração. A essência da política, desde os clãs até os impérios, foi a integração. Houve quem exagerasse, por certo. Schmen, por exemplo, da teoria política alemã, reduziu toda a política à integração como um processo, o que não é correto, porque acontece que os processos produzem formas, e é à custa das formas nascidas da vida, como diria Goethe, que os homens vivem, afinal.

Ocorre que, muitas vezes, a hipnose do processo de integração, no que concerne a determinadas necessidades latino-americanas, ao longo prazo, surgidas da idéia de interdependência, tende a obscurecer o fato de que a forma de vida continua sendo o Estado nacional territorial soberano, por um motivo muito simples: porque o Estado nacional territorial soberano não perdeu sua funcionalidade. A funcionalidade do Estado nacional territorial soberano continua sendo absolutamente determinante das razões de nosso tempo. Não é um capricho da ideologia do nacionalismo; é simplesmente a resposta à circunstância de que o modelo para o

desenvolvimento das relações sociais e econômicas de nosso tempo, particularmente de países como os da América Latina, continua sendo evitar danos.

O processo europeu — a reversão da tendência ao conflito e a transformação da tendência ao conflito em cooperação, imediatamente depois da Grande Guerra — em última análise, se devia à óbvia circunstância de que o Estado nacional, na Europa, na verdade não havia votado suas funções. Constituía um marco substancialmente pequeno, substancialmente estreito para desenvolvimento das possibilidades existentes nas sociedades industriais européias. Era uma resposta lógica à conjuntura dos anos imediatamente posteriores à guerra. A genialidade de Mollet constituiu simplesmente em reconhecer a funcionalidade de uma idéia que partia da premissa de que o Estado nacional, na Europa, havia chegado a certos limites.

Na América Latina, entretanto, não ocorreu o mesmo; ocorreu exatamente o oposto, isto é, que não existem tendências existenciais, por assim dizer, ao conflito. O conflito permanente não é um fato da realidade latino-americana. Tivemos e temos problemas, na América Latina, mas não temos polêmicas, não temos inimigos existenciais que negam nosso próprio ser e modo de existência política, por assim dizer. Este fato pacífico da convivência latino-americana, ao contrário que ocorre na Europa, é, paradoxalmente, acompanhado da circunstância de que a interdependência, latino-americana se apóia na ampla funcionalidade de que dispõe o Estado nacional para cumprir suas funções de integração dentro do território. A possibilidade de integração do Estado nacional surgiu no ano de 1945 e era substancialmente diferente da funcionalidade do Estado territorial brasileiro, no ano de 1945, como o é em 1980, ou do Estado argentino em 1980, em relação ao Estado francês no ano de 1980.

Creio que esta consideração óbvia foi muitas vezes omitida na análise do entusiasmo teórico, assim como, por sua vez, um sentimento simplificada nacionalista pôde deixar de lado, também, as vantagens, a importância, a enorme significação que a interdependência possui como instrumento de promoção do interesse nacional.

Creio que, na década de 80, vários pontos em torno da problemática da integração latino-americana ficaram claros. Ficou claro, em primeiro lugar, o fato de que os instrumentos que fortalecem a consolidação da interdependência da América Latina são, em princípio, positivos para o interesse nacional. Ficou claro, também, por sua vez, que nenhum instrumento que, em nome de conveniências regionais ou de redistribuições mais justas de recursos, ou de economia de escala, ou de racionalização de políticas de inversões, prejudique o interesse regional tenha possibilidade de subsistência, pelo simples fato de sua falta de funcionalidade diante da constatação de que a comunidade de nossa época continua, em boa parte, cercada pelos limites do Estado nacional territorial e pelos limites da comunidade nacional, base da organização política. Qualquer excesso produz o que Felix Peña apontou

com precisão: o exercício do direito de secessão, isto é, o exercício da não-transferência da soberania, por parte do Estado territorial, a nenhum organismo dotado de características de supranacionalidade.

Em comentário à exposição de Felix Peña, desejo sublinhar, como aspectos que me parecem singularmente construtivos no horizonte geral de toda a sua exposição, as advertências. Quero lembrar que o caminho da interdependência é, evidentemente, aquele pelo qual seguirá a cooperação latino-americana; quero lembrar que o exercício específico mais importante da interdependência, neste momento, é a criação de condições cada vez mais pacíficas e cooperativas entre os países da região; quero lembrar que o bilateralismo nas relações latino-americanas de hoje é um dos mecanismos mais eficientes para criar condições capazes de desenvolver realidades multilaterais; quero lembrar também que é muito conveniente não correr o risco, não cair na tentação de determinados entusiasmos ideológicos e intelectuais e nos tipos de Santas Alianças que põem em dúvida um princípio que continua absolutamente básico para o futuro da convivência latino-americana e suas possibilidades de integração através do princípio da não-intervenção.

Está muito em moda na América Latina, neste momento, prescindir do princípio da não-intervenção, inclusive com certas formulações teóricas novelescas. Todo o futuro da política de integração latino-americana se baseia na cooperação latino-americana, no respeito mútuo e na consolidação das regiões radiais entre os Estados-membros, e continua sendo um princípio essencial a nosso sistema a velha idéia da não-intervenção, que foi defendida por nossos principais diplomatas, no decurso da primeira década deste século.

Estando a esgotar-se o tempo de que disponho, limito-me a sintetizar este comentário na seguinte reflexão final: creio que a substância de toda política é a dialética entre o processo de troca e as formas pelas quais essas trocas se consolidam entre a integração, como um processo, e a forma nascida da vida desse processo.

Penso que se estão criando, naturalmente, na América Latina crescentes condições de interdependência regional que chegaram até o processo de integração latino-americano como um sinal da dinâmica do nosso tempo. Creio também que, no entanto, esse processo não deu lugar a uma forma nascida da vida que possa substituir, de qualquer maneira, a importância funcional que tem e deve continuar a ter, no curso da vida de todos os presentes a este debate, o Estado nacional como forma de desenvolvimento das possibilidades espirituais e materiais dos povos.

CELSO LAFER:

Devo dizer que é com grande prazer que volto à Comissão de Relações Exteriores, onde já estive em outras ocasiões, para debater assunto de capital importância sobre relações internacionais. Esse prazer, nesta ocasião, é ainda maior porque es-

tou a comentar a exposição feita pelo meu amigo e co-autor, Felix Peña, sobre um tema comum, nosso e de tantos outros, que é o da possibilidade de cooperação latino-americana. Evidentemente, estou de acordo com a maior parte dos pontos por ele tratados e quero, neste comentário, apenas realçar alguns aspectos que me parecem importantes e que permitiriam aprofundar o debate. A primeira observação que eu gostaria de fazer é, em síntese, a seguinte: creio que uma análise realista da situação é o ponto de partida de qualquer reflexão, em matéria de relações internacionais, penso que foi esse o ponto colocado por Felix Peña. No entanto, o realismo é o ponto de partida, e não o ponto de chegada, de qualquer análise. É preciso ter, diante do fato, uma atitude ao mesmo tempo crítica e criativa. Lembro-me aqui das observações de Rousseau, a propósito de Grotius, em que ele dizia que Grotius procurava construir sua reflexão a partir do fato e que esse tipo de reflexão a partir do fato levava, evidentemente, ao imobilismo e à consolidação do “status quo”. Obviamente, numa reflexão como a que estamos tentando fazer, o que nos interessa não é a manutenção das coisas tal como elas estão: é, a partir da verificação de como elas são, descobrir as possibilidades de atuar sobre essa realidade. Nesse sentido, parece-me importante salientar o seguinte: quando se examina a situação mundial e a situação regional, na década de 1960 e na década de 1980, vê-se que, efetivamente, esta obedeceu a significativas transformações, e o processo de cooperação latino-americana reflete essas transformações. É evidente que, quando se pensou na integração latino-americana, na década de 50 e no início dos anos 60, havia uma ordem mundial plenamente consolidada. A ALALC teve de se compatibilizar com o GATT, por que o GATT era um dos instrumentos fundamentais do funcionamento da ordem econômica mundial. O que se verifica, hoje em dia, é precisamente esse remanejamento do sistema internacional, essa redistribuição de poder, que acarreta uma série de conseqüências, dentre as quais a primeira é a incapacidade das grandes potências internacionais de imporem, por si só e isoladamente, determinada ordem. Existe, hoje em dia, no mundo, o poder negativo de muitos para dizerem não a certas coisas, mas não existe uma soma de poder positivo para impor determinada ordem. Esta nova ordem é uma ordem a ser negociada.

Isto, por sua vez, gera, como observou Felix Peña, uma autonomia significativa, um espaço para os subsistemas regionais. Esse espaço pode ser utilizado positivamente, sob o signo da interdependência cooperativa, ou pode levar a um signo de interdependência conflitiva. Se fosse necessário dar um exemplo, eu ponderaria a situação do Oriente Médio hoje em dia. Evidentemente, na situação atual do conflito que se verifica entre Iraque e Irã, a possibilidade de atuação da União Soviética e dos Estados Unidos é muito limitada, ou muito mais limitada do que seria há 15 ou 20 anos. No entanto, esse espaço criado para uma atuação autônoma desse subsistema foi pela lógica dos problemas da região, algo que se converteu num signo conflitivo. Ora, isto mostra que o problema da interdependência — a lógica, vamos dizer assim, da cooperação — não é algo que pode ocorrer necessariamente, iniludivelmente. Não existe um projeto de paz perpétua que leve a lógica da cooperação a superar a lógica do conflito. É, portanto, sob o horizonte desse tipo de pro-

blema que eu creio que deve ser encaminhada a reflexão sobre o espaço que se abre para os países latino-americanos.

Felix Peña comentou também que houve significativa redistribuição de poder dentro da própria América Latina e que essa redistribuição obedece a uma série de fatores, dentro dos quais ele mencionou o fator petróleo e o fator andino, tendo novos países ingressado, com peso maior, nesse processo, e o grande desafio que existe para esses mecanismos de cooperação sob o signo cooperativo é o de encontrar novas pautas de relação entre os países latino-americanos, que não repitam as pautas assimétricas que existiram e que existem nas relações Norte-Sul, e que, ao mesmo tempo, lidem com a especificidade dos países. É preciso reconhecer que existem diferenças de poder e que é necessário encontrar novas pautas de conduta que compatibilizem, de maneira adequada, a relação entre países formalmente iguais, mas com desigualdades específicas. Pois bem, é neste ponto que gostaria também de lembrar uma reflexão, uma ponderação de natureza histórica. Eu me refiro à Grécia clássica, a uma situação em que, mais do que nunca, se verificava uma série de fatores que poderiam conduzir a formas de cooperação de natureza federativa, tendo em vista a interdependência que existia na “pólis” clássica. A Grécia, dividida em cidades independentes, falava uma língua comum, tinha uma experiência de interdependência comum, realizou uma série de esforços de cooperação de natureza federativa; enfim, dificilmente encontraríamos um momento histórico com pessoas mais competentes e qualificadas — não se pode negar a competência de um Péricles — e, no entanto, a proposta da cooperação, que se deve a Isócrates, no seu projeto, vamos dizer, pan-helênico, gorou diante dos conflitos que então se verificaram, a partir do histórico conflito da Guerra do Peloponeso. O resultado para a Grécia foi — de fora — a imposição da paz pelo império, a paz de Felipe e de Alexandre, o Grande. Pois bem, o que me parece fundamental pensar, em termos de América Latina, é que este novo espaço que se abre, esta nova situação, gera uma série imensa de desafios, que podem levar-nos tanto a esse signo de interdependência cooperativa, quanto a mecanismos menos adequados e menos lúcidos para lidar com essa complexa realidade.

Nesse sentido, os três desafios, os três problemas finais com os quais nos brindou o ilustre conferencista, parecem-me fundamentais como objeto de reflexão: nem a tentação da Santa Aliança e de seus possíveis desdobramentos, nem a tentação da solidão orgulhosa, nem a esperança ingênua em fórmulas mágicas. Esta é a ponderação que eu gostaria de deixar aqui.

CÉLIO BORJA:

Faço a Felix Peña duas observações sobre sua acuradíssima lição acerca do estágio atual e das perspectivas futuras da integração latino-americana. A primeira com relação às possibilidades que se abrem, num mundo interdependente; a do conflito e a da cooperação; a segunda, uma observação de fato, é que, ainda que

nada fizéssemos no sentido de fomentar a integração do continente, ela se daria, porque sua própria inércia tende, hoje, a incrementá-la. Isto me leva a uma reflexão que, em certa medida, poderia parecer contraditória ao que foi afirmado, ao fim, por Felix Peña. É que, de um lado, a inércia do processo de integração latino-americana tende modificar a própria natureza desse processo. Explico melhor: até aqui, o grau de cooperação entre os nossos países foi determinado pela circunstância de que os protagonistas políticos em cada um deles praticamente se reduziram a um pequeno grupo, ou a elites, ou a classes sociais privilegiadas. Começamos a enfrentar a inversão das tendências dentro de nossos próprios países. Se uma economia de escassez, por exemplo, era perfeitamente funcional dentro do quadro político nacional de cada um de nossos Estados, porque sua clientela era reduzida, já hoje nenhum governo, em qualquer das nações latino-americanas, poderia imaginar-se apenas administrando ou governando para menor número. Estamos todos compelidos a buscar bens e serviços e comodidades para um número crescente de pessoas. A regra básica dos políticos nacionais, portanto, mudou. Governa-se hoje para maior número, ainda quando, formalmente, não se confesse essa circunstância. Se o povo, se o maior número é introduzido como protagonista na cena política nacional, penso eu que, com o aumento de intercâmbio entre as nossas nações, ele também passará a exercer papel extremamente importante nas relações entre Estados.

Isso me leva a outra consideração: é que a idéia do governo para maior número tem grande disponibilidade. Ela pode ser operada segundo essa ou aquela ideologia, segundo esse ou aquele sistema econômico de uma economia de mercado ou de uma economia socialista. Na verdade, o que vai determinar o destino de um sistema latino-americano de cooperação será, penso eu, a sensibilidade não apenas dos governos nacionais, mas de alguma autoridade, algum organismo supranacional para a emergência desse novo fenômeno.

Certamente, um trabalhador argentino tem a clara sensação de que, quando aquela nação importa uma mercadoria oriunda do Brasil, da Venezuela, do Peru ou de qualquer outro dos parceiros latino-americanos, importa trabalho, importa capitais, importa tecnologia, "know-how", o saber científico aplicado.

A mesma coisa ocorre conosco e ocorrerá, em escala crescente, com qualquer dos países latino-americanos, e, portanto, dão a sensação de que a realidade da cooperação não é apenas algo formal; tem substância, diz respeito diretamente à sua vida, às possibilidades de emprego e, quem sabe, ao destino da própria prole.

O que quero deixar para meditação não apenas de Felix Peña, que nos deu uma lição admirável de realismo político, mas de todos nós, é a introdução desse novo fator nas relações regionais. Ao mesmo tempo, quero chamar a atenção para a circunstância de que talvez seja a partir daí que se possa formular uma doutrina política comum a todos os governos e a todos os Estados da nossa região.

Sem dúvida, isso implica também numa convocação das inteligências do nosso continente para arquitetarem e formularem uma doutrina comum, tal como a Europa Ocidental foi capaz de, graças às afinidades políticas existentes entre os Estados, chegar a reuni-los num regime de cooperação econômica e de prevenção de problemas sociais.

Era sobretudo isso que eu queria falar, e penso que essa poderá ser uma vereda no sentido de encontrarmos termos políticos comuns de entendimento. Acredito que tudo quanto foi dito por Felix Peña se aplica, como a mão à luva, à realidade contemporânea. Mas estou eu aqui a especular um pouco sobre o futuro. Que desenho poderá tomar esse futuro? E qual a contribuição que nós, políticos, podemos dar para que este continente encontre realmente o momento em que o Estado nacional, sem abdicar necessariamente das prerrogativas e atributos próprios da soberania, consiga, no entanto, entrar numa relação mais íntima com seus parceiros regionais e construir não apenas uma doutrina política, mas uma forma de existência, como lembrava Oscar Camillión, uma forma de existência fecunda, rica de possibilidades e que, afinal, dê ao homem o lugar que ele merece, não apenas por imperativos éticos — nós não os recusamos e os reconhecemos — mas também por uma necessidade funcional, que essa é sempre imperativa.

EDUARDO FERNANDEZ:

Começo por expressar minha satisfação pela altíssima honra que para mim representa ter sido convidado a participar deste Seminário sobre a integração da América Latina. Felicito o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, meu amigo Rogério Rego, por esta iniciativa tão importante e tão oportuna. Quero ainda expressar meu prazer de compartilhar esta tribuna com personalidades tão eminentes e tão vinculadas ao processo da integração de nosso continente, como Don Felipe Herrera, Enrique Iglesias e meu muito estimado amigo Felix Peña, que acaba de pronunciar uma excelente conferência, uma admirável apresentação que, por um lado, facilita a minha, mas, por outro lado, a dificulta.

Ele me fez uma série de provocações intelectuais, que aceito com muita satisfação, e procurarei apresentar alguns elementos que possam auxiliar a discussão do tema.

Trata-se de abordar a questão dos aspectos políticos da integração latino-americana, aceitando a primeira provocação de Felix Peña, no sentido de dividir, por assim dizer, o objeto da reflexão em dois aspectos: o primeiro refere-se às relações bilaterais ou multilaterais que ajudam o objetivo da integração; o segundo refere-se aos problemas políticos internos que se apresentam em cada um dos países: o preço político da integração, a recompensa política da integração, os proble-

mas internos de ordem econômica e de ordem social, cultural, científica, tecnológica e política.

É uma temática muito interessante. De modo muito esquemático, mencionarei alguns pontos e, em seguida, procurarei ater-me ao texto escrito que trouxe para este Simpósio.

A América Latina inicia um processo de integração multinacional, a partir de unidades nacionais que me pergunto se estarão suficientemente integradas. Já esta é uma primeira diferença entre este processo e o europeu. O processo europeu se produz integrando unidades que, por sua vez, no âmbito interno, estavam suficientemente integradas. Na América Latina, é verdade que cada uma das unidades que aspiramos a integrar são, por sua vez, reflexo de uma integração nacional já obtida. É que as populações rurais de cada um de nossos países podem considerar-se em um esquema homogêneo com as populações urbanas, e que existem — como, por certo, ocorre com este que no momento é nosso anfitrião, o Brasil — diferenças muito acentuadas entre nossos países situados na costa atlântica, no Centro, no Sul, no extremo Nordeste etc. A grande metrópole de Buenos Aires se assemelha, do ponto de vista cultural, econômico ou político, com a província argentina. Em nosso próprio país, a Venezuela, a população e o desenvolvimento do setor Norte Ocidental são comparáveis com o resto do país.

Deste modo, a primeira dificuldade que devo mencionar é que, para nós, latino-americanos, o processo é mais complicado porque — está claro que não proponho que alcancemos primeiro a integração nacional para depois iniciar a internacional — temos de completar a integração nacional de cada um de nossos países simultaneamente com a integração continental. E por quê? Porque nos estamos conscientizando — se me permitem o neologismo — de uma realidade fática de nossa época, que é a marcha do conceito, que já começa a envelhecer, do Estado-nação rumo a uma nova realidade que está surgindo ante nossos olhos, que é o Estado-continente, e não nos podemos atrasar nesse processo. Como disse eloqüentemente Felix Peña, um dos entraves mais evidentes do caminho é que não existe, da parte de cada uma das entidades nacionais, a disposição de renunciar aos atributos fundamentais da soberania, ao monopólio do poder coercitivo e às faculdades soberanas de decisão.

Na América Latina, este processo pode avançar — e tomo por empréstimo uma frase a meu ver genial de um grande dicionário da integração latino-americana, que foi Simón Bolívar — desenvolvendo o esquema de uma nação de repúblicas. Uma nação de repúblicas, disse Bolívar, devemos conseguir uma integração que não signifique uniformização e prescindência dos valores e idiossincrasias de cada um de nossos países, mas que seja obtida pelo caminho do respeito à contribuição que cada país pode dar, de originalidade, de identidade nacional.

Alegar-se-á, por certo, que apresentei uma exceção, alguns fatos que de algum modo contradizem a dificuldade para que surja um poder supranacional — concretamente, o Pacto Sub-Regional Andino, iniciado com a assinatura do Acordo de Cartagena e completado com o Consenso de Lima. Criou-se um órgão de governo relativamente autônomo, a Junta do Acordo de Cartagena, que é capaz de tomar decisões acima da vontade de cada um dos Estados-membros do acordo. É um caso excepcional. Até agora não se pôs à prova em termos suficientemente dramáticos, para saber se persiste, se sobrevive.

Alguns exemplos adicionais poderiam ser mencionados, mas é nessa direção que forçosamente teremos de adiantar-nos.

O segundo aspecto que desejo apresentar é relativo a uma dificuldade: a integração é democrática, ou não há integração. Em outras palavras: a vontade de cada um dos países para fazer avançar o processo democrático deve ser reflexo de um amplo consenso nacional interno, e, para que haja esse amplo consenso nacional, ele tem de ser feito através do menos imperfeito dos sistemas políticos que o gênio humano inventou para produzir esse resultado, que é o sistema democrático.

Digo agora — e desenvolverei com mais detalhes, em seguida — que o valor democrático tem duplo significado no processo da integração: como instrumento para acelerar a integração e como objetivo final do processo integrador. A integração caminhará mais aceleradamente se houver uma base política democrática homogênea. Não pretendo que tenhamos motivos para copiar o modelo europeu, mas, sem dúvida, na Europa viram com clareza a necessidade de chegar a um consenso político para que o processo de integração tivesse êxito, e a presença tão importante e tão fundamental da Espanha e de Portugal demorou-se, de início, precisamente por se invocar o argumento da falta de base política homogênea para que se obtivesse êxito na integração.

Abro um parêntesis para destacar a importância que atribuímos às relações entre as duas comunidades, a latino-americana e a européia, e ao papel relevante, de primeiríssima importância, que tem neste assunto a Espanha — e saúdo com muita satisfação a presença do Embaixador de Espanha neste foro — e Portugal. Já se realizaram reuniões políticas, como as do Acordo de Cartagena e do Pacto Sub-Regional Andino, com o Governo espanhol e com o Governo português, bem como com a comunidade européia, para se ir fazendo progredir em harmonia essas experiências tão importantes da Europa Ocidental e da América Latina.

Eu desejava, entretanto, destacar este duplo aspecto da democracia: como instrumento para que o processo caminhe aceleradamente e como objetivo final de ordem política do processo integrador.

O terceiro elemento a enfatizar é o caráter de globalidade da integração. Como questão metodológica, penso que forçosamente temos de fixar a necessidade de obter a integração nacional, a necessidade da assinatura de acordos sub-regionais, os quais devem desenvolver-se tendo-se em mente a perspectiva de integração global, de tal modo que, no futuro, eles não se constituam em obstáculo, mas em estímulo para chegar ao objetivo final.

Poderia ocorrer que, de repente, nos viesse a tentação legiferante, já não a nível nacional, mas a nível sub-regional. Nesse caso, um acordo como o Acordo Sub-Regional Andino, com o desenvolvimento da sub-região do rio da Prata, ou da sub-região do Caribe, ou do Brasil, que é, em si, uma sub-região, ou da sub-região da América Central etc., poderia delinear-se de tal maneira que, no futuro, obstruísse ou dificultaria o processo de integração global.

O quarto elemento a abordar é o seguinte: a integração é um processo multifário, multidisciplinar, e seu êxito depende de que ela seja realmente assim considerada. Ela é econômica, mas não somente econômica, embora reconheçamos que, em sua fase inicial, tenha sido predominantemente econômica. É política, mas não somente política. É cultural, e por isso os países do Pacto Andino, por exemplo, interessaram-se muito pelo desenvolvimento do aspecto cultural, por meio do Acordo Andrés Bello, mencionado na magistral conferência ontem pronunciada por Dom Felipe Herrera.

Usarei aqui uma frase um pouco vulgar, porém de um autor tão eminente que, por sua eminência, apaga a vulgaridade da frase: "A política, na História, é o macho". E quem o disse foi o Sr. Ortega y Gasset, ao sublinhar a circunstância de que é o fator político, em sua opinião — e eu me refiro à América Latina, e por certo compartilho plenamente dessa opinião — o fator-chave determinante do êxito do processo.

Se este processo não corresponder a uma vontade política que reflita um amplo consenso nacional em cada um de nossos países e a uma orientação, uma liderança política, se nos ativermos aos acordos econômicos, o processo de integração sofrerá um perigoso atraso em nosso continente.

Por isso, sinto-me feliz por me terem convidado a tratar deste tema da integração política, porque acredito que a integração na América Latina é política ou não existe; é resultado de uma clara vontade política, de uma decisão política, ou se atrasará perigosamente.

Por último, o quinto aspecto que desejo mencionar nestas reflexões prévias é que a integração de nosso continente deve ser concebida na perspectiva da busca de um novo equilíbrio internacional. O surgimento desses Estados continentais, ou

Estados-continente, nos propõe o desafio de acelerar a procura de uma nova ordem internacional.

Em meu país, um dos mais eminentes políticos latino-americanos, já mencionado anteriormente, Don Raúl Prebich, disse o seguinte:

“O sistema de acumulação e distribuição de riqueza deve ser modificado rapidamente, na América Latina, ou, sem ser pessimista, creio que corremos gravíssimos perigos.

Isto que deve ser modificado em nosso continente tem de ser modificado no cenário internacional, em geral. Está aberto o diálogo Norte-Sul, mas não produziu resultados que correspondam à expectativa que existia. Trata-se de buscar a realização, a nível internacional, do conceito da justiça social internacional.

Assim como, na ordem interna de cada país, a quem mais tem mais é exigido, através das contribuições fiscais e de outros mecanismos; como é fato pacífico que quem mais tem com mais deve contribuir, na ordem internacional também é necessário fazer prevalecer o conceito da justiça social, de tal maneira que a contribuição das grandes nações industrializadas não se faça pela via da ajuda internacional, ou da caridade mal entendida, mas pela via do cumprimento de uma obrigação de justiça.

Digo isto com plena consciência de que, em nossa área geográfica, a Venezuela tem uma posição relativa de maior responsabilidade, e meu país está disposto a assumi-la, inspirado não no princípio da ajuda paternalista, mas no princípio da solidariedade internacional e da justiça social.

É nesse espírito, por exemplo — para não mencionar senão um caso — que, recentemente, foi assinado entre a Venezuela e o México, entre o Presidente Luiz Herrera Campins e o Presidente Adolfo Lopez Portillo, um acordo para enfrentar as exigências energéticas e de financiamento da compra de recursos energéticos dos países da América Central e do Caribe.

Ademais, assim como, na fase de expansão do imperialismo, as potências imperialistas tiveram êxito, aproveitando as contradições internas existentes em cada um dos países, para submetê-los a seu poder imperialista, do mesmo modo, neste momento, as grandes hegemonias pretendem fortalecer-se e consolidar-se, aproveitando-se das contradições existentes, já não no interior de cada país, mas nas relações bilaterais ou multilaterais das regiões chamadas a atuar em harmonia.

Deste modo, se quisermos um mundo multipolar, ou se, em todo caso, quisermos enfrentar os problemas e os inconvenientes trazidos pelo exercício de um poder hegemônico nas diferentes áreas do mundo o caminho é não permitir que essas po-

tências hegemônicas possam aproveitar-se das contradições existentes entre as nações que integram cada uma das regiões do mundo.

Dito isto, eu observaria ainda que o preço político que devem pagar, internamente, todos os nossos países se torna mais tolerável na medida em que se tenha maior consciência política, e essa consciência pode ser atingida mais efetivamente por meio de um debate político ou cultural amplo, aberto, e não por transações misteriosas e por acordos confinados às chancelarias, que não tenham o aval de uma consciência nacional que os respalde e dê solidez.

O sinal mais claro e nítido dos tempos que vivemos é o da integração. A História da Humanidade evidencia uma visível evolução para formas políticas, econômicas e sociais de dimensões crescentes. O velho conceito autárquico da soberania indivisível e impenetrável foi cedendo lugar, diante das exigências das épocas, ao que denominamos “Estados continentais”, com espaços econômicos, demográficos e políticos de grande significação.

Inicialmente, era por meio da figura da expansão imperialista que uma metrópole altamente desenvolvida, como se diria em linguagem atual, buscava saída para seu poderio econômico, político ou militar, subordinando outras regiões vizinhas ou mesmo remotas, naquilo que se chamava os continentes de conquista, para realizar seus fins e objetivos nacionais.

Mais recentemente, trata-se de um processo — particularmente mais rápido depois da I e II Guerras Mundiais — que levava à existência dessas unidades de dimensão continental e que exercem função determinante na orientação do cenário internacional.

Esse é o caso dos Estados Unidos da América e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o primeiro um caso de incorporação crescente de um imenso território e um processo contínuo de integração geográfica e de formidável assimilação de variados ingredientes demográficos; o segundo, um caso de expansão, a partir de uma nação como a Rússia, de grandes e inexploradas potencialidades, e que, em virtude da ação bélica durante a II Guerra Mundial, da penetração ideológica e dos êxitos diplomáticos e políticos, conseguiu consolidar igualmente um império de dimensão continental. Mais tarde, veio a criação do COMECON e a assinatura do Pacto de Varsóvia — um de aspecto econômico; outro, de aspecto militar — o que terminou de consolidar a existência de um bloco de países socialistas, com uma presença fundamental no cenário internacional.

Foi igualmente apaixonante o processo de formação desse Estado-contidente que é a Europa Ocidental. O fator econômico — primeiro, a criação da comunidade do carvão e do aço, que iria conduzir ao Mercado Comum Europeu, e, mais tarde, o aparecimento de órgãos políticos de integração, tanto de caráter executivo co-

mo de caráter parlamentar, foram dando lugar à existência dessa unidade continental que é a Europa.

Temos também unidades continentais em países como a China, o Canadá, a Austrália, a Índia, os quais, com diferentes velocidades, dão prosseguimento a processos de crescente integração, aproveitamento de recursos e presença no panorama internacional.

A China, por exemplo, já não tem aquela velha imagem de um imenso território atomizado em diferentes culturas e nacionalidades, mas se converte, cada vez mais, em uma unidade integrada que persegue objetivos nacionais claramente definidos.

A busca de espaços políticos e econômicos de dimensões continentais caracteriza hoje também os movimentos pan-africanos, e talvez o que ocorre no Sudoeste asiático seja também a busca de um espaço que tenha significação na ordem internacional. Então, o que temos é um mundo no qual há um novo protagonista. Já não é o Estado-nação, mas o Estado-continente.

Poderíamos afirmar que ou a América Latina se integra neste contexto, ou perde qualquer possibilidade de fazer sentir sua presença em dimensão internacional.

Muitos foram os passos dados e as iniciativas tomadas nesse sentido, por certo recordados no decorrer deste Seminário, porém temos de renovar o compromisso de fazê-lo avançar com decisão, e não confiá-lo à evolução ou à inércia, mas colocá-lo como objetivo político de nossa geração, com audácia e com imaginação, se é que não queremos chegar com grande atraso à era dos Estados-continente.

As experiências até agora realizadas esgotam-se fundamentalmente no terreno econômico, com algumas exceções de caráter cultural, como, por exemplo, o Tratado Andrés Bello, já mencionado, de integração cultural entre os países da sub-região andina, e algumas tímidas incursões no terreno da relação política propriamente dita, limitada, até agora, a uma modesta cooperação interparlamentar.

Conhecemos as experiências em matéria econômica que significaram esforços multilaterais de integração, como a ALALC — Associação Latino-Americana de Livre Comércio — precursora, nesta matéria, do Mercado Comum Centro-Americano; o SELA — Sistema Econômico Latino-Americano, o Pacto Sub-Regional Andino, os mecanismos de cooperação das nações do Caribe, a Operação Pan-Americana, de nítido cunho político, iniciada por um ilustre ex-Presidente deste País, e mesmo a Aliança para o Progresso, iniciativa de cooperação no campo da energia.

Todos tiveram vários êxitos. Não vacilamos, porém, em afirmar que o ingrediente político deve ser o impulsionador do processo de integração, e que só na medida em que exista uma clara vontade política em nossos governos e que essa vontade seja o reflexo de um vasto consenso nacional, em cada um de nossos países, poderemos abrigar a esperança de ver surgir, na época de nossa geração, uma América Latina integrada.

Já se disse muitas vezes que, ante os Estados Unidos da América do Norte, não é possível que continuem existindo os “Estados Desunidos” da América do Sul.

Diante da clara tendência que faz surgir como fenômeno característico do mundo contemporâneo os Estados-continente, a América Latina não pode permanecer como uma realidade atomizada e incoerente.

Pensam alguns que, assim como, na Europa Ocidental, a integração foi primeiro econômica e depois política, em nosso continente deveríamos repetir a experiência.

Não sei até que ponto é verdade que houve primeiro uma decisão econômica e depois uma decisão política. Em todo o caso, aceitar este esquema é resignar-nos a um processo que poderá ser exageradamente lento. O baixo nível de desenvolvimento de nossas economias, o intercâmbio extremamente reduzido que existe entre nós e a falta de complementação de nossos esquemas de desenvolvimento oferecem um contraste definido com a realidade européia e atrasam por muito tempo o objetivo da integração.

É por isso que afirmamos que a integração, na América Latina, deve começar por uma clara decisão política.

Venho de um país que tem um evidente compromisso com a integração. Em primeiro lugar, temos um mandato da História. Os próceres da independência de nosso país, com Simón Bolívar à frente, tiveram uma clara visão de que nossas repúblicas eram chamadas a emancipar-se e desenvolver-se em um esquema de estreita colaboração recíproca. Foi por isso que, obtida a vitória militar diante do poder imperial, Bolívar convocou o congresso anfitriônico do Panamá: para buscar a união de nossas nações — “uma nação de repúblicas”, conforme lembrei na visão bolivariana de nosso destino.

Também no Brasil houve pensadores ilustres, como José Bonifácio de Andrada e Silva, que definiu a urgente necessidade da integração nos seguintes termos:

“O sentido comum, a política, a razão em que ela se fundamenta e a crítica situação da América estão dizendo e ensinando a quantos temos ouvidos para ouvir e olhos para ver que uma liga ofensiva e defensiva de quantos Estados

ocupam este vastíssimo continente é necessário, para que todos e cada um deles possam conservar intactas sua liberdade e sua independência”.

Mais tarde, o próprio Andrada haveria de advogar uma grande aliança, ou seja, a Federação Americana.

Muitas seriam as citações que poderíamos trazer aqui dos próceres de qualquer um de nossos países: de argentinos, como San Martín, Monteagudo, Mariano Moreno e Belgrano; de chilenos, como O’Higgins e España; de centro-americanos, como José Cecilio del Valle; de mexicanos, como Hidalgo, Morelos, Alemán; de peruanos, como Sanchez Carrion e Unanue; de colombianos, como Francisco de Paula Santander e Joaquin Mosquera — todos unânimes na visão de uma América Latina integrada.

Além disso, a Venezuela tem uma responsabilidade estabelecida por sua geografia. Nosso país é, simultaneamente, um país andino, um país amazônico e um país do Caribe, e cada uma dessas circunstâncias nos impõe obrigações muito claras e definidas. Somos membros — e procuramos sê-lo com a maior intensidade — do Acordo Sub-Regional Andino. Assinamos, com outros países vinculados à Região Amazônica, o Pacto Amazônico, que acaba de realizar sua primeira reunião, na cidade de Belém do Pará, e temos, evidentemente, uma presença muito significativa no mundo do Caribe e das Antilhas.

Além disso, a Venezuela está consciente — um terceiro fator, já não apenas o histórico e geográfico — das obrigações que, em nome da justiça social internacional, surgem de nossa condição de país exportador de petróleo. Estimulamos organismos como a ARPEL, que é a colaboração ou cooperação das empresas petrolíferas estatais da região, e mecanismos como o que se denomina OLARE — Organização Latino-Americana de Energia — para uma visão de conjunto do problema energético na região. Não assumimos uma posição de potência produtora de petróleo, numa perspectiva egoísta, mas convidamos a um diálogo coletivo, multilateral, e especialmente latino-americano, para abordar a utilização desse recurso tão importante e tão valioso que é o petróleo.

Foi nessa perspectiva que se subscreveu o acordo ao qual fiz referência, há pouco, entre os Presidentes da Venezuela e do México, e que foi assinado, significativamente, em Costa Rica.

Talvez o aspecto mais difícil desta reflexão sobre a situação política da integração da América Latina seja o que diz respeito à existência ou ao predomínio de um regime verdadeiramente democrático em cada um de nossos países.

Sabemos que a comunidade européia se iniciou a partir de uma plataforma política homogênea, que supunha o respeito aos direitos humanos fundamentais, às liberdades públicas e ao exercício pleno da democracia.

Na América Latina, hoje, a situação é de tal natureza que, se se pretendesse impor como condição para a integração a existência de regimes democráticos, o objetivo integracionista se atrasaria por muitos anos. Por isso, proclamamos a tese da solidariedade pluralista, uma solidariedade que nos vincula apesar da variedade de posições que, em matéria política, atualmente predomina nos diversos países latino-americanos. Não podemos, entretanto, deixar de dizer que o processo integrador avançaria muito mais aceleradamente se existisse uma base política democrática homogênea entre nossos países.

Devemos ainda afirmar que, se a integração é um meio para chegar a fins transcendentes, em última análise relativos à felicidade de cada cidadão latino-americano, considerado em sua realidade individual e comunitária, deve estar entre os objetivos prioritários desse mesmo processo o respeito aos direitos humanos e o pleno exercício das liberdades públicas.

Pois bem, ninguém pode pretender impor fórmulas políticas nem atuar como juiz do que acontece em outras realidades. Somente o transcurso do tempo, o desenvolvimento político, a crescente maturidade cívica e a própria experiência irão fazendo com que progrida o ideal democrático pluralista. Quando ocorrer isso, o processo da integração terá bases mais sólidas.

Um fato político importante que devemos destacar neste contexto é que falar de integração não significa falar de uniformização. Muito menos significa que se pretenda renunciar à soberania, à idiosincrasia e aos valores específicos de cada nação. O que procuramos é uma unidade que reconheça, respeite e estimule a estenda diversidade que a enriquece e lhe dá sentido.

A fim de tornar possível a unidade européia, foi preciso vencer as diferenças atuais e as distâncias históricas muito mais importantes do que as que possam existir entre nossos países. Entre Alemanha e França, entre Inglaterra e Itália há diferenças de caráter racial, cultural, lingüístico, religioso etc. que não existem, em geral, entre nossos países — isso para não falar das guerras e acontecimentos históricos de índole diversa, que alimentaram rivalidades seculares entre aquelas potências.

Desenvolver o tema da integração política da América Latina supõe fazer referência não só aos mecanismos especificamente políticos que devem acompanhar a integração, para que ela se torne efetiva, mas também às conseqüências políticas desse mesmo processo, a seu atraso ou sua aceleração.

Assim sendo, distingo, de um lado, o estudo dos mecanismos políticos para que a integração possa ter êxito; de outro, as conseqüências políticas do aceleração ou do atraso do processo, porque ocorre que, seja qual for a decisão que se tome, haverá conseqüências de ordem política. E se a decisão for no sentido de acelerar, há um preço político a pagar; se a decisão for no sentido de atrasar, ou se nos resignamos ao simples processo da inércia, será preciso também enfrentar as responsabilidades que isso envolve.

Do ponto de vista dos mecanismos propriamente ditos, é necessário aludir aos órgãos que devem ser criados para a tomada de decisões de caráter comunitário, isto é, aquelas decisões que afetam os interesses da comunidade integrada.

De acordo com a velha divisão tríplice das ramificações do Poder Público, uma América Latina integrada supõe a existência de órgãos políticos que respondam a decisões executivas, judiciais e legislativas. Que existe até agora? Nesta matéria do instrumental e do institucional, muito pouco. No âmbito das relações entre os governos, há reuniões bilaterais ou incipientes experiências multinacionais, no gênero do Pacto Amazônico, ou do Acordo de Cartagena, que inclusive dispõe de um corpo semi-autônomo de governo, com sede em Lima, e que se chama Junta do Acordo de Cartagena.

Não foi criado, entretanto, a nível continental, um mecanismo que sirva de marco institucional ao processo de elaboração de decisões e de execução das mesmas.

Nesta ordem de idéias, há que se fazer referência ao foro que representa a Organização dos Estados Americanos, que tem dimensão hemisférica e tem um sócio de perturbadora presença — para dizer o menos — os Estados Unidos. Digo perturbadora sem especificar se para o bem ou para o mal, mas, em todo caso, é uma presença que altera a relação normal que existiria, sendo essa associação integrada com os únicos países do hemisfério localizados ao sul do rio Grande.

A nível do que seria a ramificação legislativa, o que existe até agora é o Parlamento Latino-Americano, como órgão regional da União Interparlamentar Mundial. Há, entretanto, uma grande diferença entre o que se está conseguindo no Parlamento Europeu, onde já o povo é convocado a votar diretamente para eleger seus representantes, e o que existe na América Latina, que é uma associação de parlamentares dos países onde por certo existem e funcionam parlamentos que não são, na verdade, a maioria.

No âmbito judicial, há abundante elaboração teórica para atender à solução dos conflitos que podem surgir da aplicação de tratados sub-regionais. É o caso do Pacto Andino, pois certamente não se concretizou num acordo a existência de uma corte supranacional que tome conhecimento desta diferença. Uma corte interame-

ricana de justiça, que resolveria, por meio da aplicação do Direito, da jurisprudência e da doutrina internacionais as contradições porventura surgidas com a aplicação e o desenvolvimento do esquema integracionista, seria elemento indispensável para melhor funcionamento da experiência.

Por último, é indispensável um elemento planificador. Não poderemos empreender separadamente o desenvolvimento. Em cada um de nossos países, estamos impondo a nossos povos terríveis sacrifícios para desenvolver esquemas de industrialização muitas vezes artificiais. O que está ocorrendo em todo o mundo deveria ensinar-nos que não podemos conceber um desenvolvimento de nossas economias na mesquinha escala de nossas fronteiras nacionais. O desenvolvimento e a industrialização supõem mercados de suficiente magnitude. O mesmo se poderia dizer quanto ao desenvolvimento de nossa própria tecnologia: jamais poderemos atingi-lo senão por meio de um esforço concentrado, em dimensão continental. O chamado “gap” tecnológico torna-se cada dia mais acentuado, com esse esforço escravo de cada país não será possível modificar essa tendência.

Deste modo, a alternativa é muito fácil: ou nos integramos, ou continuaremos cada vez mais dependentes em matéria de tecnologia. Esta mesma reflexão podemos estendê-la a tudo quanto concerne à educação e à formação de recursos humanos.

Para alcançar todos esses objetivos, faz falta a criação, a nível continental, de um órgão planificador, que, consultando democraticamente todos os países e setores sociais ou produtivos, vá contribuindo para criar disciplina e dar racionalidade à administração dos recursos disponíveis, à atenção das necessidades reais e sentidas e à distribuição dos frutos do desenvolvimento.

Isto é particularmente certo, e vou citar um caso mais compreensível e mais eloqüente: o manejo dos recursos energéticos. Se não os concebermos em dimensão continental, continuaremos a utilizá-los em função dos interesses das nações altamente desenvolvidas, desperdiçando-os em uma perspectiva que não ajuda o desenvolvimento integral de toda a nossa região. Ao contrário, a existência de um órgão planificador, com todas as suas implicações, permitirá que a exploração dos recursos energéticos pelo continente se faça atendendo às necessidades do próprio continente, e não dos países altamente industrializados, e resolvendo as dificuldades que isso supõe para nossas nações.

Outro aspecto que devemos abordar em uma reflexão sobre a integração política da América Latina é o das conseqüências políticas do processo, de sua aceleração ou de seu atraso. Estamos chegando — e é bom tê-lo presente — com atraso à era dos Estados-continente. Por isso, dissemos que, se alguma obrigação surge claramente como sinal dos tempos para a atual geração, é precisamente a de acelerar a integração. Entretanto, a integração não é um fim em si mesma, mas um meio

para alcançar outros fins muito importantes e muito transcendentais. Em primeiro lugar, temos a questão do desenvolvimento. A integração é necessária para atingir o objetivo de um desenvolvimento econômico harmonioso e racional, em escala adequada para competir com outros pólos de desenvolvimento econômico no mundo. Em segundo lugar, temos necessidade de fortalecer nossa própria soberania interna. Eu diria que não existe contradição entre integração e soberania; pelo contrário, a integração é um modo de fortalecer a afirmação de nossa própria soberania e independência nacionais.

Embora aparentemente paradoxal, somente através de uma integração regional latino-americana poderemos fortalecer a soberania de cada um de nossos países e estar em melhores condições para enfrentar com êxito os propósitos expansionistas das superpotências e de suas estratégias hegemônicas. A América Latina precisa sair do esquema de dependência e de exploração a que foi submetida por forças externas e pela influência de multinacionais, que conseguiram dominar a produção e os mercados.

A solução não pode ser a de mudar de metrópole, saindo de uma área de influência para cair na outra. Está na integração o verdadeiro caminho da libertação e da independência.

A integração nos permite converter-nos em uma força moral mais influente, mais poderosa, em uma força política mais respeitada e em uma voz mais firme nas reuniões mundiais.

Penso que nosso continente pode definir pelo menos dois objetivos comuns na estratégia internacional: a paz, que nos interessa vitalmente, e a justiça social internacional. Nossa participação, para que sejam atingidos ambos os objetivos, será mais efetiva na medida em que falarmos com uma só voz forte e firme, e não com vinte vozes atomizadas e débeis.

A integração tem, além disso, um objetivo político. Trata-se de promover nossos povos, todos eles, ao exercício pleno de uma vida democrática, garantia das liberdades e dos direitos fundamentais.

Nos últimos tempos, há sinais estimulantes de otimismo e de esperança a este respeito: o retorno à vida institucional por parte de duas nações tão importantes e tão queridas como o Equador e o Peru, o processo de crescente desenvolvimento institucional do Brasil, com todo o peso de sua imensa influência, e a afirmação, como cultura política em geral, de que as soluções de força são, em todo caso, transitórias e se comprometem, pelo menos em suas declarações teóricas, a facilitar o regresso a mecanismos institucionais mais genuinamente representativos da vontade do povo.

Trata-se, além disso, de ampliar o âmbito especial demográfico que pretendemos integrar e o método que teríamos de seguir, através de diferentes etapas, para alcançar o objetivo final.

Se me perguntarem qual é o âmbito da integração latino-americana, eu diria que deve alcançar todos os países da América Latina e do Caribe, quer dizer, as diferentes nações que surgiram como resultado do processo de independência, nas antigas colônias espanholas e portuguesas, assim como nos países de língua francesa, inglesa ou holandesa, neste hemisfério, todos localizados ao sul do rio Grande e todos precisados, com urgência, de cumprir seu processo de desenvolvimento.

Sabemos que se trata de um objetivo ambicioso. Sabemos também que falamos de um continente extremamente heterogêneo e com notáveis diferenças entre os vários países e sub-regiões.

Finalmente, sabemos do diferente grau de evolução política, econômica, social e cultural de nossos países, porém o objetivo final tem de ser a integração de todos eles.

O método de aproximação é o de ir descrevendo e determinando as diversas sub-regiões que existem em nosso continente, com a finalidade de estimular os processos iniciados, fomentar mecanismos integradores nos lugares onde estes não tenham feito ato de presença e não ignorar a visão de conjunto que deve conduzir à integração total.

Para isso, é preciso evitar movimentos aparentemente integracionistas, porém que podem ter sido concebidos para alimentar rivalidades atuais e para dificultar progressos mais ambiciosos no futuro.

A América Latina constitui o que no léxico nacional contemporâneo se chama uma região, quer dizer, é um agrupamento de Estados diferentes, vinculados por motivos de vizinhança geográfica, com um grau relativamente comparável de desenvolvimento, e que, com base em uma comunidade de interesses ou de propósitos que procuram uma unidade crescente e solidária, sem ignorar nem substituir a soberania, que continua sendo reconhecida como atributo próprio de cada Estado.

Nesta definição, o elemento mais importante não é o da vizinhança geográfica, nem o da afinidade de interesses ou de origem, nem o do grau semelhante de desenvolvimento, porém a coincidência da unidade, a vontade de manter uma posição solidária e de defender interesses comuns.

O hemisfério ocidental tem uma vocação integradora avoenga. Já no pacto pelo qual se constituiu a Sociedade das Nações (artigo 21) se fala das intenções regionais, mencionando-se como exemplo os países compreendidos na então chamada

Doutrina de Monroe. No capítulo 8.º da Carta das Nações Unidas se faz referência aos acordos regionais, e na Conferência de São Francisco se discutiu muito sobre o conceito de região e sua definição. E qual é nossa região? Todo o hemisfério ocidental? Não. A região à qual nos referimos é a compreendida pelos países localizados ao sul do rio Grande, inclusive os países do Caribe, que recentemente alcançaram sua independência do poder colonial europeu.

Tal como dissemos, uma estratégia política que nos aproxime da integração da América Latina não pode ordenar-se em função de um espaço geográfico e demográfico tão considerável como aquele que definimos. Trata-se de ir avançando progressivamente, através das experiências de caráter sub-regional que já se iniciaram, estimulando-as a acelerando-as, sem perder de vista o objetivo final macrointegrador.

As sub-regiões seriam comunidades de Estados que não aspiram a ser consideradas como uma região plena, como uma entidade ou comunidade regional propriamente dita, porém como parte de uma região; que procuraram reunir um grupo de povos com características ou vinculações ainda mais estreitas do que as que existem na região, para participar mais eficazmente da organização regional.

Na evolução histórica de nosso continente no sentido da integração existem antecedentes que merecem ser recordados. Em 1941, tentou-se sem êxito a chamada União Aduaneira do Prata. Em 1949, foi assinada a chamada Carta de Quito, que considerava um projeto de união aduaneira entre a Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela. Estes antecedentes, incluindo-se entre eles a experiência, muito posterior, do Mercado Comum Centro-Americano, referem-se a agrupamentos de limitadas dimensões, através dos quais se pretendia chegar à meta da integração global.

É verdade que, na reunião do Panamá, convocada pela CEPAL, em 1959, se insistiu quanto à conveniência de evitar os mercados sub-regionais e quanto a procurar obter um esquema de integração com um alcance latino-americano tão amplo quanto possível.

Pensamos e mantemos, ao contrário, que a aproximação da integração global deve passar por um processo que inclui o fortalecimento das experiências de integração sub-regional, sem perder a perspectiva de longo alcance.

Esta mesma idéia esteve presente nas deliberações dos Presidentes da América Latina, na reunião de abril de 1967, em Punta del Este.

Talvez a experiência mais importante, nesse sentido, seja a do chamado Grupo Sub-Regional Andino, que nasceu com o Acordo de Cartagena e o chamado Consenso de Lima.

Em outras palavras, meus caros amigos, os acordos sub-regionais constituem obstáculo ou constituem ajuda para a integração global regional. Devemos procurar uma perspectiva global, desde o começo, ou devemos ir-nos aproximando metodologicamente, estimulando os acordos sub-regionais? Pronuncio-me a favor desta segunda alternativa: aproximar-nos da integração global por meio dos acordos sub-regionais, tendo sempre presente a visão de conjunto, o compromisso integrador ou macrointegrador, a fim de que os acordos sub-regionais não venham a se constituir em obstáculos para que se atinja o objetivo final.

Dada a premência do tempo, concluo com quatro ou cinco referências muito concretas e diretas.

Primeira: constatamos a tendência contemporânea no sentido de um novo protagonista no cenário internacional, que são os Estados-continente, em substituição ao velho conceito de Estado-nação, com o qual vínhamos lidando até agora,

Segunda: se a América Latina quiser deixar de ser um continente marginal no panorama internacional, para converter-se em protagonista de seu próprio destino, tem de acelerar o caminho da integração. Os países latino-americanos, organizados em um mecanismo regional próprio, contarão com uma superfície, com um âmbito espacial significativo, com uma população de mais de 600 milhões de habitantes e com um Produto Nacional Bruto de aproximadamente 400 bilhões de dólares, até o fim do século. Este objetivo reflete as condições mínimas a que pode aspirar a América Latina, se quiser que sua voz e seu voto tenham peso nas decisões que forem adotadas pelas potências do mundo, ao definir a futura ordem internacional. A integração tem de ser o instrumento adequado para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do continente.

Terceira: a participação de nossa região no âmbito universal deve orientar-se em torno dos objetivos que, aliás, se complementam: a paz e a justiça social internacional.

Quarta: a presença de organismos regionais integrados, por sua vez sub-regiões e harmonizados entre si, através de um ordenamento jurídico que reflete uma nova idéia de justiça, vem a representar a grande esperança de quem, como nós, desprezou toda pretensão imperialista e procurou basear a ordem mundial na vontade dos povos.

Quinta: o projeto de integração latino-americana é basicamente político e supõe uma vontade que o faça progredir.

Sexta: é evidente que a existência de regimes políticos homogêneos, que respeitem os direitos humanos, facilitaria enormemente a tarefa.

Sétima: o projeto da integração política da América Latina supõe a elaboração progressiva do instrumental que lhe servirá de marco institucional. Em outras palavras, da criação de órgãos de governo para a tomada de decisões executivas; de órgãos parlamentares que reflitam a vontade popular dos Estados associados; de órgãos judiciais que resolvam as diferenças que possam surgir na comunidade regional, e — o que é muito importante — de órgãos planejadores que orientem o desenvolvimento em todos os seus diferentes aspectos.

O projeto deveria estar mais adiantado. A tarefa se destina à nossa geração, e não podemos nem devemos transferi-la para um futuro incerto. Os povos estão esperando respostas e orientações dos chamados círculos dirigentes. Foros como este, promovido pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, representam contribuições muito importantes para tomada de consciência do problema e para fazer progredir o projeto integrador.

BONIFÁCIO DE ANDRADA:

O eminente Deputado Eduardo Fernandez colocou, com rara felicidade, os grandes problemas da situação internacional com relação aos nossos países.

De fato, o avanço tecnológico e sobretudo o desenvolvimento das comunicações dão a determinadas entidades internacionais a aparência de Estados, hoje mais do que Estados: superestados. E, como disse bem, com características até de repercussão continental, uma posição de relevo, que representa, por um lado, uma expansão interna que cumpre admirar, mas que, por outro lado, pode constituir também um problema para os países menores, em desenvolvimento, e ainda para os países subdesenvolvidos.

E, no caso da América Latina, baseado nas inspirações dos nossos maiores, fundadores das nossas nacionalidades — S. Exa. citou Simón Bolívar e José Bonifácio — já, implicitamente, uma doutrina de integração, no sentido de que a união faz a força, e esta união já era lembrada, já era mencionada nos princípios do século passado, para defesa contra aquelas metrópoles que procuravam dificultar a nossa emancipação, o nosso crescimento, o nosso desenvolvimento.

A integração dos nossos países, como observa, tem obstáculos significativos e a tese operacional de se promover, num processo, digamos assim, escalonado, partido de acordos sub-regionais, dá de fato um sentido bem realístico a esse trabalho que há de ser feito. E é aí que queremos mostrar que, quanto mais identificados determinados países nos seus valores predominantes — valores religiosos, valores políticos, valores culturais — mais fácil será esse processo de integração.

Mas sou daqueles que acham que esse processo tem de ser tentado, digamos assim, de forma bem global, não só através da criação de entidades coordenadoras

dos diversos países, dentro daquela linha dos três poderes, mas dinamizando ao máximo, não só por medidas advindas de entidades governamentais e de atividades diplomáticas, como também através de lideranças que não estejam, às vezes, no próprio comando governamental, mas que, na área universitária, na própria área político-partidária, nas áreas empresarial e econômica, possam movimentar-se.

Temos de criar uma doutrina integracionista, dentro das linhas postas pela brilhante palavra do Deputado Eduardo Fernandez, para que as lideranças de todas as comunidades que compõem os países da América Latina possam, assim, cada vez mais, se conscientizar dessa necessidade, que é premente, para, como disse S. Exa., com toda propriedade, reforçar e fortalecer as nossas soberanias, porque a união faz a força, no sentido de que fortalece as entidades que se reúnem nesse grande pacto internacional da América Latina, visando a objetivos maiores da ordem internacional, como apontou, a paz, a justiça social internacional, mas também visando ao nosso desenvolvimento e cada vez mais ao bem-estar, à promoção do homem da América Latina.

São estas as considerações que queríamos fazer, levando ao eminente líder político do país amigo, de tantas e tão gloriosas tradições, as nossas homenagens e as nossas palavras de aplausos.

DJALMA MARINHO:

As legislaturas têm períodos de esplendor e de apagamento.

Sou um mero Deputado nordestino, que vem por muitas legislaturas sobrevivendo nesta Casa, e esta será assinalada, a meu ver, com este acontecimento. É que, sob o impulso lúcido e a tentativa elogiável da Comissão de Relações Exteriores, se intenta um debate sobre este problema que nos reúne. Se a integração é a reunião de partes separadas, se ela tem como alvo essa solidez e se o tempo também é escasso para me pronunciar, como me adverte o Sr. Presidente, devo dizer, sucintamente, que desejo salientar apenas dois pontos, que me marcaram a atenção, da fascinante conferência pronunciada pelo nobre Deputado venezuelano.

S. Exa. destacou, primeiramente, as dificuldades que teremos para este desígnio e que decorrem também do fato de não estarem alguns países, eles próprios, integrados nessas unidades federativas.

Como mero Deputado nordestino, recordo-me de que, já no sentido de termos posição política, passamos por duas revoluções: uma revolução em 1817, uma revolução em 1824. Elas tiveram o condão de buscar a separação neste País.

De lá para cá, a língua, os costumes, a religião fizeram com que essas forças se aglutinassem à nacionalidade brasileira. Mas a verdade é que minha região não está integrada ainda no processo político do Brasil.

Nós reclamamos, da Bahia para cima, uma presença neste processo. Não tomamos esta questão nem como uma ideologia nem como uma doutrina. Queremos estabelecer uma busca, uma procura. Então, se nos nossos próprios países temos preocupações e dificuldades para resolver nossos conflitos, naturalmente que a missão é muito mais difícil quando se atira a uma compreensão entre os demais povos da América Latina.

De sorte que teremos duas etapas: nos acharmos a nós mesmos e nos lançarmos, denodadamente, à busca dessa tarefa.

A segunda parte que quero destacar é a recomendação do nobre Deputado, no sentido de que nosso trabalho seja impulsionado, dinamizado por uma preocupação política, institucional, por uma preferência de um regime político. No continente americano, temos de encontrar-nos com os governos que existem e com os povos que sofrem, sem cair no que S. Exa. chama as armadilhas de nossas preferências. Para termos êxito e eficácia, precisamos enfrentar a realidade sul-americana, enfrentar nossa tarefa, para nos encontrarmos, como eu disse, com os governos que existem e com os povos sul-americanos, vender nossa idéia, nossa cívica obrigação continental.

São esses os pontos que ligeiramente apreendi, admitindo, precipuamente, que toda essa movimentação, toda essa atividade é tipicamente política, e dela não pode ser apartada outra qualificação.

Todos os matizes que acompanham este tema que lhe são tributários, são respeitáveis, significativos e têm sua importância, mas precisamos agir politicamente com os fatos, com a História, com a realidade, e se não podemos plantar quimeras, se não podemos ter sonhos, também não nos podemos entregar a uma submissão imobilista, em que não percebamos que é necessário um pouco de alavanca para se construir uma sociedade democrática no continente latino-americano.

É uma preferência, mas, para darmos os passos decisivos no sentido de que essa idéia seja fecunda, para que ela não se esterilize e não se perca, necessitamos da participação dos governos e dos povos sul-americanos, pela nossa ação, pela ação dos nossos parlamentos, pela ação das categorias sociais, das sociedades desses países, pelas suas forças políticas de direção governamental, a fim de que a idéia frutifique, seja fecunda.

Não desejaria alongar-me e tenho sopitado dentro de mim muito anseio para falar, mas devo dar oportunidade aos demais. Admito, no entanto — e fui funda-

dor do Parlamento Latino-Americano — que o nosso continente está sendo varrido por um sopro diferente. Estamos admitindo, aos poucos, a conscientização de que precisamos nos unir. As diferenças particulares, ou físicas, ou sociais, que possuímos têm de encontrar uma mesopotâmia, uma confluência, para que do nosso trabalho geral essa idéia seja levada avante. E não importa quem comanda o barco, o que importa é a bandeira.

Debates

FELIPE HERRERA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro amigo Valery Mc Comie. Antes de apresentar dois ou três comentários sobre a magnífica conferência que ouvimos nesta manhã, desejo prestar uma homenagem muito especial a dois países — e parece que houve alguma força telepática, neste Seminário — Honduras e Salvador, que, depois de doze anos, firmaram, ontem, às nove horas da noite, o convênio que leva à paz definitiva. Aos Srs. Embaixadores desses dois países, nossos aplausos.

Se me permitem, Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, farei uma pequena referência a experiências pessoais por que passei, nestes últimos doze anos, com esses dois países, nos quais, apesar de, em certo momento, terem passado não só pela quebra de relações, mas também pelo conflito bélico, e, terminado esse conflito, apesar das tensões existentes entre eles, a existência de um cenário sub-regional tornou possível uma convivência fundamental nos campos econômico, social e humano.

Não é uma casualidade que o Convênio de Manágua, o Pacto do Mercado Comum Centro-Americano, tenha estado se não em pleno funcionamento, eu me atreveria a dizer que em 90%, nos últimos anos. E mais: os cinco países centro-americanos, apesar das dificuldades entre aquelas duas nações, estão negociando um novo convênio de relações, o que acredito tenha sido também um exemplo para as intenções de caráter sub-regional de outras partes de nosso continente.

Não esqueçamos que o Pacto de Manágua data de 1960, isto é, adianta-se em seis anos ao Convênio de Cartagena, e creio que, em muitos aspectos, foi e continua sendo um modelo para que, no futuro, se chegue a um mercado comum latino-americano e a formas mais adiantadas de integração.

Nesses anos, vi também como continuou funcionando a unidade monetária entre essas cinco nações, desde São José de Costa Rica, e como, no fundamental, co-

mo dizia há um momento, foi possível continuar instrumentalizando o econômico e o social.

Creio que isso está muito vinculado, como foi dito hoje pelos Drs. Peña e Fernandez, a uma decisão e uma vontade de caráter político. Não fora isso e não estaríamos em presença deste resultado, que, a meu ver, foi condicionante e determinante desta boa notícia que podemos transmitir.

Espero que me seja permitido agora, Sr. Presidente, muito rapidamente, apresentar três curtas observações sobre as magníficas e brilhantes exposições da manhã de hoje.

Quero destacar o que foi dito aqui sobre a integração entre o político e o econômico e sobre o quanto se torna artificial, em certos momentos, procurar definir que são necessários, primeiro, elementos de desenvolvimento econômico para se adotarem decisões políticas, ou vice-versa.

São fatores de integração evidentemente determinados por momentos históricos e — por que não dizê-lo? — também por fatores de caráter cultural.

Não cabe a menor dúvida — e a experiência latino-americana é muito clara — de que os desenvolvimentos econômicos da integração chegam a certos momentos de congelamento, em que o único modo de prosseguir se deve às decisões e à vontade política.

Falou-se aqui do caso da ALALC, substituída pela ALADI — e faço referência ao magnífico discurso do Chanceler do Brasil — pois é evidente que, se os países da ALALC não adotassem uma decisão política, não se chegaria à ALADI e não teríamos essa abertura que vejo com grande interesse.

O Prof. Lafer aludiu, a meu ver de modo muito interessante, à Grécia — conheço a extraordinária bagagem cultural do Dr. Lafer — que foi como que uma espécie de reencontro com a História. Não pude deixar de recordar-me de duas experiências que ocorreram não faz muitos anos.

Não me refiro, certamente, à experiência europeia, que é paralela, neste momento, ao Tratado de Roma; refiro-me à unidade alemã do século XIX e à unidade italiana do mesmo século, assunto que deixou de ser melhor explorado, aqui, por falta de tempo. Não houve unidade alemã, é evidente, sem uma prévia preparação econômica e sem a influência — voltamos novamente aos aspectos culturais — de um grande economista dessa época, um grande homem, de visão cosmopolita e de extraordinária cultura, Friedrich Lister, que influiu, com a realidade americana, apresentando aos Estados alemães, tão desagregados, naquela época, a idéia de se irem organizando em forma de uma união aduaneira.

Hoje em dia, recorda-se muito Bismark e a Prússia como fatores de grande unidade, mas esquece-se que foram longas décadas anteriores de formação de espaços comuns, de mercados comuns, entre países que começaram a imitar a experiência dos Estados Unidos, no que, naturalmente — e de novo voltamos ao político e ao econômico — esse embasamento econômico, esse machismo a que fazia referência o Dr. Fernandez, citando Ortega y Gasset, do fator político Prussiano, naquele momento, evidentemente fertilizou e transformou a Alemanha no que ela é hoje.

Pode-se dizer algo parecido a respeito da Itália. É evidente que, sem uma vontade política, inclusive sem todas as alternativas que conhecemos, não faz muito mais de um século, sem a liderança de Cavour não teríamos a integração italiana.

Permito-me destacar, quando aqui tantas referências foram feitas à disparidade interlatino-americana, comparada com a Europa, que não estou muito de acordo com isso.

Entre a Alemanha, que se integrou nas últimas décadas do século XIX, e a Itália, que se integrou nessa mesma época, havia muito mais disparidades do que na América Latina, hoje em dia. Recordemos um pouco o que era Nápoles em 1850, diante do que era Milão, nesse mesmo ano. Recordemos, um pouco, o que era o sul da Alemanha diante do que era a Prússia, em 1850. Creio que esses desequilíbrios não existem atualmente na América Latina.

Por isso, não nos devem preocupar esses aparentes fatores de dissemelhança entre nossos países; muito pelo contrário, creio que essa variedade constitui uma profunda força dinâmica. E volto a Ortega y Gasset, que escreveu um livro que deveria ser, penso eu, a bíblia da integração latino-americana e que se chama “Espanha Invertebrada”. Esse livro parece ter sido escrito para 1980, quando ele declara a seus concidadãos que a Espanha, apesar dos reis católicos e apesar da consolidação do Estado moderno no final do século XV e entre o século XVI e o século XVIII, vive num difícil processo de coerção.

Se não, observemos, hoje em dia, pela leitura dos periódicos, essa forma inteligente a que o Governo espanhol se vê obrigado, um processo de descentralização, dentro de certos conceitos fundamentais da unidade nacional. Observemos o caso espanhol, pois há setores, como o Norte e o basco, que não estão de acordo com isso e que causaram profundo transtorno, não só, eu me atreveria a dizer, no âmbito nacional, mas também no âmbito internacional.

Creio, portanto, que em nossa América Latina, essa dissemelhança entre as realidades não causa transtornos tão sérios que não os possamos superar.

Se fiz precisamente uma referência especial, sentimental e política ao que ocorreu em Honduras e Salvador, é porque tenho em mente também que, nos pró-

ximos meses, seremos capazes de superar as diferenças nacionais existentes na América Latina, porque elas, na verdade, não têm raízes históricas.

Não esqueçamos que todos éramos, na Hispano-América, uma grande nação e que nos transformamos em uma grande nação, de fato; que formamos Estados, segundo pensam alguns historiadores, embora artificialmente. Éramos Estados sem nações diferentes, porque a nação era a mesma.

Bem, continuamos, hoje em dia, com essa realidade. No fundo, como foi recordado aqui, continuamos sendo uma grande nação com Estados diferentes. Cabe agora à nossa imaginação e à de nossos políticos encontrar as fórmulas, adaptar as fórmulas de caráter institucional a esta nova realidade, porque, evidentemente, não procede um esquema mecânico de supranacionalidade, conforme foi aqui dito.

Não temos, na América Latina, a Prússia, nem a Sabóia, nem temos Cavour. Embora alguns, em certos momentos da História, tenham sentido essa inspiração, inclusive com relação a fatos recentes, evidentemente isso não ocorre hoje em dia. O processo de integração da América Latina tem de ser um processo da comunidade, da co-participação de grandes e pequenos, podendo-se com isso, como ficou aqui assinalado, fundamentar uma doutrina de caráter geopolítico, geoeconômico e geocultural que, a meu ver, vem sendo rapidamente plasmada. Está nas mãos não só desta geração, mas, penso eu, em particular nas da próxima geração.

Creio, Sr. Presidente — e para terminar — que, nesse sentido, o conceito da supranacionalidade não deve preocupar-nos demais, no momento presente.

Na integração européia, não se procurou impor a supranacionalidade. Não houve nenhum país que tenha desejado impor aos outros seu modelo. O que se fez, como bem sabemos, foi que áreas de decisões soberanas, que não correspondem aos países, foram entregues a órgãos comunitários.

As decisões tomadas em Bruxelas não alteram sequer uma vírgula dos decretos promulgados em Paris, em Bonn ou em Londres. Qual o campo de ação das decisões de Bruxelas? São os termos de referência fixados pelos países europeus e, em especial, campos sobre os quais não existe jurisdição de tipo nacional. O mesmo ocorre com o Parlamento Europeu, que toma decisões que não interferem em absoluto com as decisões de específico caráter nacional.

Falou-se aqui nos passos preliminares no sentido de nosso Parlamento Latino-Americano, que nos próximos anos — e, esperamos, muito antes do fim do século — haveremos de ter, o que faz com que eu me sinta eufórico. E não só um Parlamento nomeado de forma gremial, por representantes do Parlamento em termos indiretos, ou, em alguns casos, por observadores de boa vontade em países onde não

há Parlamento, ou de parlamentares no exílio. Estou convencido, Senhores, de que, nos próximos anos, teremos um Parlamento Latino-Americano.

ISRAEL DIAS-NOVAES:

Devo lembrar a este magnífico Congresso Hispano-Americano que começamos já sob bons auspícios. Convém recordar a definição clássica da palavra seminário, que é comum às duas línguas.

O clássico português, o primeiro dos nossos dicionaristas definia seminário, se não me engano, como “viveiro de plantas novas que dali se tiram para se disporem”. Em espanhol seria “vivero de plantas nuevas que de allí se sacan para se disponerem”.

Então temos aqui já uma palavra comum, que precisa ser obedecida na sua expressão etimológica. A meu ver, se ficarmos dentro do seminário, deixaremos de ser seminário, etimologicamente. Então seria, digamos assim, um viveiro de palavras novas e não de plantas novas.

Sabedor de que este Seminário terminará por recomendações, eu — por coincidência de que me orgulho agora, ante as palavras finais do Sr. Felipe Herrera — um cosmopolita, havia elaborado a seguinte recomendação prática, que vou submeter à sua apreciação na oportunidade devida:

“O Seminário sobre Integração Latino-Americana recomenda a instituição de um Conselho de Integração Latino-Americana, constituído por delegados de cada país da América Latina, entre os quais se realça a importância da participação dos membros do Poder Legislativo, de caráter permanente e destinado a estudar os meios para se alcançar, com brevidade, o ideal de unificação, sem prejuízo da entidade nacional de cada país. O Conselho terá sede itinerante, fixando-se por um ano nas diferentes capitais”.

Acredito, Sr. Presidente, que o Parlamento americano anunciado por Don Felipe Herrera poderia ser antecedido por uma comissão como esta. Porque, repito a V. Exa. e aos presentes: nós, latino-americanos, somos muito ricos de palavras e pobres de recursos.

Dependesse nosso destino de nossas palavras, dominaríamos o mundo. Mas, infelizmente, quem domina o mundo é pobre de palavras e rico de recursos. Então estou sugerindo, quem sabe se também por força da palavra contundente do Deputado Eduardo Fernandez, que saíamos daqui com algo de pragmático, algo já definido, quer dizer, por um “caminho largo” — na nossa língua, um “caminho extenso”; largo e extenso. E que este Conselho se instale inauguralmente nesta Comissão.

Sr. Presidente, V. Exa. deu um exemplo magnífico ao convocar estes expoentes da americanidade para um debate dessa natureza. Então V. Exa. o constituiria dentro da sua Comissão assim que nós, pesarosamente, nos despedíssemos dos nossos hóspedes, para, em forma de subcomissão, discutirmos a proposta interamericana deste Conselho.

FRANCISCO VALLEURE:

Penso que a voz de um espanhol em um foro deste tipo pode sempre servir de contraponto, não por motivos sócio-históricos ou sócio-culturais, mas porque estamos do outro lado do Atlântico e, naturalmente, vemos os problemas da integração latino-americana com muita atenção, com enorme sensibilidade e, sem dúvida, deles participamos, de maneira intensa.

Tenho a meu lado o Dr. Felipe Herrera, e já faz cerca de quinze anos que ele e eu começamos a falar de como poderia a Espanha participar do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nossos meios de financiamento, naquele momento, eram modestos, mas hoje, felizmente, temos possibilidades muito maiores.

Posteriormente, passamos a fazer parte da Organização dos Estados Americanos, como observadores permanentes, elevando-se a categoria da representação ao nível de Embaixadores. Mais tarde, fomos admitidos no Pacto Andino como observadores permanentes, também, e por último, na CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina — como membros de pleno direito.

Creio que, com estas quatro pinceladas, fica revelado qual o interesse da Espanha nos fenômenos de integração latino-americana.

Eu desejaria, Sr. Presidente, muito rapidamente, fazer seis considerações. Estou certo de que cada uma delas não demorará mais de 40 ou 50 segundos, para chegar aos cinco minutos que V. Exa. me concedeu. Trata-se de seis breves complementações à esplêndida comunicação do Deputado Eduardo Fernandez.

Lamento — e por isso peço perdão publicamente — não poder fazer o mesmo a meus amigos argentinos. Infelizmente, um telefonema de Madri, com quatro horas de diferença de horário, me causou um problema, desses que V. Exas. também têm, e me impediu de acompanhar a palavra do Prof. Peña e uma parte da palestra do amigo Hector Camillión, que sabe que, não só em público, mas em particular, eu o escuto tantas vezes quantas queira. Peço perdão, portanto, por não poder comentar esta parte dos trabalhos da manhã de hoje.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Fernandez, em relação à integração nacional a partir de algumas integrações nacionais, parece-me tão lógica que quase não merece maior comentário de minha parte. V. Exa. usou uma frase bolivariana so-

bre “nação de repúblicas”. É perfeito. De Gaulle falava da “Europa das pátrias”. Como se faz a integração? Sempre penso que se faz a partir da Grécia. Em certos momentos, faz-se a partir de elementos políticos. Na Europa, essencialmente de elementos econômicos impostos como consequência da catástrofe da II Guerra Mundial. Não se deve esquecer que o Plano Marshall começou a promover os movimentos da integração na Europa. Depois do rio de bombas, chegou um rio de dólares. Isso teve um efeito benéfico indubitável. Nasceu a Organização da Cooperação Econômica, da qual fomos excluídos, é claro — e com razão. Posteriormente, nasceu a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico, dois anos mais tarde, na mesma época em que era assinado, em Roma, o tratado que deu origem à Comunidade Econômica Européia e que, naturalmente, era um tratado econômico e essencialmente político.

Faz um momento, eu me recordava dos motivos pelos quais Espanha e Portugal encontraram obstáculos, certamente econômicos, para ingressar nessa comunidade. Não há dúvidas de que o processo se iniciou por motivos econômicos e continuou e vai continuar no campo político. A Europa dos Seis logo se transformou na Europa dos Nove e será a Europa dos Doze. No Conselho da Europa, hoje, drapam as vinte bandeiras dos vinte países democráticos da Europa, fato histórico de enorme influência.

Quanto à integração de ordem democrática, eu, como espanhol, prefiro não abordar este tema, que é muito deste continente. Entramos no terreno das ideologias, e prefiro manter-me à parte. Quero, porém, assinalar — porque ontem também o recordava o Prof. Herrera — que Espanha e Portugal ingressaram recentemente em um processo indubitavelmente de esclarecimento, com certa influência neste continente.

Estou totalmente de acordo em que não se podem exportar modelos econômicos. É uma expressão que me horroriza: exportar modelos. Prefiro a palavra “adaptar” à palavra “adotar”, e, para nós, a palavra “modelo” tem determinadas conotações pejorativas e incômodas em todos os campos. É preferível falar de experiências. Experiências é acervo de conhecimentos adquiridos, que podem ser transmitidos, ou uma quantidade de erros próprios. Se a experiência espanhola servir para alguma coisa, Senhores, V. Exas. aí a têm.

O terceiro comentário que eu desejaria fazer à conferência do Deputado Fernandez refere-se ao equilíbrio econômico internacional, e creio que, na realidade, é extremamente injusto. Sempre penso que, se as rendas nacionais de nossos países estão mal distribuídas — inclusive do meu, a Espanha — a renda mundial está igualmente mal distribuída, e que isso está na base do infrutífero diálogo Norte-Sul. Agora, para conseguir melhor procurar convencer o Norte a distribuir sua renda ao Sul, é preciso também — e digo — o não como Embaixador, mas como espanhol que sente esta necessidade em seu próprio país — proceder à redistribuição da renda a

nível nacional, da melhor maneira possível. Para fazê-lo, naturalmente se teria de proceder a inversões de tipo social, como educação, previdência social, saúde, habitação, tudo isso num processo muito longo, que não sabemos que fim terá.

Outro comentário é sobre uniformidade, não; diversidade, sim. Parece-me perfeito. Já dizia Julian Marias que se trata de um grande poliedro, uma grande unidade; porém um poliedro tem muitas faces. Por que prescindir delas? Cada região, cada país tem sua personalidade própria, e é preciso conservá-la. Na Espanha, estamos sob uma Constituição de tipo autônomo. Como disse há pouco o Prof. Herrera, vamos deixar de lado o tema basco, ou iremos muito longe e fora do assunto deste Seminário. Entretanto, neste momento, na Espanha, depois de 500 anos de união nacional muito centralista, está ocorrendo o fenômeno inverso. Isso — é curioso — a mim, como espanhol, não me preocupa demais, porque acredito que, nos esquemas de integração européia, o racionalismo desempenhará papel muito importante; e, como parte desse papel, o próprio regionalismo e a própria diversidade espanhola. De maneira que estas — como as chamarei? — estas espécies de aventuras autônomas, digamos assim, pretendem ir mais adiante, porque serão absorvidas historicamente, num contexto europeu muito mais amplo, o conceito de continente ao qual estão chegando tantas unidades geográficas, no mundo, e sem o qual o mundo do futuro não poderá viver.

Por último, Sr. Presidente, mais este comentário que eu queria fazer à esplêndida dissertação do Deputado Fernandez. Ele falou — e é um assunto muito pessoal, muito centrado nos países — de uma Venezuela andina, caribeana e amazônica. Isso ninguém nega: é geografia. Espero que em seus conceitos esteja vigente, também, uma Venezuela hispânica.

EDUARDO FERNANDEZ:

Quero agradecer muitíssimo, uma vez mais, o convite que me foi feito para dividir esta tribuna com pessoas tão qualificadas e tão importantes.

Um ex-Presidente de nosso país, Rafael Caldera, recebeu este convite, e quero dizer, em seu nome, que ele ficaria feliz por participar das deliberações de nosso Seminário, se circunstâncias de compromissos anteriores, também de caráter internacional, não o houvessem impedido de estar fisicamente conosco. Parece-me fundamental transmitir suas saudações, seus votos e suas excusas por não estar presente.

Agradeço muito, especialmente aos Deputados Bonifácio de Andrada e Djalma Marinho, os comentários tão inteligentes e tão importantes feitos à minha apresentação. Agradeço também — e espero não lhe ofender a modéstia se o chamo sumo-sacerdote da integração latino-americana — a Don Felipe Herrera, ao Deputado Israel Dias-Novae e ao Exmo. Sr. Embaixador da Espanha, a quem posso as-

segurar que somos caribeanos, amazônicos e andinos precisamente porque somos hispânicos.

Concluo dizendo que considero as observações não tanto contraditórias, nem tampouco complementares com relação às exposições centrais feitas.

Em primeiro lugar, quanto ao predomínio político, falei nisso com toda a consciência, com uma espécie de provocação, para destacar mais a significação do fato político, porque muitos pretenderam que o processo deveria ser exclusivamente econômico, enquanto que temos clara consciência da inter-relação entre os dois valores. Quando nos perguntam, por exemplo, se o Plano Marshall foi um fato econômico ou político, temos de dizer que, evidentemente, foi uma decisão política de conteúdo econômico de primeiríssima significação. O Acordo Sub-Regional Andino ou o Mercado Comum Centro-Americano, cuja importância foi apontada, com muita propriedade, por Don Felipe Herrera, foram decisões puramente econômicas ou foram decisões políticas? Evidentemente, estão misturados os dois conceitos e os dois valores.

Quanto ao princípio democrático, quero insistir em que eu o concilio com a idéia da solidariedade pluralista. Neste momento da América Latina, não podemos pretender, como pretenderam os europeus, que a condição prévia para a integração não seja que cada país tenha um sistema democrático. Se pretendêssemos isto, conseqüentemente, teríamos de reter por muito tempo a integração latino-americana.

O princípio da solidariedade pluralista permite-nos colaborar apesar das diferenças políticas que possamos ter. Entretanto, evidentemente — e este é um ponto que, se é polêmico, lastimo muito, porque o reitero — como instrumento, o mecanismo democrático facilita a integração e, como objetivo final do processo, deve estar presente. Não há país algum que possa pretender impor a outros modelos políticos. Simplesmente, a presença do povo, através dos mecanismos institucionais que possam ser delineados, para garantir essa presença, assegura o êxito do esforço integrador.

Aqui termino, e peço-lhes que não acreditem ser isto uma traição subjetiva, devida ao afeto. Felicitamo-nos por nos ter sido possível estarmos presente nesta manhã e ouvirmos a estupenda conferência feita por Felix Peña, meu amigo de muitos anos. Espero que, juntos possamos, no futuro, trabalhar em alguns empreendimentos comuns.

Encerramento

VALERY MC COMIE

Antes de entrar na matéria de minha exposição, eu quisera fazer três observações. Primeiro, para agradecer de todo o coração ao Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores pelo convite tão amável para participar deste evento tão importante.

Em segundo lugar, eu quisera juntar-me aos que me precederam no uso da palavra, ao manifestarem aos dois governos, de El Salvador e Honduras, nossas felicitações muito expressivas pelo ato realizado, ontem à noite, às sete horas. Todos os membros da família americana nos sentimos muito regozijados, hoje, porque, afinal, é possível, agora, trilhar o caminho da paz na América Central, o que, sem dúvida, irá contribuir muito para o restabelecimento do processo integracionista, na América Central e, finalmente, na América Latina e no Caribe.

Em terceiro lugar, eu queria agradecer publicamente a meu grande amigo Felipe Herrera pelas muito gentis referências que fez à minha pessoa no curso deste Seminário.

Peço desculpas a este seleta auditório, porque só à última hora eu soube que me caberia encerrar o evento, de modo que havia preparado uma contribuição, o que talvez abuse um pouco da paciência e da resistência física dos participantes. Em todo o caso, vou iniciar.

No mundo em desenvolvimento, os países da América Latina e do Caribe foram pioneiros no esforço de integração econômica regional. Há mais de 20 anos iniciou-se na região o processo formal de integração que resultou na criação e no funcionamento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC, do Mercado Comum Centro-Americano, da Associação de Livre Comércio do Caribe, transformada posteriormente em Comunidade do Caribe — CARICOM, e do Acordo de Cartagena, no qual se baseia o mecanismo do Grupo Andino.

O processo inicial manteve-se e vitalizou-se, conforme o demonstra a recente criação da Associação Latino-Americana de Integração, e, além disso, encontrou novas formas de expressão, algumas de caráter formal, como o Tratado da Bacia do Prata e o Acordo para Desenvolvimento da Bacia Amazônica, outras de índole não-formal, como os esforços de interconexão de meios de transporte e de sistemas de distribuição de energia elétrica entre diversos países da área, ou numerosos projetos de desenvolvimento fronteiriço, que constituem instrumentos que contribuem para o objetivo comum da integração regional.

A meta da integração econômica deu igualmente origem a numerosas formas de cooperação para o desenvolvimento entre os países da América Latina e do Caribe, que, no passado recente, se expressaram de maneira vigorosa no sentido da cooperação Sul-Sul e contribuíram, em parte, para atenuar o efeito negativo que causou à nossa região a contínua e marcante deterioração da cooperação Norte-Sul.

Mais de vinte anos depois das primeiras tentativas de integração formal coroadas de êxito, entre os países em desenvolvimento deste hemisfério, as premissas básicas que deram origem ao reconhecimento da urgência de se promover a integração regional não só continuam válidas como também adquirem maior força, derivada da experiência adquirida. Em circunstâncias externas excepcionalmente difíceis, particularmente durante os últimos anos da década anterior, alguns países da América Latina conseguiram, principalmente com base em seu próprio esforço, um notável grau de diversificação de sua produção, que se manifesta em um processo inicial de industrialização que teria sido muito difícil atingir no âmbito reduzido dos mercados nacionais da maioria dos países da área. Várias estimativas recentes de diferentes organismos internacionais coincidem na observação de que o mercado intra-regional para as manufaturas da área se expandiram com muito maior rapidez que as exportações de produtos manufaturados da região para o resto do mundo. As políticas nacionais de estímulo à industrialização viram-se, assim, fortalecidas e complementadas pelos sucessos obtidos através de mecanismos tais como os acordos de complementação patrocinados pela ALALC, o conjunto de programas industriais aprovados pela Junta de Cartagena, o Regime de Indústrias Centro-Americanas de Integração do Mercado Comum Centro-Americano, e as iniciativas no sentido da promoção de empresas industriais conjuntas no CARICOM. Um dado recentemente apresentado pela Comissão Executiva do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA assinala que, na América Central, o mercado regional chegou a absorver 60% das manufaturas exportadas; no Grupo Andino, 50% e na ALALC, 30%. Esse documento informa ainda que, no caso do comércio inter-regional de manufaturas, ao aumento quantitativo somaram-se modificações qualitativas de importância, tal como a crescente participação de produtos das indústrias metal-mecânica e química, enquanto que as exportações de manufatura para o resto do mundo incluem altas percentagens de produtos das indústrias tradicionais.

A expansão das exportações foi um dos elementos-chave da estratégia de desenvolvimento adotada pela maioria dos países latino-americanos e do Caribe, a partir da década de 60. O esforço de desenvolvimento das exportações foi obstado de forma crescente, durante os últimos anos, pelo recrudescimento da aplicação de medidas protecionistas por parte dos países industrializados, que constituem o mercado tradicional principal para as exportações regionais. Certamente, os mecanismos de integração não podem nem pretendem substituir a liberalização do comércio internacional, que constitui requisito indispensável para que se obtenha o desenvolvimento auto-sustentado de nossos países e que é um dos aspectos-chave das reivindicações dos países em desenvolvimento em propostas para o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional. Por outro lado, deve-se reconhecer que o processo de integração alcançou seus resultados mais positivos, até agora, com os lucros obtidos com a expansão do comércio intra-regional e que essa expansão constitui fator da maior importância, não apenas para atenuar parcialmente o impacto negativo da crise econômica internacional sobre os países em desenvolvimento da região, mas também para tornar mais eficaz o processo de substituição de importações na América Latina e no Caribe e, como já se mencionou, para dar viabilidade às políticas nacionais de diversificação da produção.

Não só por um desígnio consciente na formulação das políticas de desenvolvimento a nível nacional, mas por força das circunstâncias que determinam uma crescente importância das inter-relações econômicas a nível global, a América Latina e o Caribe estão hoje inseridos, de forma muito mais evidente do que no passado, no concerto da economia mundial. O avanço obtido no processo de integração permitiu que a região participe da economia global com um nível de vulnerabilidade muito menor do que aquele que teria sido possível pela ação isolada de cada um dos países que a formam, e fortaleceu indubitavelmente o poder de negociação coletiva dos países da área. Não seria arriscado pensar que o caminho percorrido no esforço de promoção da integração regional tenha constituído um dos fatores primordiais que tornaram possível o Tratado do Panamá, mediante o qual se estabeleceu o Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — que, dentre suas mais importantes funções, considera essencial a de servir como foro para coordenar a posição dos países da área em seus planejamentos e negociações em relação aos problemas Norte-Sul.

A intensificação e a diversificação da vinculação entre os países da região, a transformação e o melhoramento do uso de sua estrutura produtiva, sua inserção mais equilibrada no comércio e na economia mundiais continuam sendo objetivos prioritários do processo de desenvolvimento regional, como observa a informação já mencionada, da Comissão Executiva Permanente do CIES.

Cabe, portanto, destacar os progressos já alcançados através de mecanismos não-formais de integração, para fortalecer e ampliar as vinculações entre os países em desenvolvimento do hemisfério. Tais esforços complementaram e fortaleceram

os resultados obtidos através da integração formal em campos tão importantes como a expansão do comércio intra-regional, a criação de instituições de financiamento integrantes das instituições regionais e sub-regionais de integração — ou paralelas a elas — a harmonização de políticas tributárias, cambiais e trabalhistas, entre outras, a adoção de regimes comuns para a inversão externa, a promoção conjunta de programas de desenvolvimento social, em particular no campo da educação, e os esforços comuns no campo da adoção, promoção e transferência de tecnologia.

A integração da infra-estrutura física avançou de maneira notável, principalmente no que se relaciona com a rede viária que se estende, hoje em dia, praticamente em toda a região continental. Efetuaram-se esforços importantes com relação à navegação fluvial, especialmente na Bacia do Prata, e com relação à navegação marítima, essencial para os países insulares da região, e esforços semelhantes estão sendo feitos, principalmente na Região Amazônica. A Rede Interamericana de Comunicações progrediu rapidamente, e para isso contribuiu a atividade da Conferência Interamericana de Telecomunicações — CITEI, com o apoio da Organização dos Estados Americanos. Nossa organização participa das atividades no campo da integração da infra-estrutura física, não só mediante os serviços prestados como secretaria técnica do CITEI, mas mediante apoio semelhante às Conferências Interamericanas de Estradas e de Portos.

Tais esforços de integração de infra-estrutura física manifestaram-se de maneira especialmente vigorosa entre alguns grupos de países, como os integrantes da Bacia do Prata, e abrangeram aspectos diversos, como os relacionados com a identificação do potencial de desenvolvimento, com base na utilização racional dos recursos naturais das respectivas regiões. Manifestaram-se igualmente em atividades comuns de desenvolvimento de zonas fronteiriças. Tanto no caso da Bacia do Prata como em diversos projetos binacionais de integração, nossa instituição tem uma longa tradição de serviço, em resposta a cuidados tomados pelos Estados-membros.

No campo energético, os esforços comuns dirigiram-se até agora principalmente ao que se relaciona com a energia elétrica, campo em que foram ou estão sendo executadas obras da magnitude de Itaipu, Yacyretã e Corpus, para não citar senão alguns exemplos importantes.

No campo financeiro, além da criação de instituições diretamente vinculadas aos organismos regionais ou sub-regionais de integração, como o Banco de Desenvolvimento do Caribe, a Corporação Andina de Fomento, o Banco de Integração Econômica da América Central, funcionam com êxito diversos mecanismos de compensação e de sistemas de pagamentos e créditos recíprocos, instrumentos de apoio transitório da balança de pagamentos e instituições como o Banco Latino-Americano de Exportações e o Banco Latino-Americano de Turismo. A nível regio-

nal, o Banco Interamericano de Desenvolvimento dedicou atenção prioritária ao apoio aos processos de integração regional e de projetos de integração física.

Este ligeiro estudo das realizações da integração em nosso continente não seria completo se não se fizesse referência a alguns aspectos de cooperação intra-regional para o desenvolvimento, constituindo exemplos mais recentes as importantes medidas adotadas pelos governos do México, Trinidad e Tobago e Venezuela, em apoio dos países importadores de petróleo na América Central e no Caribe, ou se não se mencionassem mecanismos como a União de Países Exportadores de Banana — UPEB, criada com o propósito de defender, através de um esforço comum, os preços dos produtos básicos que a região exporta.

Não desejo apresentar uma visão que poderia parecer demasiadamente otimista. Pelo contrário, são bem conhecidos os sérios obstáculos enfrentados pelo processo de integração em sua longa existência na região, as limitações obviamente refletidas em sua capacidade e que são próprias de um processo experimental efetuado em condições nem sempre favoráveis, ou os desafios que enfrentará no futuro imediato.

Por outro lado, esta visão panorâmica não estaria completa sem que se destacasse o importante papel desempenhado pela educação e a cultura no desenvolvimento da integração no hemisfério. Com efeito, se considerarmos que todo movimento de integração econômica não constitui senão um esforço no sentido de conciliar interesses freqüentemente conflitantes, quando ocorre que esse esforço encontra obstáculos, tropeça ou falha, os vínculos culturais e educacionais atuam como amortecedores que servem de base para que se possam constituir novas estruturas de caráter integracionista.

No caso da sub-região do Caribe, por exemplo, o processo de integração deve grande parte de seu êxito ao setor educação, particularmente no nível superior, na figura da University of the West Indies, cujo “campus” se estende por várias das ilhas independentes. A presença de currículos uniformes contribui de forma positiva para desenvolver esforços no sentido de normalizar e distribuir ensino especializado, o que, por sua vez, tem um efeito multiplicador, na medida em que tanto os países como os indivíduos tomam consciência dos benefícios e vantagens dos processos de integração educacional e cultural. Mais recentemente, o renascimento cultural se manifesta no CARIFESTA, que continua a desenvolver-se com grande entusiasmo, transcendendo as barreiras ideológicas que obstaculizam os processos de integração.

Entre os desafios antes mencionados, quero destacar dois aspectos que considero fundamentais. Em primeiro lugar, o referente à necessidade de revitalizar alguns dos esquemas formais de integração, especialmente a ALALC e o Mercado Centro-Americano, objetivo para o qual é imprescindível a vontade política dos governos

dos países-membros das respectivas instituições, tal como se manifestou na recente criação da ALADI e nos esforços que prosseguem, a nível centro-americano, para a revitalização dos mecanismos de integração sub-regional. Em segundo lugar, desejo enfatizar a urgência de um esforço coletivo, amplo e intenso, para definir mecanismos de inserção adequada dos países pequenos da região, em especial dos insulares ou dos carentes de litoral marítimo, de modo que participem de forma equitativa de sistemas de integração que lhes permitam superar as dificuldades especiais que enfrentam em virtude da limitação de seus mercados, da escassez relativa de seus recursos, e de sua própria situação geográfica. É necessário que encontrem para este problema, na região, soluções imaginativas que complementem e tornem operativas, a nível regional, aquelas que se identifiquem nos foros globais encarregados de procurar fórmulas para superar os problemas especiais que esses países enfrentam.

Para finalizar, eu gostaria de destacar a alta significação da iniciativa da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados do Brasil, ao realizar este Seminário. Tal iniciativa é um significativo indicador da importância que o Legislativo deste grande país atribui ao tema da integração dos países do sistema interamericano. Por esta razão, congratulo-me com seus organizadores, na certeza de que tão feliz iniciativa pague elevados juros para o desenvolvimento integrado do hemisfério.



COMPOSTO E IMPRESSO

EDITORA GRÁFICA ALVORADA LTDA

IG _ 6 _ SUL _ 2040 TELS. 223-2163 _ 225-0963

CGC 00003582/0001 _ 60 _ GDF 07001860-0 BRASÍLIA _ DF

Maquiavel (Seminário na UnB)
Alberto Venâncio Filho et alii

Nacionalismo e Democracia
Ernest Gellner

Da Condição Histórica do Sociólogo
Raymond Aron

História e Mito
Eudoro de Sousa

Panorama das Idéias Estéticas no Ocidente I — Estética Antiga e Medieval
Fernando Bastos

Kant (Seminário na UnB)
Andrés R. Raggio et alii

Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral, 1821-1921 (Seminário na UnB)
Afonso Arinos et alii

Os Partidos Políticos no Brasil — V. I e V. II
David V. Fleischer (org.)

Planejamento Estratégico
Golbery do Couto e Silva

De Maquiavel a San Tiago Dantas
Marcílio Marques Moreira

O Racionalismo Crítico na Política
Karl Popper

Teoria Elementar do Movimento dos Corpos Rígidos
José Carlos de Almeida Azevedo

Hegel (Seminário na UnB)
Nelson Gonçalves Gomes (org.)

Idéias, um Livro de Entrevistas
Cora Rónai

Política e Direito
Afonso Arinos de Melo Franco



Editora Universidade de Brasília